FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LORENA SILVA BRANDÃO

O PAPEL DO CRÉDITO BANCÁRIO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A LÓGICA DA SUA LOCALIZAÇÃO E ESTUDOS DE CASO NO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA – GO
2015

FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LORENA SILVA BRANDÃO

O PAPEL DO CRÉDITO BANCÁRIO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A LÓGICA DA SUA LOCALIZAÇÃO E ESTUDOS DE CASO NO ESTADO GOIÁS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Faculdades Alves Faria – ALFA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Negret Fernandez.

GOIÂNIA – GO
2015

Catalogação na fonte: Biblioteca Faculdades ALFA
Bibliotecária: Ana Cristina Alves da Silva – CRB-1/1809

B817o Brandão, Lorena Silva.

O papel do crédito bancário: no desenvolvimento regional: a lógica da sua localização e estudos de caso no Estado de Goiás / Lorena Silva Brandão – 2015.
203 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional) - Faculdades Alves Faria –- Goiânia, 2015.

Orientador: Dr. Fernando Negret Fernandez

Bibliografia: 181-185.

1. Agência bancária. 2. Crédito. 3. Desenvolvimento Regional. I. Brandão, Lorena Silva. II. Faculdades ALFA – Mestrado em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDU: 347.734(817.3)

FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LORENA SILVA BRANDÃO

O PAPEL DO CRÉDITO BANCÁRIO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A LÓGICA DA SUA LOCALIZAÇÃO E ESTUDOS DE CASO NO ESTADO DE GOIÁS

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. FERNANDO NEGRET FERNANDEZ - ALFA
(Prof. Orientador)

PROF. DR. ALCIDO ELENOR WANDER - ALFA
(Prof. Leitor)

PROF.ª DR.ª CLÁUDIA REGINA ROSAL CARVALHO - UFG
(Prof.ª Leitora)

Dedico este trabalho a duas pessoas que nunca se dedicaram ao desenvolvimento regional, mas que sempre se dedicaram ao meu desenvolvimento: mamãe e papai.

AGRADECIMENTOS

Aos responsáveis por minha formação humana:

* Meus pais, Fernando e Maristela, o afeto de vocês esteve presente em todos os momentos. O apoio foi expresso das mais diversas maneiras, especialmente por entenderem a minha ausência, mesmo estando fisicamente presente.
* Stephania, minha irmã e pessoa com quem aprendo e pratico, a cada dia, virtudes essenciais para o convívio social, como o respeito às diferenças.

Aos professores indispensáveis para minha formação intelectual:

* Fernando Negret Fernandez, por sua orientação no desenvolvimento deste trabalho. Agradeço-lhe, pelo estímulo permanente para que eu continue meus estudos em algum programa de doutorado.
* Cíntia Godoi, Alcido Wander e Heliane Nunes, pela dedicação e por despertarem em mim o interesse pelas múltiplas dimensões do desenvolvimento regional. Aos dois últimos, em especial, por participarem da minha qualificação e pelas contribuições valiosas ao meu trabalho.
* Laura de Oliveira, uma grande amiga, historiadora e, com certeza, a professora e escritora que gostaria de ser. Você me inspira!

Aos meus colegas de mestrado que tornaram o cotidiano menos cansativo e mais estimulante. Um agradecimento a todos, aqui representados por uma pessoa muito especial:

* Daniele Ramos, autêntica, inteligente, honesta e dedicada. Uma grande companheira de estudos, comentários políticos, *Subway* e churros. Que bom que você esteve comigo!

Aos meus amigos, os quais me ajudaram das mais diversas e inusitadas maneiras, mas, sobretudo pela torcida e pela preocupação que demonstraram ter por mim:

* Giovanni Chaves e Rui Mesquita, colegas de trabalho e amigos. O que seria da minha pesquisa de campo se não fossem vocês? Ajudaram-me como se o trabalho fosse de vocês... Fizeram contatos com as empresas, agendaram horários e usaram do relacionamento que vocês construíram para que eu fosse muito bem recebida em todos

os locais por onde precisei passar. Agradeço por vocês terem cruzado meu caminho, agradeço por exercitarem comigo um dos principais preceitos cristãos: "faça aos outros o que você deseja que lhe façam".

* Ana Paula, Deodete, Eunice, Juliana e Vinícius vocês moram em meu coração e estiveram muito presente nos últimos meses. Eu acredito que felicidade é a ausência de angústia. Obrigada por compartilharem comigo as minhas angústias. Vocês me fazem feliz, teria sido insuportável sem vocês!

* Por fim, sou grata ao Leonardo (ou Léo), geógrafo e um atencioso, competente e didático professor de *Arcgis*.

(...) um país marcadamente assimétrico em que os desequilíbrios se agravam e fazem já parte de um processo cumulativo, não pode dar-se o luxo de negligenciar por mais tempo a sua própria organização espacial interna. A necessidade de definição de uma política regional é apenas fundamental.

António Simões Lopes

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o papel do crédito no desenvolvimento regional e a lógica de localização do mercado bancário no Brasil e no estado de Goiás. Este trabalho foi desenvolvido mediante pesquisas bibliográficas, documental e de campo. Os dados sobre o número de agências e o crédito bancário estão disponíveis no portal do Banco Central do Brasil, por meio da Estatística Bancária por Município. A análise de dados é feita de maneira comparativa e utiliza o Quociente de Localização, que verifica o nível de concentração relativa do mercado bancário. Ao partir do pressuposto de que o desenvolvimento deve ser entendido também sob a perspectiva territorial, os indicadores econômicos e de concentração relativa mostram que o crescimento de determinada atividade, produtiva ou financeira, pode não culminar em desenvolvimento regional. A pesquisa de campo acontece em três municípios que são sede de empresas industriais demandadoras de crédito bancário e, por meio deste procedimento metodológico, é possível explicar e entender o papel do crédito no desenvolvimento local. O estudo de caso permite verificar a existência de relação entre a atuação das empresas, o crédito bancário e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios em questão. Os resultados da análise de dados revelam uma lógica de localização do mercado bancário concentrada e atrelada ao nível de atividade econômica. Sendo assim, conclui-se que o crédito contribui para o desenvolvimento, porém, o nível do crédito deve se expandir regionalmente de maneira mais equilibrada, criando condições para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Agências bancárias. Crédito. Localização. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the role of credit in regional development and the banking market location logic in Brazil and in the state of Goiás as well. This essay was developed by means of bibliographical, documentary and field researches. The number of bank branches and bank credit is available on the website of the Central Bank of Brazil, on the City Banking Statistics. The data analysis is done in a comparative way and uses the Location Quotient, which verifies the level of relative concentration of the banking market. Assuming that the development should also be understood under a territorial perspective, the economic indicators and relative concentration show that the growth of determined activity, productive and financial, may not culminate in regional development. The field research takes place in three cities, which are the headquarters of industrial companies that demand bank credit. Using the data of this methodological procedure, it is possible to explain and understand the role of credit in local development. The study of this case allows to verify the existence of the connection among the operation of the companies, bank credit and the socioeconomic development of the cities in question. The results of the data analyze reveal a location logic of the banking market concentrated and harnessed to the level of the economic activity. Therefore, it concluded that the credit contributed to the development. However, the amount of credit must expand regionally in a more balanced way, creating conditions to the regional development.

Keywords: Bank branches. Credit. Location. Regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Saldo das operações de crédito/PIB (%) - 2001 a 2012..... 45
Gráfico 2 - Participação dos estados no total de agências bancárias (%) - 2001 e 2011 72
Gráfico 3 - Participação dos estados no total de crédito bancário (%) - 2001 e 2011 73
Gráfico 4 - Participação de alguns municípios no total de agências bancárias do estado de Goiás (%) - 2001 e 2011 119
Gráfico 5 - Participação de alguns municípios no total de crédito bancário do estado de Goiás (%) - 2001 e 2011 120

Quadro 1 - Dados utilizados e suas respectivas fontes 51

Mapa 1 - Quociente de localização de municípios com agências bancárias por estado - 2001 74
Mapa 2 - Quociente de localização de municípios com agências bancárias por estado - 2011 74
Mapa 3 - Quociente de localização de agências bancárias em relação a população por estado - 2001 76
Mapa 4- Quociente de localização de agências bancárias em relação a população por estado - 2011 76
Mapa 5 - Números de habitantes por agência bancária por estado - 2001 77
Mapa 6 - Números de habitantes por agência bancária por estado - 2011 77
Mapa 7 - Quociente de localização de agências bancárias em relação ao PIB por estado - 2001 78
Mapa 8 - Quociente de localização de agências bancárias em relação ao PIB por estado - 2011 78
Mapa 9 - Quociente de localização das operações de crédito em relação ao PIB por estado - 2001 80
Mapa 10 - Quociente de localização das operações de crédito em relação ao PIB por estado - 2011 80
Mapa 11 - Quociente de localização de agências bancárias em relação a população por município - 2001 123

Mapa 12 - Quociente de localização de agências bancárias em relação a população por município - 2011 123
Mapa 13 - Quociente de localização de agências bancárias em relação ao PIB por município - 2001 124
Mapa 14 - Quociente de localização de agências bancárias em relação ao PIB por município - 2011 124
Mapa 15 - Quociente de localização das operações de crédito em relação ao PIB por município - 2001 126
Mapa 16 - Quociente de localização das operações de crédito em relação ao PIB por município - 2011 126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação das Regiões no PIB total do Brasil (%) - 2001 e 2011 58
Tabela 2 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo Unidades da Federação da região Sudeste (%) - 2001 e 2011 59
Tabela 3 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo Unidades da Federação da região Sul (%) - 2001 e 2011 60
Tabela 4 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo Unidades da Federação da região Nordeste (%) - 2001 e 2011 61
Tabela 5 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo Unidades da Federação da região Centro-Oeste (%) - 2001 e 2011 62
Tabela 6 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo Unidades da Federação da região Norte (%) - 2001 e 2011 62
Tabela 7 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sudeste - 2001 e 2001 63
Tabela 8 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Sudeste - 2001 e 2001 64
Tabela 9 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sul - 2001 e 2001 65
Tabela 10 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Sul - 2001 e 2001 66
Tabela 11 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Nordeste - 2001 e 2001 67
Tabela 12 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Nordeste - 2001 e 2001 68
Tabela 13 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Centro-Oeste - 2001 e 2001 69
Tabela 14 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Centro-Oeste - 2001 e 2001 69
Tabela 15 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Norte - 2001 e 2001 70

Tabela 16- Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Norte - 2001 e 2001 71
Tabela 17 – Participação das Regiões de Planejamento no PIB total de Goiás (%) - 2001 e 2011 88
Tabela 18 – Municípios com crescimento demográfico negativo - 2001 a 2011 89
Tabela 19 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Metropolitana de Goiânia (%) - 2001 e 2011 90
Tabela 20 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Centro Goiano (%) - 2001 e 2011 91
Tabela 21 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Sudoeste Goiano (%) - 2001 e 2011 93
Tabela 22 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região do Entorno do Distrito Federal (%) - 2001 e 2011 94
Tabela 23 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Sudeste Goiano - 2001 e 2011 (%) 95
Tabela 24 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Sul Goiano (%) - 2001 e 2011 96
Tabela 25 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Norte Goiano (%) - 2001 e 2011 97
Tabela 26 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Nordeste Goiano (%) - 2001 e 2011 98
Tabela 27 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Noroeste Goiano (%) - 2001 e 2011 (%) 98
Tabela 28 – Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Oeste Goiano (%) - 2001 e 2011 99
Tabela 29 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Metropolitana de Goiânia - 2001 e 2011 101
Tabela 30 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Metropolitana de Goiânia - 2001 e 2001 102
Tabela 31 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Centro Goiano - 2001 e 2011 102
Tabela 32 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Centro Goiano - 2001 e 2001 103

Tabela 33 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sudoeste Goiano - 2001 e 2011 104
Tabela 34 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Sudoeste Goiano - 2001 e 2001 105
Tabela 35 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Entorno do Distrito Federal - 2001 e 2011..... 105
Tabela 36 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Entorno do Distrito Federal - 2001 e 2001 106
Tabela 37 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sudeste Goiano - 2001 e 2011 107
Tabela 38 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Sudeste Goiano - 2001 e 2001 108
Tabela 39 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sul Goiano - 2001 e 2011 108
Tabela 40 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Sul Goiano - 2001 e 2001 109
Tabela 41 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Norte Goiano - 2001 e 2011 110
Tabela 42 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Norte Goiano - 2001 e 2001 111
Tabela 43 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Nordeste Goiano - 2001 e 2011 112
Tabela 44- Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Nordeste Goiano - 2001 e 2001 112
Tabela 45 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Noroeste Goiano - 2001 e 2011 113
Tabela 46 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da região Noroeste Goiano - 2001 e 2001 114
Tabela 47 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Oeste Goiano - 2001 e 2011 115
Tabela 48 - Participação dos vínculos empregatícios por faixa de remuneração, separados por atividade econômica da Oeste Goiano - 2001 e 2001 116
Tabela 49 – Municípios que no período de 2001 a 2011 perderam a única agência bancária da cidade 117

Tabela 50 - Municípios que não possuíam agência em 2001 e passaram a possuir em 2011 118
Tabela 51 - Municípios mais concentradores de agências bancárias em relação a população - 2001 e 2011 122
Tabela 52 - PIB - Produto Interno Bruto de Goianésia - 2011 e 2012 135
Tabela 53 - Valor Adicionado Bruto a Preço Básicos de Goianésia - 2011 e 2012 136
Tabela 54 - Empregos Formais em Goianésia - 2011 a 2013 136
Tabela 55 - Indicadores sociais de Goianésia - 1991, 2000 e 2010 137
Tabela 56 - PIB - Produto Interno Bruto de Itaberaí - 2011 e 2012 145
Tabela 57 - Valor Adicionado Bruto a Preço Básicos de Itaberaí - 2011 e 2012 145
Tabela 58 - Empregos Formais em Itaberaí - 2011 a 2013 145
Tabela 59 - Indicadores sociais de Itaberaí - 1991, 2000 e 2010 146
Tabela 60 - PIB - Produto Interno Bruto de Bela Vista de Goiás - 2011 e 2012 157
Tabela 61 - Valor Adicionado Bruto a Preço Básicos de Bela Vista de Goiás - 2011 e 2012 157
Tabela 62 - Empregos Formais em Bela Vista de Goiás - 2011 a 2013 158
Tabela 63 - Indicadores sociais de Bela Vista de Goiás - 1991, 2000 e 2010 159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIEG	Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás
AGDR	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
APP	Área de Preservação Permanente
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CMN	Conselho Monetário Nacional
COOPERÁLCOOL	Cooperativa dos Produtores de Cana de Goianésia Ltda.
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DI	Depósito Interfinanceiro
ESTBAN	Estatística Bancária por Município
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Efluentes
FAEG	Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FGPP	Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PCLD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
PDET	Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PSI	Processo de Substituição de Importação
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QL	Quociente de Localização

SINDLEITE	Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo
SSA	São Salvador Alimentos S/A
SEGPLAN	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás
TQM	Teoria Quantitativa da Moeda
UOL	Unidade Otávio Lage
VA	Valor Adicionado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 20

1 ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CRÉDITO E LOCALIZAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO..... 23

1.1 O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO REGIONAL..... 23
1.2 A HETERODOXIA MONETÁRIA E O PAPEL DOS BANCOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL..... 33
1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE MERCADO BANCÁRIO E CRÉDITO..... 39
1.3.1 Aspectos conceituais do mercado bancário e crédito..... 39
1.3.2 Reestruturação bancária e expansão do crédito no Brasil..... 43
1.4 LOCALIZAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO..... 46
1.4.1 Fatores que podem influenciar na localização do mercado bancário..... 46
1.4.1.1 Fatores micro e macroeconômicos..... 46
1.4.1.2 Fatores políticos..... 47
1.4.1.3 Confiança no mercado..... 48
1.4.2 Quociente de localização: aspectos metodológicos aplicados ao mercado bancário..... 49

2 LOCALIZAÇÃO REGIONAL DAS AGÊNCIAS E DO CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL..... 56

2.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO BRASIL..... 56
2.1.1 Análise regional da produção..... 58
2.1.2 Análise regional do emprego..... 63
2.2 A LÓGICA DE LOCALIZAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO NO BRASIL..... 71
2.2.1 Localização das agências e do crédito bancário..... 72
2.2.2 Localização dos municípios com agências bancárias em relação ao número total de municípios do estado..... 74
2.2.3 Localização das agências bancárias em relação ao tamanho da população..... 75

2.2.4 Localização das agências bancárias em relação ao PIB..... 78
2.2.5 Localização das operações de crédito em relação ao PIB..... 79
2.2.6 Algumas considerações sobre a localização do mercado bancário no Brasil..... 81

3 LOCALIZAÇÃO REGIONAL DAS AGÊNCIAS E DO CRÉDITO BANCÁRIO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS GOIANOS..... 85

3.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE GOIÁS..... 85
3.1.1 Análise regional da produção..... 87
3.1.2 Análise regional do emprego..... 100
3.2 A LÓGICA DE LOCALIZAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO EM GOIÁS..... 116
3.2.1 Localização das agências e do crédito bancário..... 116
3.2.2 Localização das agências bancárias em relação ao tamanho da população..... 122
3.2.3 Localização das agências bancárias em relação ao PIB..... 124
3.2.4 Localização das operações de crédito em relação ao PIB..... 125
3.2.5 Algumas considerações sobre a localização do mercado bancário em Goiás…. 127

4 CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDO DE CASO EM TRÊS SETORES INDUSTRIAIS DE GOIÁS..... 130

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO..... 130
4.1.1 Escolha das empresas..... 130
4.1.2 A pesquisa de campo..... 134
4.2 TRÊS SETORES INDUSTRIAIS E O PAPEL DO CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E REGIONAL 135
4.2.1 O município de Goianésia, a Jalles Machado S/A e o crédito..... 135
4.2.1.1 Características gerais de Goianésia..... 135
4.2.1.2 A empresa Jalles Machado S/A..... 137
4.2.1.3 A empresa e o município de Goianésia..... 138
4.2.1.4 O crédito bancário e o município de Goianésia 142
4.2.2 O município de Itaberaí, a São Salvador Alimentos S/A e o crédito..... 144
4.2.2.1 Características gerais de Itaberaí..... 144
4.2.2.2 A empresa São Salvador Alimentos S/A (SSA) 146
4.2.2.3 A empresa e o município de Itaberaí..... 148

4.2.2.4 O crédito bancário e o município de Itaberaí 152
4.2.3 O município de Bela Vista de Goiás, o Laticínio Bela Vista Ltda. e o crédito ... 157
4.2.3.1 Características gerais de Bela Vista de Goiás..... 157
4.2.3.2 A empresa Laticínio Bela Vista Ltda. 159
4.2.3.3 A empresa e o município de Bela Vista de Goiás..... 161
4.2.3.4 O crédito bancário e o município de Bela Vista de Goiás 167
4.2.4 Análise comparativa e algumas considerações sobre o papel do crédito no desenvolvimento regional dos municípios de Goianésia, Itaberaí e Bela Vista de Goiás 170

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 175

REFERÊNCIAS..... 181

APÊNDICE..... 186

INTRODUÇÃO

As desigualdades socioeconômicas são características do processo de desenvolvimento brasileiro. Aliado a este entendimento e a um contexto de elevação da relação crédito/Produto Interno Bruto (PIB) a partir do fim da década de 90, a presente pesquisa estabelece como objetivo geral analisar o papel do crédito bancário no desenvolvimento regional do estado de Goiás no período de 2001 a 2011.

Especificamente, a pesquisa pretende: estudar a distribuição regional do crédito no Brasil e no estado de Goiás; verificar se existem concentração e desigualdade regional no crédito aprovado no nível nacional e estadual; analisar o impacto regional de empresas recebedoras de crédito e, por fim, propor iniciativas e ações aos bancos para melhorar o atendimento com crédito aos produtores em Goiás.

O questionamento central da pesquisa é: qual ao papel do crédito no desenvolvimento regional? Por se tratar de desenvolvimento regional, a problemática envolve a localização do mercado bancário, especialmente com o objetivo de verificar como seus desdobramentos se expressam espacialmente nas escalas nacional, estadual e municipal. Entretanto, é no nível municipal e por meio de estudo de caso que se explica e compreende o verdadeiro papel do crédito no crescimento das empresas e destas no desenvolvimento local.

O universo da pesquisa compreende todos os estados do Brasil e, mais detalhadamente, o estado de Goiás e seus municípios. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Diante da realidade brasileira e dos resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, nesta dissertação, o desenvolvimento é entendido como um processo de longo prazo, sendo o crescimento econômico um objetivo a ser atingido no curto e médio prazo, e que pode viabilizar que o desenvolvimento seja efetivamente alcançado. O desenvolvimento envolve também a perspectiva territorial, na qual as regiões devem ser entendidas e planejadas levando em consideração as suas diferenças econômicas, históricas, sociais e culturais.

Sendo assim, tem-se que o desenvolvimento regional é condição *sine qua non* para o desenvolvimento. Lopes (1984) destaca que "o desenvolvimento como fim último impõe a organização do espaço como um objetivo e pode servir-se do crescimento como um dos meios", e a partir desta compreensão a pesquisa foi delineada.

Além de aspectos teóricos e conceituais do desenvolvimento regional, a pesquisa bibliográfica concentrou-se em discutir sobre o mercado bancário. A partir desta análise, foi possível obter o arcabouço necessário para o entendimento da relação existente entre desenvolvimento econômico e a concessão de crédito via mercado financeiro.

Neste estudo, o mercado bancário é analisado sob dois aspectos específicos: as agências bancárias e o crédito. As agências são estabelecimentos bancários destinados ao atendimento de clientes e usuários. O crédito bancário é entendido como o saldo total das operações de crédito dos bancos no dia 31 de dezembro de cada ano analisado. O Banco Central do Brasil, em sua base de dados estatística, utiliza a expressão "operações de crédito", no entanto, na pesquisa, recorreu-se a termos mais didáticos como "crédito bancário" ou "saldo de operações de crédito".

A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa documental permitiu estudar a localização do mercado bancário no Brasil e no nível municipal para o estado de Goiás. A partir daí, foi possível discutir sobre a distribuição regional das agências e do crédito bancário, bem como verificar a existência de uma estratégia bancária diferenciada no território brasileiro e goiano.

Para este fim, utilizou-se informações estaduais e municipais sobre o número de agências bancárias, municípios com agências bancárias, a população, o saldo de operações de crédito, o PIB, Valor Adicionado (VA), número de vínculos empregatícios e faixa de remuneração dos trabalhadores. O recorte temporal compreende dez anos e os dados são analisados comparativamente nos anos de 2001 e 2011. A comparação entre os anos permitiu verificar a distribuição regional do mercado bancário e possíveis alterações na sua localização durante a última década.

A pesquisa de campo foi realizada em três municípios de pequeno porte (até 100 mil habitantes) do interior do estado de Goiás: Goianésia, Itaberaí e Bela Vista de Goiás. Em comum, nestes municípios estão localizadas as sedes de três empresas industriais, respectivamente dos ramos de açúcar e álcool; abatedouro de aves e laticínio. O objetivo desta investigação foi examinar se o crédito bancário impacta regionalmente na geração de empregos; demanda por matéria-prima; demanda por serviços; incentivo à programas sociais e demais impactos indiretos nos municípios onde estão instaladas as empresas escolhidas. Sendo assim, a escolha dos municípios e empresas não está relacionada com a localização do mercado bancário e demais resultados obtidos por meio da pesquisa documental.

Um último objetivo do trabalho é analisar como a atuação do mercado bancário pode contribuir para a superação de padrões desiguais de desenvolvimento regional. A pesquisa

também visa contribuir com as estratégias mercadológicas bancárias de maneira a propiciar o crescimento da oferta de recursos para investimento. Além disso, entende-se como relevante a necessidade de estimular o aumento dos investimentos que, por sua vez, propiciem uma elevação de produtividade, geração de emprego e demanda direta e indireta para outros setores da economia. Por fim, as recomendações advindas da análise do papel do crédito e da localização do mercado bancário no estado de Goiás, podem contribuir como subsídio para que sejam formuladas estratégias e ações encaminhadas à redução das desigualdades regionais.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, mais esta introdução e as considerações finais. O primeiro capítulo apresenta uma abordagem teórica e conceitual sobre o desenvolvimento econômico e o mercado bancário, além de estabelecer algumas relações destes com o desenvolvimento regional. No final do capítulo são descritos os procedimentos metodológicos de análise de dados.

O segundo e terceiro capítulo fazem uma análise da distribuição regional das agências e do crédito no Brasil e no estado de Goiás. Ao analisar a concentração do mercado bancário, por meio do Quociente de Localização, a pesquisa demonstrou que existe uma correlação entre a localização deste mercado e o nível de atividade econômica dos estados brasileiros e municípios goianos. Ainda com relação aos resultados do indicador de concentração relativa utilizado, alguns aspectos diferenciam o Brasil do estado de Goiás, apesar da lógica de localização ser semelhante.

Os resultados apresentados nas seções anteriores sobre o Brasil e o estado de Goiás relacionam-se com a localização regional do mercado bancário, mostrando que o desenvolvimento também deve ser discutido sob a perspectiva espacial. Diferentemente, o quarto capítulo apresenta considerações advindas do estudo de caso, analisando o papel do crédito no desenvolvimento das empresas industriais selecionadas e, consequentemente, dos municípios onde estão localizadas. Este capítulo traz de maneira detalhada os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo. A escolha de três setores industriais distintos permitiu que a pesquisa identificasse resultados diferentes para cada subsetor econômico.

Por fim, a última seção é dedicada às considerações finais. Os resultados das pesquisas bibliográficas e documental confirmaram a existência de uma lógica de localização concentrada do mercado bancário, impulsionada pelo nível de atividade econômica dos estados brasileiros e dos municípios goianos. As conclusões, com base no trabalho de campo desenvolvido, permitem pensar na existência de uma relação entre a atuação das empresas, o crédito bancário e o desenvolvimento regional.

1 ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CRÉDITO E LOCALIZAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO

Este capítulo faz uma análise do desenvolvimento econômico e da problemática regional a partir das formulações teóricas de alguns autores. Posteriormente, são feitas considerações sobre o mercado bancário e de crédito, incluindo aspectos teóricos que envolvem a localização dos bancos e o seu papel para o desenvolvimento regional. Por fim, é detalhada a metodologia da pesquisa documental, que contempla dados do setor produtivo, emprego, população, PIB, número de agências bancárias e saldo de operações de crédito.

1.1 O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO REGIONAL

Aspectos econômicos e sociais estão relacionados nas teorias que abordam o desenvolvimento. Reconhecidos sociólogos brasileiros, ao tentarem compreender a realidade na qual o Brasil se insere, buscaram esclarecimentos sobre o processo de desenvolvimento nos fatores sociológicos, os considerando determinantes em relação às questões de natureza econômica. No âmbito das diversas correntes de pensamento e interpretações do desenvolvimento do capitalismo na América Latina destacam-se a chamada "dependência".

Fernandes (1968) e Cardoso e Faletto (1981), em suas considerações e reflexões, por exemplo, concluem que existe uma relação entre subdesenvolvimento e dependência, contribuindo para entendimento de que as relações sociais estabelecidas funcionam como suporte para a estrutura econômica e política vigente. Segundo eles, no Brasil, alterou-se o modelo econômico, mas a classe detentora do poder manteve-se inalterada. Assim, as relações internas entre as classes sociais garantiram (e garantem) a dependência, já que as ações foram orientadas de maneira a preservar o domínio econômico, político e social. Daí, a ideia de que a estrutura subdesenvolvida está enraizada em uma sociedade de classes, em que a configuração das relações sociais internas resulta em um crescimento que não produz efeitos significativos para a sociedade como um todo.

Diferentemente, a teoria de Furtado (1961) dá ênfase à dimensão produtiva e às explicações voltadas para o aumento de produtividade. Numa simplificação teórica proposta pelo autor, podem se considerar desenvolvidas as nações em que, não havendo desocupação

de fatores, só é possível aumentar a produtividade introduzindo novas técnicas. Por outro lado, países subdesenvolvidos seriam aqueles em que se é possível aumentar a produtividade utilizando técnicas conhecidas.

Segundo Furtado (1961), o conceito de desenvolvimento envolve duas perspectivas: a primeira diz respeito ao aumento da eficácia do sistema de produção, em que não haja deficiência na utilização dos fatores de produção, permitindo alcançar a utilização plena do capital e da mão de obra. A segunda relaciona-se com a satisfação das necessidades da população.

Assim, explicações a respeito do processo de desenvolvimento são encontradas na estrutura do sistema produtivo e na forma de distribuição da renda. Na estrutura da produção porque é nela em que se determina a acumulação de capital por grupos minoritários e o uso destes no incremento da capacidade produtiva. E, na distribuição da renda, porque a renda e, consequentemente, o consumo são requisitos garantidores da utilização da capacidade produtiva (FURTADO, 1983).

Em síntese, uma das hipóteses apresentadas por Furtado nas obras indicadas é que o subdesenvolvimento tem origem no fato de que países com maior capacidade de acumulação se especializaram em atividades produtivas com maior capacidade de avanços técnicos e ganhos de produtividade. Como fruto da especialização geográfica, o progresso técnico, a acumulação e o intercâmbio com o exterior permitiram que outras áreas obtivessem ganhos de produtividade. Porém, este modelo resultou em dependência, fraca capacidade de acumulação de capital e condições insuficientes para a absorção da mão de obra.

Dentre as diversas correntes de pensamento e autores sobre o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento regional destaca-se Francisco de Oliveira. Este autor mostra como a entrada da forma de produção capitalista nas fazendas do café e sua dispersão pela região Sudeste terminou por criar duas grandes regiões no Brasil: uma região sob a forma de produção capitalista do café em São Paulo e outra sobre a forma de produção feudal com os coronéis da cana-de-açúcar no Nordeste.

Diferentemente da visão dualista, Oliveira (2003) entende que existe uma integração que explica a tendência à concentração de renda no Brasil. Neste aspecto fundamenta-se umas das críticas que o autor faz a visão cepalina: segundo Celso Furtado está no processo de substituição de importações (PSI) a raiz da formação de dois polos, o “atrasado” e o “moderno”. Porém, de acordo com a abordagem de Oliveira, a industrialização substitutiva de importações funda-se numa necessidade de produção, essencialmente de acumulação, ideia

contrária ao que fica evidenciado na teoria cepalina que não debate as formas de consumo como fenômeno decorrente das estruturas de classe e desigualdade na distribuição de renda.

A primeira peculiaridade da expansão capitalista no Brasil apontada na obra de Oliveira (2003) reside na ‘acumulação primitiva’ fruto do setor agrícola, o que significa dizer que antes de 1930 não se acumulou em termos adequados, fato que culminou na falta de bases de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento industrial. Pode-se afirmar que não se trata de existência de dualidade entre o ‘atrasado’ e o ‘moderno’:

> a expansão do capitalismo do Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para fins de expansão do próprio novo. (...) Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder (OLIVEIRA, 2003, p. 60. Grifos do autor).

Oliveira (2003) também destaca a ausência de caráter evolutivo no subdesenvolvimento: “não era exatamente uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjugação de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos” (OLIVEIRA, 2003, p.127). Esta definição apresenta dois elementos importantes para entender a crítica à razão dualista: os cepalinos enfatizariam a posição na divisão internacional do trabalho e a existência de um setor atrasado da economia como obstáculos para o desenvolvimento. Já Oliveira argumenta que a agricultura atrasada financia a agricultura moderna e a industrialização. "As culturas de subsistência ajudam a baixar o custo da reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilita a acumulação de capital industrial” (OLIVEIRA, 2003, p. 129). Assim, a crítica se sustenta na ênfase às relações internas de produção que resultam em uma má distribuição da renda.

Dessa maneira, desenvolvimento e subdesenvolvimento fazem parte da mesma lógica de produção, assim como o 'moderno' e o 'atrasado' fazem parte de um mesmo capitalismo, caracterizado por ser contraditório e gerar desigualdades. Por fim, na teoria apresentada acima, o subdesenvolvimento não é entendido como um estágio inferior ou etapa histórica anterior ao desenvolvimento. Estas conclusões vão ao encontro da teoria sobre o desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, que, dentre outros objetivos, procura romper com as ideias evolucionistas.

Para Trotsky, as condições atrasadas e avançadas, além de coexistirem, estavam articuladas e combinadas. Segundo este autor, a desigualdade é resultado de um

desenvolvimento combinado. O 'combinado' refere-se a aproximação de fases distintas, tais como formas arcaicas e modernas. "Os diversos elementos da existência social tem aparecido em tempos diferentes, evoluído em proporções enormemente distintas e se desenvolvido em graus diferentes sob distintas condições" (TROTSKY, NOVACK E MORENO, 1977, p. 20).

No Brasil, também é possível encontrar a combinação de estruturas arcaicas e modernas, tais como as atividades agrícolas e industriais modernas e atividades extrativistas rudimentares e atrasadas. As desigualdades existentes entre a região sudeste e o nordeste, assim como as disparidades intra-estaduais observadas no estado do Amazonas, a exemplo da Zona Franca de Manaus e de comunidades indígenas, podem ser consideradas resultado de um desenvolvimento combinado aplicado à realidade brasileira.

Neste trabalho, o entendimento a cerca do desenvolvimento abrange dimensões que vão além do crescimento econômico. Assim, considera-se que o incremento da capacidade produtiva e progresso econômico são condições para o desenvolvimento, no entanto, devem ser integrados à melhoria contínua dos indicadores sociais, resultando assim em ampliação da qualidade de vida da sociedade.

> Para os que consideram o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os países desenvolvidos por possuírem recursos ociosos, tais como terra e mão de obra. A causa do subdesenvolvimento de um país seria a não utilização integral dos fatores de produção de que dispõe e sua economia cresce abaixo de suas possibilidades. A segunda corrente de pensamento considera o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa nas atividades produtivas, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Neste sentido, desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica, ineficiente, em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população (DALLABRIDA, 2010, p. 18).

Lopes (1984) afirma que o desenvolvimento refere-se à questões de ordem qualitativa como o equilíbrio, a harmonia e a justiça social e deve acontecer em duas perspectivas: temporal e espacial. A perspectiva temporal denota uma preocupação do autor com relação ao desenvolvimento atual, visto que a utilização dos recursos não renováveis deve acontecer de maneira a garantir e/ou melhorar os padrões de vida da sociedade no futuro. A perspectiva espacial envolve, além da definição geográfica, processos históricos, relações sociais e econômicas de uma sociedade.

A lógica de desenvolvimento desigual, no espaço e no tempo, pode ser materializada nas disparidades existentes entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. O Brasil e o estado de Goiás também podem exemplificar, nacional e regionalmente, a tendência à

desigualdade que existe mundialmente. Com base nas teorias apresentadas, conclui-se que a existência de economias subdesenvolvidas e de um desenvolvimento regional desigual são resultados do modelo de produção capitalista.

Assim, o processo de desenvolvimento passa pela concepção de distribuição e de desenvolvimento regional, em que as regiões devem ser vistas e entendidas dentro da região a qual pertencem. O desenvolvimento passa pela necessidade de se debater as regiões-problemas e formular políticas e planos capazes de inserir essas localidades no processo de desenvolvimento: "o desenvolvimento passa pelo desenvolvimento regional ou, como na realidade tem de ser visto, desenvolvimento e desenvolvimento regional são apenas uma e a mesma coisa: todo desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional" (LOPES, 1979 *apud* LOPES, 1984, p. 9).

A diversidade espacial e a existência de regiões-problemas mencionadas acima são fatos que estimulam o interesse pela temática do desenvolvimento regional. No entanto, na concepção de desenvolvimento regional, o crescimento econômico ou da produção devem ser interpretados como meio para se atingir o desenvolvimento. Segundo Lopes (1984), a evolução de uma sociedade deve ser medida pelos aspectos qualitativos e distributivos, em que as regiões sejam entendidas dentro de um sistema de regiões a qual pertencem. Assim, a análise não deve ser empreendida de forma isolada, e sim com uma abordagem multidisciplinar, considerando também os fatores não econômicos, tais como os de ordem natural, sociológicos, demográficos, políticos, institucionais, técnicos, culturais, etc.

Boisier (1989 *apud* DALLABRIDA, 2010) afirma que o desenvolvimento de uma região deve ser visto dentro de um plano nacional de desenvolvimento regional. Por outro lado, enfatiza que o crescimento econômico regional ou a falta dele pode ser resultado de uma política econômica global ou setorial.

Boisier explica que o desenvolvimento no longo prazo depende de três tipos de processos: primeiro, o desenvolvimento de uma região depende da utilização de recursos móveis, de caráter financeiro e estruturas públicas de apoio ao desenvolvimento. Um segundo aspecto refere-se aos efeitos diretos e/ou indiretos das políticas macroeconômicas e setoriais. Por fim, o desenvolvimento de uma região depende de elementos políticos, institucionais e sociais, em resumo, da "capacidade de organização social de uma região", como afirma Dallabrida (2010, p. 170).

> Entende-se que o processo de crescimento econômico regional pode ser considerado como essencialmente originado das forças e mecanismos exógenos à região. Depende, principalmente, das políticas macroeconômicas, do critério que

> orienta a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional é considerado a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza endógena (DALLABRIDA, 2010, p. 171).

Apesar a discussão a cerca do desenvolvimento endógeno apresentado acima, Diniz e Crocco (2006) distinguem as políticas regionais em três tipos e com marcos teóricos bem delimitados: até meados de 1970, após esta data e aquelas do final da década de 1990. As políticas até a década de 70 são as chamadas *Top-Down*, com ênfase nas disparidades inter-regionais e na perspectiva keynesiana, a qual defende a intervenção do Estado na economia para a obtenção do pleno emprego. Após esse período, as teorias voltam-se para a análise da produtividade endógena das economias, o que os autores chamam de estrutura *Botton-up*. A terceira geração de políticas regionais surge a partir de um contexto de globalização em que sistemas regionais de produção devem ser considerados dentro de um cenário global de políticas setoriais, nacionais e internacionais.

Dentre as teorias com ênfase nas disparidades inter-regionais, Myrdal (1960) aborda sobre a existência de uma tendência para as desigualdades regionais em um país. Para este autor, algumas localidades ou regiões oferecem condições vantajosas para o desenvolvimento de determinadas atividades. Essas condições vantajosas podem ter origem nas características naturais ou em fatos históricos. Em comum, fica a capacidade dessas regiões obterem vantagens competitivas e, em consequência, se tornarem centros econômicos concentradores por proporcionarem às atividades econômicas remuneração maior do que a média observada em outras localidades.

> É fácil ver como a expansão em uma localidade produz "efeitos regressivos" (*backwash effects*) em outras, isto é, os movimentos de mão-de-obra, capital, bens e serviços não impedem, por si mesmos, a tendência natural à desigualdade regional. Por si próprios, a migração, o movimento de capital e o comércio são, antes, os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve - para cima, nas regiões muito afortunadas, e para baixo, nas desafortunadas. Em geral, seus efeitos são positivos nas primeiras e negativos nas últimas (MYRDAL, 1960, p. 44).

Myrdal (1960) destaca que nos centros de expansão a demanda gera investimentos, o que eleva a renda e, consequentemente, a procura, resultando em um novo fluxo de investimentos. Nas demais regiões, as demandas por capital são baixas em função das rendas inexpressivas. Além dos fatores econômicos citados, este é um ciclo que tende a se agravar em razão de uma incapacidade competitiva que também, é fruto de fatores não-econômicos

como a ausência de infraestrutura básica e outros serviços públicos. Os fatores não-econômicos englobam aspectos relacionados à saúde pública e educação.

Nesse sentido, as "mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas" citado por Dallabrida (2010) envolve os fatores não-econômicos abordados na teoria acima, os quais podem ser fatores da "causação circular de um processo social acumulativo", conforme definido por Myrdal (1960, p. 53).

Assim como há "efeitos regressivos" que tendem a concentrar os investimentos e a renda, existem os "efeitos propulsores" que fazem com que regiões do entorno sejam beneficiadas pelo progresso da região centro da expansão econômica. As localidades do entorno podem ser fornecedoras de matéria-prima e se beneficiarem dos empregos e progresso social gerados no centro de expansão. Myrdal (1960) destaca que essas regiões podem se tornar novos centros de expansão econômica, desde que os "efeitos propulsores" sejam maiores que os "efeitos regressivos".

A partir da teoria de Myrdal (1960) é possível relacionar o processo de desenvolvimento à questão regional. Segundo o autor, em países com nível de desenvolvimento mais alto os "efeitos propulsores" são fortes e tendem a estimular o progresso rápido e contínuo. Diferentemente, nos países subdesenvolvidos esses efeitos são fracos e as forças de mercado, em um regime *laissez-faire*, geram desigualdades regionais e ampliam as existentes. O papel do Estado, diante do livre jogo das forças de mercado, estaria em instituir políticas de integração nacional e igualitárias de "bem-estar", medidas estas que seriam mais difíceis de serem implementadas em países mais pobres, nos quais os "efeitos propulsores" geram maiores desigualdades.

A teoria de Perroux (1955) dos polos de crescimento também parte do princípio de que o progresso econômico não acontece em todos os lugares, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Os "efeitos propulsores" e "efeitos regressivos" da teoria de Myrdal (1960) são denominados por Perroux como, respectivamente, "efeitos de dispersão" e "efeitos de polarização". Ocorre dispersão quando pontos espacialmente localizados irradiam impulsos de crescimento para outros pontos. Esses pontos podem ser empresas, grupos empresariais, aglomerações populacionais, etc. Diferentemente, os "efeitos de polarização" acontecem quando estes pontos dispersão reabsorvem os próprios impulsos de crescimento (LOPES, 1984).

Em relação ao desenvolvimento regional, o mesmo irá acontecer quando os efeitos de dispersão foram maiores que os efeitos de polarização. Sendo assim, o ideal seria que os investimentos fossem concentrados em setores e/ou atividades que tivessem maior poder de

gerar impulsos de crescimento para outros pontos, neste caso, localizados em espaços diferentes. A partir deste entendimento, Perroux conceitua as indústrias motoras e indústrias-chave. As indústrias motoras são modernas, dinâmicas, com grande capacidade de dispersão, favorecendo a criação de economias externas ("efeito dispersão"). As indústrias-chave estão dentro das indústrias motoras e têm a capacidade de induzir, no seu setor industrial, um crescimento da produção (LOPES, 1984).

Após 1970, com a predominância de teorias que defendiam a presença mínima do Estado na economia, as teorias de desenvolvimento regional passam a estar mais focadas nas potencialidades locais e na competitividade como elementos de combate às desigualdades regionais. Diniz e Crocco (2006) relacionam estas teorias ao crescimento endógeno, neste contexto entendido como a capacidade de atores locais induzirem o processo de desenvolvimento.

Com relação ao desenvolvimento endógeno, esses autores destacam que as região se especializam naquilo que possuem potencial produtivo, considerando, inclusive, os aspectos naturais, os quais podem determinar a capacidade de uma região em criar vantagens comparativas e, por sua vez, de criar potencial produtivo. Além das condições naturais, a existência de infraestrutura[1] e de lideranças empresariais são determinantes para a existência de vantagens comparativas e estímulo ao processo produtivo. Nesse sentido, "as políticas regionais deveriam ser seletivas, segundo as características e potencialidades setoriais de cada região, com vistas a potencializar a expansão produtiva com menores custos e melhores condições de competição" (DINIZ E CROCCO, 2006, p. 24).

Figueirêdo (2006), em uma síntese interpretativa do modelo de crescimento econômico de Solow (1956), destaca que para a riqueza de um país aumentar é preciso elevar a taxa de poupança e, consequentemente, a de investimento. Além disso, Solow recomenda que os países tenham altos níveis de tecnologia, baixo crescimento populacional e lento desgaste do capital físico. A partir desta interpretação e dos fatores elencados na teoria de Solow, algumas evidências empíricas são apontadas com o objetivo de explicar a diferença das rendas *per capita* entre as regiões.

Maiores taxas de poupança (e investimento) e baixo crescimento populacional são fatores citados por Solow. Ademais, diferentes níveis de rendas *per capita* também podem ser explicados pelo nível de educação da força de trabalho (capital humano) e pouca abertura econômica ao comércio internacional. No que se refere à atuação do governo, a literatura

[1] Neste contexto, entende-se como infraestrutura a existência de estrutura de transportes e demais serviços urbanos, mercado de trabalho e instituições de ensino superior.

destaca alguns aspectos relacionados ao nível de renda *per capita* das regiões: ineficiência da máquina pública, baixos gastos do governo em consumo, desvios de recursos da esfera produtiva, nível de participação na atividade produtiva e volume de gastos em bem-estar social. (FIGUEIRÊDO, 2006)

A teoria desenvolvida por Myrdal (1960), com enfoque no desenvolvimento desigual, é essencial para explicar o desenvolvimento desigual das regiões. No mesmo sentido, Lopes (1984) afirma que a problemática do desenvolvimento passa pela tendência natural à desagregação, questão que é tangenciada pela variável espaço, colocando em discussão a localização dos recursos, das atividades, dos indivíduos e, por fim, do desenvolvimento.

Na discussão apresentada por Lopes (1984), destaca-se que existe explicação para a localização de todos os elementos, dentre eles, dos recursos naturais e humanos, das atividades econômicas e dos centros urbanos. A partir deste entendimento o autor aborda algumas teorias que visam explicar a organização do espaço.

Von Thünen (1826), por exemplo, explica a localização da atividade agrícola e a influência exercida pela distância e pelo custo dos transportes. Partindo-se do pressuposto de uma situação de concorrência, o custo de transporte e a procura irão determinar a organização espacial da atividade agrícola. Segundo sua teoria, as culturas que exigem custos de transporte menores e menor utilização de mão de obra terão localização mais distante do mercado consumidor. Diferentemente, produtos agrícolas que não possam ser transportados com facilidade, serão cultivados em localidades mais próximas do centro de consumo. A conclusão é que a renda econômica está relacionada com a distância do mercado consumidor, em função do custo de transporte.

Lösch (1954) rejeita a ideia de minimização dos custos e aborda a maximização dos lucros como objetivo principal, ou seja, analisa os custos e também os rendimentos de atividades agrícolas e industriais. No modelo apresentado, as vantagens lucrativas atraem os empresários que buscam a maximização dos lucros. Essas localidades, ao maximizar o lucro individual, tendem a atrair novas empresas. A maximização do lucro e do número de empresas são as forças que controlam o equilíbrio do mercado. Lösch preconiza que a melhor localização para a empresa industrial seria as grandes cidades, localização ótima também para os consumidores industriais. O mesmo não aconteceria com a atividade agrícola que tenderia a ser dispersa. Essas conclusões se confirmam com a organização espacial e distribuição populacional observada ao longo do tempo (LOPES, 1984).

Christaller (1933) publicou o trabalho que ficou conhecido com a teoria dos lugares centrais, na qual propôs explicações sobre o tamanho, o número e a distribuição das cidades.

O autor considerava as cidades como pontos de aglomeração de serviços, portanto, lugares centrais que proporcionavam serviços às áreas vizinhas. O geógrafo ainda constatou que cidades com dimensão populacional semelhante encontravam-se distanciadas de maneira semelhante, assim, propôs uma distribuição ótima das cidades. O modelo desenvolvido procurava atender dois princípios: o primeiro era o de maximização do lucro do empresário (qual o mínimo de procura que justifica a oferta de um bem) e o segundo era a minimização de esforços e custos do comprador (qual a distância e o custo máximo que o comprador esta disposto a suportar para adquirir um bem ou serviço) (LOPES, 1984)

Segundo Lopes (1984), o modelo de Christaller admitia que a população se distribuía no espaço de forma homogênea; que a oferta se localiza em lugares centrais; que a demanda é assegurada pela população dos lugares centrais e de regiões circundantes; que os bens e serviços têm ordem de importância variadas, o que está associado à própria ordem de importância do centro (conceito de centralidade) e por fim, que um centro que desempenha funções de ordem superior, também desempenha as funções de ordem inferior.

As teorias abordadas[2] sinalizam para o fato de que o desenvolvimento deve ser entendido com um processo de longo prazo. O crescimento econômico, diferentemente, precede o desenvolvimento e pode ser observado no curto e médio prazo. No caso brasileiro, desequilíbrios espaciais dão origem a regiões com crescimento e desenvolvimento assimétricos. No Brasil, a organização do espaço precisa anteceder o desenvolvimento e ser entendida como um objetivo. É salutar que os problemas de cada região sejam compreendidos dentro de um contexto no qual o país também se insere. De forma análoga, a análise intra-regional também deve ser vista de maneira integrada ao todo.

A partir desta perspectiva, a regionalização do território como instrumento para redução dessas desigualdades, por meio de políticas públicas que devem contemplar todas as escalas territoriais (micro, meso e macroespacial). A necessidade de políticas públicas surge do fato do mercado ser falho na função de coordenar as economias em desenvolvimento. Assim, o Estado, via planejamento econômico, precisa cumprir a função de coordenar investimentos que objetivem a transformação na estrutura física e produtiva do território, induzindo ações que maximizem externalidades positivas. É importante que o planejamento dos investimentos seja estratégico, com o propósito de promover a integração nacional

[2] As teorias abordadas, tais como as de Myrdal, Perroux, Lösch e Christaller, possuem enfoque na análise regional sobre o funcionamento da economia e a localização das atividades produtivas, porém pouco avançaram na discussão a respeito das condições sociais da população, que também são desiguais.

esforços de planejamento inter-regionais) e o desenvolvimento do sistema urbano-regional (esforços de planejamento intra-regionais) (LEMOS, 2006).

Apesar das divergências de concepções entre as teorias de desenvolvimento endógeno e exógeno, conclui-se que as características próprias de cada região precisam ser consideradas, contudo, as regiões são interdependentes e este fato não deve ser negligenciado nos objetivos de planejamento. As regiões são interdependentes em nível horizontal (por exemplo: estados com estados, municípios com municípios) e em nível vertical (por exemplo: estados e municípios). Assim:

> De qualquer modo, cada região será constituída por regiões menores e ela própria é um sistema; mas um sistema que não é autônomo porque na realidade se encontra integrado sempre nalgum sistema de regiões. O grau de integração é que pode variar, daí derivando até possíveis indicações para o grau de desenvolvimento; e a caracterização da região vai depender grandemente das suas relações com outras (LOPES, 1984, p.10)

O debate socioeconômico a respeito do processo de desenvolvimento e a discussão sobre a problemática do desenvolvimento regional justificam e apóiam a pesquisa que foi empreendida sobre a lógica de localização bancária no Brasil. Considera-se que existe uma relação entre o desenvolvimento regional e a localização dos bancos e do crédito, neste sentido, a pesquisa será desenvolvida da seguinte maneira: primeiramente, o mercado bancário e sua localização serão estudados sob a ótica regional brasileira. Posteriormente, análise será focada para o estado de Goiás, finalizando com uma pesquisa de campo em três indústrias com sede nas cidades de Goianésia, Itaberaí e Bela Vista de Goiás. Assim, a atividade econômica, especialmente a localização do mercado bancário, será compreendida regionalmente, mas de maneira integrada à realidade brasileira, permitindo que considerações sejam feitas a cerca do papel do crédito para o desenvolvimento regional.

1.2 A HETERODOXIA MONETÁRIA E O PAPEL DOS BANCOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nos estudos sobre economia e desenvolvimento regional, a questão monetária é pouco explorada e, muitas vezes, a influência desta variável nas desigualdades regionais é negligenciada, sendo vista mais como resultado das diferenças regionais do que como causa. O objetivo desta pesquisa não está em verificar relações de causalidade entre variáveis monetárias e desenvolvimento regional, no entanto, novas abordagens serão propostas e o

enfoque sugere que a moeda pode manter ou contribuir para o agravamento das desigualdades regionais.

No entanto, as diversas correntes da economia não possuem consenso quando o tema abordado é a neutralidade da moeda. A divisão proposta por Mollo (2004) separa os economistas em dois grupos: ortodoxos e heterodoxos, sendo que os primeiros aceitam a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda e acreditam na neutralidade da moeda. Ao contrário, os segundos, rejeitam essa teoria e defendem a não neutralidade da moeda.

Brue (2005) afirma que a Lei de Say possuía princípios baseados no *laissez-faire*, assumindo que a economia tenderia sempre em direção ao pleno emprego. Segundo a Lei de Say, o processo de produção, ou seja, a oferta, cria renda, e estas rendas, por sua vez, geram demanda. Assim, a economia e os mercados de produto e fatores de produção estariam em constante equilíbrio.

Mollo (2004) destaca que o funcionamento harmônico da economia está relacionado a neutralidade da moeda e a sua função apenas de meio de troca ou pagamento. Para que o fluxo circular da renda não se rompa, a moeda não deve ser algo desejável, ou seja, a Lei de Say rejeita o entesouramento e a neutralidade da moeda impede que o equilíbrio seja afetado.

A Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) explica variações no valor da moeda. A TQM estabelece relação direta e proporcional entre aumentos na quantidade de moeda e elevação no nível geral de preços. Segundo a teoria de Irving Fisher, um aumento na quantidade de moeda resulta em um maior volume de comércio. No entanto, um aumento de moeda não afeta o produto, pois este depende de recursos naturais e condições técnicas, não sofrendo variações no curto prazo (BRUE, 2005). Sendo assim, a TQM também pressupõe a neutralidade da moeda e rejeita que variações na moeda tenham efeito no nível real do produto.

Em economia, a posição dominante é a que defende a neutralidade da moeda. No entanto, os autores divergem quanto ao prazo, ao grau e as razões desta neutralidade. Alguns economistas aceitam que a quantidade de moeda pode ter efeitos, mesmo que transitórios, na produção real. Neste contexto a expressão "transitórios" tem conotação de curto prazo, visto que, no longo prazo, para os ortodoxos, a moeda é sempre neutra e a economia real é afetada somente por fatores reais como a tecnologia e as preferências dos agentes econômicos (MOLLO, 2004).

> É a aceitação da neutralidade que justifica a prioridade de controle dos preços sobre a garantia de crescimento econômico. Nestas concepções o mercado é o regulador mais eficiente e é preciso, por isso, garantir que os preços relativos não fiquem distorcidos por processos inflacionários. Além disso, como a moeda é neutra, o

> crescimento do produto não é percebido como muito comprometido. No máximo o será de forma transitória (MOLLO, 2004, p. 328).

A negação da Lei de Say e da TQM caracteriza a heterodoxia econômica, corrente de pensamento que defende a não neutralidade da moeda:

> Enquanto para os ortodoxos a moeda é um véu e a concessão de crédito é uma transferência de fundos poupados para financiar o investimento, com os bancos funcionando como meros intermediários, para os heterodoxos, tanto marxistas quanto pós-keynesianos, a moeda é fundamental na conexão ou coordenação da economia e o crédito rompe a restrição orçamentária e tem um papel ativo, potencializando a produção (MOLLO, 2004, p.332).

Neste trabalho adota-se a diferenciação apontada por Mollo, sendo assim, são apresentadas, além das explicações ortodoxas, algumas concepções marxistas e pós-keynesianas a respeito não neutralidade da moeda.

A teoria monetária desenvolvida por Marx aborda a essência do dinheiro e as funções que a moeda exerce. A moeda é entendida a partir da idéia de moeda-mercadoria e do papel que exerce como equivalente geral, ou seja, a primeira função da moeda é servir como medida de valor das mercadorias, expressa em valor monetário ou preço. A segunda função é aquela que permite que o valor seja transformado em dinheiro por meio da venda, ou seja, a moeda como meio de circulação. Ainda em relação ao papel da moeda como meio de circulação, Marx destaca que o estoque de moeda sofre variações em consequência do entesouramento ou reserva de valor (VAL; LINHARES, 2008).

Germer (1994) afirma que, para Marx, o entesouramento no capitalismo é representado pelas reservas monetárias dos capitalistas, concentradas em bancos como capital emprestável ou portador de juros. A partir deste entendimento, a moeda como meio de circulação está inserida em dois sistemas: o monetário e o de crédito. O sistema monetário é aquele baseado na circulação de moeda metálica e o sistema de crédito e bancário é baseado no dinheiro de crédito.

O conceito de dinheiro e sistema de crédito permite a compreensão da não neutralidade da moeda e de seu caráter endógeno. Segundo Marx, em uma economia capitalista há um fluxo contínuo de mercadorias e pagamentos entre diferentes unidades produtivas que é a base do sistema de crédito. Essas unidades de produção são, muitas vezes, fornecedoras e consumidoras de insumos diversos, gerando dentro de uma mesma cadeia produtiva laços de confiança e interdependência mútua. O dinheiro de crédito surge como

uma alternativa para economizar meios de circulação e expandir sem se chocar com os limites impostos pela base metálica (GERMER, 1994).

Mollo (1991) afirma que o desenvolvimento do crédito desloca no tempo a restrição monetária, no entanto, não a elimina. Em outras palavras, o crédito pode antecipar a produção das mercadorias, porém, em um momento futuro, as dívidas terão que ser pagas ao sistema bancário.

Germer (1994) cita duas funções básicas do sistema bancário: a primeira é executar as operações monetárias rotineiras dos capitalistas e a segunda é centralizar e redistribuir o capital monetário, transformando-o em capital de empréstimo. Para Marx, o capital monetário emprestável é composto pela mais-valia gerada pelo capital industrial e pelo capital rentista daqueles que vivem de rendimentos das aplicações. O autor salienta ainda que a intermediação financeira é necessária para transferir recursos de unidades excedentárias para unidades deficitárias, destacando-se que essas unidades podem alternar suas posições no decorrer do clico capitalista. Por fim, Germer aborda o conceito de capital fictício desenvolvido por Marx e o caráter ilusório de parte da riqueza acumulada nos países capitalistas:

> O que é significativo no conceito de capital fictício é que, ao ser emprestado, o dinheiro concentrado nos bancos se duplica em dinheiro e em títulos que representam direito sobre dinheiro. Assim, por exemplo, se o banco concede um empréstimo a um capitalista industrial, o valor emprestado, que se encontrava no cofre do banco como valor singular, transforma-se em dois: um lado, o dinheiro em espécie, que passa para as mãos do capitalista, para funcionar como capital monetário propriamente dito na aquisição de meios de produção; e, por outro, o título de direito sobre o mesmo valor e, dinheiro, que permanece nas mãos do banco. Assim, um único valor monetário transformou-se aparentemente em dois valores, o que obviamente é impossível, pois só um deles, o dinheiro, é o que constitui valor real (GERMER, 1994, p. 194).

As idéias expostas reforçam a idéia heterodoxa de não neutralidade da moeda, uma vez que o crédito pode romper com as restrições monetárias e, por sua vez, potencializar a capacidade de produção ou invés de gerar processos inflacionários. Para Marx, o crédito potencializa a acumulação de capital das seguintes maneiras: aumenta o ritmo de produção; reduz custos de circulação e antecipa etapas de produção e consumo. Com o desenvolvimento do crédito, o capitalista não precisa mais esperar a realização dos lucros para financiar aumentos de produção (MOLLO, 2004).

A visão ortodoxa entende que a criação de moeda provoca inflação de demanda, já o poder de compra da sociedade se eleva sem que haja alterações na capacidade de produção.

Baseada no pensamento de Marx e Keynes, a heterodoxia apresenta ideias distintas, conforme cita Mollo:

> Para a concepção marxista, todavia, à medida que a moeda vai sendo criada, tem um impacto maior ou menor nos vários setores, o que altera os preços relativos sem que tal alteração garanta que o nível geral de preços esteja sempre subindo. Isso porque, por um lado, nem toda moeda criada é gasta já que pode, por exemplo, ser retida como meio de entesouramento. Por outro lado, nem todo gasto amplia preços, porque tanto a produção quanto a capacidade de produção podem aumentar. Finalmente, e isso é melhor explicado pela heterodoxia pós-keynesiana, o que ocorre em termos de ampliação da capacidade produtiva no curto prazo modifica irreversivelmente a estrutura econômica, impedindo a longo prazo a neutralidade da moeda (MOLLO, 2004, p. 335).

Crocco e Jaime Jr. (2006) apontam para o fato de que a maioria dos pesquisadores em economia regional parte de uma perspectiva neoclássica que considera a moeda como um elemento neutro no longo prazo. No entanto, a abordagem teórica que está implícita nas literaturas pós-keynesianas analisadas reforça o pensamento econômico em que a moeda é capaz de influenciar o funcionamento da economia no curto e longo prazo.

> Para os pós-keynesianos, a moeda não é exógena, entrando no sistema econômico por intermédio do crédito gerado pelos bancos e induzido pela sua demanda. Assim, o crédito permite determinar o investimento, em vez de determinar o nível geral de preços, tornando a moeda parte integrante do processo econômico e não neutra (CAVALCANTE, CROCCO e JAYME JR., 2006, p. 296).

A teoria pós-keynesiana entende a oferta e demanda de crédito como variáveis interdependentes e que são influenciadas pela preferência pela liquidez. Freitas e Paula (2010) destacam que, do ponto de vista das instituições financeiras bancárias, diante de um cenário de expectativas pessimistas ou pouco confiáveis, a preferência pela liquidez terá reflexos diretos na disposição dos bancos em oferecer crédito. Sob a ótica dos tomadores de empréstimos, quanto maior a preferência pela liquidez, menor será a disposição em demandar crédito e maior o interesse em ativos mais líquidos.

Segundo Minsky (1982 *apud* MOLLO, 2004), a preocupação principal dos pós-keynesianos está no efeito negativo que a preferência pela liquidez dos bancos pode ter no processo de investimento, principalmente em momentos de crises financeiras, já que a decisão de não investir pode comprometer de maneira ainda mais significativa a geração de emprego e renda. É neste aspecto que, para Keynes e os pós-keynesianos, reside a não neutralidade da moeda e a posição chave dos bancos, especialmente para a transição de uma escala de produção menor para uma maior.

A análise a respeito da preferência pela liquidez é importante, pois na teoria keynesiana, em uma economia na qual as decisões são individuais, as consequências não são compartilhas pela sociedade. Ou seja, a decisão entre acumular bens de capital ou ativos financeiros é individual e, diante de um cenário de incerteza, é também racional. "A preferência pela liquidez representa um apego a formas mais seguras de acumulação de riqueza" (CARVALHO, 2006, p. 35).

Nota-se que a incerteza é preponderante na determinação da preferência pela liquidez. A partir daí, a caracterização da região em centro ou periferia permite o entendimento das decisões dos bancos em investir ou não, de acordo com as expectativas que cada localidade pode gerar.

Amado (2006) define regiões centrais como aquelas que possuem uma trajetória de crescimento mais estável. O fator dinâmico dessas economias é endógeno, os arranjos institucionais e os mercados são mais desenvolvidos e a produção está concentrada nos setores secundário e terciário. Diferentemente, as regiões periféricas possuem uma economia estagnada com predominância do setor primário e manufatura menos desenvolvida, fato que as torna dependentes de importações e, consequentemente, de regiões centrais.

De acordo com esta caracterização, é possível concluir que nas regiões periféricas os mercados e sistema financeiro são menos desenvolvidos, ou seja, em consequência de uma maior incerteza, há uma tendência de que nessas localidades haja uma maior preferência pela liquidez. Essa preferência se materializa sob dois aspectos: o primeiro está relacionado ao sistema financeiro, em que os bancos terão menor disposição à emprestar; o segundo se refere aos próprios consumidores individuais e empresas que preferirão demandar ativos mais líquidos a investir em bens de capital.

Amado (2006) enfatiza que nas regiões periféricas a criação de meios de pagamentos será problemática, dado a maior preferência pela liquidez e, consequentemente, a menores multiplicadores. Como fator complicador, observa-se nessas localidades o vazamento no fluxo real e financeiro (emprego, renda e depósitos) para as regiões centrais.

> Como observamos anteriormente, há uma tendência ao dreno de liquidez das regiões periféricas para as regiões centrais. Ao mesmo tempo, os agentes demandam ativos mais líquidos na periferia do que no centro. Portanto, os bancos lidam com dois problemas na periferia: a) perdem reservas continuamente para o centro e b) eles perdem mais reservas do que os bancos do centro para o público em geral, já que este tem maior demanda por liquidez. Assim, tanto há problemas com o multiplicador bancário quanto com o multiplicando, e os dois tendem a limitar a criação de liquidez (AMADO, 2006, p. 150).

Sorgato, Ferreira Júnior e Santos (2010), a respeito do processo de vazamento[3] de crédito ou de depósitos, destacam que a concessão de crédito financia gastos com consumo e investimentos, os quais geram rendas que dão origem a novos depósitos, no entanto, o crédito gerado em uma região pode originar depósitos em outra região. Ou seja, o vazamento de depósitos leva ao enfraquecimento do sistema de crédito local, visto que o crédito pode não retornar para a região periférica. Assim, desigualdades estruturais podem se tornar desigualdades financeiras, e estas, por sua vez, podem agravar as primeiras.

De acordo com as definições apresentadas e com a caracterização do comportamento dos consumidores, empresas e bancos, com base na perspectiva pós-keynesiana, conclui-se que a dinâmica financeira tende a gerar e/ou agravar problemas de desenvolvimento regional desigual. Partindo deste pressuposto, são apresentados a seguir alguns estudos que abordam particularidades brasileiras, em que a desigualdade regional financeira é retratada como reflexo de uma desigualdade econômica.

1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE MERCADO BANCÁRIO E CRÉDITO

1.3.1 Aspectos conceituais do mercado bancário e crédito

Para a realização da pesquisa, partiu-se do entendimento que o mercado financeiro é o ambiente em que são processadas transações de ativos financeiros entre agentes superavitários e deficitários. Segundo Pinheiro (2009), os agentes econômicos superavitários recorrem ao mercado financeiro para aplicar seus recursos e aferir ganhos. Uma vez aplicados esses recursos, permite que agentes sem disponibilidade de poupança (deficitários) possam ter acesso ao crédito, seja para complementar a renda ou aplicá-lo de maneira produtiva. Esta fonte de recursos pode ser de indivíduos, empresas ou do governo.

Silva e Porto Júnior (2006, p. 427) destacam que:

> A existência do sistema financeiro está condicionada a imperfeições de mercado, tais como falhas no canal de transmissão de informação entre os agentes econômicos e distanciamento do mercado competitivo (poder de mercado). As trocas entre os agentes tornam-se mais onerosas quanto mais graves são as falhas de mercado, podendo, como caso limite, inviabilizá-las. A intermediação financeira surge, então, como um mecanismo para minimizar tais imperfeições, facilitando (intermediando) a alocação dos recursos entre poupadores e tomadores de empréstimos e, desta forma, permitindo aos investidores produtivos os recursos necessários.

[3] O fenômeno de "vazamento" de crédito e/ou depósito bancário descrito pelos autores acontece quando há migração de recursos das regiões menos desenvolvidas para regiões mais desenvolvidas.

Em muitos trabalhos, os bancos são colocados como os representantes legítimos do sistema financeiro, no entanto, também fazem parte deste sistema as corretoras e distribuidoras de valores, agências de fomento, companhias hipotecárias, empresas de *factoring*, fundos de investimento, fundos de pensão, bolsa de valores, companhias de seguro, entre outras instituições. Sendo assim, o mercado financeiro é dividido em quatro segmentos de intermediação financeira: o mercado monetário, o mercado de capitais, o mercado cambial e o mercado de crédito.

Assaf Neto e Lima (2009) destacam que no mercado monetário são realizadas operações com papéis emitidos pelo Tesouro Nacional, cujos objetivos principais são permitir a execução da política monetária do Governo e financiar necessidades orçamentárias da União. Neste mercado, os recursos são captados em operações de curto e curtíssimo prazo, sendo o responsável pelo controle da liquidez monetária da economia e pela formação das taxas básicas de juros, como o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a Selic[4].

O mercado de capitais representa uma fonte de recursos de longo prazo para investimentos na economia, no qual são negociados títulos mobiliários. Estes títulos mobiliários podem representar parte do capital social das empresas, as ações, ou empréstimos tomados por essas empresas, que são as debêntures[5].

No mercado cambial são realizadas operações de compra e venda de moeda estrangeira. Este mercado inclui importadores, exportadores, investidores e instituições financeiras. De acordo com o Banco Central do Brasil, o mercado de câmbio inclui operações de recebimento, pagamentos e transferências do e para o exterior.

Por fim, o mercado de crédito, tem como objetivo básico suprir as necessidades de recursos de curto e médio prazos dos agentes. A estrutura do mercado de crédito pode ser dividida em mercado de crédito bancário e mercado de crédito com intermediação não bancária.

Pinheiro (2009) caracteriza as instituições financeiras não bancárias como aquelas que são impossibilitadas de captar depósito à vista, sendo assim, não criam moeda escritural e pertencem ao subsistema não monetário do sistema financeiro nacional. São exemplos dessas instituições: banco de investimento, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de

[4] Atualmente o CDI é mais conhecido como Depósito Interfinanceiro (DI), o qual expressa o custo do dinheiro, em um dia, negociado no mercado interbancário. Os CDIs são títulos de emissão das instituições financeiras que lastreiam as operações do mercado interbancário. Selic é a taxa de referência do mercado que regula as operações diárias com títulos públicos federais. A Selic representa a taxa que o BCB compra e vende títulos públicos federais (FORTUNA, 2009).

[5] Debênture é um título emitido por uma sociedade anônima com a finalidade de captar recursos de médio e longo prazo. Esses recursos, normalmente, são destinados a financiar projetos de investimento ou alongamento do perfil do passivo (PINHEIRO, 2009).

crédito, investimento e financiamento, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimos.

O enfoque principal desta pesquisa está nas operações de crédito geradas pelas instituições financeiras bancárias. Diferentemente das instituições financeiras não monetárias, as instituições bancárias são aquelas às quais é permitida a captação de depósitos à vista, tais como os bancos comerciais, caixas econômicas, bancos múltiplos e cooperativas de crédito. Cabe ressaltar que as estatísticas municipais sobre crédito disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil não contemplam dados referentes às cooperativas de crédito.

Silva (1993 *apud* BUENO, 2003), define crédito como o ato de emprestar dinheiro, ou seja, colocar à disposição do cliente determinada quantia monetária, com a promessa de pagamento futuro, tendo como contrapartida uma remuneração, neste caso, definida como taxa de juros. Os autores acrescentam que as operações de crédito são a essência do negócio de um banco comercial.

Epistemologicamente, a palavra crédito deriva do latim *credere*, que significa crer, confiar ou acreditar ou *creditum* que significa confiança. Dessa forma, em uma operação de crédito, o credor está sujeito ao risco de crédito, ou seja, à probabilidade do devedor não cumprir com a promessa de pagamento nas condições pactuadas no ato do negócio.

Segundo Torres Filho (2006), em 2005, mais de 90% do crédito ao setor privado brasileiro era concedido pelos bancos, estatística que denota a dependência do mercado de crédito da atuação dos bancos. Do total do crédito bancário, dois terços eram aplicados de acordo com critérios definidos pela própria instituição financeira e o um terço restante recebia algum tipo de direcionamento alocativo do governo, o chamado crédito direcionado. Independente do crédito ser direcionado ou não, o autor destaca que todas as operações devem seguir normas de prudência fixadas pelo Banco Central do Brasil (BCB).

O BCB distingue as operações de crédito em operações com destinação específica e operações sem destinação específica. A distinção dessas duas categorias é importante, pois em diversas séries estatísticas elas aparecem separadamente. Os financiamentos são as operações realizadas com destinação específica, normalmente são de longo prazo e para realização de benfeitorias e/ou aquisição de bens de consumo duráveis como máquinas, equipamentos e veículos.

As operações sem destinação específica se dividem em empréstimos e desconto de títulos. Na modalidade empréstimos está operações de empréstimos pessoais, capital de giro, cheque especial, conta garantida e os empréstimos de pré-comercialização e comercialização.

As operações de desconto de títulos são aquelas que antecipam ao cliente o valor de um título (BANCO DO BRASIL, 2004).

A operação de crédito realizada em uma instituição bancária envolve, além do tomador de crédito e do intermediador financeiro, os aplicadores de recursos e os garantidores:

a) Tomadores de recursos: agentes que procuram nos bancos os recursos financeiros dos quais necessitam. São os agentes deficitários, clientes, devedores ou mutuários;

b) Intermediadores de recursos: ou intermediador financeiro, neste caso são as instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas instituições são captadoras de recursos e os aplicam em operações de crédito;

c) Aplicadores de recursos: agentes superavitários, como os depositantes, poupadores ou aplicadores. Esses clientes permitem que o banco "guarde" seus recursos, pois acredita que o banco irá devolver seus haveres quando deles precisarem;

d) Garantidores: as garantias são acessórias à intermediação financeira. O agente garantidor fica com a obrigação de honrar o compromisso, caso o devedor principal não o faça.

A partir desta lógica de intermediação financeira apresentada por Banco do Brasil (2004), entende-se a importância do conceito de risco de crédito, que é a probabilidade de que o tomador de recursos não cumpra a promessa de pagamento feita ao intermediador de recursos. Segundo Bueno (2003), o gerenciamento do risco de crédito em uma instituição financeira visa garantir segurança aos investidores, obter rentabilidade aos acionistas e atender a recomendações legais do Conselho Monetário Nacional (CMN), normatizadas pelo BCB.

Conforme definição da Resolução 2682 do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, iniciando no nível AA até o nível H (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999). A classificação da operação é de responsabilidade das instituições financeiras e devem ser amparadas em informações internas e externas consistentes, contemplando, no mínimo os seguintes aspectos:

> I) Em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira; grau de endividamento; capacidade de geração de resultados; fluxo de caixa; administração e qualidade de controles; pontualidade e atrasos nos pagamentos; contingências; setor de atividade econômica e limite de crédito. No caso de operações com pessoas físicas, a análise da renda e patrimônio, também, deve ser levada em consideração.
> II) Em relação à operação: natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez e valores envolvidos nas operações (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999).

A resolução ainda determina que a classificação do risco das operações de crédito deve ser revista, no mínimo: mensalmente por ocasião de atraso no pagamento de parcela de principal ou de encargos; a cada seis meses para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido ajustado, e, a cada doze meses, em todas as situações, exceto para operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja inferior a R$ 50.000,00, para as quais pode ser utilizado modelo interno de avaliação.

O cálculo do risco das operações determinará o percentual a ser provisionado para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) deve ser constituída mensalmente e visa resguardar o sistema financeiro de prováveis perdas na realização dos créditos. Para operações com risco A, devem ser provisionados 0,5% sobre o valor das operações classificadas como de risco A; risco B, 1%; risco C, 3%; risco D, 10%; risco E, 30%; risco F, 50%; risco G, 70% e risco H, 100%.

A partir da definição desses percentuais, é possível constatar que a contratação de operações com elevado risco resulta em uma elevada despesa com provisão para a instituição financeira. No limite, maiores valores provisionados implicam em menos valores disponíveis para novas operações de crédito, fato que tende a reduzir a eficiência operacional e tem reflexos no desempenho da instituição.

A preocupação das autoridades monetárias brasileiras com o risco de crédito e com a solidez do sistema financeiro demonstra o estágio avançado de desenvolvimento bancário em que se encontra o país. A teoria pós-keynesiana destaca que a oferta de crédito é influenciada pelo estágio de desenvolvimento bancário e pela preferência pela liquidez que será discutida adiante. Dessa forma, o papel dos bancos está em intermediar os recursos entre investidores e tomadores, possibilitando a compra de bens de capital que promovam o desenvolvimento da economia. "Bancos em maiores estágios de desenvolvimento têm o poder de recriar moeda, podendo estender sua base de depósitos e, assim, ofertar crédito para a região" (CAVALCANTE, CROCCO, JAYME JR., 2006, p. 302).

1.3.2 Reestruturação bancária e expansão do crédito no Brasil

A implantação do Plano Real marca o início de importantes mudanças no cenário macroeconômico com reflexos no sistema bancário brasileiro. Prates e Freitas (2013) associam a estabilização dos preços à redução de rentabilidade dos bancos, especialmente pela

perda de receitas inflacionárias e de *floating*[6]. Diante da redução de receitas, o bancos tiveram que fazer adequações em sua estrutura de funcionamento, principalmente no que se refere à redução de custos, demissão de funcionários, fechamento de agências e investimentos em automação.

Além de reestruturação dos custos, os bancos procuraram expandir as operações de crédito, com o objetivo de compensar as perdas de receita. No entanto, de 1994 a 2002, não houve avanços significativos na expansão do crédito. Corrêa e Almeida Filho (2001) afirmam que no período pós Plano Real, a política monetária restritiva, as altas taxas de juros e a elevada inadimplência reduziram as operações de crédito e enfraqueceram os ativos dos bancos.

Vasconcelos *et al.* (2004) relatam que, em um cenário de crescente desequilíbrio do balanço de pagamentos brasileiro e da crise mexicana, no final de 1994, começaram a surgir problemas financeiros nas instituições bancárias. Assim, em âmbito estrutural, o governo federal lançou programas de reestruturação do sistema, bem como promoveu a ampliação da abertura financeira, com o aumento da internacionalização do sistema bancário, e a privatização dos bancos estaduais.

> Como corolário desse processo, observamos a internacionalização e o aumento do grau de concentração do sistema bancário brasileiro. Apesar de alguns grandes bancos terem desaparecido (Nacional, Bamerindus e Banespa), o impacto maior deu-se sobre os bancos de médio porte, fossem de atuação regional ou nacional, públicos ou privados, que acabaram absorvidos, por bancos estrangeiros ou por um dos três grandes grupos nacionais, todos com sede no estado de São Paulo. Portanto, ocorreu também um processo de concentração regional dos centros decisórios das instituições bancárias atuantes no Brasil (VASCONCELOS *et al.*, 2004, p. 130)

Além da concentração de sedes de instituições bancária, Sorgato, Ferreira Júnior e Santos (2010) enfatizam que houve um movimento de "migração" das agências para as regiões mais dinâmicas do país, fato que resultou no crescimento de municípios desprovidos de agências bancárias no Brasil.

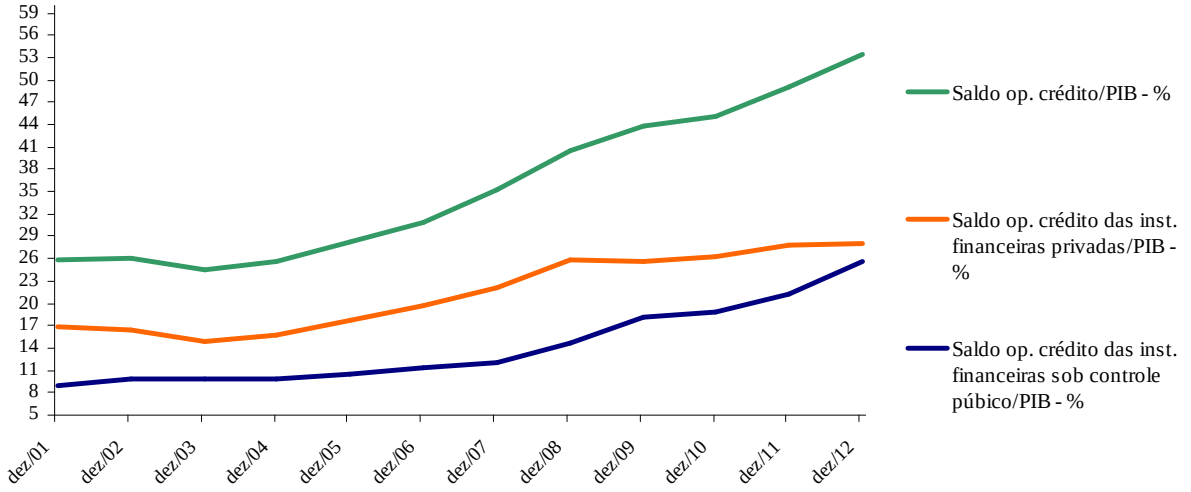
Aspectos relacionados à reestruturação bancária brasileira mostram tendência à concentração regional do sistema financeiro. Corrêa (2006) observa que os bancos estaduais, que tinham um maior compromisso com o desenvolvimento regional, praticamente deixaram de existir, passando por processos de privatizações, encerramento, aquisições, fusões ou

[6] Segundo o BCB, *floating* são recursos transitoriamente mantidos ou depositados em bancos, geralmente sem remuneração para o depositante e/ou correntista. Atualmente as instituições bancárias ainda utilizam o *floating*, no entanto, com o fim do período de altas taxas de inflação, houve uma redução significativa dos ganhos aferidos com esta prática.

transformação em agências de fomento. Essa menor participação dos bancos públicos estaduais contribuiu para o atual cenário de distribuição financeira do Brasil.

De 2003 a 2008, em um contexto de elevação do fluxo de capitais para países emergentes e de apreciação do real, Prates e Freitas (2013) relatam que os bancos redefiniram suas estratégias e passaram a ampliar seus portfólios de ativos, com a oferta de empréstimos às famílias e pessoas jurídicas. Em 2008, com a crise *subprime*, observa-se que os bancos públicos, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, desempenharam uma ação anticíclica e que não houve retração no mercado de crédito do Brasil.

Gráfico 1 - Saldo das operações de crédito/PIB (%) - 2001 a 2012



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)
Elaboração: Autora

O gráfico 1 mostra a expansão do crédito bancário no período de 2001 a 2012. Segundo dados do Banco Central do Brasil, em 2001 o volume total de crédito representava 25,8% do PIB, valor que, em dezembro/2012, elevou para 53,5%.

Araújo (2012) disserta a respeito da expansão do crédito bancário em um período de expansão econômica do Brasil, no período de 2004 a 2007. Segundo dados do Banco Central do Brasil, em 2003 o volume total de crédito representava cerca de 24% do PIB, valor que, em dezembro/2013, se elevou para 56,5%. Este fato pode ser explicado por três fatores: a criação da modalidade de crédito consignado em folha de pagamento no, ano de 2003; redução da taxa Selic e, somado a esses dois fatos, um ambiente macroeconômico favorável,

caracterizado pela expansão do comércio exterior e melhoria da renda de segmentos mais pobres da população brasileira.

1.4 LOCALIZAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO

1.4.1 Fatores que podem influenciar na localização do mercado bancário

A localização bancária é determinada por diversos fatores e, por esse motivo, é necessário realizar pesquisas regionais específicas para conhecer a lógica de localização dos estabelecimentos bancários em nível local. Neste item são apresentados alguns fatores que podem contribuir para a estratégia de localização do mercado bancário, neste caso, mais especificamente, para a localização das agências bancárias e do crédito.

Apesar de existirem alguns fatores específicos para a localização da firma bancária, parte-se do pressuposto de que as decisões econômicas são racionais e irão procurar uma localização que proporcione o maior lucro esperado. A seguir são apresentados alguns fatores que podem influenciar na decisão de localização dos bancos. Os micro e macroeconômicos e políticos estão relacionados mais diretamente à localização das agências bancárias. Já o terceiro fator se refere à confiança no mercado, portanto mais relacionado à concessão de crédito.

1.4.1.1 Fatores micro e macroeconômicos

Silva e Jayme Jr. (2013) definem os fatores microeconômicos como aqueles relacionados ao espaço microrregional onde a firma bancária pretende se localizar. Nesse sentido, cabe a análise das condições de oferta e demanda dos produtos e serviços bancários.

Sob a ótica da oferta, deve ser considerada a quantidade de agências bancárias já existentes na localidade e qual o perfil de atuação das mesmas, bem como os produtos, serviços e preços praticados pela concorrência.

Atualmente, os produtos e serviços bancários oferecidos pelos bancos múltiplos de varejo são semelhantes. No entanto, as agências bancárias podem ter perfil de atuação diferenciado ou segmentado, ou seja, existem agências mais direcionadas para o atendimento à pessoa física, outras especializadas em pessoa jurídica e ainda aquelas específicas para cliente pessoa física de alta renda.

Sendo assim, pode acontecer de uma localidade ter oferta significativa de produtos e serviços direcionados para pessoa física e produtor rural e carência de agências com perfil para atender pessoa jurídica. Importante ressaltar que, agências com perfil de atuação segmentado são encontradas com maior frequência em grandes centros urbanos.

A lógica de análise da demanda é semelhante com as perspectivas observadas no lado da oferta. Para a estratégia de localização bancária é fundamental que se conheça o perfil dos clientes da região na qual se pretende instalar uma agência. Existem localidades que terão demanda maior por serviços relacionados à abertura de conta-corrente, outras podem ter perfil mais aplicador, há aquelas regiões em que a procura maior será por serviços oferecidos à pessoa jurídica, algumas localidades demandarão mais negócios bancários com produtores rurais, dentre outras inúmeras possibilidades de atuação. Dessa forma, conclui-se que os clientes de diferentes regiões possuem necessidades distintas, sendo assim, a característica dessa demanda está estreitamente relacionada ao que a agência bancária deverá ofertar.

Ao buscar um modelo para a localização espacial no setor bancário, Silva e Jayme Jr (2013), apontam como variáveis macroeconômicas a população, a renda e a distribuição espacial da renda. Segundo estes autores, os bancos de varejo tendem a se localizar em regiões com maior população. A população, em tese, seriam os consumidores dos produtos e serviços bancários e também os aplicadores, já que os bancos também precisam captar depósitos à vista para que os mesmos possam ser reinvestidos em forma de crédito bancário.

Uma análise semelhante pode ser feita para o fator renda e distribuição de renda. Segundo Siscú e Crocco (2003), espera-se que regiões com maior PIB e com melhor distribuição de renda atraiam mais agências bancárias. Uma localidade com maior PIB, teoricamente, teria maiores volumes de recursos para aplicar e/ou demandaria mais recursos de crédito. Aliado a este entendimento, uma melhor distribuição de renda implica que uma maior quantidade de pessoas que teria condições de consumir os produtos e serviços bancários.

1.4.1.2 Fatores políticos

Além dos fatores micro e macroeconômicos, Silva e Jayme Jr. (2013) destacam que a decisão locacional de um banco pode ser influenciada por contrapartidas políticas oferecidas pelo governo e/ou empresas privadas de uma região.

As folhas de pagamento dos funcionários de determinada empresa e/ou entidade podem determinar a instalação de uma agência bancária. Do mesmo modo que os convênios

para pagamento de servidores públicos municipais, estaduais e/ou federais são determinantes para a localização de um banco. Os contratos de folha de pagamento, seja com empresas privadas ou entes públicos, normalmente geram uma demanda excedente, que, possivelmente não existiria se não fosse a formalização do referido convênio.

A arrecadação de tributos e tarifas públicas também é um exemplo de serviços prestados às instituições públicas que influenciam na localização das agências bancárias. Este tipo de contrato eleva as receitas dos bancos e, em contrapartida, pode ser necessário que algumas agências sejam criadas.

Por fim, Silva e Jayme Jr. (2013) ainda levantam a hipótese de que existe uma pressão social para que os bancos públicos abram pelo menos uma agência bancária em regiões excluídas dos serviços financeiros.

1.4.1.3 Confiança no mercado

A confiança no mercado se materializa sob dois aspectos. o primeiro está relacionado à disposição dos bancos em ofertar crédito e em qual localidade ofertá-lo; o segundo se refere à vontade dos próprios consumidores individuais e empresas em demandar crédito. A teoria pós-keynesiana entende esta oferta e demanda de crédito como variáveis interdependentes e que são influenciadas pela confiança no mercado que, por sua vez, determina a preferência ou não pela liquidez.

Freitas e Paula (2010) destacam que, do ponto de vista das instituições financeiras bancárias, diante de um cenário de expectativas pessimistas ou pouco confiáveis, a preferência pela liquidez terá resultados diretos na disposição dos bancos em oferecer crédito e em que localidade isso se dará. Sob a ótica dos tomadores de empréstimos, quanto maior a preferência pela liquidez, menor será a disposição em demandar crédito e maior o interesse em ativos mais líquidos.

A preferência pela liquidez é um conceito muito utilizado na teoria pós-keynesiana e significa que, em função do nível de confiança em determinado mercado ou cenário econômico, os agentes econômicos podem optar por formas mais seguras de reprodução e acumulação de riqueza.

Carvalho (2006) destaca que a decisão entre acumular bens de capital ou ativos financeiros é individual e, diante de um cenário de incerteza, é também racional. Sendo assim, a opção dos bancos em ofertar crédito, assim como a decisão do volume a ser emprestado e da localidade onde esses recursos serão aplicados passa pela racionalidade econômica.

Ao trazer esses conceitos para a temática regional, tem-se que a oferta de crédito bancário será maior quando houver uma menor preferência pela liquidez, ou seja, em situações em que houver maior confiança no dinamismo da localidade e nos tomadores de empréstimo. Segundo Amado e Rodríguez-Fuentes (1997 e 2006 *apud* FREITAS e PAULA, 2010), não se trata de uma questão de assimetria de informação, e sim de um problema de confiança diante das informações disponíveis para determinada região. Assim, a localização do mercado bancário, especialmente do crédito, é influenciada pelas expectativas que cada região pode gerar.

1.4.2 Quociente de localização: aspectos metodológicos aplicados ao mercado bancário

A investigação quantitativa da pesquisa analisa a localização das agências bancárias e do crédito no Brasil e no estado de Goiás, nos anos de 2001 e 2011[7]. Sendo assim, o universo da pesquisa compreende todos os estados brasileiros e os municípios goianos, incluindo informações sobre o número de agências bancárias, os municípios com agências bancárias, o tamanho da população, o saldo das operações de crédito e Produto Interno Bruto. Os dados de 2001 e 2011 são analisados comparativamente, dessa forma, é possível verificar como está distribuído regionalmente o crédito e se houve alterações na localização do mercado bancário.

Os dados quantitativos foram obtidos por meio das publicações de domínio público do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento/Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Segplan/IMB), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Banco Central do Brasil (BCB). As informações referentes à quantidade de agências bancárias e ao crédito bancário foram adquiridas no Banco Central do Brasil, por meio da Estatística Bancária por Município (ESTBAN), que disponibiliza dados consolidados sobre o mercado bancário no nível municipal.

No capítulo 2 e 3 são apresentadas, respectivamente, as características socioeconômicas do Brasil e de Goiás, por meio da análise regional da produção setorial e do emprego. A produção é analisada a partir do percentual de participação dos setores

[7] A análise quantitativa dos dados foi iniciada em março de 2014 e, somente em novembro de 2014 foram divulgados informações completas sobre o PIB municipal, ano base 2012. Dessa maneira, o recorte temporal escolhido abrange dez anos e finaliza em 2011, levando em consideração a disponibilidade de dados completos sobre o PIB municipal.

econômicos no valor adicionado (VA)[8] bruto a preço básico nos anos de 2001 e 2011. A análise regional do emprego baseia-se na quantidade de vínculos empregatícios e na faixa de salário, ambas as informações referentes ao mês de dezembro dos anos de 2001 e 2011.

Para as unidades da federação é possível obter-se a participação das atividades no VA estratificado em 12 ramos de atividade econômica: agropecuária; indústria de transformação; construção civil; produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto e limpeza urbana; comércio; serviços de transportes, armazenagem e correios; serviços de informação; atividades imobiliárias e aluguéis; intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados, administração, saúde e educação públicas e seguridade social e outros serviços. No entanto, para os municípios, a participação no VA é detalhada somente para os três grandes setores: agropecuária, indústria e serviços.

A informações sobre os vínculos de emprego e faixa de salários podem ser obtidas no portal do MTE, por meio do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET)[9]. Por meio do acesso *on line* às bases de dados do PDET é possível obter informações sobre o número de empregos formais, bem como as faixas de salário; estratificado, inclusive, por atividade econômica. As informações podem ser obtidas em nível nacional, regional, estadual e municipal. Os setores econômicos podem ser detalhados em oito atividades: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. As faixas de remuneração são as seguintes: até 0,5 salário mínimo; de 0,51 a 1 salário mínimo; de 1,01 a 1,5; de 1,51 a 2; de 2,01 a 3; de 3,01 a 4; de 4,01 a 5; de 5,01 a 7; de 7,01 a 10; 10,01 a 15; de 15,01 a 20 e mais de 20 salários mínimos.

Para a análise regional da produção e do emprego, optou-se por utilizar as informações com o mesmo nível de detalhamento, ou seja, o VA, o número de vínculos empregatícios e as faixas de remuneração são discriminados de acordo com a participação nos grandes setores da economia: agropecuária, indústria e serviços.

O número de agências bancárias processadas (em funcionamento) e o saldo total de crédito no mês de dezembro de cada ano[10] (2001 e 2011) são as variáveis estudadas e, neste trabalho, representam o mercado bancário.

---

[8] O valor adicionado (VA) bruto a preço básico é obtido por meio da soma dos valores adicionados das atividades econômica. Ou seja, o VA corresponde ao valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Se adicionado os impostos líquidos de subsídios ao VA, obtém-se o PIB.

[9] O acesso "*on line* às Bases de Dados" pode ser realizado por meio do usuário "basico" e senha "12345678".

[10] O Banco Central do Brasil, em sua base de dados estatística, utiliza as expressões "agências bancárias processadas" e "operações de crédito". Na pesquisa, trataremos, respectivamente como "agências bancárias em funcionamento" e "crédito bancário" ou "saldo de operações de crédito".

Quadro 1 - Dados utilizados e suas respectivas fontes

Dados	Fonte
Valor adicionado	IBGE/IMB
Número vínculos empregatícios	MTE
Remuneração - Faixa de salários	MTE
Número de municípios com agências bancárias	BCB/ESTBAN
Número de municípios totais nos estados/país	IBGE
Número de agências bancárias	BCB/ESTBAN
População (número de habitantes)	IPEA
Saldo de operações de crédito	BCB/ESTBAN
PIB	IBGE

As estatísticas bancárias por município, referente ao mês de dezembro dos anos de 2001 e 2011, foram obtidas no ESTBAN. A planilha de dados gerada pelo aplicativo detalha informações municipais. Sendo assim, foi necessário um tratamento dos dados, agrupando os municípios por estado para que fosse possível obter as informações por nível estadual.

Em um primeiro momento são analisados os valores absolutos do número de agências bancárias e o saldo de crédito, ou seja, independentemente do PIB e população do estado ou município. No segundo, é aplicada a metodologia denominada Quociente de Localização[11] que, além de considerar o tamanho da população e do PIB, mede o nível de concentração relativa do mercado bancário dos estados em relação ao Brasil e dos municípios em relação à Goiás.

Ao utilizar o Quociente de Localização (QL) é possível verificar o nível de concentração relativa do mercado de crédito nos estados e municípios, sempre em relação ao mercado brasileiro e de Goiás e considerando as proporcionalidades do tamanho da população ou do PIB.

Para a análise nos estados brasileiros, cujos resultados serão apresentados no próximo capítulo, se QL > 1, significa que o mercado de bancário (agências e/ou crédito bancário) está relativamente concentrado na unidade federativa, se comparado à unidade territorial de referência, neste caso o Brasil. Se QL < 1, significa que não há concentração do mercado de

[11] Sicsú e Crocco (2003) utilizam o Quociente de Localização em seu trabalho, denominando-o de Índice de Distribuição Espacial de Agências Bancárias. Para obter este índice, os autores empregam expressões matemáticas distintas, mas que chegam ao mesmo resultado numérico proporcionado pela fórmula do QL definida nesta pesquisa. Crocco *etal.* (2009), utiliza o Índice Regional de Crédito que, também de maneira análoga ao QL, é uma razão matemática que indica a participação relativa de uma região no total de créditos concedidos no Brasil e a participação relativa desta região no PIB Brasileiro.

crédito no estado, se comparado ao Brasil. De maneira análoga, se QL = 1, significa que a concentração observada no estado é igual à concentração existente no Brasil (DELGADO; GODINHO, 2005).

De maneira semelhante, para a análise dos municípios goianos que será apresentada no terceiro capítulo, se QL > 1, significa que o mercado bancário está relativamente concentrado no município, se comparado ao estado de referência, neste caso Goiás. Se QL < 1, significa que não há concentração do mercado bancário do município, se comparado a Goiás e, de maneira análoga, se QL = 1, significa que a concentração observada no município é igual à concentração existente em Goiás (DELGADO; GODINHO, 2005).

$$QLec = \frac{\frac{Xec}{Xe}}{\frac{Xpc}{Xp}}, QL \geq 0$$

Sendo,

QL_{ec} - Quociente de localização da atividade "c" na região "e";
x_{ec} - Valor da atividade "c" na região "e";
x_e - Valor total da atividade considerada na região "e";
x_{pc} - Valor da atividade "c" na região de referência "p";
x_p - Valor total da atividade considerada na região de referência"p".

No segundo capítulo, a região "e" são os estados e o distrito federal. Já a região de referência "p" é sempre o Brasil. A análise das atividades concentra-se nos indicadores já citados e relacionados ao mercado de crédito. Optou-se por realizar o cálculo de quatro quocientes de localização[12], de maneira que seja possível verificar como está localizado o mercado de crédito sob distintos aspectos, conforme a seguir:

I) Municípios com agências bancárias em relação ao número de municípios total de cada estado, sendo a região de referência o Brasil:

[12] Os Quocientes de Localização representados nas fórmulas a seguir expressam duas relações: uma relação é do mercado bancário (agências bancárias ou crédito bancário) com a população ou PIB da região. A segunda relação, presente na mesma fórmula, é da região considerada com a região de referência. Nesta pesquisa, especificamente, tem-se os estados em relação ao Brasil e os municípios de Goiás em relação ao estado de Goiás.

$$QL = \frac{\frac{n^o_de_municípios_c/_agências_bancárias_no_estado}{n^o_total_de_municípios_do_estado}}{\frac{n^o_de_municípios_c/_agências_bancárias_no_Brasil}{n^o_total_de_municípios_do_Brasil}}$$

II) Quantidade de agências bancárias em relação ao número de habitantes (população):

$$QL = \frac{\frac{n^o_de_agências_no_estado}{população_do_estado}}{\frac{n^o_de_agências_no_Brasil}{População_do_Brasil}}$$

III) Quantidade de agências bancárias em relação ao PIB de cada estado, sendo a região de referência o Brasil:

$$QL = \frac{\frac{n^o_de_agências_no_estado}{PIB_do_estado}}{\frac{n^o_de_agências_no_Brasil}{PIB_de_Brasil}}$$

IV) Volume total de operações de crédito em relação ao PIB estadual, tendo como região de referência o Brasil:

$$QL = \frac{\frac{crédito_bancário_no_estado}{PIB_do_estado}}{\frac{crédito_bancário_no_Brasil}{PIB_do_Brasil}}$$

No terceiro capítulo, uma análise semelhante é feita para os municípios do estado de Goiás. Sendo assim, a região "e" são os municípios goianos e região de referência é sempre Goiás. A análise concentra-se nos mesmos indicadores, diferentemente, optou-se por realizar o cálculo de três quocientes de localização[13], conforme a seguir:

I) Quantidade de agências bancárias em relação ao número de habitantes (população) de cada município, sendo o estado de Goiás a região de referência:

[13] A análise "I" realizada no segundo capítulo (municípios com agências bancárias em relação ao número de municípios total de cada estado, sendo a região de referência o Brasil), não se aplica ao terceiro capítulo no qual região de referência é o estado, e não o Brasil.

$$QL = \frac{\frac{n^o_de_agências_no_município}{população_do_município}}{\frac{n^o_de_agências_em_Goiás}{população_de_Goiás}}$$

II) Quantidade de agências bancárias em relação ao PIB de cada município, sendo o estado de Goiás a região de referência:

$$QL = \frac{\frac{n^o_de_agências_no_município}{PIB_do_município}}{\frac{n^o_de_agências_em_Goiás}{PIB_de_Goiás}}$$

III) Crédito bancário em relação ao PIB de cada município, tendo como região de referência Goiás:

$$QL = \frac{\frac{crédito_bancário_no_município}{PIB_do_município}}{\frac{crédito_bancário_em_Goiás}{PIB_de_Goiás}}$$

No estado de Goiás aproximadamente 40% dos municípios não possuem agências bancárias e, por consequência, não possuem saldo de operações de crédito. Esta particularidade foi levada em consideração ao se calcular o Quociente de Localização.

Para o cálculo, poder-se-ia optar por considerar como valor de referência o total da população e do PIB do estado de Goiás, ou seja, incluir municípios que possuem agências e os que não possuem. Por outro lado, poder-se-ia considerar como valor de referência somente o total da população e do PIB daqueles municípios com estabelecimentos bancários. Foram calculados os QL das duas maneiras e os resultados não apresentaram divergências significativas, sendo assim, optou-se pela primeira metodologia de cálculo, ou seja, considerando todos os municípios.

Com o objetivo de facilitar a visualização e comparação dos resultados obtidos, as informações sobre os diversos quocientes de localização foram ilustradas em mapas, por meio do *sofware Arcgis*. O programa utilizado permite a classificação dos estados e municípios em classes. A classificação escolhida foi a *Jenks*, na qual é possível minimizar a variância intraclasses e maximizar a variância interclasses, dando origem a classes homogêneas (*clusters*).

A classificação *Jenks* foi aplicada para o ano de 2011 (o dado disponível mais recente). Os limites de classificação definidos pela metodologia *Jenks* para o ano de 2011, foram aplicados manualmente para o ano de 2001, o que possibilitou a uma melhor comparação entre os dois anos observados nesta pesquisa. Ao aplicar, manualmente, os limites de classificação, observou-se os valores mínimos e máximos de QL, visto que os mesmos podem ser distintos para cada ano base de análise.

No segundo capítulo, os estados são agrupados e separados por cores diferentes, cada cor representa um intervalo de quociente de localização. No terceiro capítulo, os municípios com agências bancárias e crédito diferente de zero também foram divididos em cinco classes. No entanto, os municípios que não possuem agências e crédito apresentam QL= 0 e foram colocados em uma classe separada. Portanto, há seis classes de municípios nas legendas dos mapas.

Os estados e municípios são agrupados e separados por cores diferentes, cada cor representa um intervalo de quociente de localização. Esses intervalos foram definidos para cada série de dados de acordo com a metodologia de *Jenks*. Dessa maneira, cada representação cartográfica possui uma legenda, sendo que, a mesma cor, em diferentes mapas, pode representar níveis de concentração e intervalos de quociente de localização distintos.

2 LOCALIZAÇÃO REGIONAL DAS AGÊNCIAS E DO CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL

Pensar a lógica de localização das agências e do crédito bancário requer uma análise regional da atividade produtiva e do emprego no país. Com base nisso, após abordar as características socioeconômicas do Brasil, o capítulo apresenta parte dos resultados da pesquisa documental, especialmente sobre a localização do mercado bancário no país e algumas considerações a respeito de sua tendência à concentração regional.

2.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO BRASIL

Após a discussão do processo socioeconômico do desenvolvimento, apresenta-se a seguir uma análise de questões territoriais e regionais. Assim como o Brasil se insere em uma divisão internacional do trabalho, a expansão da economia brasileira resultou em mudanças na divisão regional do trabalho no território nacional, assunto discutido com certa recorrência por alguns teóricos brasileiros.

No Brasil, a coincidência da localização espacial de recursos naturais como a terra e, posteriormente, do setor exportador e do setor secundário foi determinante para a dinâmica interna de concentração da atividade industrial. Em outras palavras, “motivos históricos levaram à localização na mesma área geográfica dos elementos decisivos para um processo de industrialização” (TAVARES, 1972, p. 101). A partir da crise dos anos 1930, segundo esta autora, além de mercado consumidor, a região Centro-Sul apresentava capacidade de investimentos, dada a liberação de recursos do setor exportador, e a região tornou-se fortemente polarizada. Assim, o aumento dos desequilíbrios regionais é resultado de uma tendência de concentração produtiva em torno desta região polarizada.

De acordo com Cano (1977), a região Centro-Sul, principalmente o estado de São Paulo, foi a primeira a resolver problemas de infraestrutura como o de energia elétrica, transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicações e de urbanização. Dessa maneira, foram sendo criadas as bases para sua formação industrial já que se reduziam os gastos de inversão e custos de produção, resultando na concentração industrial na região.

O desenvolvimento histórico problemático, com baixa integração agroexportadora ao mercado internacional e precário desenvolvimento de relações capitalistas de produção foram

apontados como as principais causas do atraso de certas regiões consideradas como periferia nacional. Dessa maneira, mesmo quando surgiram oportunidades destas economias se integrarem ao processo de formação do mercado nacional, elas se defrontaram com a concorrência da economia paulista, a qual possuía uma base capitalista mais avançada e uma estrutura produtiva mais diversificada (CANO, 1985).

Oliveira (1989), também destaca a perda de capacidade competitiva das outras regiões em relação ao Sudeste e afirma que, em consequência disso, partir da década de 1950, percebe-se um agravamento das disparidades regionais. Estudos sobre a participação dos setores da economia na composição do PIB do Brasil e das regiões, entre 1947 e 1968, permitem afirmar que houve uma redivisão regional do trabalho a partir da expansão industrial do Sudeste. Essas mudanças foram observadas principalmente para o Nordeste e Sul que, conforme dados da pesquisa, aumentaram substancialmente suas participações no total da agricultura e perderam participação no setor industrial. Portanto, a redivisão do trabalho confirma-se no fato do Sudeste transferir a atividade agrícola para o Nordeste e Sul, alterando a base de sua estrutura produtiva.

Nos estudos de Oliveira (1989) a respeito das mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil, o autor caracteriza as regiões brasileiras conforme suas relações com a região Sudeste:

Assim como a divisão internacional do trabalho impôs a deterioração dos termos de troca em desfavor dos países da América Latina, a divisão inter-regional do trabalho estabeleceu o mesmo esquema em detrimento das regiões Nordeste e Sul. Nessas regiões a participação no setor industrial cai devido à nova importância que adquire a agricultura. O destaque no setor agrícola fez com que essas regiões passassem a vender mais produtos primários para comprar produtos industrializados do Sudeste, que detinha quase que "monopólio" do setor industrial e, conseqüentemente, absorvia todos os ganhos deste setor altamente produtivo. Em segundo lugar, é importante considerar a dificuldade de concorrer com o setor industrial do Sudeste que se beneficiava de economias de escala e de técnicas mais avançadas.

O Norte, devido à dificuldade de transporte e comunicações, mantinha se isolado do mercado interno, fato que contribuiu para que sua economia não fosse afetada pela redivisão inter-regional do trabalho, fruto da industrialização no Sudeste.

No centro-oeste a atividade industrial praticamente não existia, portanto não sofreu concorrência do Sudeste. Por outro lado, a produção agrícola ampliou-se devido à extensão da fronteira agrícola para os estados de Mato Grosso e Goiás, face à demanda de bens primários

do Sudeste. Além disso, observa-se o desenvolvimento de uma industrialização mais voltada para a transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas. O Centro-Oeste ainda apresenta peculiaridades e como Oliveira afirma é “uma criação do Sudeste e no que se refere ao seu setor agrícola pode ser considerada como uma reserva de ‘acumulação primitiva’ para a expansão do sistema, já que seu setor industrial é inexpressivo e cresce em função da renda gerada pelas atividades agropecuárias” (OLIVEIRA, 1989, p.74).

A redivisão inter-regional do trabalho ocorreu de maneiras distintas para cada região, dito em outras palavras, a relação com o Sudeste dependeu da estrutura econômica encontrada em cada região. Nesse sentido, o crescimento industrial deve ser somando à ausência de crescimento correspondente nas outras regiões. Como consequência, houve um crescimento das disparidades e Oliveira (1989) destaca a necessidade de planejamento regional no Brasil.

As desigualdades regionais agravadas pelo início do processo de industrialização brasileira na primeira metade do século XX ainda tem consequências nas disparidades observadas atualmente no Brasil. A seguir, a pesquisa detalha como está configurado regionalmente e nos estados a produção setorial e o emprego. Essas duas abordagens auxiliam na compreensão econômica e social das regiões.

2.1.1 Análise regional da produção

O desenvolvimento desigual das regiões possui explicações históricas, naturais, culturais, políticos, sociais e econômicos. Nesta seção serão abordadas algumas características do produto das regiões brasileiras, sendo assim, o foco é nos aspectos econômicos, especialmente aqueles relacionados a produção. A tabela 1 mostra que na última década não houve alterações significativas no percentual de participação das regiões no PIB total do Brasil[14].

Tabela 1 - Participação das Regiões no PIB total do Brasil (%) - 2001 e 2011

Região	2001	2011
Norte	4,54	5,40
Nordeste	12,55	13,40
Sudeste	57,69	55,41
Sul	16,70	16,22
Centro-Oeste	8,52	9,57
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE
Elaboração: Autora

[14] No apêndice desta dissertação consta tabela com a participação das Unidades da Federação no PIB do país.

Alguns autores citados por Figueirêdo (2006) argumentam que existem certas evidências de retornos decrescentes de capital em determinadas regiões. Isso significa dizer que regiões mais pobres tendem a crescer mais rapidamente que regiões mais ricas. Esta ideia vai ao encontro da teoria defendida por Piketty (2014, p. 77) que aponta para "um processo de convergência no âmbito mundial, no qual países emergentes reduzem seus atrasos em relação aos desenvolvidos".

As informações contidas na tabela 1 mostram que as regiões Sudeste e Sul reduziram sua participação no PIB do país, enquanto as demais regiões elevaram. As variações, apesar de pequenas, chamam atenção para uma tendência de redução das desigualdades inter-regionais, assim como defendem os autores citados no parágrafo acima.

Para os anos de 2001 e 2011, mais de 50% do PIB está concentrado no Sudeste, sendo que mais de 30% do PIB do país é produzido no estado de São Paulo. As desigualdades intra-regionais podem ser observadas dada a participação dos outros estados na economia brasileira: Rio de Janeiro detém 11% do PIB, seguido por Minhas Gerais que possui cerca de 8% e Espírito Santo com aproximadamente 2%.

A tabela 2 mostra a participação das atividades econômicas no VA para a região e estados do Sudeste.

Tabela 2 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo Unidades da Federação da região Sudeste (%) - 2001 e 2011

Região/Estado	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
SUDESTE	3,3	3,2	28,5	29,4	68,2	67,4
Minas Gerais	9,4	9,2	28,9	32,8	61,7	58,0
Espírito Santo	9,4	6,2	29,3	38,5	61,2	55,2
Rio de Janeiro	0,7	0,4	23,3	30,4	76,1	69,2
São Paulo	2,3	2,1	30,1	27,4	67,6	70,5

Fonte: IBGE/IMB
Elaboração: Autora

Comparativamente às demais regiões do Brasil, o setor da agropecuária tem participação pequena no VA, em função, principalmente, do desempenho inexpressivo dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo nesta atividade. Com relação à participação do setor industrial, os estados da região possuem desempenho homogêneo e superior ao da maioria das demais unidades da federação do país. Nos estados da região Sudeste destaca-se a produção

da indústria de transformação, com exceção do Rio de Janeiro, no qual a indústria extrativa tem apresentado percentuais de participação crescentes no VA, sendo, em alguns anos, superior à participação da indústria de transformação. O setor de serviços é mais pujante nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A região Sul possui a segunda maior participação no PIB do Brasil. Com relação aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, observa-se que as diferenças na participação do PIB do país são menores. A tabela 3 apresenta dados da região Sul, em que Santa Catarina é o estado que possui maior participação da indústria no VA e menor participação da agropecuária e do setor de serviços. Todos os estados da região Sul apresentaram elevação na participação do setor de serviços no VA, assim como uma redução da participação da agropecuária.

Tabela 3 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo Unidades da Federação da região Sul (%) -2001 e 2011

Região/Estado	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
SUL	9,6	8,2	30,6	29,0	59,8	62,7
Paraná	9,1	8,7	30,7	27,3	60,3	64,1
Santa Catarina	8,9	6,0	34,9	35,1	56,2	59,0
Rio Grande do Sul	10,4	9,2	28,3	26,9	61,3	64,0

Fonte: IBGE/IMB

Elaboração: Autora

A região Nordeste participa com 13% no PIB do Brasil. A região é composta por nove estados, sendo que cinco deles, possui participação no PIB do país inferior a 1% (Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe). O PIB da Bahia é o mais representativo no PIB do país, seguido pelos estados de Pernambuco, Ceará e Maranhão. Ainda com relação a participação do PIB dos estados no PIB nacional, todas as Unidades da Federação do Nordeste elevaram sua participação se comparados os números de 2001 e 2011, fenômeno não observado para 100% dos estados que compõem o Sudeste e Sul.

As informações da tabela 4 mostram a participação das atividades econômicas no VA de cada estado. A participação do setor industrial e de serviços não apresenta variações significativas do ano de 2001 para 2011. Diferentemente, o setor agropecuário apresenta oscilações e, devido a pouca relevância do setor, não é possível atestar a vocação

agropecuária de algum estado. Tendo como parâmetro a participação do setor industrial do VA, pode-se afirmar que o Maranhão e Piauí são os estados menos industrializados.

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo Unidades da Federação da região Nordeste (%) - 2001 e 2011

Região/Estado	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NORDESTE	8,3	6,6	23,5	23,6	68,3	69,9
Maranhão	16,6	17,5	16,0	17,5	67,4	64,9
Piauí	11,5	7,4	15,2	18,4	73,3	74,2
Ceará	6,7	4,7	22,6	22,2	70,8	73,1
Rio Grande do Norte	2,5	3,7	25,5	23,7	72,0	72,6
Paraíba	8,6	4,5	21,5	21,5	69,8	74,0
Pernambuco	4,4	3,5	22,1	24,0	73,5	72,6
Alagoas	16,2	6,1	21,5	25,2	62,3	68,7
Sergipe	4,3	3,5	31,2	28,8	64,5	67,7
Bahia	8,9	7,4	27,1	26,2	64,0	66,3

Fonte: IBGE/IMB
Elaboração: Autora

Com exceção do Rio Grande do Norte, em todos os estados do Nordeste houve redução da participação da agropecuária no VA. Os estados da Paraíba e Alagoas foram os que apresentaram redução mais significativa. Em contrapartida, na Paraíba houve crescimento na participação do setor de serviços e, em Alagoas, observou-se crescimento na participação do setor da indústria e serviços.

A região Centro-Oeste, assim como os estados que dela fazem parte, apresenta participação crescente no PIB do país, se comparados os anos de 2001 e 2011. O Distrito Federal, seguido pelo estado de Goiás são as economias que detêm maior participação no produto nacional.

Com base na tabela 5, é possível atestar que o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são os estados com maior vocação para a atividade agropecuária. Goiás é o estado onde o setor industrial possui maior participação no VA. Neste estado, a indústria de transformação é o subsetor industrial que mais cresceu no período de 2001 a 2011, e se manteve com a maior participação no VA da indústria. No Distrito Federal, o setor de serviços possui participação no VA significativamente superior às demais atividades, com destaque para o subsetor de

administração, saúde, educação públicas e seguridade social que participa com mais de 50% no VA.

Tabela 5 - Participação das atividades econômicas VA, segundo Unidades da Federação da região Centro-Oeste (%) - 2001 e 2011

Região/Estado	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
CENTRO-OESTE	10,6	9,8	13,7	16,3	75,7	73,9
Mato Grosso do Sul	23,0	14,0	17,6	22,8	59,4	63,1
Mato Grosso	26,0	24,1	17,4	18,6	56,6	57,3
Goiás	15,1	12,5	24,4	26,8	60,5	60,7
Distrito Federal	0,3	0,3	5,7	6,4	93,9	93,3

Fonte: IBGE/IMB

Elaboração: Autora

A região Norte é que possui menor participação no PIB do país. No entanto, assim como acontece no Nordeste e Centro-Oeste, de 2001 para 2011, a região e os estados a ela pertencentes vêm aumentando o seu percentual de participação no PIB do país. Com base na participação das atividades econômicas no VA apresentada na tabela 6, pode-se afirmar que os estados da região Norte são heterogêneos entre si.

Tabela 6 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo Unidades da Federação da região Norte (%) - 2001 e 2011

Região/Estado	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NORTE	10,7	9,3	28,8	34,0	60,6	56,7
Rondônia	17,7	20,2	13,1	19,0	69,3	60,8
Acre	17,0	17,7	10,0	13,4	72,8	68,9
Amazonas	3,6	6,9	43,7	41,7	52,7	51,4
Roraima	10,6	4,5	10,4	11,4	79,0	84,1
Pará	11,7	6,1	29,5	42,5	58,8	51,5
Amapá	4,1	3,3	13,0	8,1	82,9	88,6
Tocantins	21,2	17,1	22,9	21,5	56,0	61,4

Fonte: IBGE/IMB

Elaboração: Autora

A agropecuária possui maior participação no VA em Rondônia, Acre e no Tocantins. Comparativamente aos demais estados, Amazonas e Pará são onde o setor industrial possui maior participação no VA. Em Rondônia, a elevação na participação da indústria no VA foi consequência da expansão do subsetor de construção civil, no Amazonas destaca-se a produção da indústria de transformação na Zona Franca de Manaus, no Pará observa-se o crescimento da produção da indústria extrativa.

2.1.2 Análise regional do emprego

Após analisar a produção regional, a seção a seguir apresenta números e considerações a respeito do emprego e das faixas de remuneração salarial praticadas nas regiões brasileiras. O número de vínculos empregatícios ativos no mês de dezembro é distribuído de acordo com os grandes setores da economia: agropecuária, indústria e serviços. No entanto, para o melhor entendimento do cenário brasileiro e para os objetivos da pesquisa, é necessária a análise dos salários pagos aos trabalhadores, em cada atividade econômica e em cada região.

As informações da tabela 7 apresentam a quantidade de vínculos empregatícios e o percentual de participação de cada atividade econômica, segundo faixas de remuneração[15].

Tabela 7 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sudeste - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	8,6%	3,6%	14,5%	16,3%	76,9%	80,1%
0,51 a 1,00 SM	19,8%	10,9%	14,7%	15,2%	65,5%	73,9%
1,01 a 1,50 SM	10,7%	4,8%	17,6%	17,4%	71,7%	77,7%
1,51 a 2,00 SM	6,1%	2,8%	23,1%	25,1%	70,8%	72,1%
2,01 a 3,00 SM	2,9%	2,2%	25,9%	29,0%	71,2%	68,8%
3,01 a 4,00 SM	1,9%	1,7%	26,1%	29,7%	72,0%	68,6%
4,01 a 5,00 SM	1,5%	1,2%	26,3%	28,2%	72,2%	70,6%
5,01 a 7,00 SM	1,0%	0,9%	24,4%	27,5%	74,6%	71,6%
7,01 a 10,00 SM	0,7%	0,5%	27,1%	28,5%	72,2%	71,0%
10,01 a 15,00 SM	0,5%	0,4%	29,4%	29,6%	70,1%	70,0%
15,01 a 20,00 SM	0,5%	0,3%	29,2%	30,1%	70,3%	69,6%
Mais de 20,00 SM	0,4%	0,3%	28,0%	30,4%	71,6%	69,4%
{ñ class}	4,4%	3,5%	20,6%	29,9%	75,0%	66,6%
Total	3,9%	2,9%	24,4%	25,2%	71,7%	71,9%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

[15] "Faixa Remun Dezem (SM)" é uma abreviação utilizada nas tabelas dos itens 2.1.2 e 3.1.2 desta dissertação e corresponde às faixas de remuneração, no mês de dezembro, expressas em salários mínimos (SM).

No total, as atividades econômicas da região Sudeste participam no volume de empregos em percentuais semelhantes aos observados no VA. No setor de serviços, para todas as faixas salariais, a participação na quantidade de empregos representa cerca de 70%. O setor industrial participa com percentuais superiores a 25% dos empregos quando as faixas de remuneração são maiores que dois salários mínimos. Para faixas de remuneração inferior a dois salários mínimos, o percentual de participação da atividade industrial é inferior a 20%. No setor agropecuário, as conclusões são inversas: a atividade apresenta maiores percentuais de participação nas faixas de remuneração de até um salário mínimo e meio. Para faixas salariais superiores a cinco salários mínimos, a participação da agropecuária não ultrapassa 1%.

Diferentemente, a tabela 8 mostra qual o percentual de vínculos empregatícios em cada faixa de remuneração, separado por atividade econômica. Na região Sudeste, nas três atividades econômicas, de 2001 para 2011, aumentou o percentual de vínculos empregatícios cuja remuneração é de até dois salários mínimos. De maneira inversa, no mesmo período, reduziu o percentual de vínculos empregatícios com remuneração superior a três salários mínimos.

Tabela 8 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Sudeste - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,5%	0,6%	0,1%	0,3%	0,2%	0,5%
0,51 a 1,00 SM	14,6%	13,1%	1,7%	2,1%	2,6%	3,6%
1,01 a 1,50 SM	32,1%	36,0%	8,4%	14,7%	11,7%	23,1%
1,51 a 2,00 SM	19,1%	19,3%	11,6%	19,8%	12,0%	19,9%
2,01 a 3,00 SM	16,7%	15,0%	24,2%	22,1%	22,6%	18,4%
3,01 a 4,00 SM	5,8%	5,6%	12,9%	11,1%	12,1%	9,0%
4,01 a 5,00 SM	3,0%	2,3%	8,2%	6,4%	7,7%	5,6%
5,01 a 7,00 SM	2,5%	1,9%	9,8%	6,9%	10,2%	6,3%
7,01 a 10,00 SM	1,3%	0,8%	7,9%	4,9%	7,2%	4,2%
10,01 a 15,00 SM	0,7%	0,4%	6,0%	3,4%	4,8%	2,9%
15,01 a 20,00 SM	0,3%	0,1%	2,5%	1,6%	2,1%	1,3%
Mais de 20,00 SM	0,4%	0,2%	4,2%	2,1%	3,6%	1,7%
{ñ class}	3,2%	4,7%	2,4%	4,6%	3,0%	3,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

A agropecuária é a atividade econômica que mais concentra vínculos empregatícios (superior a 80%) na faixa de remuneração de até três salários mínimos. No setor industrial e

de serviços, de 2001 a 2011, a participação das faixas de remuneração de até três salários mínimos elevou-se em quinze pontos percentuais.

Os resultados apresentados na tabela 9 mostram a atividade agropecuária detém cerca de 3% dos vínculos empregatícios da região Sul, enquanto esta mesma atividade, a participação no VA corresponde a aproximadamente 10% para os anos de 2001 e 2011. Fenômeno contrário é observado no setor industrial, que participa com cerca de 28% no VA, mas detém em torno de 32% dos vínculos empregatícios da região.

Tabela 9 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sul - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	5,1%	2,6%	20,5%	25,7%	74,4%	71,7%
0,51 a 1,00 SM	8,5%	3,6%	19,2%	21,9%	72,3%	74,5%
1,01 a 1,50 SM	10,3%	5,3%	28,2%	26,2%	61,6%	68,5%
1,51 a 2,00 SM	5,0%	3,6%	34,7%	35,7%	60,3%	60,7%
2,01 a 3,00 SM	3,2%	2,3%	36,1%	36,3%	60,8%	61,4%
3,01 a 4,00 SM	1,9%	1,3%	33,8%	34,5%	64,3%	64,2%
4,01 a 5,00 SM	1,2%	0,8%	31,4%	31,4%	67,4%	67,8%
5,01 a 7,00 SM	0,9%	0,7%	28,7%	29,2%	70,4%	70,1%
7,01 a 10,00 SM	0,9%	0,6%	27,6%	28,1%	71,5%	71,3%
10,01 a 15,00 SM	0,9%	0,5%	27,0%	26,4%	72,1%	73,1%
15,01 a 20,00 SM	1,1%	0,4%	25,7%	22,7%	73,3%	76,9%
Mais de 20,00 SM	1,0%	0,5%	26,0%	20,9%	73,0%	78,7%
{ñ class}	3,7%	3,0%	31,2%	40,5%	65,1%	56,5%
Total	3,8%	2,9%	31,8%	32,1%	64,3%	65,0%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

No setor agropecuário, a maior concentração de vínculos empregatícios está na faixa salarial de 1,01 a 1,5 salários mínimos e a menor concentração para empregos cujo salário seja superior a 5,01 salários mínimos. Ainda comparativamente às demais atividades econômicas, o setor industrial tem menor participação nas faixas de remuneração de até um salário mínimo. O setor de serviços participa com cerca de 65% dos vínculos formais de emprego, sendo que este percentual não sofre grandes alterações de acordo com a faixa de remuneração. No setor de serviços, destaca-se, de 2001 para 2011, uma elevação de participação na faixa de remuneração de 1,01 a 1,5 salários mínimos.

A tabela 10 apresenta o percentual de vínculos empregatícios em cada faixa de remuneração, separado por atividade econômica. A análise comparativa entre os anos de 2001

e 2011 permite observar que, na atividade agropecuária, observa-se uma elevação do percentual de vínculos empregatícios nas faixas de remuneração de 1,01 a 1,5 e 1,51 a 2 salários mínimos. De maneira inversa, para salários acima de 2,01 salários mínimos, há uma redução de participação nos vínculos empregatícios. Conforme informações da tabela 10, esta situação também é diagnosticada para o setor industrial e de serviços.

Tabela 10 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Sul - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,4%	0,4%	0,2%	0,3%	0,4%	0,5%
0,51 a 1,00 SM	6,9%	4,3%	1,9%	2,4%	3,5%	4,0%
1,01 a 1,50 SM	32,8%	38,5%	10,8%	17,1%	11,7%	22,1%
1,51 a 2,00 SM	24,7%	26,7%	20,6%	23,8%	17,7%	20,1%
2,01 a 3,00 SM	19,6%	16,9%	26,8%	24,4%	22,4%	20,4%
3,01 a 4,00 SM	5,9%	4,3%	12,7%	10,2%	11,9%	9,4%
4,01 a 5,00 SM	2,3%	1,5%	7,0%	5,0%	7,4%	5,4%
5,01 a 7,00 SM	1,9%	1,2%	7,0%	4,8%	8,5%	5,7%
7,01 a 10,00 SM	1,2%	0,7%	4,5%	2,9%	5,8%	3,6%
10,01 a 15,00 SM	0,8%	0,4%	2,8%	1,7%	3,7%	2,4%
15,01 a 20,00 SM	0,4%	0,1%	1,2%	0,6%	1,7%	1,1%
Mais de 20,00 SM	0,6%	0,2%	1,9%	0,7%	2,6%	1,3%
{ñ class}	2,7%	4,9%	2,7%	6,0%	2,8%	4,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

Assim, de acordo com a distribuição dos empregos formais por faixas de remuneração, no período de análise, existe uma tendência ao agravamento das desigualdades sociais, visto que o percentual de vínculos de emprego com salários até dois salários mínimos aumentou. Ao contrário, para faixas salariais mais elevadas, o percentual de vínculos de emprego reduziu. De maneira semelhante ao observado na região Sudeste, o setor agropecuário é o que concentra maior percentual de vínculos empregatícios nas faixas salariais de até dois salários mínimos.

No setor industrial, na região Sudeste existe um maior percentual de vínculos empregatícios nas faixas de remuneração acima de 7,01 salários mínimos, comparativamente às demais regiões do Brasil.

De maneira semelhante ao que acontece nas regiões Sudeste e Sul, no Nordeste, para os anos de 2001 e 2011, o setor agropecuário vem reduzindo sua participação no percentual de vínculos empregatícios. Apesar do percentual de participação da indústria no VA não ter sofrido alterações significativas, neste setor, de 2001 a 2011, houve um maior incremento na participação no número de empregos formais, conforme dados da tabela 11.

Tabela 11 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Nordeste - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	2,8%	2,7%	7,4%	16,2%	89,8%	81,1%
0,51 a 1,00 SM	9,3%	7,1%	13,3%	15,2%	77,4%	77,7%
1,01 a 1,50 SM	4,8%	3,2%	22,9%	22,7%	72,3%	74,1%
1,51 a 2,00 SM	3,2%	2,6%	22,6%	26,4%	74,2%	71,0%
2,01 a 3,00 SM	2,2%	2,1%	21,3%	24,0%	76,5%	73,9%
3,01 a 4,00 SM	1,4%	1,3%	17,5%	19,4%	81,1%	79,3%
4,01 a 5,00 SM	1,1%	0,8%	13,9%	15,8%	85,0%	83,4%
5,01 a 7,00 SM	1,1%	0,7%	16,1%	15,4%	82,8%	83,9%
7,01 a 10,00 SM	1,2%	0,6%	18,8%	16,5%	80,0%	82,9%
10,01 a 15,00 SM	1,7%	0,5%	19,0%	18,1%	79,4%	81,4%
15,01 a 20,00 SM	1,3%	0,4%	20,3%	20,3%	78,4%	79,3%
Mais de 20,00 SM	0,7%	0,2%	19,1%	20,9%	80,2%	78,9%
{ñ class}	3,7%	2,8%	18,7%	22,2%	77,6%	74,9%
Total	3,8%	2,9%	19,6%	21,5%	76,6%	75,6%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

O setor da indústria detém cerca de 20% dos vínculos empregatícios da região Nordeste e o setor de serviços aproximadamente 75%. Para essas atividades, este percentual de participação não sofre alterações significativas de acordo com a faixa salarial. Diferentemente, no setor agropecuário, considerando todas as faixas salariais a participação é em torno de 3%. No entanto, este percentual pode chegar até 9% para a faixa de remuneração de 0,51 a 1 salário mínimo no ano de 2001 e 7% para o ano de 2011. No ano de 2011, nas faixas de remuneração acima de 4,01 salários mínimos, a participação do setor agropecuário nos vínculos de emprego é inferior a 1%.

A tabela 12 mostra que para todas as atividades econômicas, no período de 2001 a 2011, aumentou o percentual de vínculos empregatícios na faixa de remuneração de 1,01 a 1,5 salários mínimos. Na agropecuária, na indústria e no setor de serviços, reduziu o percentual de vínculos empregatícios na faixa de remuneração de 0,51 a 1 salário mínimo. De acordo com a distribuição dos empregos por faixa salarial, nos anos de 2001 a 2011, é possível observar que

faixas de remuneração acima de 3,01 salários mínimos não apresentam elevação na participação dos vínculos empregatícios. Em geral, para todas as atividades econômicas na região Nordeste, cresce a participação de empregos com remuneração de 1,01 a 2 salários mínimos.

Tabela 12 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Nordeste - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,6%	0,6%	0,3%	0,5%	1,0%	0,7%
0,51 a 1,00 SM	31,5%	26,5%	8,7%	7,6%	13,0%	11,0%
1,01 a 1,50 SM	35,1%	41,4%	32,1%	39,4%	26,0%	36,6%
1,51 a 2,00 SM	13,0%	13,3%	17,5%	18,4%	14,7%	14,1%
2,01 a 3,00 SM	8,9%	9,2%	16,3%	13,9%	15,0%	12,2%
3,01 a 4,00 SM	2,9%	2,8%	6,8%	5,7%	8,1%	6,6%
4,01 a 5,00 SM	1,5%	1,1%	3,7%	2,9%	5,7%	4,3%
5,01 a 7,00 SM	1,4%	1,0%	4,1%	2,9%	5,4%	4,4%
7,01 a 10,00 SM	1,0%	0,5%	3,0%	2,1%	3,3%	2,9%
10,01 a 15,00 SM	1,0%	0,3%	2,2%	1,5%	2,3%	1,9%
15,01 a 20,00 SM	0,4%	0,1%	1,1%	0,8%	1,1%	0,8%
Mais de 20,00 SM	0,3%	0,1%	1,8%	1,0%	1,9%	1,1%
{ñ class}	2,4%	3,2%	2,4%	3,4%	2,5%	3,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

Conforme dados da tabela 13, o Centro-Oeste, no período de 2001 a 2011, apresentou um crescimento no percentual de participação dos vínculos empregatícios na agropecuária e na indústria. Considerando todas as faixas de remuneração, o setor de serviços participa com cerca de 75% dos vínculos de emprego. Diferentemente do observado nas demais regiões, no Centro-Oeste há considerável variação deste percentual de acordo com a faixa de remuneração. Para faixas de remuneração de 10,01 a 20 salários mínimos, o setor de serviços detém mais de 90% dos vínculos de empregos formais.

Em 2011, a agropecuária participa com aproximadamente 6% dos vínculos de emprego e a indústria com 18%. Para essas duas atividades, este percentual eleva-se nas faixas de remuneração de 1,01 a 3 salários mínimos e reduz para as faixas salariais acima de 3,01 salários. Na faixa de remuneração de 0,51 a 1 salário mínimo, o setor agropecuário apresenta uma participação superior a 14% em 2001 e de 12% em 2011.

Tabela 13 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Centro-Oeste - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	4,9%	3,6%	8,5%	17,0%	86,6%	79,4%
0,51 a 1,00 SM	14,8%	12,0%	12,2%	15,6%	73,0%	72,4%
1,01 a 1,50 SM	9,5%	6,3%	20,2%	19,0%	70,3%	74,7%
1,51 a 2,00 SM	9,4%	9,4%	21,0%	23,6%	69,6%	67,0%
2,01 a 3,00 SM	8,5%	8,8%	20,5%	22,5%	71,0%	68,7%
3,01 a 4,00 SM	5,4%	6,9%	16,4%	20,1%	78,2%	73,0%
4,01 a 5,00 SM	2,9%	5,1%	11,5%	17,8%	85,6%	77,1%
5,01 a 7,00 SM	1,8%	2,7%	9,2%	12,2%	89,0%	85,1%
7,01 a 10,00 SM	1,2%	1,6%	8,0%	9,1%	90,8%	89,3%
10,01 a 15,00 SM	0,9%	1,0%	7,9%	7,6%	91,2%	91,4%
15,01 a 20,00 SM	0,9%	0,8%	7,2%	5,8%	92,0%	93,4%
Mais de 20,00 SM	0,7%	0,6%	5,5%	5,1%	93,9%	94,3%
{ñ class}	2,8%	5,0%	10,4%	21,7%	86,8%	73,3%
Total	6,2%	6,5%	15,4%	18,3%	78,4%	75,2%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

Segundo informações da tabela 14, no Centro-Oeste, para o período de 2001 a 2011, também apresenta elevação do percentual de empregos nas faixas salariais de até dois salários mínimos. De maneira inversa, para faixas salariais acima de 2,01 salários mínimos, há redução no percentual de vínculos empregatícios.

Tabela 14 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Centro-Oeste - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,2%	0,2%	0,1%	0,4%	0,3%	0,5%
0,51 a 1,00 SM	10,9%	9,4%	3,6%	4,4%	4,3%	4,9%
1,01 a 1,50 SM	24,5%	24,6%	21,1%	26,4%	14,4%	25,2%
1,51 a 2,00 SM	23,7%	24,2%	21,6%	21,7%	14,0%	15,0%
2,01 a 3,00 SM	23,3%	22,3%	23,0%	20,3%	15,6%	15,0%
3,01 a 4,00 SM	7,5%	8,0%	9,4%	8,3%	8,7%	7,3%
4,01 a 5,00 SM	3,1%	3,5%	4,9%	4,3%	7,2%	4,5%
5,01 a 7,00 SM	2,4%	2,5%	5,0%	4,1%	9,4%	6,9%
7,01 a 10,00 SM	1,3%	1,2%	3,4%	2,4%	7,7%	5,7%
10,01 a 15,00 SM	0,7%	0,6%	2,6%	1,7%	5,8%	4,9%
15,01 a 20,00 SM	0,3%	0,2%	1,1%	0,6%	2,9%	2,5%
Mais de 20,00 SM	0,5%	0,3%	1,7%	0,8%	5,6%	3,7%
{ñ class}	1,6%	3,0%	2,5%	4,6%	4,1%	3,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

Observa-se na agropecuária uma elevação modesta no percentual de empregos com faixa salarial de 3,01 a 7 salários mínimos. Na atividade de serviços, na região Centro-Oeste existe um maior percentual de vínculos empregatícios nas faixas de remuneração acima de 7,01 salários mínimos, comparativamente às demais regiões do Brasil.

A tabela 15 apresenta informações a respeito da participação das atividades econômicas nos vínculos de emprego da região Norte. No período de 2001 a 2011, os dados atestam um aumento de participação da agropecuária e indústria e uma redução do setor de serviços. Nota-se que, em 2011, a agropecuária detinha cerca de 3% dos vínculos de emprego, porém, este percentual eleva-se para 11% quando a faixa de remuneração em questão é de 0,5 a 1 salário mínimo. No setor industrial e de serviços, não há distorções tão significativas em relação à faixa salarial.

Tabela 15 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Norte - 2001 e 2011

Faixa Remun Dezem (SM)	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	2,9%	2,0%	14,3%	25,4%	82,8%	72,6%
0,51 a 1,00 SM	9,2%	11,1%	10,4%	10,5%	80,4%	78,4%
1,01 a 1,50 SM	2,8%	3,5%	21,9%	18,2%	75,3%	78,4%
1,51 a 2,00 SM	2,9%	3,9%	20,6%	24,6%	76,5%	71,5%
2,01 a 3,00 SM	2,0%	2,6%	22,4%	23,5%	75,6%	73,9%
3,01 a 4,00 SM	1,1%	1,4%	19,7%	22,2%	79,2%	76,4%
4,01 a 5,00 SM	0,9%	1,0%	19,8%	19,4%	79,3%	79,7%
5,01 a 7,00 SM	0,6%	0,7%	16,1%	18,2%	83,2%	81,1%
7,01 a 10,00 SM	0,7%	0,8%	16,8%	16,9%	82,4%	82,3%
10,01 a 15,00 SM	0,5%	0,5%	16,9%	18,1%	82,5%	81,4%
15,01 a 20,00 SM	0,6%	0,3%	17,3%	20,5%	82,2%	79,3%
Mais de 20,00 SM	0,6%	0,3%	16,4%	17,5%	83,0%	82,2%
{ñ class}	1,1%	2,8%	16,1%	19,7%	82,8%	77,4%
Total	2,4%	3,2%	19,4%	20,0%	78,3%	76,7%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

De maneira semelhante ao constatado nas demais regiões do Brasil, no Norte, no período de 2001 a 2011, há uma elevação do percentual de vínculos empregatícios nas faixas de remuneração de até dois salários mínimos. Inversamente a esta circunstância, para todas as atividades econômicas e no mesmo período, há uma redução do percentual de vínculos empregatícios em faixas salariais superiores a 2,01 salários mínimos. Assim, a tabela 16 retrata uma situação de agravamento das desigualdades sociais, em função do nível salarial, na região Norte.

Tabela 16 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Norte - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,2%	0,3%	0,1%	0,6%	0,2%	0,4%
0,51 a 1,00 SM	27,1%	25,4%	3,7%	3,9%	7,1%	7,6%
1,01 a 1,50 SM	23,5%	29,9%	22,0%	25,4%	18,7%	28,6%
1,51 a 2,00 SM	19,6%	19,9%	17,0%	20,6%	15,6%	15,6%
2,01 a 3,00 SM	15,6%	13,6%	20,9%	19,9%	17,5%	16,3%
3,01 a 4,00 SM	4,9%	3,4%	10,3%	8,7%	10,3%	7,8%
4,01 a 5,00 SM	2,3%	1,4%	5,9%	4,6%	5,9%	5,0%
5,01 a 7,00 SM	2,2%	1,2%	6,8%	5,1%	8,7%	5,9%
7,01 a 10,00 SM	1,6%	0,9%	4,5%	3,2%	5,5%	4,1%
10,01 a 15,00 SM	0,8%	0,4%	3,0%	2,1%	3,6%	2,5%
15,01 a 20,00 SM	0,3%	0,1%	1,3%	0,9%	1,5%	0,9%
Mais de 20,00 SM	0,6%	0,1%	2,0%	1,2%	2,5%	1,4%
{ñ class}	1,4%	3,3%	2,3%	3,7%	3,0%	3,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE
Elaboração: Autora

Considerando que a política salarial é uma ferramenta de redução das desigualdades sociais, observa-se que no período de 2001 a 2011 não houve avanços significativos conforme dados do MTE apresentados para as regiões brasileiras. Em resumo, a distribuição de empregos por faixas de remuneração atesta para uma elevação no percentual de vínculos cuja remuneração é de até dois salários mínimos. Ao contrário, há uma redução no percentual de empregos com faixas de remuneração superior a três salários mínimos.

A agropecuária é o setor econômico no qual há maiores distorções. Em todas as regiões, a participação deste setor, no total de vínculos de emprego, eleva-se, significativamente, nas faixas de remuneração até dois salários mínimos. Ao contrário, a participação reduz nas faixas de remuneração superiores a 3,01 salários mínimos, chegando a percentuais inferiores a 1% quando os salários ultrapassam cinco salários mínimos. Sob a perspectiva em questão, pode se considerar que nesta atividade econômica há maior desigualdade salarial.

2.2 A LÓGICA DE LOCALIZAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO NO BRASIL

No início do século XXI, diante do crescimento do mercado de crédito no Brasil, após um período marcado por altos índices de inflação, elevada dívida pública e vulnerabilidade

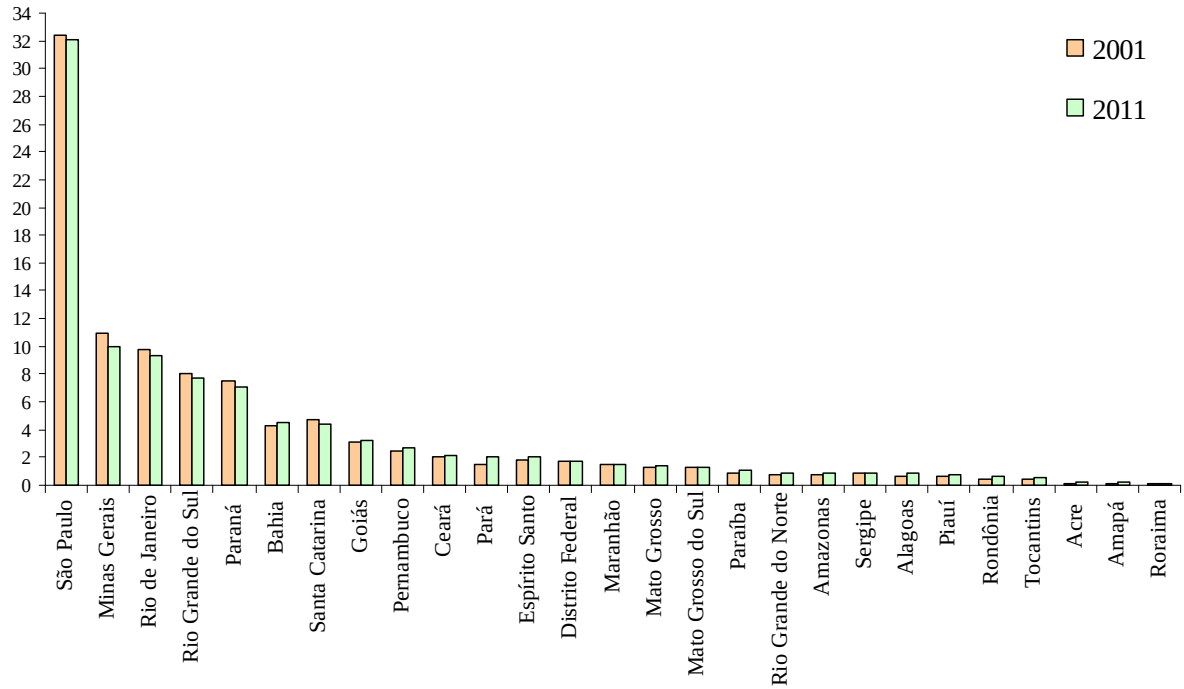
externa, diversos estudos voltam-se para analisar as mudanças nas estratégias do setor bancário, especialmente suas consequências na dinâmica regional.

A seguir, os resultados da pesquisa desenvolvida são apresentados. Como já destacado na metodologia, este trabalho utiliza diversas variáveis para a determinação de quocientes de localização com o objetivo de visualizar e comentar a localização regional do crédito no mercado brasileiro.

2.2.1 Localização das agências e do crédito bancário

Neste item é analisada a localização territorial das agências bancárias e do crédito nas Unidades da Federação[16].O gráfico 2 mostra um alto nível de concentração de agências bancárias nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, nos quais estavam localizadas mais de 65% das agências bancárias do país, sendo mais de 32% somente em São Paulo.

Gráfico 2 - Participação dos estados no total de agências bancárias (%) - 2001 e 2011



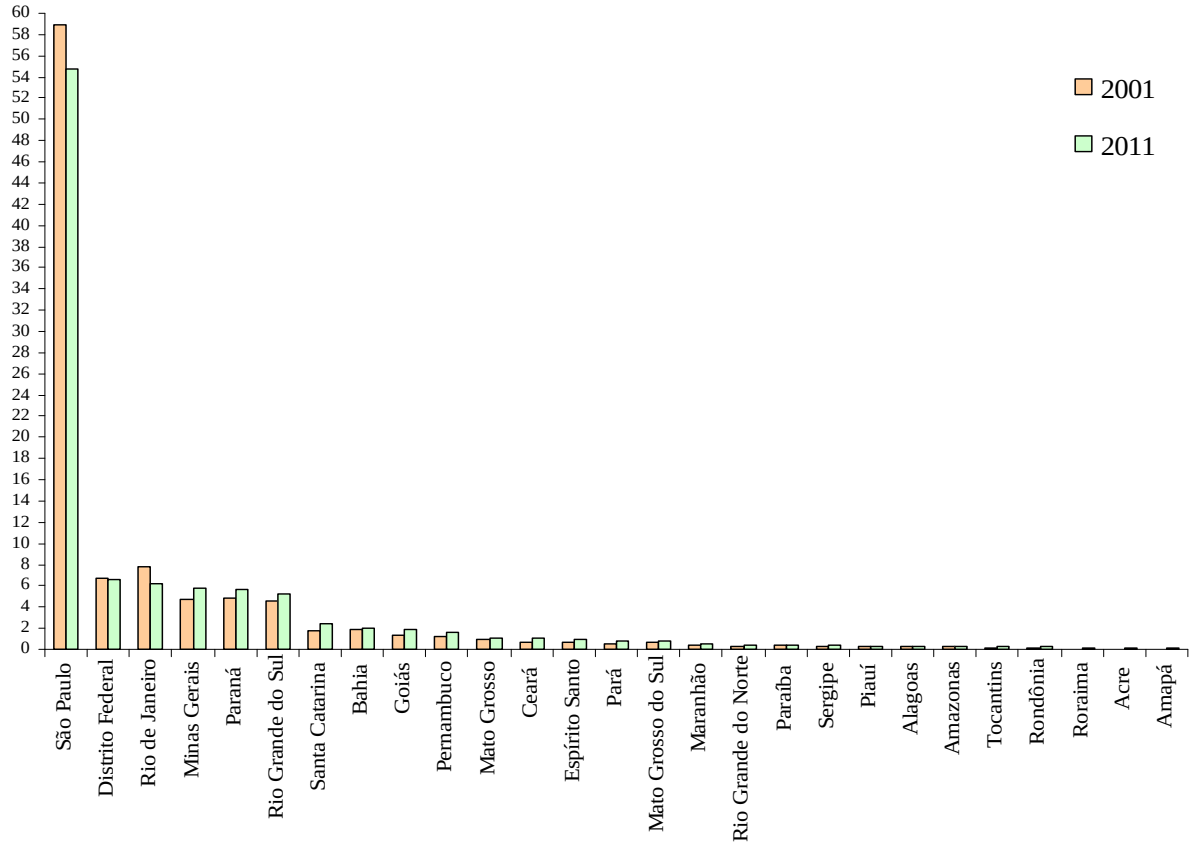
Fonte: BCB/ESTBAN
Elaboração: Autora

[16] A participação de cada estado na quantidade total de agência e crédito bancário no Brasil, em valores percentuais, está detalhada em planilha no apêndice desta dissertação.

Diferentemente, os estados de Rio Grande do Norte, Amazonas, Sergipe, Alagoas, Piauí, Rondônia, Acre, Amapá e Roraima, no mesmo período, detinham aproximadamente 5% do total de agências bancárias do país.

Com relação a participação dos estados no volume total de crédito concedido no país, observa-se que a localização concentrada se agrava, conforme detalha o gráfico 3.

Gráfico 3 - Participação dos estados no total de crédito bancário (%) - 2001 e 2011



Fonte: BCB/ESTBAN
Elaboração: Autora

O estado de São Paulo detinha mais de 50% do crédito bancário do país nos anos analisados. Demais estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, em 2001 e 2011, detinham de 5 a 6% do crédito bancário. Analisando e somando o percentual de cada uma dessas unidades da federação, conclui-se que, aproximadamente, 85% do crédito bancário concedido no país está concentrado em seis estados.

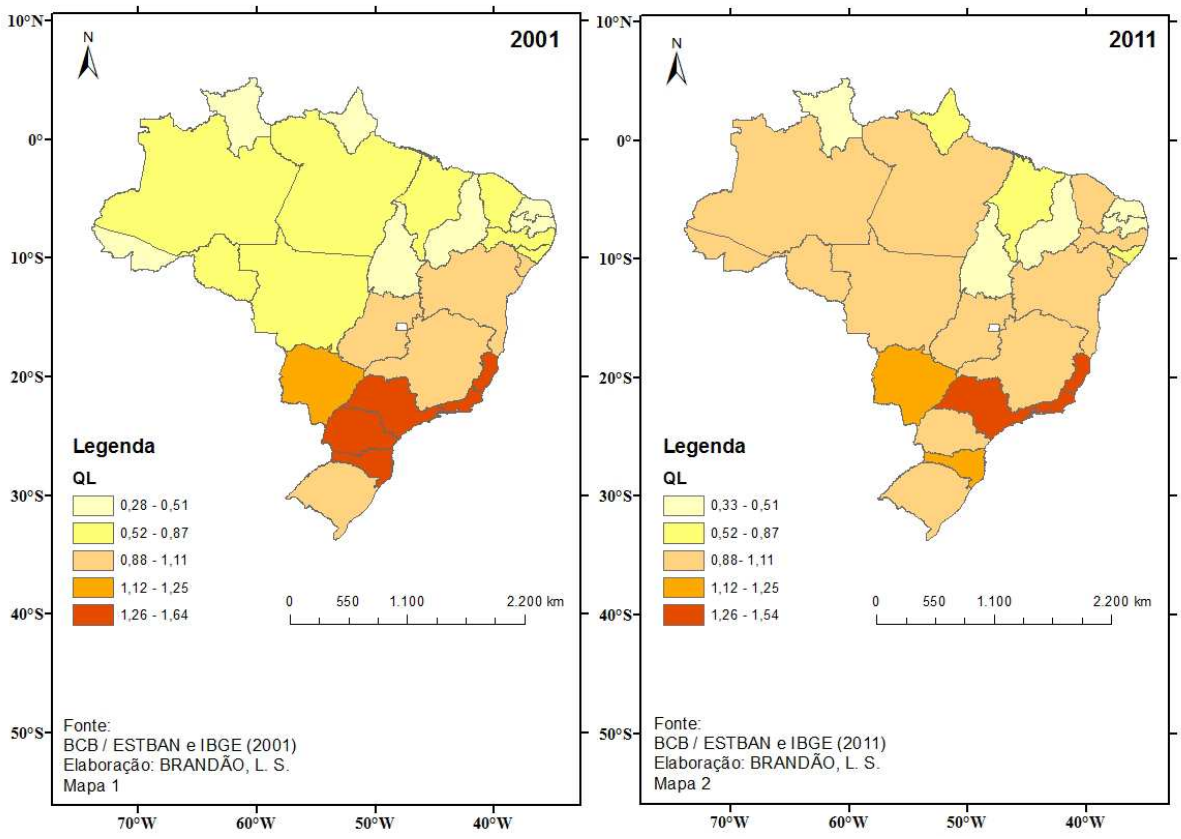
O estado do Espírito Santo e todos os demais localizados a sua direita no gráfico 3, possuem participação inferior a 1% no crédito bancário. Ao total são 15 estados que, juntos, possuem menos de 6% do crédito bancário total do país, para o ano de 2011.

Sendo assim, em valores percentuais, mas sem considerar relação com a população e com o PIB, observa-se que de 2001 para 2011 não houve alterações significativas na lógica de localização das agências e crédito bancário no país. A seguir, a localização do mercado bancário é analisada com base na proporcionalidade (PIB e população), conforme descrito na metodologia apresentada no capítulo 1.

2.2.2 Localização dos municípios com agências bancárias em relação ao número total de municípios do estado

Em números absolutos, no período de 2001 a 2011, somente os estados de Minas Gerais, Goiás e Paraná apresentaram redução no número de municípios com agências bancárias. Ou seja, de maneira geral, no espaço temporal em questão, ampliam-se os números de municípios atendidos com serviços bancários no Brasil. No que se refere ao QL, de 2001 e 2011, os mapas 1 e 2 ilustram os resultados obtidos.

Mapas 1 e 2 - Quociente de localização de municípios com agências bancárias por estado - 2001 e 2011



De acordo com os resultados do QL, Minas Gerais e Goiás deixaram de ser estados concentradores de municípios atendidos com agências bancárias. O Paraná, apesar da redução do número de municípios atendidos por agências bancárias, continuou sendo concentrador do mercado bancário, sob o aspecto de análise em questão e tendo como região de referência o Brasil.

No decorrer de dez anos um número maior de estados passou a apresentar QL próximo ou maior que 1, ou seja, tornaram-se concentradores no contexto do Brasil. Observa-se que os estados do Sudeste e Sul do país, com exceção de Minas Gerais, mantiveram-se como estados concentradores de municípios com agências bancárias. Os mapas 1 e 2 mostram que os estados não concentradores estavam localizados predominantemente nas regiões Norte e Nordeste. Na região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul, para os anos analisados, é o único estado concentrador de municípios com agências bancárias. Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais apresentaram QL próximo a 1, ou seja, nível de concentração relativamente próximo ao do Brasil. Em 2011 a situação se altera e estados como Pará, Amazonas, Acre e Rondônia elevam significativamente seu QL.

Nesta análise não foi considerado o Distrito Federal, pois se trata de uma região que não é dividida em municípios.

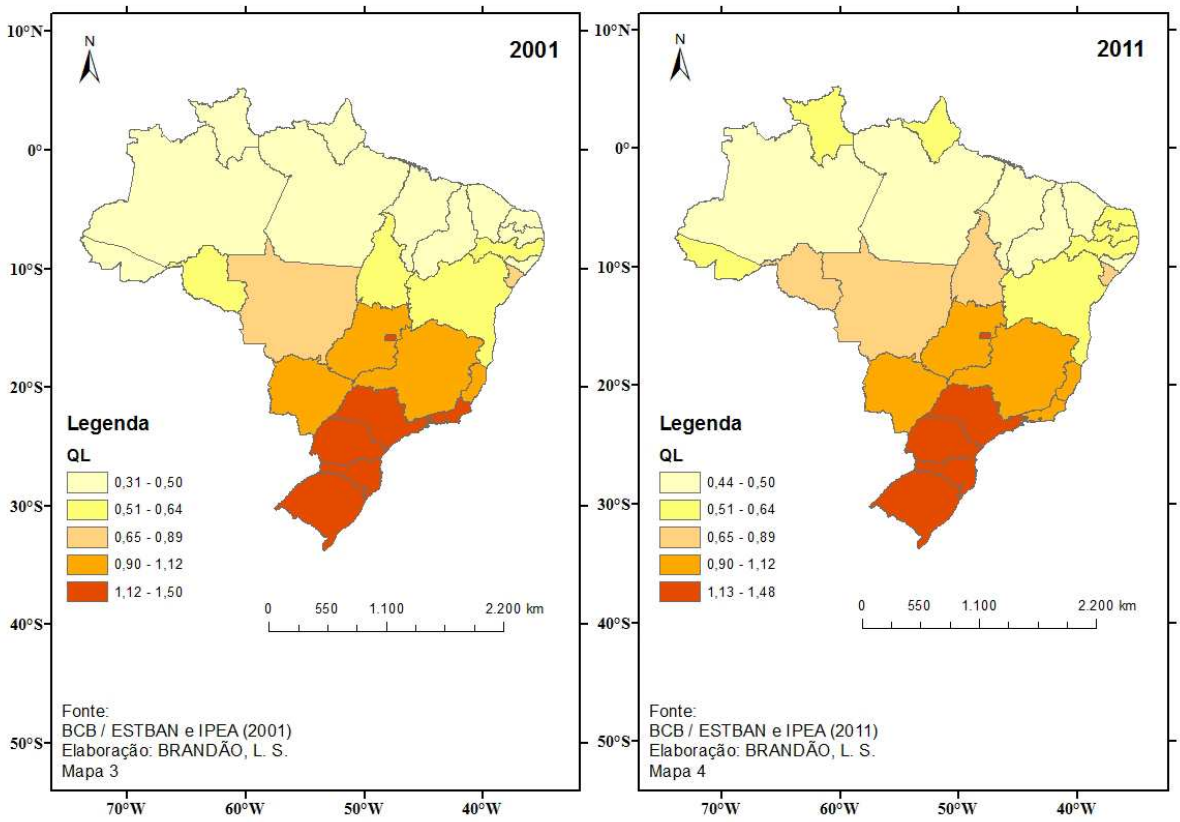
2.2.3 Localização das agências bancárias em relação ao tamanho da população

Nesta segunda análise, o QL configura-se como um índice de distribuição de agências bancárias segundo critérios populacionais. Os mapas 2 e 3 ilustram o resultado e mostram uma maior concentração nos estados da região Sul do Brasil, São Paulo e Distrito Federal. Essa situação não se altera nos anos de 2001 e 2011, com QL médio de 1,41 e 1,35, respectivamente.

Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo compõem o segundo grupo de estados com concentração relativa mais elevada. O QL médio para os anos de 2001 e 2011 é de respectivamente 1,06 e 1,04.

Os demais estados se mantiveram no período com QL inferior a 1, ou seja, caracterizam-se por serem regiões não concentradoras de agências bancárias sob o critério populacional. Destaca-se os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas que nos dois anos apresentaram QL inferior a 0,50.

Mapas 3 e 4 - Quociente de localização de agências bancárias em relação a população por estado - 2001 e 2011

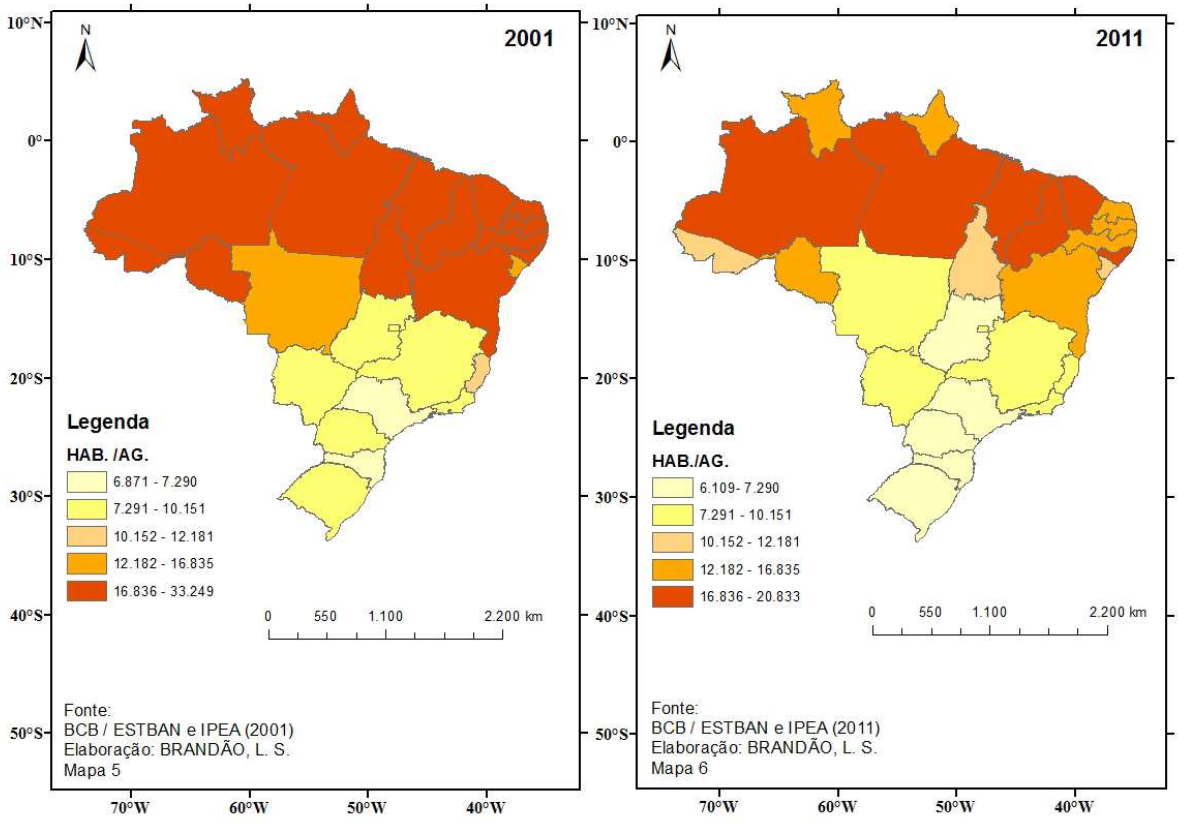


Esta análise mostra uma concentração mais evidente e poucas mudanças no cenário durante a década. Em geral, conclui-se que há uma concentração do mercado de bancário na região Centro-Sul do país. Diferentemente, a maioria dos estados do Norte e Nordeste caracterizam-se como regiões, relativamente, carentes de agências bancárias, segundo critérios populacionais.

A análise inversa, sem a utilização do indicador de quociente de localização, mostra o número de habitantes por agência bancária. Os mapas 5 e 6 apresentam os estados do Norte e Nordeste pintados com cores mais escuras e, ao contrário, estados da região Sul, São Paulo e Distrito Federal representados com cores mais claras.

Ou seja, Norte e Nordeste são regiões com número mais elevado de habitantes por agência, sendo que para os dois anos analisados, apresentaram cerca de 20.000 habitantes por agência bancária. Já os estados do Sul do país, São Paulo e Distrito Federal apresentaram cerca de 7.000 habitantes por agência nos anos de 2001 e 2011.

Mapas 5 e 6 - Número de habitantes por agências bancárias por estado - 2001 e 2011



A pesquisa desenvolvida por Sicsú e Crocco (2003) busca explicações para a localização das agências bancárias em fatores populacionais, de renda e de distribuição de renda e conclui que a teoria de localização da firma industrial não explica a localização da firma bancária. Teoricamente, espera-se que regiões com maior número de habitantes, maiores PIB e melhor distribuição de renda tenham maior número de agências.

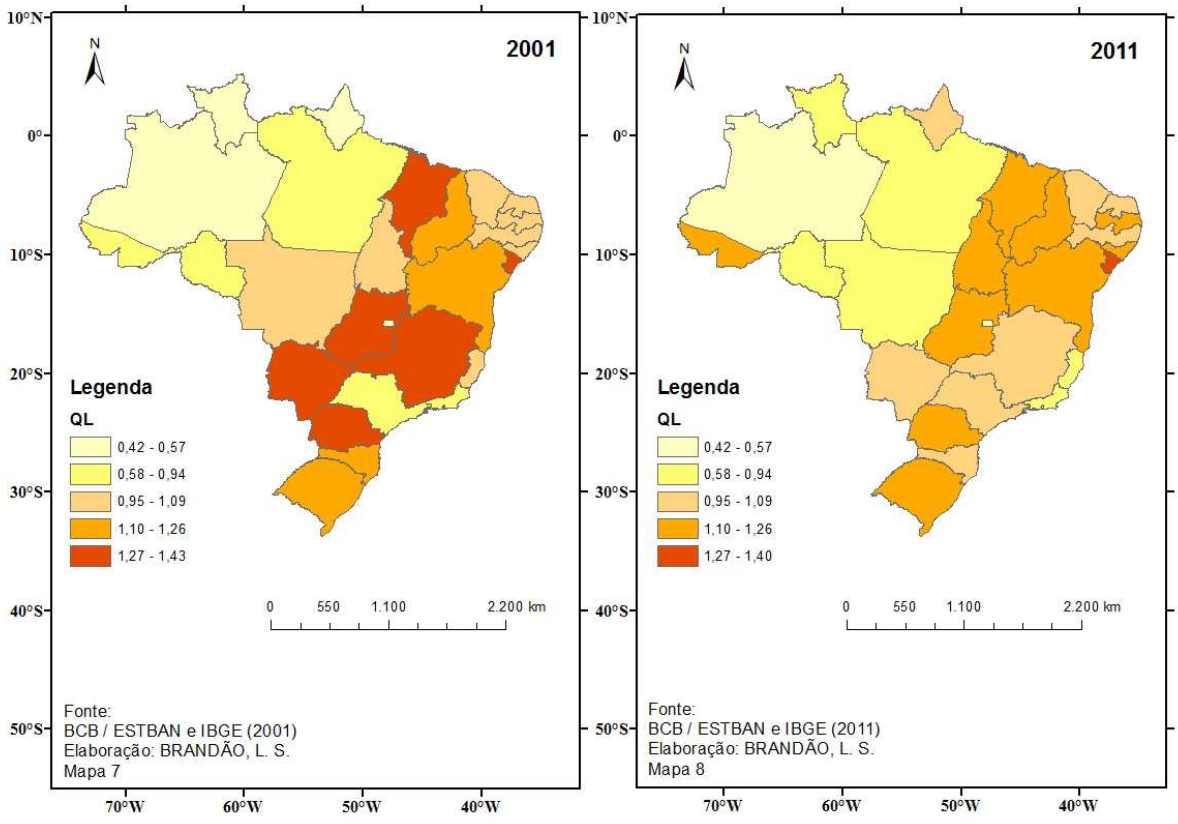
Em números absolutos, ao contrário do que a teoria da firma industrial espera, alguns estados, apesar de possuírem maior número de habitantes, há menor número de agências bancárias. Isso acontece, por exemplo, ao se comparar o Rio Grande do Sul e Paraná com Bahia; e Santa Catarina com Pernambuco e Ceará. Nestas comparações são considerados os três estados com maior população da região Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará) e os estados da região Sul, sendo que estes últimos apresentam maior número de agências bancárias, mesmo possuindo uma população de número inferior.

2.2.4 Localização das agências bancárias em relação ao PIB

O quociente de localização das agências bancárias obtido com relação ao PIB apresenta resultados distintos dos encontrados nas demais análises. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal não são considerados concentradores de agência. Sendo assim, a análise da quantidade de agências em relação ao PIB apresenta resultados contrários ao quociente de localização com base na população.

Ao se considerar a quantidade de agências e o PIB, com exceção do Rio Grande do Norte e Mato Grosso, todos os estados do Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país são concentradores de agências bancárias. No Sudeste, somente Minas Gerais se configura como região concentradora de agências bancárias se comparada ao Brasil. Os estados de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro possuem QL próximo a 1, ou seja, o número de agências bancárias em relação ao PIB é relativamente semelhante ao verificado para o Brasil. Destaca-se que as conclusões são as mesmas para os anos de 2001 e 2011, conforme mapas 7e 8

Mapas 7 e 8 - Quociente de localização de agências bancárias em relação ao PIB por estado - 2001 e 2011



Nesta análise, se comparada às anteriores, tem-se que os estados do Norte se mantêm como estados não concentradores de agências bancárias, assim como os estados do Sul que continuam configurando-se como região concentradora de agências bancárias, comparativamente ao Brasil.

A análise de Sicsú e Crocco (2003) feita com base no PIB vai ao encontro dos resultados obtidos nesta pesquisa. Os autores concluem que São Paulo e Rio de Janeiro não são estados concentradores de agências. Ao contrário, os resultados apontam que o Nordeste tem mais agências proporcionalmente do que outros estados e regiões se considerado o PIB que possui, ou seja, segundo este critério, seria concentrador de agências bancárias.

Em geral, a localização regional das agências bancárias, segundo o critério em questão, segue a seguinte lógica: estados com maiores PIB possuem maior número de agências bancárias. No entanto, proporcionalmente ao PIB, alguns estados poderiam possuir ainda mais estabelecimentos bancários, como é o caso do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e demais estados com QL menor que 1.

2.2.5 Localização das operações de crédito em relação ao PIB

A análise do quociente de localização das operações de crédito com relação ao PIB mostra que somente São Paulo e o Distrito Federal são regiões concentradoras do mercado de crédito, para os dois anos analisados. Destaca-se que o estado de São Paulo e o Distrito Federal possuem QL superior a 1,65 em 2001 e 2011.

No que se refere ao Distrito Federal, ressalta-se que a região concentra operações de crédito para órgãos do governo federal. No estado de São Paulo, a lógica da localização das operações de crédito pode ser justificada pela concentração do capital produtivo e de serviços nesta região, que possui participação no PIB brasileiro superior a 30%.

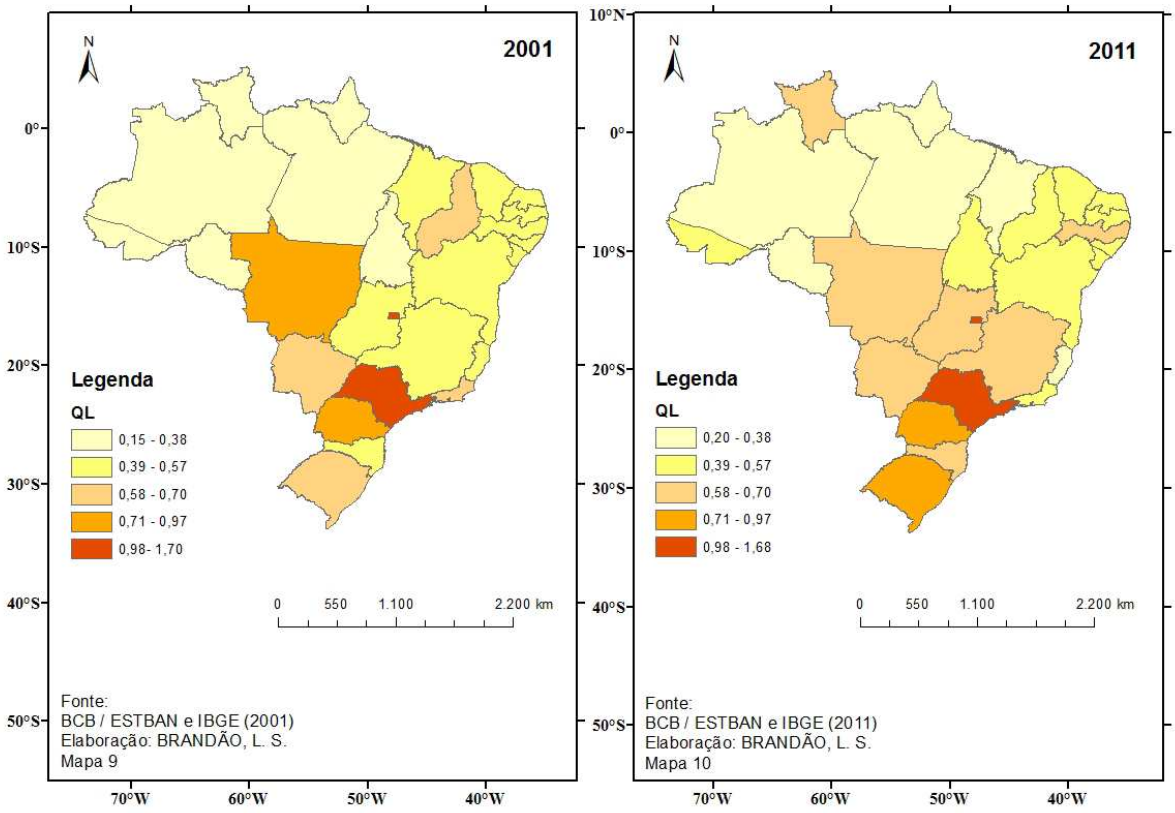
Em um segundo patamar de concentração das operações de crédito está o estado do Paraná com QL mais próximo de 1, mas ainda inferior a unidade, demonstrando que não se trata de região concentradora do mercado de crédito.

De maneira semelhante à análise anterior, conforme ilustração nos mapas 9 e 10 os estados do Norte e Nordeste são os que possuem menores QL. Amazonas, Rondônia, Pará e Amapá apresentaram, para os dois anos, QL inferior a 0,40. Os estados da região Centro-Oeste apresentaram QL variando de 0,60 a 0,70.

A análise da relação volume de crédito bancário com o PIB de cada estado também apresenta resultados semelhantes aos apontados pelo quociente de localização. A relação

crédito/PIB de São Paulo e do Distrito Federal são semelhantes, em 2001 era cerca de 45% e em 2011 este valor elevou para 70%. Ao comparar com os demais estados do país, nota-se como a diferença é significativa. O terceiro estado com maior relação crédito/PIB é o Paraná que em 2001 apresentou índice de 22,46% e 41,16% em 2011.

Mapas 9 e 10 - Quociente de localização das operações de crédito em relação ao PIB por estado - 2001 e 2011



Em números absolutos e sem considerar a relação com o PIB, o volume de crédito em São Paulo, em 2001 e 2011, representa mais de 50% de todo o crédito concedido no Brasil. Contudo, há de se ressaltar que no estado de São Paulo estão localizadas matrizes de diversas empresas, as quais possuem filiais em outras regiões do país. Ou seja, o crédito demandado por estas empresas é computado para o estado de São Paulo. Diferentemente, o incremento no PIB se dará nos estados onde essas empresas se localizam. Este é um aspecto que deve ser pesquisado mais especificamente, para conhecer seu peso na lógica da concentração regional observada.

O Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul possuem participação no crédito total que variam de 4% a 7%. Os estados do Ceará,

Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás possuem participação no mercado de crédito total variando de 1% a 2,5%. Os demais estados possuem participação inferior a 1%.[17]

Esta mesma análise feita em números absolutos do PIB, mostra que o PIB do estado de São Paulo representa cerca de 35% do PIB do Brasil. Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná possuem participação de 6 a 11% no PIB do país. O PIB do Distrito Federal, Bahia e Santa Catarina representam cerca de 4% do PIB total. Com participação no PIB de 1,5 a 2,5% estão os estados do Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso, Goiás e Espírito Santo. Mato Grosso e maranhão tem participação próxima a 1% e os demais estados tem participação inferior a 1%.

A análise de dados referentes à participação dos estados no crédito total concedido no Brasil, de 2001 a 2011, evidencia uma atuação bancária concentrada e que privilegiou a intermediação financeira em regiões mais ricas, com destaque para o estado de São Paulo. Os índices mostram que estados com menor participação no volume de crédito total também possuem menor participação na economia nacional.

Esses dados, permitem a constatação de que existe uma correlação entre a localização do mercado de crédito bancário e o nível de atividade econômica dos estados brasileiros, culminando em uma atuação diferenciada dos bancos no território. Ou seja, os resultados vão ao encontro da teoria pós-keynesiana de preferência por mercados mais líquidos e da teoria marxista de que a concentração do capital é uma tendência em economias capitalistas.

2.2.6 Algumas considerações sobre a localização do mercado bancário no Brasil

A análise empreendida neste capítulo mostra que a atividade financeira é concentrada em algumas regiões, sendo esta concentração uma consequência das desigualdades econômicas existentes regionalmente, especialmente no que se refere ao PIB.

As teorias apresentadas no capítulo 1 ressaltam que a atuação e estratégias bancárias variam de acordo com as características da localidade. Assim, a pesquisa bibliográfica e a análise dos dados oferecem duas evidências sobre a existência de relação entre o desenvolvimento financeiro, mais especificamente, a localização do mercado bancário e o desenvolvimento econômico regional:

a) a atividade financeira está concentrada em algumas regiões e

[17] A análise da localização do crédito bancário em números absolutos, bem como a representação gráfica da participação dos estados, está no item 2.2.1 desta dissertação.

b) a lógica de concentração da atividade financeira está relacionada com a concentração econômica observada regionalmente no Brasil.

A análise dos dados baseada no QL apresenta quatro indicadores da localização do mercado de crédito e três deles apontaram para uma concentração, especialmente no estado de São Paulo e na região Sul do país. Em um segundo plano, aparece a região Centro-Oeste e os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e, por vezes, Espírito Santo e Bahia.

A primeira e a segunda análise (com base no QL) mostram que houve um investimento na ampliação do número de agências bancárias. Dessa maneira, mais municípios estão sendo atendidos com serviços e produtos bancários e o número de habitantes por agência bancária foi reduzido.

Por outro lado, com base nessa análise dos indicadores de localização, é possível verificar a existência de uma significativa desigualdade entre os estados brasileiros. Além disso, nota-se que esta desigualdade não foi atenuada com a expansão do mercado bancário. Sendo assim, de acordo com os resultados obtidos, constata-se que a reestruturação bancária, a elevação do número de agências e o crescimento do saldo das operações de crédito, em alguns casos, contribuíram para a ampliação das disparidades regionais.

Na análise da localização das agências em relação ao tamanho da população, observa-se que alguns estados com uma população mais elevada possuem menor número de estabelecimentos bancários. Sendo assim, no que se refere à lógica de localização da firma bancária, é possível concluir que o critério da atividade econômica e capacidade de geração de poupança/depósitos são fatores que se sobrepõem à população.

O QL que mede a localização das agências bancárias nos estados foi calculado segundo três critérios: número de municípios, tamanho da população e PIB. Ao se considerar o número de municípios com agências bancárias, os estados de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro são os que possuem maior concentração. Quanto ao critério tamanho da população, os estados concentradores de agências bancárias são os da região Sul, São Paulo e o Distrito Federal.

Quando a localização das agências é analisada em relação ao PIB, os estados do Sul do país continuam se configurando como regiões concentradoras de estabelecimentos bancários. No entanto, o estado de São Paulo e Distrito Federal passam a apresentar QL menor que 1, ou seja, deixam de se caracterizar como regiões concentradoras. Apesar desta constatação é errôneo concluir que a lógica de localização da firma bancária não leve em consideração a atividade econômica das regiões.

O número de agências e o PIB dos estados mostram que, em geral, regiões com maiores PIB possuem mais agências bancárias. Esta conclusão se aplica para São Paulo, onde estão localizadas aproximadamente 32% das agências do país, ou seja, percentual bem próximo à sua participação no PIB do Brasil. Por outro lado, o mesmo não acontece com o Distrito Federal, que participa com 4% do PIB e possui menos de 2% das agências bancárias.

O caso do Distrito Federal leva à algumas conclusões a respeito da lógica de localização da firma bancária. O Distrito Federal e o estado da Bahia possuem participação no PIB brasileiro em torno de 4%. No entanto, a Bahia possui mais de 4% das agências bancárias do país. Esta comparação não tem como objetivo tornar menos relevante o critério de análise da atividade econômica, mas permite a constatação que outras variáveis influenciam na localização dos bancos.

O Distrito Federal e a Bahia possuem diferenças consideráveis em relação à extensão territorial e ao número de municípios. No Distrito Federal, um número menor de agências consegue garantir que os estabelecimentos bancários estejam em diversas localidades. Ao contrário, na Bahia, é necessário um maior número de agências para garantir que a população seja atendida com os produtos e serviços bancários. Essas conclusões, inclusive, justificam os critérios de análise escolhidos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, realizou-se a análise da localização das operações de crédito em relação ao PIB dos estados. Conforme as definições apresentadas, a expansão do mercado bancário está diretamente relacionada ao crescimento do saldo de operações de crédito, que configura-se como o principal produto oferecido pelos bancos.

As desigualdades regionais no que se refere ao mercado de crédito ficaram mais evidentes na análise do volume de crédito com relação ao PIB de cada estado. Neste aspecto existe acentuada disparidade entre o estado de São Paulo e demais unidades federativas do Brasil. O Distrito Federal, por concentrar as operações de crédito aos órgãos do governo federal merece um destaque, porém diferenciado. Neste sentido, conclui-se que o volume de crédito em relação ao PIB precisa desenvolver e expandir regionalmente, criando condições, inclusive, para um desenvolvimento regional mais equilibrado.

Os resultados mostram que a lógica de localização regional do crédito no Brasil está relacionada à localização da atividade econômica no território, assim, estados com maior participação no PIB do Brasil, também possuem maior participação no volume total de crédito. Dessa forma, o crédito está concentrado regionalmente em poucos estados, assim como atividade econômica. Esta conclusão confirma a teoria marxista de que, em economias capitalistas, há uma tendência à concentração do capital.

A localização regional concentrada do crédito bancário também pode ser explicada pela teoria pós-keynesiana da preferência pela liquidez apresentada no primeiro capítulo. Os bancos terão preferência em se localizar e maior disponibilidade de emprestar recursos em regiões que ofereçam menos riscos. Da mesma maneira, os consumidores individuais e empresas tomam suas decisões. Ou seja, regiões que oferecem um cenário mais seguro para acumulação de riquezas serão mais favoráveis para que os indivíduos tomem crédito e façam investimentos.

Portanto, se a atividade econômica está concentrada regionalmente no centro-sul do país, de acordo com as teorias analisadas, a tendência é de que o mercado de crédito bancário também tenha a mesma lógica de localização regional concentrada. Esta conclusão vai de encontro aos preceitos do desenvolvimento regional que busca analisar as regiões de maneira menos isolada. No limite, também pode ser um entrave à continuidade do desenvolvimento, já que este também pode ser concentrado e limitado à algumas regiões.

A seguir, no capítulo 3, é apresentada uma análise semelhante à empreendida neste capítulo, no entanto, com foco no mercado bancário do estado de Goiás.

3 LOCALIZAÇÃO REGIONAL DAS AGÊNCIAS E DO CRÉDITO BANCÁRIO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS GOIANOS

A partir de um cenário de concentração do mercado bancário no Brasil, retratada no segundo capítulo desta dissertação, se realizou o estudo sobre a localização bancária no estado de Goiás. A análise segue a mesma lógica da empreendida na seção anterior. Para o estado de Goiás, a investigação baseada no QL (valores relativos) apresenta resultados distintos aos obtidos na análise que desconsidera os critérios de proporcionalidade com a população e com o PIB (valores absolutos).

3.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE GOIÁS

O processo de ocupação do Centro-Oeste e, por consequência, de Goiás começou no fim do século XVII de maneira descontínua, motivado especialmente pela iniciativa privada em busca de apropriação dos recursos naturais, principalmente o ouro. Somente a partir da década de 1930 se observa o interesse e atuação do Estado na ocupação da região. Galindo e Santos (1995) destacam que a "Marcha para o Oeste" configurou-se como alternativa para o desemprego e estagnação econômica.

O crescimento da produção agropecuária, estimulado pela expansão da fronteira agrícola para o estado de Mato Grosso, contribuiu para a aproximação do estado ao centro hegemônico do país, o Sudeste. Assim, Goiás caracteriza-se pelo fornecimento de produtos agropastoris, principalmente cereais e carnes, destinados ao abastecimento dos centros urbanos e das indústrias. Já a indústria, quando se desenvolveu esteve mais voltada para a transformação e beneficiamento dos produtos primários. Nesse sentido, a região Centro–Oeste apresenta peculiaridades, podendo ser considerada uma ‘criação’ do Sudeste (OLIVEIRA, 1989).

Nas primeiras décadas do século XX, a dinâmica econômica instalada em Goiás, baseada na produção de produtos primários de baixo custo, contribuíram na divisão regional do trabalho para o abastecimento e desenvolvimento urbano-industrial, ainda incipiente, no Sudeste. Com base neste entendimento do Centro-Oeste como ‘criação’ do Sudeste, a ideia de dualidade entre centro e periferia, moderno e atrasado, deixa de ser essencial para a explicação das desigualdades regionais. Goiás inseriu-se na divisão inter-regional do trabalho

como exportador de gado, produtor e exportador de gêneros alimentícios e importador de manufaturas. Deste modo, ao especializar-se cada vez mais e ampliar sua inserção na economia, o estado não pode ser definido como região periférica, ao contrário, deve ser visto como espaço econômico integrado à divisão inter-regional do trabalho e articulado ao processo de reprodução do capital (BORGES, 2000).

No entanto, as regiões do estado contribuíram de formas distintas para a articulação da economia goiana à divisão inter-regional do trabalho. De acordo com a caracterização das regiões do estado apresentada por Estevam (2004) e descrita resumidamente a seguir, percebe-se que o início da integração goiana a economia nacional também foi caracterizada pela concentração produtiva em áreas geograficamente mais favorecidas. Neste sentido, estas áreas são aquelas localizadas no centro-sul do estado, dado maior proximidade com os estados do Sudeste.

A história da integração goiana à região Sudeste do país está relacionada com a história da implantação da estrada de ferro no Sudeste goiano, já que esta tornou-se o principal meio de ligação entre Goiás e os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O prolongamento dos trilhos permitiu o surgimento de centros urbanos e início da produção de alimentos.

O Sul de Goiás recebeu influências econômicas do Triângulo Mineiro, interior de São Paulo e do eixo comercial Goiânia-Anápolis. O Sudoeste Goiano, de maneira semelhante, diante da fertilidade de suas terras e da proximidade com São Paulo, diversificou sua economia, sendo atualmente um dos polos mais avançados do estado no que se refere à produção agropecuária e agroindustrial. Já área central do estado destacou-se por sua concentração agropecuária, por ser a área de maior aglomeração urbana de Goiás e por sua arrecadação.

A região do entorno de Brasília desenvolveu o setor de serviços, principalmente as atividades comerciais, graças a sua proximidade à capital federal. Já o Noroeste, o Norte e Nordeste possuem menos potencialidades agrícolas, são regiões mais pobres e pouco integradas à economia do centro-sul de Goiás. Em termos de agricultura, a região não passou pela modernização experimentada no centro-sul do estado, sendo sua agroindústria incipiente e baseada nos moldes de produção familiar com poucos excedentes comerciais.

Diante da caracterização das regiões de Goiás, é possível afirmar que as articulações do estado com São Paulo aprofundaram-se a partir da própria dinâmica do desenvolvimento brasileiro. A historicidade também permite a percepção de que o cenário de concentração produtiva no Brasil é possível de ser projetado para Goiás. Segundo Estevam (2004, p.229),

“a modernização em Goiás foi de caráter parcial concentrando-se em poucos produtos, em selecionados produtores e esteve geograficamente localizada no centro-sul do estado”.

Conhecendo as desigualdades produtivas regionais e as consequentes distorções territoriais, um segundo aspecto que merece destaque é a especialização da economia goiana na produção de bens primários demandados pela região Sudeste. A expansão da fronteira agrícola propiciou o incremento da produção agropecuária no estado. Em seguida, com a modernização da agricultura, o setor industrial de Goiás começou a se desenvolver e contribuiu para aprofundar a especialização do estado na transformação de produtos alimentares, beneficiamento de matérias-primas produzidas na região e insumos para as atividades agropecuárias. (BORGES, 2000).

Os fatos históricos mostram o desenvolvimento de atividades produtivas concentradas em poucas regiões do estado. A proximidade ao Sudeste do país facilitou a chegada da estrada de ferro no Sudoeste de Goiás, aliado a isso, a construção de Goiânia e Brasília favoreceram para que o estado apresentasse polos econômicos com diferente poder de atração de investimentos.

3.1.1 Análise regional da produção

Segundo o perfil dos municípios divulgado pelo Instituto Mauro Borges (2012) , com informações do período de 2002 a 2009, 70,3% do PIB do estado e 58,5% da população está concentrado em 21 municípios caracterizados como "economias de elevado porte". Neste grupo, estão os municípios com PIB acima da média dos municípios brasileiros e estão localizados predominantemente nas regiões Sudeste e Sudoeste Goiano. Em um total de dez regiões de planejamento, as regiões Nordeste, Oeste e Noroeste Goiano não possuem municípios com este perfil. Esses dados demonstram com evidência que, no estado de Goiás, também tem acontecido um desenvolvimento desigual.

O estudo ainda caracteriza os municípios em outras categorias: economia de médio porte dinâmica, economia de médio porte intermediária, economia de médio porte estagnada, economia de pequeno porte dinâmica, economia de pequeno porte intermediária e economia de pequeno porte estagnada. Um total de 97 municípios possuem economias de médio porte, com 24% do PIB e 32,1% da população. Por fim, as economias de pequeno porte somam 128 municípios, que representam 5,7% do PIB e 9,3% da população.

Em resumo, mais de 50% dos municípios do estado são caracterizados por possuírem economia de pequeno porte. Deste grupo, aqueles que possuem economia com crescimento

intermediário e estagnado estão localizados predominantemente nas regiões Oeste, Noroeste, Norte e Nordeste Goiano.

Os resultados da pesquisa citada apontam para dois tipos de concentração da atual estrutura produtiva do estado. O primeiro tipo de concentração é diagnosticado pelo fato de 8,5% dos municípios serem responsáveis por mais de 70% do PIB, ou seja, a riqueza está concentrada em poucas entidades territoriais. O segundo tipo de concentração é a regional, visto que as economias de elevado porte estão localizadas predominantemente nas regiões Sudeste e Sudoeste Goiano. A concentração regional também é evidenciada pela localização de economias de pequeno porte nas regiões Oeste, Noroeste, Norte e Nordeste Goiano.

O percentual de participação das Regiões de Planejamento no PIB total do estado não apresenta significativas alterações nos anos de 2001 e 2011[18]. Conforme valores apresentados na tabela 17, as regiões Metropolitana de Goiânia, Sudoeste e Centro Goiano participam com mais de 60% do PIB total de Goiás. O Nordeste e Noroeste Goiano participam, cada um, com percentual inferior a 2%.

No entanto, há de se ressaltar, que as regiões Metropolitana de Goiânia, Sudoeste e Centro Goiano, apesar de maior dinamismo, são pouco homogêneas em relação à distribuição do PIB dentre seus municípios, fato que remete, novamente, ao cenário de desenvolvimento regional desigual.

Tabela 17 - Participação das Regiões de Planejamento no PIB total de Goiás (%) - 2001 e 2011

Região de Planejamento	2001	2011
Centro Goiano	9,39	13,97
Entorno do Distrito Federal	7,89	8,47
Metropolitana de Goiânia	38,64	37,17
Nordeste Goiano	1,24	1,40
Noroeste Goianoa	1,64	1,51
Norte Goiano	5,21	4,38
Oeste Goiano	4,97	4,22
Sudeste Goiano	6,67	7,28
Sudoeste Goiano	15,46	14,11
Sul Goiano	8,88	7,48
Total - Goiás	100,00	100,00

Fonte: Segplan/IMB
Elaboração: Autora

[18] No apêndice desta dissertação consta tabela com a participação dos municípios no PIB total de Goiás (%).

Quando o critério de análise é a população, constata-se que alguns municípios apresentam índices de crescimento demográfico negativo de 2001 a 2011, conforme valores expressos na tabela 18.

Com base na estimativa da população realizada anualmente pelo IBGE, o estado de Goiás, no período de 2001 a 2011, possui 77 municípios com crescimento demográfico negativo. Segundo relatório do IPEA-AGDR[19] (2009), este fato indica que os municípios se encontram em processo de estagnação ou esvaziamento populacional. Cabe ressaltar que outros 21 municípios possuem índice de crescimento inferior a 3%. As regiões que apresentam maior percentual de municípios com crescimento demográfico negativo são as Noroeste, Norte e Oeste Goiano.

Tabela 18 - Municípios com crescimento demográfico negativo - 2001 a 2011

Região de Planejamento	Total de Municípios	Municípios com cresc. demográfico negativo	% Municípios com cresc. demográfico negativo
Centro Goiano	31	9	29,03
Entorno do Distrito Federal	19	1	5,26
Metropolitana de Goiânia	20	2	10,00
Nordeste Goiano	20	5	25,00
Noroeste Goiano	13	7	53,85
Norte Goiano	26	11	42,31
Oeste Goiano	43	26	60,47
Sudeste Goiano	22	6	27,27
Sudoeste Goiano	26	3	11,54
Sul Goiano	26	7	26,92
Total geral	246	77	31,30

Fonte: IBGE
Elaboração: Autora

Na região Metropolitana de Goiânia, composta por 10 municípios, observa-se que o PIB é concentrado em apenas três: Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. A capital do estado participava em 2001 com 73,55% do PIB da região metropolitana e em 2011 com 66,90%. Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, cresceram a participação no PIB da região de 10,36% para 15,23% e 7,01% para 9%, respectivamente. Em 2011, Trindade detinha 2,42% do PIB da região e Inhumas 1,32, todos os demais municípios possuíam uma participação inferior a 1%.

[19] Pesquisa realizada para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no âmbito da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR). A pesquisa deu origem a um relatório, mas o mesmo não foi publicado.

Dentre os municípios da Região Metropolitana de Goiânia, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo são os que possuem mais representatividade no PIB total de Goiás. Nesses três municípios a participação da atividade agropecuária no VA é inferior a 1%. Conforme dados da tabela 19, o setor industrial possui participação significativa no VA nos seguintes municípios: Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Brazabrantes, Goianira, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza e Trindade. Somente nos municípios de Goiânia e Senador Canedo que o setor de serviços possui participação superior a 80% no VA.

Tabela 19 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Metropolitana de Goiânia (%) - 2001 e 2011

Municípios da Região	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Metropolita de Goiânia	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Abadia de Goiás	14,6	13,8	15,3	19,8	70,0	66,3
Aparecida de Goiânia	0,2	0,1	28,5	24,3	71,2	75,6
Aragoiânia	15,3	12,0	18,8	20,7	65,9	67,3
Bela Vista de Goiás	22,2	13,2	23,2	43,5	54,6	43,3
Bonfinópolis	25,2	21,9	12,0	14,4	62,9	63,7
Brazabrantes	33,8	29,8	19,4	25,1	46,8	45,0
Caldazinha	55,6	46,1	6,3	9,0	38,2	44,9
Caturaí	39,2	39,9	8,3	9,9	52,5	50,2
Goianápolis	18,1	9,9	13,3	18,0	68,6	72,1
Goiânia	0,2	0,1	19,2	17,7	80,6	82,2
Goianira	5,7	5,1	45,5	38,6	48,8	56,3
Guapó	22,6	13,8	12,2	22,5	65,3	63,8
Hidrolândia	14,6	14,5	46,4	37,2	38,9	48,4
Inhumas	13,2	16,7	21,9	18,9	64,9	64,4
Nerópolis	5,5	3,5	47,9	47,7	46,7	48,8
Nova Veneza	16,8	16,9	32,3	36,8	51,0	46,3
Santo Antônio de Goiás	21,8	23,6	12,8	19,5	65,4	56,9
Senador Canedo	0,6	0,3	10,6	10,8	88,8	89,0
Terezópolis de Goiás	17,6	7,8	12,6	22,3	69,8	69,9
Trindade	5,4	4,2	34,4	35,3	60,3	60,5

Fonte: IBGE

Elaboração: Autora

Dentre os municípios relacionados na tabela 19, quase todos reduziram a participação da atividade agropecuária no VA, com exceção de Caturaí, Inhumas e Santo Antônio de Goiás. Os municípios de Bela Vista de Goiás, Guapó e Terezópolis de Goiás apresentaram crescimento significativo da participação da indústria no VA.

No Centro Goiano, os municípios que detêm maior participação no PIB de Goiás, para os anos de 2001 e 2011 são Anápolis, Goianésia, Jaraguá e Ceres. De acordo com informações da tabela 20 o setor industrial é mais pujante nos municípios de Anápolis, Goianésia, Rianápolis, Rialma e Campo Limpo de Goiás.

Tabela 20 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Centro Goiano (%) - 2001 e 2011

Municípios da Região	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Centro Goiano	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Anápolis	1,4	0,7	30,8	48,0	67,9	51,3
Barro Alto	38,6	25,5	7,4	29,3	54,0	45,3
Campo Limpo de Goiás	23,7	15,6	20,4	24,0	55,9	60,5
Carmo do Rio Verde	35,5	30,6	11,9	31,0	52,7	38,4
Ceres	5,5	4,5	15,3	14,3	79,1	81,2
Damolândia	32,1	28,6	14,0	14,0	54,0	57,4
Goianésia	13,4	11,9	25,9	27,6	60,7	60,5
Guarinos	37,2	36,8	8,3	8,9	54,5	54,3
Hidrolina	29,2	40,0	10,8	9,9	60,0	50,2
Ipiranga de Goiás	46,6	53,4	7,0	6,2	46,4	40,4
Itapaci	26,7	20,5	12,2	26,3	61,1	53,2
Jaraguá	20,3	16,2	16,8	18,3	62,9	65,5
Jesúpolis	28,2	22,4	9,4	12,0	62,4	65,7
Morro Agudo de Goiás	31,5	33,2	8,6	9,0	60,0	57,7
Nova América	32,3	29,9	8,0	12,0	59,7	58,1
Nova Glória	18,5	40,3	40,9	8,3	40,6	51,4
Ouro Verde de Goiás	47,4	45,7	8,0	8,7	44,6	45,6
Petrolina de Goiás	27,1	27,9	16,7	13,3	56,2	58,8
Pilar de Goiás	46,7	42,5	6,8	13,0	46,6	44,5
Rialma	9,6	10,6	28,2	26,2	62,2	63,2
Rianápolis	9,9	11,9	41,7	46,6	48,4	41,5
Rubiataba	19,2	15,9	17,6	26,8	63,3	57,3
Santa Isabel	49,5	56,9	6,9	5,8	43,6	37,4
Santa Rita do Novo Destino	50,2	56,6	11,6	5,9	38,2	37,5
Santa Rosa de Goiás	31,1	41,4	10,6	8,9	58,4	49,7
São Francisco de Goiás	30,9	21,8	10,1	13,2	59,0	65,1
São Luiz do Norte	40,0	49,9	7,7	7,1	52,3	42,9
São Patrício	50,5	45,4	6,8	7,2	42,6	47,4
Taquaral de Goiás	30,3	32,8	16,1	11,0	53,7	56,2
Uruana	30,5	50,4	10,6	6,3	59,0	43,3
Vila Propício	61,7	68,0	7,4	5,7	30,9	26,3

Fonte: IBGE

Elaboração: Autora

No Centro Goiano, em 2001, o município de Anápolis participava com 67,39% do PIB total da região de planejamento e, em 2011, elevou para 77,96%. Goianésia em 2001 tinha 6,99% de participação e em 2011 4,68%. Em seguida, destaca-se Jaraguá que em 2001 possuía 4,01% e em 2011 reduziu sua participação no PIB da região para 2,60%. Em 2011, todos os demais municípios que compõe a região possuíam participação no PIB inferior a 2%. É importante salientar que, ao comparar os anos de 2001 e 2011, observa-se que a concentração de riqueza em Anápolis aumentou.

A maioria dos municípios desta região possui perfil agropecuário, sendo a participação desta atividade superior a 20% do VA. Nos municípios de Anápolis, Ceres, Goianésia, Rialma, Rianápolis e Rubiataba a agropecuária participa com percentual inferior a 20% no VA. Coincidentemente estes também são os municípios mais industrializados, com exceção de Ceres que se destaca no setor de serviços. Em municípios como Anápolis, Barro Alto, Carmo do Rio Verde e Itapaci é possível destacar o significativo crescimento da participação do setor industrial no VA.

Os municípios do Centro Goiano com maior participação no PIB do estado não possuem uma base produtiva agropecuária, diferenciando-os do perfil econômico de Goiás, no qual há o predomínio desta atividade. Diferentemente, a região de planejamento Sudoeste Goiano, caracteriza-se por possuir, em seus municípios com maior PIB, uma agricultura de grãos moderna e competitiva, assim como um setor industrial voltado, principalmente, para as cadeias produtivas do agronegócio.

A região do Sudoeste Goiano, composta por 26 municípios, apresenta um cenário de concentração menos latente. O município de Rio Verde, em 2001, participava com 27,93% do PIB da região e, em 2011, com 35,20%. A atividade produtiva de Jataí, para os anos de análise, representava cerca de 15% do total produzido no Sudoeste Goiano. No entanto, outros municípios se destacam tais como São Simão, Mineiros, Santa Helena de Goiás, Quirinópolis, Montividiu, Acreúna, Chapadão do Céu e Cachoeira Alta.

Ao analisar os dados da tabela 21, observa-se que a grande maioria dos municípios pertencentes a Região Sudoeste Goiano possui vocação agropecuária. Nesta região encontram-se os principais municípios do estado produtores de algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, milho, soja, sorgo e criação de rebanho bovino. No entanto, é relevante destacar o fato de que a atividade industrial possui participação superior a 20% do VA nos municípios de Rio Verde, Jataí, São Simão e Mineiros, municípios estes que detêm maior participação no PIB total do estado.

Tabela 21 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Sudoeste Goiano (%) - 2001 e 2011

Municípios da Região Sudoeste Goiano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Acreúna	38,6	35,6	14,9	15,1	46,5	49,2
Aparecida do Rio Doce	45,4	44,7	8,4	7,3	46,2	48,0
Aporé	48,4	52,2	15,6	9,7	36,0	38,1
Cachoeira Alta	13,0	35,6	56,4	11,8	30,6	52,6
Caçu	38,5	25,7	8,4	29,0	53,1	45,3
Castelândia	38,6	39,6	6,6	6,1	54,8	54,3
Chapadão do Céu	72,5	61,1	4,2	10,3	23,3	28,6
Gouvelândia	67,2	62,8	2,6	6,7	30,2	30,5
Itajá	40,4	36,9	6,3	7,0	53,3	56,2
Itarumã	58,0	51,4	6,3	8,1	35,8	40,6
Jataí	34,1	27,0	24,0	24,9	41,9	48,1
Lagoa Santa	30,3	31,8	6,7	16,1	63,0	52,1
Maurilândia	41,3	43,9	7,2	8,1	51,5	48,0
Mineiros	51,3	25,2	7,3	24,3	41,5	50,5
Montividiu	71,9	57,4	3,4	10,3	24,8	32,3
Paranaiguara	32,1	46,0	8,8	7,8	59,0	46,2
Perolândia	80,3	76,0	1,5	1,9	18,2	22,1
Portelândia	66,6	61,8	3,2	5,6	30,2	32,6
Quirinópolis	26,9	29,7	16,8	25,7	56,4	44,6
Rio Verde	24,8	14,6	25,1	37,0	50,1	48,4
Santa Helena de Goiás	25,1	34,7	32,6	20,1	42,3	45,2
Santa Rita do Araguaia	33,7	24,5	6,8	9,8	59,5	65,7
Santo Antônio da Barra	48,7	38,1	7,6	31,8	43,8	30,1
São Simão	0,5	1,4	93,0	87,4	6,5	11,1
Serranópolis	67,9	57,6	2,7	10,7	29,5	31,7
Turvelândia	48,7	47,0	30,1	29,8	21,2	23,2

Fonte: IBGE
Elaboração: Autora

De acordo com os dados da tabela 21, destacam-se os municípios de Rio Verde e Mineiros, nos quais houve redução de participação da atividade agropecuária e aumento do setor industrial no VA.

Dentre os municípios da Região do Entorno do Distrito Federal, Luziânia, Formosa e Cristalina são os que mais possuem participação no PIB total do estado de Goiás. Esta região possui alguns municípios em que a participação da agropecuária no VA é superior a 50%, tais como: Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Cristalina e Mimoso de Goiás, conforme informações da tabela 22.

Tabela 22 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região do Entorno do Distrito Federal (%) - 2001 e 2011

Municípios do Entorno do Distrito Federal	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Abadiânia	27,7	18,6	11,9	15,2	60,4	66,2
Água Fria de Goiás	59,6	66,3	7,0	5,3	33,4	28,4
Águas Lindas de Goiás	0,4	0,3	13,8	17,6	85,7	82,1
Alexânia	21,5	8,7	13,3	40,8	65,2	50,5
Cabeceiras	54,9	61,9	7,9	6,6	37,2	31,6
Cidade Ocidental	2,7	3,0	13,3	20,3	84,1	76,7
Cocalzinho de Goiás	33,9	18,5	10,8	27,2	55,3	54,3
Corumbá de Goiás	24,7	25,9	15,6	10,9	59,7	63,2
Cristalina	48,5	51,4	5,6	8,6	45,9	40,0
Formosa	10,9	11,6	12,2	16,8	76,9	71,6
Luziânia	13,6	10,0	31,3	32,6	55,2	57,4
Mimoso de Goiás	62,3	54,2	4,3	6,3	33,4	39,5
Novo Gama	0,4	0,4	15,9	17,6	83,7	81,9
Padre Bernardo	22,3	26,6	13,0	12,5	64,7	61,0
Pirenópolis	27,3	17,8	9,8	28,5	62,9	53,7
Planaltina	7,3	8,1	13,1	15,4	79,6	76,4
Santo Antônio do Descoberto	2,9	4,2	13,5	16,5	83,6	79,3
Valparaíso de Goiás	0,0	0,0	12,0	14,2	88,0	85,8
Vila Boa	37,1	49,7	8,2	12,7	54,7	37,6

Fonte: IBGE

Elaboração: Autora

Luziânia é o município da região onde o setor industrial possui maior participação no VA. O setor de serviços possui participação significativa no VA (cerca de 80%) nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Alguns municípios da região do Entorno do Distrito Federal possuem a base econômica predominantemente agropecuária, tais como Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Cristalina e Mimoso de Goiás. No entanto, Cristalina é o que mais se destaca no cenário estadual como um dos principais produtores de café, feijão, milho, soja e tomate.

O Sudeste e Sul Goiano possuem vocação agropecuária, no entanto a participação no PIB do estado dessas regiões não é tão significativa quanto a observada no Sudoeste Goiano. Além disso, conforme já ressaltado neste capítulo, o Sudoeste possui várias economias que se destacam na participação no PIB total de Goiás, diferentemente do que é possível observar para as regiões de planejamento Sudeste e Sul Goiano.

Dentre os municípios da região Sudeste, Catalão é o que possui maior participação no PIB do estado. Conforme informações da tabela 23, a atividade industrial representa cerca de

50% do VA do município, situação semelhante pode ser observada nos municípios de Corumbaíba e Ouvidor.

Tabela 23 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Sudeste Goiano (%) - 2001 e 2011

Municípios da Região Sudeste Goiano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Anhanguera	10,5	13,8	10,3	10,8	79,2	75,5
Campo Alegre de Goiás	69,2	63,9	5,4	3,5	25,5	32,6
Catalão	9,3	5,3	41,4	50,6	49,2	44,1
Corumbaíba	16,3	16,4	37,0	40,6	46,7	43,0
Cristianópolis	28,7	27,1	12,2	14,3	59,1	58,6
Cumari	42,1	50,0	6,7	7,3	51,1	42,8
Davinópolis	35,7	41,4	12,2	9,3	52,1	49,3
Gameleira de Goiás	78,2	66,0	1,6	5,1	20,2	29,0
Goiandira	25,9	31,4	7,5	9,2	66,6	59,4
Ipameri	44,3	44,7	10,5	19,6	45,2	35,7
Leopoldo de Bulhões	54,1	52,6	6,9	8,7	39,0	38,8
Nova Aurora	25,2	37,6	9,2	12,3	65,6	50,1
Orizona	42,5	41,8	16,3	15,9	41,2	42,3
Ouvidor	4,3	11,9	60,2	58,6	35,5	29,5
Palmelo	9,2	10,4	17,7	21,7	73,1	68,0
Pires do Rio	8,3	8,4	31,7	33,7	60,1	57,9
Santa Cruz de Goiás	55,7	65,9	9,1	4,5	35,2	29,7
São Miguel do Passa Quatro	62,2	53,0	4,7	7,2	33,0	39,8
Silvânia	49,3	41,0	6,4	6,9	44,3	52,1
Três Ranchos	11,0	19,4	10,6	11,3	78,4	69,3
Urutaí	40,2	55,0	7,0	6,3	52,8	38,7
Vianópolis	46,2	34,4	8,7	13,8	45,1	51,8

Fonte: IBGE
Elaboração: Autora

Em Campo Alegre de Goiás a atividade agropecuária, em 2001 e 20011 detinha mais de 60% do VA. Este município se destaca no estado pela produção de algodão, café, soja, milho, feijão e arroz. Outros municípios da região possuem vocação agropecuária tais como Silvânia, Gameleira de Goiás, Cumari, Leopoldo de Bulhões, Santa de Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Orizona, Ipameri, Urutaí e Vianópolis. Desses, Silvânia figura-se entre os maiores produtores de soja, sorgo e feijão e Ipameri está entre os principais produtores de algodão, café, milho e soja

Na Região Sul Goiano, os municípios de Caldas Novas e Itumbiara são os que possuem maior participação no PIB total do estado. Segundo dados da tabela 24, a composição do VA desses municípios é semelhante: participação da agropecuária inferior a

10% e a atividade industrial é responsável por cerca de 30% a 40% do VA, fazendo com que estes municípios figurem entre os principais do estado de Goiás na produção industrial.

Tabela 24 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Sul Goiano (%) - 2001 e 2011

Municípios da Região Sul Goiano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Água Limpa	33,8	42,9	14,3	6,9	52,0	50,3
Aloândia	33,9	21,4	6,6	9,7	59,6	69,0
Bom Jesus de Goiás	37,0	51,4	15,5	6,4	47,5	42,2
Buriti Alegre	25,7	20,9	15,8	35,2	58,5	43,9
Cachoeira Dourada	8,2	13,0	79,4	73,4	12,5	13,6
Caldas Novas	6,9	5,5	41,0	31,6	52,2	63,0
Cezarina	6,9	7,7	61,3	56,8	31,9	35,6
Cromínia	44,2	41,6	7,9	8,4	47,9	50,0
Edealina	54,8	55,1	12,9	6,0	32,3	38,9
Edéia	66,7	33,2	2,4	22,9	31,0	43,9
Goiatuba	23,6	23,0	28,4	24,7	47,9	52,3
Inaciolândia	51,4	60,6	5,2	4,5	43,5	34,9
Indiara	41,3	25,6	11,4	23,9	47,3	50,6
Itumbiara	8,1	8,6	34,3	28,8	57,6	62,6
Joviânia	45,0	32,2	6,2	7,6	48,9	60,2
Mairipotaba	39,2	46,3	15,6	6,9	45,1	46,8
Marzagão	21,7	22,1	11,4	24,9	66,9	53,0
Morrinhos	28,5	32,5	17,8	21,6	53,7	45,9
Panamá	53,7	48,7	5,9	9,2	40,4	42,1
Piracanjuba	40,6	39,7	9,9	12,2	49,4	48,2
Pontalina	43,9	32,1	10,2	12,5	45,9	55,4
Porteirão	62,6	66,5	12,3	10,9	25,1	22,6
Professor Jamil	32,8	30,2	9,0	10,9	58,2	58,8
Rio Quente	12,8	12,8	31,8	17,1	55,4	70,1
Varjão	33,8	31,7	10,3	10,0	55,9	58,3
Vicentinópolis	60,7	41,6	5,0	16,0	34,4	42,4

Fonte: IBGE
Elaboração: Autora

Outros municípios da região são predominantemente agropecuários e, em alguns deles, esta atividade apresentou redução do percentual de participação no VA, tais como: Edéia, Indiara, Joviânia, Vicentinópolis, Aloândia e Pontalina. A participação do setor industrial sofreu elevação expressiva nos municípios de Edéia, Buriti Alegre e Indiara.

No Norte Goiano, o município de Minaçu é o que detém maior participação no PIB total de Goiás, sendo que a atividade industrial representa cerca de 80% do VA do município.

De acordo com informações da tabela 25, nos municípios de Crixás, Mozarlândia e Niquelândia a indústria também possui participação significativa no VA. Em Porangatu e Uruaçu o setor de serviços merece destaque no que se refere à participação no VA.

Tabela 25 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Norte Goiano (%) - 2001 e 2011

Municípios da Região Norte Goiano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Alto Horizonte	41,8	2,3	7,4	74,5	50,7	23,3
Amaralina	49,5	46,7	6,7	7,5	43,8	45,8
Bonópolis	58,5	52,7	5,0	6,9	36,5	40,4
Campinaçu	37,9	36,1	7,6	8,7	54,5	55,3
Campinorte	16,6	18,0	14,8	15,1	68,6	66,9
Campos Verdes	16,7	20,0	13,9	12,1	69,4	67,9
Crixás	15,4	16,5	42,0	37,2	42,6	46,3
Estrela do Norte	23,7	22,7	13,9	17,7	62,4	59,6
Formoso	27,8	27,0	10,8	11,2	61,5	61,9
Mara Rosa	30,5	28,8	8,1	12,2	61,4	59,0
Minaçu	1,4	2,1	81,9	76,0	16,7	21,9
Montividiu do Norte	43,3	39,3	7,7	10,0	49,0	50,7
Mozarlândia	11,0	7,2	51,1	56,5	37,9	36,4
Mundo Novo	39,7	43,9	8,6	7,8	51,7	48,4
Mutunópolis	40,4	38,8	7,2	8,6	52,4	52,7
Niquelândia	12,5	15,0	41,4	39,1	46,1	45,9
Nova Crixás	52,3	44,9	6,5	7,6	41,2	47,6
Nova Iguaçu de Goiás	41,1	33,0	7,5	9,5	51,4	57,6
Novo Planalto	42,6	39,7	7,0	8,4	50,3	51,9
Porangatu	13,0	13,4	18,4	16,2	68,6	70,4
Santa Tereza de Goiás	31,6	27,0	9,3	10,1	59,1	62,9
Santa Terezinha de Goiás	24,5	24,3	10,3	11,4	65,2	64,4
São Miguel do Araguaia	28,0	32,1	14,7	8,7	57,3	59,3
Trombas	35,8	37,1	9,5	9,4	54,7	53,5
Uirapuru	45,1	44,1	7,1	7,4	47,8	48,5
Uruaçu	14,1	12,0	11,2	17,9	74,7	70,2

Fonte: IBGE
Elaboração: Autora

As regiões de planejamento Nordeste, Noroeste e Oeste Goiano representadas, respectivamente, nas tabelas 26, 27 e 28, não possuem municípios cuja participação no PIB do estado seja superior a 1% nos anos de 2001 e 2011.

Tabela 26 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Nordeste Goiano (%) - 2001 e 2011

Municípios da Região Nordeste Goiano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Alto Paraíso de Goiás	32,9	25,2	9,9	9,8	57,2	65,0
Alvorada do Norte	19,7	16,1	9,8	10,4	70,5	73,5
Buritinópolis	13,5	18,3	13,3	14,0	73,2	67,7
Campos Belos	7,6	7,3	12,8	13,9	79,6	78,9
Cavalcante	7,5	4,3	63,8	81,1	28,8	14,6
Colinas do Sul	25,0	22,1	10,3	11,2	64,7	66,7
Damianópolis	19,6	20,7	11,0	12,3	69,4	67,0
Divinópolis de Goiás	28,2	25,0	12,7	19,1	59,1	56,0
Flores de Goiás	41,9	47,7	7,8	8,1	50,2	44,1
Guarani de Goiás	30,9	35,2	11,4	14,8	57,7	50,0
Iaciara	21,8	23,9	14,5	14,8	63,6	61,4
Mambaí	10,9	6,2	12,2	14,6	76,8	79,2
Monte Alegre de Goiás	35,5	36,0	8,3	10,0	56,2	54,0
Nova Roma	39,6	46,2	8,2	7,4	52,2	46,4
Posse	9,0	11,3	13,5	12,8	77,5	76,0
São Domingos	27,6	28,0	17,8	15,7	54,6	56,3
São João d'Aliança	47,7	52,3	6,6	7,2	45,7	40,5
Simolândia	10,2	13,6	11,4	12,8	78,4	73,6
Sítio d'Abadia	34,8	39,0	9,4	8,9	55,8	52,1
Teresina de Goiás	13,2	12,3	10,9	13,1	75,9	74,6

Fonte: IBGE

Elaboração: Autora

Tabela 27 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Noroeste Goiano (%) - 2001 e 2011

Municípios da Região Noroeste Goiano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Araçu	29,9	37,3	9,8	9,5	60,3	53,2
Araguapaz	35,8	34,8	9,3	9,4	54,9	55,8
Aruanã	41,8	35,5	5,9	9,5	52,3	55,0
Faina	45,8	42,3	7,6	8,4	46,6	49,3
Goiás	18,9	28,7	23,6	12,3	57,5	59,0
Guaraíta	45,2	31,1	7,3	9,7	47,6	59,2
Heitoraí	27,2	39,2	9,9	10,6	62,9	50,1
Itaberaí	29,0	18,0	20,3	33,2	50,7	48,8
Itaguari	30,3	26,3	11,9	14,9	57,8	58,9
Itaguaru	35,6	39,8	11,2	8,3	53,2	51,9
Itapuranga	28,0	30,1	13,4	11,2	58,5	58,7
Itauçu	21,1	20,5	15,7	30,1	63,3	49,4
Matrinchã	44,3	43,4	9,1	8,6	46,7	48,1

Fonte: IBGE

Elaboração: Autora

Tabela 28 - Participação das atividades econômicas no VA, segundo municípios da região Oeste Goiano (%) - 2001 e 2011

Municípios da Região Oeste Goiano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Adelândia	32,1	25,5	8,9	20,3	59,1	54,2
Americano do Brasil	31,1	25,2	11,3	33,3	57,6	41,5
Amorinópolis	33,5	26,0	11,3	27,7	55,2	46,3
Anicuns	21,5	29,3	26,6	26,4	51,9	44,4
Aragarças	5,3	4,4	12,4	15,2	82,3	80,4
Arenópolis	44,2	47,4	10,4	8,9	45,4	43,7
Aurilândia	50,1	36,2	5,6	12,7	44,3	51,1
Avelinópolis	43,8	46,4	8,7	16,5	47,5	37,1
Baliza	49,9	41,6	5,4	9,0	44,8	49,4
Bom Jardim de Goiás	34,0	33,2	11,0	8,3	55,0	58,4
Britânia	34,9	35,3	9,1	9,9	56,0	54,8
Buriti de Goiás	33,7	25,2	9,8	11,8	56,5	63,0
Cachoeira de Goiás	34,4	28,6	7,5	11,5	58,1	59,9
Caiapônia	63,1	52,0	4,6	8,5	32,4	39,5
Campestre de Goiás	46,3	41,6	7,0	9,7	46,7	48,7
Córrego do Ouro	43,4	46,4	8,8	9,2	47,8	44,5
Diorama	48,1	44,8	8,1	7,6	43,8	47,6
Doverlândia	48,4	49,2	8,9	9,1	42,7	41,7
Fazenda Nova	36,8	34,8	13,3	9,7	49,9	55,5
Firminópolis	22,0	18,3	13,5	13,0	64,5	68,7
Iporá	11,2	9,4	13,4	12,6	75,4	77,9
Israelândia	34,7	28,9	7,9	12,3	57,3	58,7
Itapirapuã	41,9	40,4	8,5	10,5	49,5	49,1
Ivolândia	50,7	51,6	7,0	6,7	42,3	41,7
Jandaia	43,2	35,6	20,2	24,4	36,6	40,1
Jaupaci	30,0	31,2	10,8	9,9	59,3	59,0
Jussara	33,6	29,2	12,3	9,1	54,1	61,7
Moiporá	43,0	42,9	7,8	7,3	49,2	49,8
Montes Claros de Goiás	48,4	48,5	8,3	5,9	43,3	45,6
Mossâmedes	40,1	59,5	8,9	6,6	51,0	33,9
Nazário	34,6	38,4	26,6	23,0	38,7	38,6
Novo Brasil	39,2	43,4	7,9	8,1	52,9	48,5
Palestina de Goiás	49,7	48,4	8,8	6,6	41,5	45,0
Palmeiras de Goiás	32,5	13,3	19,5	47,0	48,0	39,7
Palminópolis	46,6	42,7	9,4	7,6	44,1	49,7
Paraúna	64,8	53,7	4,1	10,0	31,1	36,3
Piranhas	30,6	24,2	10,2	15,0	59,2	60,8
Sanclerlândia	21,3	16,5	23,5	21,7	55,2	61,8
Santa Bárbara de Goiás	20,6	16,0	23,3	22,2	56,1	61,7
Santa Fé de Goiás	23,4	19,2	45,5	49,2	31,1	31,6
São João da Paraúna	52,2	40,5	5,7	8,8	42,2	50,7
São Luis de Montes Belos	8,9	8,2	41,4	29,8	49,6	62,0
Turvânia	34,6	53,2	9,7	8,1	55,6	38,7

Fonte: IBGE
Elaboração: Autora

Segundo a composição do VA, estes municípios caracterizam-se, em sua maioria, pela predominância do setor agropecuário em relação à atividade industrial. Algumas exceções podem ser destacadas como o município de Cavalcante (Nordeste Goiano) e São Luiz dos Montes Belos (Oeste Goiano).

O Noroeste e Nordeste Goiano possuem perfil agropecuário, apesar disso, as informações contidas nas tabelas 26 e 27 mostram que a participação do setor industrial no VA aumentou em quase todos os municípios dessas regiões de planejamento.

Nas regiões Norte, Noroeste, Nordeste e Oeste Goiano, na maioria dos municípios, a agropecuária configura-se como a atividade principal. No entanto, a produção é pouco expressiva e, salvo exceções, estes municípios não se figuram entre os maiores produtores agropecuários do estado de Goiás. Como exceção, Minaçu está entre os maiores produtores de arroz e cana-de-açúcar; Niquelândia, arroz, feijão e café e Porangatu se destaca no cultivo de arroz, feijão e cana-de-açúcar. Especificamente, na região Nordeste Goiano há vários municípios que estão entre os principais na extração de carvão vegetal, tais como Posse, São Domingos, Guarani de Goiás, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Iaciara, Divinópolis de Goiás, entre outros.

Os aspectos analisados mostram que o estado de Goiás passou por algumas mudanças em sua estrutura produtiva no decorrer de sua história. No entanto, apesar disso, o processo de desenvolvimento econômico apresenta algumas contradições regionais, na qual alguns municípios caracterizam-se por serem mais dinâmicos e outros por ocuparem posições mais desfavoráveis no processo de divisão regional do trabalho, evidenciando um marcado desenvolvimento desigual do seu território.

3.1.2 Análise regional do emprego

Assim como foi empreendida, no item anterior, a análise regional da produção, nesta seção é apresentado um diagnóstico da distribuição do emprego no estado de Goiás. O estudo é feito com base no número de vínculos empregatícios, agrupados por setor de atividade econômica e por faixa de remuneração. As informações são separadas e apresentadas por região de planejamento.

Conforme informações da tabela 29, 77% dos vínculos de emprego da região Metropolitana de Goiânia estão concentrados no setor de serviços, 21% na indústria e 1% na agropecuária, percentuais que não sofrem significativas alterações se comparados os anos de 2001 e 2011.

Tabela 29 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Metropolitana de Goiânia - 2001 e 2011

Faixa Remun Dezem (SM)	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,3%	0,4%	4,4%	8,7%	95,4%	90,9%
0,51 a 1,00 SM	4,5%	3,0%	12,8%	15,8%	82,7%	81,2%
1,01 a 1,50 SM	1,8%	1,2%	24,9%	23,0%	73,3%	75,9%
1,51 a 2,00 SM	1,9%	1,4%	29,3%	25,3%	68,8%	73,4%
2,01 a 3,00 SM	1,1%	0,9%	23,2%	26,4%	75,7%	72,7%
3,01 a 4,00 SM	0,5%	0,5%	20,4%	23,5%	79,1%	76,0%
4,01 a 5,00 SM	0,3%	0,4%	13,8%	18,0%	85,8%	81,5%
5,01 a 7,00 SM	0,2%	0,2%	12,2%	11,0%	87,6%	88,8%
7,01 a 10,00 SM	0,4%	0,2%	15,1%	11,1%	84,5%	88,7%
10,01 a 15,00 SM	0,5%	0,3%	14,2%	13,5%	85,3%	86,2%
15,01 a 20,00 SM	1,1%	0,5%	15,9%	10,6%	83,0%	88,9%
Mais de 20,00 SM	0,4%	0,3%	14,6%	9,9%	85,0%	89,9%
{ñ class}	0,6%	0,5%	24,3%	22,4%	75,1%	77,1%
Total	1,3%	1,0%	21,1%	21,2%	77,6%	77,8%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Para o setor de serviços, observa-se que o percentual de 77% eleva-se nas faixas salariais de até 0,5 salário mínimo e nas faixas de remuneração de 5,01 a 20 salários mínimos. No setor industrial e de serviços, o percentual de participação reduz nas faixas de remuneração acima de 4,01 salários mínimos. A agropecuária tem maior participação nos vínculos de emprego com faixa de remuneração de 0,51 a 1 salário mínimo. Já no setor industrial, esta situação é observada na faixa de remuneração de 1,01 a 2 salários mínimos.

A tabela 30 apresenta informações que vão ao encontro do observado nas regiões brasileiras para as três atividades econômicas: de 2001 para 2011 há redução do percentual de vínculos empregatícios nas faixas de remuneração acima de dois salários mínimos. Ao contrário, este percentual aumenta nas faixas de remuneração de até dois salários mínimos. Na agropecuária, cerca de 50% dos vínculos de emprego estão concentrados nas faixas de remuneração de até 1,5 salários mínimos, no setor industrial e de serviços este percentual cai para aproximadamente 30%.

Observa-se na região Metropolitana de Goiânia que a agropecuária e a atividade industrial reduzem a participação nos vínculos de emprego para faixas de salários mais elevadas. Ao contrário, no setor de serviços, o percentual de participação aumenta. Contudo, para todas as atividades econômicas, mais de 60% dos trabalhadores recebem remuneração inferior a três salários mínimos.

Tabela 30 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Metropolitana de Goiânia - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,1%	0,3%	0,1%	0,3%	0,8%	0,8%
0,51 a 1,00 SM	18,4%	17,8%	3,2%	4,4%	5,7%	6,1%
1,01 a 1,50 SM	30,5%	32,6%	25,6%	30,7%	20,5%	27,6%
1,51 a 2,00 SM	22,1%	23,1%	21,4%	20,1%	13,7%	15,9%
2,01 a 3,00 SM	16,4%	13,7%	20,8%	19,1%	18,5%	14,3%
3,01 a 4,00 SM	3,6%	3,7%	9,0%	7,9%	9,5%	6,9%
4,01 a 5,00 SM	1,8%	2,1%	4,6%	4,0%	7,8%	4,9%
5,01 a 7,00 SM	1,4%	1,7%	4,6%	3,8%	9,0%	8,3%
7,01 a 10,00 SM	1,6%	1,0%	3,4%	2,4%	5,1%	5,3%
10,01 a 15,00 SM	1,1%	0,7%	2,0%	1,5%	3,3%	2,6%
15,01 a 20,00 SM	1,1%	0,5%	1,0%	0,5%	1,4%	1,1%
Mais de 20,00 SM	0,7%	0,4%	1,6%	0,6%	2,5%	1,6%
{ñ class}	1,1%	2,4%	2,7%	4,7%	2,3%	4,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

No Centro Goiano, região na qual está localizada a cidade de Anápolis, importante pólo industrial do estado de Goiás, de acordo com os dados apresentados na tabela 31, a indústria participa com cerca de 30% dos vínculos de emprego. A agropecuária detém 5% desses vínculos e o setor de serviços aproximadamente 65%.

Tabela 31 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Centro Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	10,6%	6,3%	19,3%	28,9%	70,2%	64,7%
0,51 a 1,00 SM	10,3%	9,0%	25,4%	21,1%	64,3%	69,9%
1,01 a 1,50 SM	4,6%	3,4%	31,1%	30,3%	64,4%	66,3%
1,51 a 2,00 SM	6,4%	5,7%	28,9%	34,8%	64,7%	59,5%
2,01 a 3,00 SM	3,7%	6,6%	29,5%	33,3%	66,8%	60,2%
3,01 a 4,00 SM	3,0%	4,8%	29,1%	33,1%	67,9%	62,0%
4,01 a 5,00 SM	2,4%	3,6%	23,9%	36,5%	73,7%	59,9%
5,01 a 7,00 SM	2,0%	2,3%	25,1%	31,9%	72,9%	65,8%
7,01 a 10,00 SM	1,5%	1,8%	26,4%	32,7%	72,1%	65,5%
10,01 a 15,00 SM	1,6%	1,0%	30,2%	32,5%	68,3%	66,5%
15,01 a 20,00 SM	0,3%	1,1%	22,1%	29,6%	77,6%	69,3%
Mais de 20,00 SM	1,2%	1,4%	31,0%	36,0%	67,8%	62,6%
{ñ class}	2,6%	5,0%	19,5%	33,8%	77,8%	61,2%
Total	4,7%	5,0%	28,6%	31,4%	66,7%	63,6%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Para a indústria e setor de serviços esses percentuais apresentam poucas alterações de acordo com as faixas de remuneração. Ao contrário, na agropecuária os percentuais de participação são mais heterogêneos, variando de acordo com as faixas de remuneração. Como exemplo, temos que o percentual de participação eleva-se para quase 10% quando as faixas de remuneração em análise são de até um salário mínimo.

Ao analisar a tabela 32, na agropecuária, no período de 2001 a 2011, reduziu-se o percentual de vínculos de emprego nas faixas de remuneração de até dois salários mínimos e aumentou este percentual nas faixas de 2,01 a 7 salários mínimos. Esta situação não é observada para a indústria e setor de serviços, os quais mantêm a mesma lógica constatada para as regiões do Brasil: aumenta o percentual de vínculos nas faixas de menor remuneração (até dois salários mínimos) e reduz o percentual de vínculos nas faixas de melhor remuneração (acima de 2,01 salários mínimos).

Tabela 32 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Centro Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,5%	0,3%	0,1%	0,2%	0,2%	0,3%
0,51 a 1,00 SM	21,4%	18,1%	8,8%	6,7%	9,5%	10,9%
1,01 a 1,50 SM	28,8%	21,7%	32,4%	30,9%	28,8%	33,4%
1,51 a 2,00 SM	23,8%	21,7%	17,9%	20,8%	17,2%	17,6%
2,01 a 3,00 SM	13,8%	22,8%	18,1%	18,3%	17,6%	16,4%
3,01 a 4,00 SM	4,4%	6,8%	7,2%	7,4%	7,2%	6,8%
4,01 a 5,00 SM	2,1%	2,7%	3,5%	4,3%	4,6%	3,4%
5,01 a 7,00 SM	1,7%	1,8%	3,5%	3,9%	4,4%	4,0%
7,01 a 10,00 SM	0,9%	0,8%	2,5%	2,2%	3,0%	2,2%
10,01 a 15,00 SM	0,6%	0,2%	1,9%	1,3%	1,8%	1,3%
15,01 a 20,00 SM	0,1%	0,1%	0,6%	0,4%	1,0%	0,5%
Mais de 20,00 SM	0,3%	0,1%	1,1%	0,4%	1,1%	0,4%
{ñ class}	1,8%	2,9%	2,2%	3,1%	3,7%	2,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Na região do Sudoeste Goiano se destaca pela produção de grãos e por concentrar diversos municípios com vocação agrícola. Conforme informações da tabela 33, no Sudoeste Goiano, o setor agropecuário detém cerca de 18% dos vínculos empregatícios da região.

Tabela 33 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sudoeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	13,5%	10,0%	12,0%	19,2%	74,4%	70,8%
0,51 a 1,00 SM	27,5%	21,8%	8,0%	10,9%	64,4%	67,3%
1,01 a 1,50 SM	13,9%	12,9%	13,4%	18,0%	72,8%	69,1%
1,51 a 2,00 SM	24,5%	20,6%	22,4%	30,6%	53,0%	48,8%
2,01 a 3,00 SM	20,1%	19,1%	24,3%	38,9%	55,6%	42,0%
3,01 a 4,00 SM	20,8%	18,2%	20,4%	39,1%	58,8%	42,7%
4,01 a 5,00 SM	14,3%	19,7%	17,8%	37,0%	67,8%	43,3%
5,01 a 7,00 SM	12,4%	14,4%	18,4%	34,2%	69,2%	51,4%
7,01 a 10,00 SM	10,3%	10,9%	23,0%	30,3%	66,8%	58,8%
10,01 a 15,00 SM	7,1%	11,3%	21,9%	36,7%	71,0%	52,0%
15,01 a 20,00 SM	6,9%	11,6%	22,2%	32,3%	70,9%	56,1%
Mais de 20,00 SM	2,9%	15,0%	17,9%	35,5%	79,2%	49,6%
{ñ class}	5,5%	12,3%	6,1%	32,3%	88,4%	55,4%
Total	18,8%	17,3%	18,1%	29,4%	63,2%	53,2%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Da mesma forma como acontece em outras regiões, este percentual aumenta quando a faixa de remuneração em questão é de 0,51 a 1 salário mínimo. De 2001 para 2011, a participação da indústria no total de vínculos de emprego elevou mais de dez pontos percentuais (de 18,1% para 29,4%), enquanto a participação do setor de serviços reduziu (de 63,2% para 53,25). Estes números denotam um crescimento dos empregos nas atividades vinculadas à cadeia do agronegócio, a qual inclui as agroindústrias.

A tabela 34 mostra que na atividade agropecuária e na indústria, de 2001 para 2011, houve redução no percentual de vínculos de emprego nas faixas de remuneração de 0,51 a 2 salários mínimos. Para os três setores, no mesmo período, observa-se um aumento do percentual de vínculos empregatícios nas faixas de remuneração de 3,01 a 7 salários mínimos.

Este cenário de elevação dos percentuais de vínculos empregatícios em faixas de melhor remuneração ainda não havia sido diagnosticado nas demais regiões de Goiás e do Brasil já analisadas. Os números mostram que no Sudoeste Goiano a população obteve ganhos salariais no período de 2001 a 2011. Maiores percentuais de vínculos de emprego em faixas salariais de acima de três salários mínimos significa que mais pessoas poderão ter acesso a melhores condições de vida. Ressalta-se que os trabalhadores agropecuários também foram beneficiados, visto que, em grande parte das regiões, eles são os mais afetados com faixas de remuneração mais baixas ou inferiores a três salários mínimos.

Tabela 34 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Sudoeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun Dezem (SM)	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,2%	0,3%	0,1%	0,3%	0,3%	0,6%
0,51 a 1,00 SM	15,8%	9,8%	4,8%	2,9%	11,0%	9,8%
1,01 a 1,50 SM	16,2%	16,8%	16,3%	13,8%	25,3%	29,3%
1,51 a 2,00 SM	26,4%	24,3%	25,1%	21,3%	16,9%	18,7%
2,01 a 3,00 SM	24,4%	24,0%	30,7%	28,9%	20,0%	17,2%
3,01 a 4,00 SM	8,6%	10,0%	8,8%	12,6%	7,2%	7,6%
4,01 a 5,00 SM	2,9%	5,7%	3,7%	6,3%	4,0%	4,0%
5,01 a 7,00 SM	2,3%	4,0%	3,6%	5,6%	3,9%	4,7%
7,01 a 10,00 SM	1,2%	1,5%	2,7%	2,4%	2,2%	2,6%
10,01 a 15,00 SM	0,5%	0,7%	1,5%	1,3%	1,4%	1,0%
15,01 a 20,00 SM	0,2%	0,2%	0,6%	0,3%	0,6%	0,3%
Mais de 20,00 SM	0,1%	0,2%	0,6%	0,3%	0,7%	0,2%
{ñ class}	1,4%	2,6%	1,6%	4,0%	6,5%	3,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

A região do Entorno do Distrito Federal, conforme dados da tabela 35 possui participação pouco significativa do setor industrial na quantidade de vínculos de emprego. Em 2011, a participação da agropecuária e da indústria foi de aproximadamente 12%, já do setor de serviços ficou em torno de 76% dos vínculos de empregos da região.

Tabela 35 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Entorno do Distrito Federal - 2001 e 2011

Faixa Remun Dezem (SM)	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	57,7%	18,3%	5,4%	12,2%	36,9%	69,5%
0,51 a 1,00 SM	22,6%	19,2%	9,2%	10,1%	68,2%	70,7%
1,01 a 1,50 SM	8,9%	10,3%	10,1%	12,0%	81,0%	77,7%
1,51 a 2,00 SM	16,6%	14,2%	8,1%	14,5%	75,2%	71,2%
2,01 a 3,00 SM	15,5%	12,7%	8,9%	10,3%	75,7%	77,0%
3,01 a 4,00 SM	7,0%	9,8%	4,3%	11,2%	88,7%	79,0%
4,01 a 5,00 SM	7,7%	7,4%	4,5%	9,6%	87,8%	83,0%
5,01 a 7,00 SM	9,0%	4,5%	4,7%	6,2%	86,4%	89,2%
7,01 a 10,00 SM	11,9%	3,6%	11,9%	8,3%	76,3%	88,1%
10,01 a 15,00 SM	7,6%	4,4%	17,5%	16,4%	74,9%	79,2%
15,01 a 20,00 SM	6,2%	6,4%	14,8%	15,4%	79,0%	78,2%
Mais de 20,00 SM	2,6%	6,4%	6,6%	16,0%	90,8%	77,6%
{ñ class}	5,2%	11,7%	6,4%	10,6%	88,4%	77,6%
Total	13,1%	11,9%	8,4%	11,6%	78,5%	76,5%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Para o setor agropecuário, este percentual se eleva nas faixas de remuneração de até 1 salário mínimo, ressaltando que em 2001, 57,7% dos empregos formais com salário até 0,5 salário mínimo estava concentrado na atividade agropecuária. Na indústria a participação de 12% eleva-se de maneira mais expressiva nas faixas de remuneração de 10,1 a 20 salários mínimos. No setor de serviços a participação de 76% eleva-se quando a faixa de remuneração observada é de 3,01 a 7 salários mínimos.

Na agropecuária e na indústria, para os anos de 2001 e 2011, quase 70% dos empregos formais estão concentrados nas faixas de remuneração de até dois salários mínimos. Segundo dados da tabela 36, este percentual reduz para cerca de 60% quando o setor em questão é o de serviços. No período de 2001 para 2011, na agropecuária, há uma redução no percentual de vínculos de emprego situados na faixa salarial de até 0,5 salário mínimo. Como aspecto positivo, observa-se para todas as atividades uma redução da participação da faixa de remuneração de 0,51 a 1 salário mínimo.

Tabela 36 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Entorno do Distrito Federal - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	1,5%	0,4%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%
0,51 a 1,00 SM	22,5%	14,7%	14,4%	7,9%	11,4%	8,4%
1,01 a 1,50 SM	18,6%	30,6%	33,0%	36,3%	28,4%	35,7%
1,51 a 2,00 SM	25,5%	24,0%	19,5%	24,9%	19,3%	18,6%
2,01 a 3,00 SM	20,0%	16,8%	18,0%	13,9%	16,4%	15,8%
3,01 a 4,00 SM	5,2%	4,6%	5,0%	5,4%	11,0%	5,8%
4,01 a 5,00 SM	1,9%	1,9%	1,7%	2,4%	3,6%	3,2%
5,01 a 7,00 SM	1,6%	1,5%	1,3%	2,1%	2,5%	4,5%
7,01 a 10,00 SM	0,9%	0,5%	1,4%	1,2%	1,0%	2,0%
10,01 a 15,00 SM	0,4%	0,2%	1,4%	0,9%	0,6%	0,6%
15,01 a 20,00 SM	0,1%	0,1%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%
Mais de 20,00 SM	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%
{ñ class}	1,8%	4,7%	3,5%	4,4%	5,1%	4,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

A tabela 37 apresenta informações da região Sudeste Goiano que, assim como o Sudoeste, possui vocação para a atividade agropecuária, porém possui menor representatividade na economia do estado de Goiás.

Tabela 37 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sudeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun Dezem (SM)	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	6,2%	3,0%	15,4%	22,2%	78,5%	74,9%
0,51 a 1,00 SM	20,5%	19,5%	14,9%	18,0%	64,6%	62,5%
1,01 a 1,50 SM	14,6%	12,7%	23,8%	25,5%	61,6%	61,8%
1,51 a 2,00 SM	23,5%	20,1%	20,4%	25,8%	56,1%	54,0%
2,01 a 3,00 SM	16,9%	15,6%	25,0%	32,5%	58,1%	51,9%
3,01 a 4,00 SM	10,4%	9,0%	37,4%	38,1%	52,2%	52,9%
4,01 a 5,00 SM	6,0%	5,1%	42,7%	46,8%	51,3%	48,1%
5,01 a 7,00 SM	3,3%	3,7%	51,0%	45,3%	45,8%	51,1%
7,01 a 10,00 SM	1,7%	4,7%	45,6%	51,7%	52,7%	43,6%
10,01 a 15,00 SM	1,1%	2,3%	52,4%	55,1%	46,5%	42,6%
15,01 a 20,00 SM	3,2%	1,6%	54,6%	57,4%	42,2%	41,1%
Mais de 20,00 SM	1,1%	1,7%	43,3%	74,6%	55,6%	23,7%
{ñ class}	5,1%	11,7%	8,4%	22,5%	86,5%	65,8%
Total	15,6%	14,1%	25,3%	29,4%	59,1%	56,4%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

De acordo com informações da tabela 37, a atividade agropecuária detém cerca de 15% dos vínculos de emprego da região. No setor industrial esta participação aumentou de 25,3% para 29,4% no período de 2001 a 2011. Diferentemente, o setor de serviços teve participação reduzida, de 59% para 56%.

Na agropecuária, o percentual de 15% eleva-se para cerca de 20% quando a faixa de remuneração em análise é de 0,51 a 1 e 1,51 a 2 salários mínimos. Na atividade industrial o percentual de participação fica acima de 40% nas faixas de remuneração de 4,01 a 20 salários mínimos. No setor de serviços, o percentual fica acima de 60% nas faixas de remuneração até 1,5 salários mínimos, com destaque para a faixa até 0,5 salário mínimo.

Segundo informações da tabela 38, 70% dos vínculos de emprego da agropecuária pagam até dois salários mínimos. Na indústria esta participação é de 50% e no setor de serviços de 60%. Em todos os setores, reduz o percentual de vínculos de emprego na faixa de remuneração de 0,51 a 1 salário mínimo, em contrapartida, aumenta a participação da faixa de 1,01 a 1,5 salários mínimos. Como aspecto positivo, no período de 2001 a 2011, na agropecuária e no setor de serviços, nota-se um aumento do percentual de vínculos de emprego nas faixas de remuneração de 2,01 a 7 salários mínimos. Esta constatação não pode ser feita para a atividade industrial.

Tabela 38 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Sudeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,1%	0,1%	0,2%	0,5%	0,3%	0,9%
0,51 a 1,00 SM	21,0%	17,7%	9,4%	7,9%	17,5%	14,2%
1,01 a 1,50 SM	23,2%	25,5%	23,3%	24,6%	25,9%	31,1%
1,51 a 2,00 SM	29,2%	27,9%	15,6%	17,2%	18,4%	18,7%
2,01 a 3,00 SM	18,1%	18,7%	16,5%	18,6%	16,4%	15,5%
3,01 a 4,00 SM	4,4%	4,5%	9,9%	9,2%	5,9%	6,6%
4,01 a 5,00 SM	1,5%	1,5%	6,6%	6,5%	3,4%	3,5%
5,01 a 7,00 SM	0,7%	1,1%	7,1%	6,5%	2,7%	3,8%
7,01 a 10,00 SM	0,3%	0,7%	4,4%	3,5%	2,2%	1,5%
10,01 a 15,00 SM	0,1%	0,2%	3,1%	2,2%	1,2%	0,9%
15,01 a 20,00 SM	0,2%	0,0%	1,6%	0,7%	0,5%	0,3%
Mais de 20,00 SM	0,1%	0,0%	1,2%	0,8%	0,7%	0,1%
{ñ class}	1,1%	2,0%	1,1%	1,9%	4,9%	2,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Na tabela 39 contém informações sobre a região Sul Goiano. Segundo os dados apresentados, o setor de serviços concentra 65% dos vínculos de emprego da região.

Tabela 39 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Sul Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	6,7%	4,5%	3,0%	19,7%	90,3%	75,7%
0,51 a 1,00 SM	17,6%	14,8%	13,0%	14,2%	69,4%	71,0%
1,01 a 1,50 SM	14,9%	8,2%	17,0%	18,5%	68,1%	73,3%
1,51 a 2,00 SM	24,3%	13,5%	14,7%	23,1%	61,0%	63,5%
2,01 a 3,00 SM	16,1%	14,9%	20,7%	26,7%	63,3%	58,5%
3,01 a 4,00 SM	9,2%	8,4%	22,1%	33,5%	68,7%	58,1%
4,01 a 5,00 SM	7,9%	6,6%	22,0%	37,5%	70,2%	55,9%
5,01 a 7,00 SM	9,8%	4,0%	25,5%	41,7%	64,7%	54,3%
7,01 a 10,00 SM	8,0%	2,9%	31,2%	52,3%	60,7%	44,8%
10,01 a 15,00 SM	6,2%	3,6%	41,1%	47,3%	52,7%	49,1%
15,01 a 20,00 SM	8,3%	3,2%	37,3%	46,2%	54,4%	50,5%
Mais de 20,00 SM	9,8%	6,4%	38,4%	57,4%	51,9%	36,3%
{ñ class}	8,3%	7,1%	11,1%	22,1%	80,6%	70,8%
Total	16,0%	10,6%	18,2%	24,3%	65,8%	65,1%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Observa-se de 2001 para 2011 uma redução na participação da agropecuária, passando de 16% para 10,6%. Diferentemente, há uma elevação, também de 6%, na participação do setor industrial, de 18,2% para 24,3%.

A participação da agropecuária é superior a 16% e 10,6%, respectivamente para os anos de 2001 e 2011, nas faixas de remuneração de 0,51 a 1 e de 1,51 a 3 salários mínimos. Para a indústria a participação nos vínculos de emprego excede 18,2% e 24,3% nas faixas de remuneração acima de dois salários mínimos. No setor de serviços, a participação nas faixas de remuneração até 1,5 salários mínimos fica acima de 65% para os dois anos em análise. No sentido inverso, a participação do setor de serviços fica abaixo de 65% em faixas de remuneração acima de 5,01 salários mínimos.

Assim como acontece na região Sudeste, no Sul Goiano, conforme tabela 40, 70% dos vínculos de emprego da agropecuária pagam até dois salários mínimos. Na indústria esta participação é de 50% e no setor de serviços de 60%.

Tabela 40 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Sul Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,3%	0,2%	0,1%	0,4%	1,0%	0,6%
0,51 a 1,00 SM	12,5%	12,7%	8,1%	5,3%	12,0%	9,9%
1,01 a 1,50 SM	25,3%	23,8%	25,4%	23,6%	28,1%	34,9%
1,51 a 2,00 SM	30,1%	26,5%	16,1%	19,9%	18,4%	20,4%
2,01 a 3,00 SM	20,6%	24,3%	23,3%	19,1%	19,7%	15,6%
3,01 a 4,00 SM	4,1%	5,3%	8,5%	9,3%	7,3%	6,0%
4,01 a 5,00 SM	1,7%	2,3%	4,1%	5,7%	3,6%	3,2%
5,01 a 7,00 SM	1,9%	1,5%	4,4%	6,8%	3,1%	3,3%
7,01 a 10,00 SM	1,0%	0,5%	3,3%	4,0%	1,8%	1,3%
10,01 a 15,00 SM	0,5%	0,3%	2,8%	1,5%	1,0%	0,6%
15,01 a 20,00 SM	0,3%	0,1%	1,1%	0,6%	0,4%	0,2%
Mais de 20,00 SM	0,4%	0,1%	1,4%	0,5%	0,5%	0,1%
{ñ class}	1,4%	2,3%	1,6%	3,2%	3,2%	3,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Na agropecuária, de 2001 para 2011, reduziu o percentual de vínculos de emprego nas faixas de remuneração de até dois salários mínimos. No sentido inverso, este percentual aumentou para faixas de 2,01 a 5 salários mínimos. Na indústria aumenta o percentual de vínculos de empregos nas faixas de melhor remuneração, como as de 3,01 a 10 salários

mínimos. No setor de serviços, como aspecto positivo, cabe ressaltar que há uma redução no percentual de vínculos de emprego nas faixas de remuneração de até um salário mínimo.

A tabela 41 traz dados da região Norte Goiano. A agropecuária detém cerca de 15% dos vínculos de emprego da região. Este percentual é significativamente superior quando as faixas de remuneração observadas são de 1,51 a 3 salários mínimos. Ao contrário, este percentual reduz ao se considerar faixas de remuneração superior a 5,01. Os vínculos de empregos formais no setor industrial representam aproximadamente 25%, no entanto, ao se considerar faixas de remuneração acima de 4,01 salários mínimos, esta participação supera 50%. O setor de serviços detém em torno de 60% dos vínculos de emprego. Para faixas remuneração acima de 4,01 salários, esta participação é inferior a 50%. Diferentemente, esta participação supera os 70% para remunerações de até 1,5 salários mínimos.

Tabela 41 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Norte Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	16,3%	12,0%	46,5%	15,0%	37,2%	73,0%
0,51 a 1,00 SM	16,1%	17,5%	8,1%	10,4%	75,8%	72,1%
1,01 a 1,50 SM	10,0%	10,3%	16,7%	15,5%	73,3%	74,2%
1,51 a 2,00 SM	18,2%	21,4%	21,2%	19,3%	60,6%	59,3%
2,01 a 3,00 SM	18,7%	17,1%	29,0%	26,0%	52,2%	56,9%
3,01 a 4,00 SM	11,7%	7,2%	36,8%	40,2%	51,5%	52,7%
4,01 a 5,00 SM	10,7%	4,4%	46,7%	50,3%	42,6%	45,3%
5,01 a 7,00 SM	4,3%	3,2%	67,4%	42,7%	28,3%	54,1%
7,01 a 10,00 SM	2,8%	3,7%	74,8%	50,4%	22,3%	45,9%
10,01 a 15,00 SM	1,7%	2,4%	81,0%	66,8%	17,2%	30,8%
15,01 a 20,00 SM	0,7%	1,2%	63,7%	69,9%	35,6%	28,9%
Mais de 20,00 SM	0,6%	2,5%	68,1%	62,5%	31,3%	35,0%
{ñ class}	6,0%	8,6%	21,3%	29,0%	72,7%	62,4%
Total	13,2%	13,1%	26,3%	24,3%	60,5%	62,6%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Na região Norte, os vínculos de emprego com remuneração acima de cinco salários mínimos estão concentrados no setor industrial, assim como acontece no Sudeste Goiano. Diferentemente, nas regiões Metropolitanas de Goiânia, Entorno do Distrito Federal, Centro e Sudoeste Goiano esta concentração se dá no setor de serviços.

Conforme valores apresentados na tabela 42, na região Norte Goiano, para o ano de 2001, 63% dos vínculos de emprego da agropecuária recebiam até dois salários mínimos. Na indústria este percentual era de 35% e de 70% no setor de serviços.

Tabela 42 - Vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Norte Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,2%	0,2%	0,3%	0,1%	0,1%	0,3%
0,51 a 1,00 SM	19,9%	18,7%	5,0%	6,0%	20,4%	16,2%
1,01 a 1,50 SM	20,5%	21,3%	17,2%	17,4%	32,7%	32,3%
1,51 a 2,00 SM	22,3%	29,8%	13,0%	14,6%	16,1%	17,3%
2,01 a 3,00 SM	24,8%	19,8%	19,2%	16,3%	15,0%	13,8%
3,01 a 4,00 SM	5,5%	4,1%	8,6%	12,4%	5,2%	6,3%
4,01 a 5,00 SM	3,3%	1,8%	7,2%	11,1%	2,9%	3,9%
5,01 a 7,00 SM	1,3%	1,2%	10,5%	8,3%	1,9%	4,1%
7,01 a 10,00 SM	0,6%	0,6%	8,3%	4,5%	1,1%	1,6%
10,01 a 15,00 SM	0,2%	0,2%	4,9%	3,2%	0,5%	0,6%
15,01 a 20,00 SM	0,0%	0,0%	1,6%	1,1%	0,4%	0,2%
Mais de 20,00 SM	0,0%	0,1%	1,9%	0,9%	0,4%	0,2%
{ñ class}	1,3%	2,2%	2,2%	4,0%	3,3%	3,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Em 2011, também para remuneração até dois salários mínimos, a concentração se agrava no setor agropecuário (70%) e na indústria (38%) e se atenua no setor de serviços (66%). Ainda com relação aos vínculos de emprego por faixa de remuneração, o setor industrial da região Norte Goiano concentra o maior percentual de empregos formais com faixas de remuneração superior a 3,01 salários mínimos, cerca de 43% em 2001 e 41% em 2011. Na agropecuária, em 2001, este percentual era de 11% e reduziu para 8% em 2011. No setor de serviços este percentual era de 12% em 2001 e 16% em 2011.

A participação que as atividades econômicas detêm do vínculo total de empregos varia de forma significativa no período de 2001 para 2011 na região Nordeste Goiano, conforme dados da tabela 43. A agropecuária em 2001 detinha 10% dos vínculos de empregos e em 2011 passou a ter 15%. No setor de serviços esta participação elevou cerca de 10%, passando de 68% em 2001 para 78% em 2011. Diferentemente, na indústria, houve redução da participação no número de empregos formais, caindo de 21,3% em 2001 para 6,6% em 2011.

Ao considerar faixas de remuneração acima de 5,01 salários mínimos, a participação do setor industrial nos vínculos empregatícios eleva-se consideravelmente para os anos de 2001 e 2011. Na agropecuária acontece o inverso, o percentual de participação desta atividade é reduzido para faixas de salário superiores a 5,01 salários mínimos.

Tabela 43 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Nordeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,0%	10,4%	0,0%	6,3%	100,0%	83,3%
0,51 a 1,00 SM	11,4%	14,5%	8,8%	8,5%	79,9%	77,0%
1,01 a 1,50 SM	8,9%	15,1%	8,2%	5,0%	82,9%	79,8%
1,51 a 2,00 SM	20,5%	19,1%	11,0%	3,9%	68,5%	76,9%
2,01 a 3,00 SM	11,3%	16,8%	34,7%	6,6%	53,9%	76,5%
3,01 a 4,00 SM	8,3%	9,4%	50,9%	6,7%	40,9%	83,9%
4,01 a 5,00 SM	4,3%	5,3%	54,3%	5,1%	41,5%	89,6%
5,01 a 7,00 SM	1,6%	4,5%	55,9%	14,4%	42,6%	81,2%
7,01 a 10,00 SM	3,0%	5,3%	46,1%	27,4%	50,9%	67,4%
10,01 a 15,00 SM	1,1%	7,8%	46,6%	31,3%	52,2%	60,9%
15,01 a 20,00 SM	1,6%	0,0%	39,1%	31,3%	59,4%	68,8%
Mais de 20,00 SM	0,0%	0,0%	38,7%	30,0%	61,3%	70,0%
{ñ class}	6,6%	20,6%	16,3%	7,4%	77,1%	72,0%
Total	10,4%	15,1%	21,3%	6,6%	68,3%	78,3%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

As informações da tabela 44 mostram que no Nordeste Goiano, nas atividades de agropecuária e serviços, para os anos de 2001 e 2011, mais de 70% dos vínculos formais de emprego estão concentrados em faixas de remuneração de até dois salários mínimos.

Tabela 44 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Nordeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,0%	0,2%	0,0%	0,3%	0,1%	0,3%
0,51 a 1,00 SM	26,0%	24,1%	9,9%	32,4%	27,9%	24,6%
1,01 a 1,50 SM	20,8%	31,3%	9,5%	23,9%	29,8%	31,7%
1,51 a 2,00 SM	26,5%	22,1%	7,0%	10,4%	13,5%	17,1%
2,01 a 3,00 SM	16,8%	12,8%	25,3%	11,6%	12,2%	11,2%
3,01 a 4,00 SM	5,2%	3,3%	15,8%	5,5%	4,0%	5,8%
4,01 a 5,00 SM	1,3%	0,9%	8,4%	2,0%	2,0%	2,9%
5,01 a 7,00 SM	0,5%	0,7%	8,5%	5,5%	2,0%	2,6%
7,01 a 10,00 SM	0,6%	0,2%	4,5%	2,5%	1,6%	0,5%
10,01 a 15,00 SM	0,2%	0,2%	5,0%	1,9%	1,7%	0,3%
15,01 a 20,00 SM	0,1%	0,0%	1,5%	0,5%	0,7%	0,1%
Mais de 20,00 SM	0,0%	0,0%	2,4%	0,3%	1,2%	0,1%
{ñ class}	1,8%	4,1%	2,2%	3,4%	3,3%	2,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

Ainda segundo a tabela 44, para o setor industrial, em 2001, 26% dos vínculos empregatícios tinham remuneração até dois salários mínimos, percentual que se eleva para 67% em 2011. No período de 2001 para 2011, a atividade industrial aumentou o percentual de empregos formais nas faixas de remuneração de 0,51 a 2 salários mínimos e reduziu este percentual para faixas de remuneração de 2,01 a 4 salários mínimos.

Os vínculos empregatícios por atividade econômica da região Noroeste Goiano estão representados na tabela 45. O setor agropecuário da região, em 2001, detinha 16% dos vínculos de empregos formais. Em 2011 este valor sofre uma pequena alteração, passando a ser de 14,7%. Para a atividade industrial e de serviços, esta alteração na participação é de aproximadamente 7%. Em 2001 a indústria participava com 20% dos vínculos empregatícios e o setor de serviços com 64%. Em 2011, a indústria passa a deter 28% e a atividade de serviços, 57%.

Tabela 45 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Noroeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,0%	13,2%	14,3%	34,2%	85,7%	52,6%
0,51 a 1,00 SM	17,7%	17,3%	15,9%	23,2%	66,4%	59,5%
1,01 a 1,50 SM	14,9%	13,2%	19,3%	27,9%	65,7%	58,8%
1,51 a 2,00 SM	21,0%	21,7%	23,4%	31,7%	55,6%	46,6%
2,01 a 3,00 SM	17,3%	14,3%	23,9%	33,3%	58,8%	52,4%
3,01 a 4,00 SM	10,0%	8,0%	20,2%	27,1%	69,8%	64,9%
4,01 a 5,00 SM	3,4%	5,6%	14,3%	29,1%	82,3%	65,3%
5,01 a 7,00 SM	4,5%	4,1%	21,3%	31,8%	74,2%	64,2%
7,01 a 10,00 SM	3,6%	6,2%	32,5%	30,1%	63,9%	63,7%
10,01 a 15,00 SM	2,6%	0,0%	24,7%	32,5%	72,7%	67,5%
15,01 a 20,00 SM	0,0%	0,0%	22,6%	42,1%	77,4%	57,9%
Mais de 20,00 SM	4,2%	5,9%	12,5%	41,2%	83,3%	52,9%
{ñ class}	6,1%	5,9%	21,7%	13,3%	72,2%	80,8%
Total	16,0%	14,7%	20,2%	27,8%	63,8%	57,5%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

A atividade de agropecuária participa de maneira mais expressiva na quantidade de empregos formais nas faixas de remuneração de 1,51 a 3 salários mínimos. Os percentuais de participação da indústria aumentam nas faixas de remuneração acima de 5,01 salários mínimos. De maneira semelhante, a participação do setor de serviços é superior em faixas de remuneração acima de 3,01 salários mínimos.

De acordo com informações da tabela 46, 80% dos vínculos de emprego da agropecuária estão concentrados nas faixas de remuneração até dois salários mínimos. Na indústria e no setor de serviços este percentual gira em torno de 70%. Diante deste cenário, comparativamente a outras regiões de planejamento do estado de Goiás, ressalta-se que o setor industrial na região Noroeste Goiano é mais concentrado em faixas de remuneração mais baixas.

Tabela 46 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Noroeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,0%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%
0,51 a 1,00 SM	23,9%	21,5%	17,1%	15,3%	22,5%	18,9%
1,01 a 1,50 SM	30,0%	30,1%	30,7%	33,5%	33,1%	34,1%
1,51 a 2,00 SM	27,2%	28,7%	24,0%	22,2%	18,0%	15,7%
2,01 a 3,00 SM	14,2%	13,1%	15,5%	16,1%	12,0%	12,2%
3,01 a 4,00 SM	2,5%	2,6%	4,1%	4,7%	4,4%	5,4%
4,01 a 5,00 SM	0,4%	0,7%	1,4%	2,1%	2,5%	2,2%
5,01 a 7,00 SM	0,5%	0,4%	1,8%	1,8%	2,0%	1,7%
7,01 a 10,00 SM	0,2%	0,2%	1,5%	0,6%	0,9%	0,7%
10,01 a 15,00 SM	0,1%	0,0%	1,0%	0,5%	1,0%	0,5%
15,01 a 20,00 SM	0,0%	0,0%	0,4%	0,2%	0,4%	0,1%
Mais de 20,00 SM	0,1%	0,0%	0,3%	0,1%	0,7%	0,1%
{ñ class}	0,8%	2,3%	2,3%	2,8%	2,4%	8,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

De acordo com informações da tabela 47, na região Oeste Goiano, em 2001, a agropecuária detinha cerca de 21% dos vínculos de emprego, a indústria 18% e o setor de serviços 60%. Em 2011, a participação das atividades no número total de empregos formais se altera, sendo que a agropecuária passa a deter 16%, a indústria 30% e o setor de serviços 54%. Na faixa de remuneração de 1,51 a 3 salários mínimos a participação da agropecuária nos vínculos empregatícios aumenta. Já no setor industrial o percentual de participação se eleva em faixas de remuneração acima de 5,01 salários mínimos.

Nota-se na região Oeste Goiano, um aumento do percentual de participação da indústria nas faixas de remuneração acima de cinco salários mínimos. Esta realidade também pode ser observada para as regiões Norte e Nordeste Goiano. Para estas mesmas faixas de

salário, nessas três regiões citadas, há uma redução no percentual de participação da agropecuária e do setor de serviços.

Tabela 47 - Participação dos vínculos empregatícios por atividade econômica, segundo faixas de remuneração da região Oeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun	Agropecuária		Indústria		Serviços	
Dezem (SM)	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	16,7%	12,2%	7,1%	45,5%	76,2%	42,3%
0,51 a 1,00 SM	21,5%	20,0%	10,8%	27,1%	67,7%	53,0%
1,01 a 1,50 SM	13,2%	12,3%	23,4%	27,5%	63,4%	60,1%
1,51 a 2,00 SM	30,8%	24,2%	19,3%	29,0%	49,9%	46,8%
2,01 a 3,00 SM	28,7%	18,3%	18,1%	33,1%	53,2%	48,6%
3,01 a 4,00 SM	26,9%	10,1%	17,5%	32,7%	55,6%	57,2%
4,01 a 5,00 SM	25,9%	5,6%	16,1%	32,4%	58,0%	62,0%
5,01 a 7,00 SM	19,1%	6,2%	20,5%	34,0%	60,4%	59,8%
7,01 a 10,00 SM	14,3%	6,5%	36,8%	41,1%	48,9%	52,4%
10,01 a 15,00 SM	9,0%	1,6%	44,0%	48,7%	47,0%	49,7%
15,01 a 20,00 SM	9,0%	0,9%	29,2%	49,1%	61,8%	50,0%
Mais de 20,00 SM	4,9%	4,3%	14,6%	54,3%	80,6%	41,4%
{ñ class}	6,8%	11,5%	4,8%	35,9%	88,3%	52,6%
Total	21,3%	16,2%	18,4%	29,9%	60,3%	53,9%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

A tabela 48 traz valores referentes aos vínculos de emprego por faixa de remuneração. Estes dados mostram que, de 2001 a 2011, houve um agravamento na concentração de vínculos de emprego em faixas de remuneração de até dois salários mínimos na agropecuária. Em 2001, 65% dos empregos formais estavam concentrados nas faixas de remuneração de até dois salários, em 2011 esta participação eleva-se para 75%. No setor de serviços esta participação é de 68%.

Na indústria, há uma redução do percentual de vínculos de empregos concentrados em faixas de remuneração de até dois salários mínimos, em 2001 era de 70% e em 2011 passa a ser de 63%. Apesar desta redução, assim como acontece na região Noroeste Goiano, esta concentração é maior do que a observada nas demais regiões do estado de Goiás. Como aspecto positivo, de 2001 a 2011, para o setor industrial e de serviços, destaca-se um aumento do percentual de vínculos empregatícios nas faixas de remuneração de 3,01 a 7 salários mínimos.

Tabela 48 - Participação dos vínculos empregatícios por faixas de remuneração, separados por atividade econômica da região Oeste Goiano - 2001 e 2011

Faixa Remun Dezem (SM)	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 0,50	0,1%	0,2%	0,1%	0,5%	0,2%	0,2%
0,51 a 1,00 SM	18,0%	21,5%	10,5%	15,8%	20,1%	17,2%
1,01 a 1,50 SM	18,7%	23,1%	38,6%	27,9%	31,8%	33,9%
1,51 a 2,00 SM	28,5%	30,0%	20,7%	19,5%	16,3%	17,5%
2,01 a 3,00 SM	22,1%	16,2%	16,1%	15,8%	14,5%	12,9%
3,01 a 4,00 SM	5,6%	3,6%	4,2%	6,4%	4,1%	6,2%
4,01 a 5,00 SM	2,7%	1,0%	2,0%	3,2%	2,2%	3,4%
5,01 a 7,00 SM	1,5%	1,0%	1,8%	2,9%	1,6%	2,8%
7,01 a 10,00 SM	0,7%	0,5%	2,1%	1,6%	0,8%	1,1%
10,01 a 15,00 SM	0,3%	0,1%	1,9%	1,0%	0,6%	0,6%
15,01 a 20,00 SM	0,1%	0,0%	0,5%	0,4%	0,4%	0,2%
Mais de 20,00 SM	0,1%	0,0%	0,3%	0,3%	0,5%	0,1%
{ñ class}	1,5%	2,8%	1,2%	4,7%	6,9%	3,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE

Elaboração: Autora

A análise regional do emprego no estado de Goiás apresenta, em quase todas as regiões de planejamento, a mesma lógica observada para o Brasil: uma elevação do percentual de vínculos empregatícios em faixas de remuneração de até dois salários mínimos. O setor agropecuário, comparativamente ao setor industrial e de serviços, detém um maior percentual de empregos com remuneração de 0,5 a 2 salários mínimos.

Nas regiões Metropolitana de Goiânia, Entorno do Distrito Federal e Centro Goiano, o setor de serviços é o que mais concentra empregos com remuneração acima de cinco salários mínimos. Diferentemente, nas regiões Norte, Nordeste e Oeste Goiano, a participação da indústria eleva-se, significativamente, nas faixas de remuneração acima de cinco salários.

3.2 A LÓGICA DE LOCALIZAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO EM GOIÁS

3.2.1 Localização das agências e do crédito bancário

Neste item, a localização das agências bancárias e do crédito é analisada independentemente do tamanho da população e do PIB do município.

No período analisado pela pesquisa, o estado de Goiás teve um incremento de 29,17% no número de agências bancárias, no entanto, o número de municípios atendidos por estabelecimentos bancários reduziu. Em 2001, Goiás possuía 521 agências bancárias

distribuídas em 153 municípios. Em 2011, o número de agências elevou-se para 673, localizadas em 147 municípios.

De 2001 a 2011, 21 cidades perderam uma agência bancária e 14 destes municípios passaram a não possuir agência. 38% dos municípios que perderam agências bancárias estão localizados na região de planejamento Oeste Goiano. A tabela 49 apresenta os 14 municípios goianos que deixaram de possuir agências bancárias e suas localizações segundo as regiões de planejamento.

Tabela 49: Municípios que no período de 2001 a 2011 perderam a única agência bancária da cidade

Região de Planejamento	Município
Centro Goiano	Ouro Verde de Goiás
	Rianápolis
	Santa Rosa de Goiás
Norte Goiano	Estrela do Norte
	Novo Planalto
Oeste Goiano	Arenópolis
	Campestre de Goiás
	Córrego do Ouro
	Novo Brasil
	Santa Fé de Goiás
	Turvânia
Sudeste Goiano	Cristianópolis
	Cumari
Sudoeste Goiano	Turvelândia

Fonte: ESTBAN
Elaboração: Autora

A análise inversa, para o mesmo período, mostra que 38 municípios ganharam uma agência bancária. Destes, 6 estão localizados no Sudeste Goiano e 5 no Nordeste Goiano. O Oeste Goiano, região que mais perdeu agências, também foi uma das regiões que menos ganhou. Esta região ganhou somente duas novas agências de 2001 a 2011, localizadas nas cidades de Anicuns e Palmeiras de Goiás. O Noroeste Goiano perdeu uma agência na cidade de Itaguaru e ganhou uma na cidade de Matrinchã. A tabela 50 apresenta a relação de municípios que em 2001 não possuíam agências bancárias e que em 2011 passaram a possuir, com destaque para Águas Lindas de Goiás e Novo Gama.

Tabela 50: Municípios que não possuíam agência em 2001 e passaram a possuir em 2011

Região de Planejamento	Município	Qtd. novas Agências
Entorno do Distrito Federal	Águas Lindas de Goiás	5
	Novo Gama	4
Metropolitana de Goiânia	Caldazinha	1
Nordeste Goiano	Alto Paraíso de Goiás	2
	Cavalcante	1
Noroeste Goiano	Matrinchã	1
Sudoeste Goiano	Itarumã	1
Sul Goiano	Inaciolândia	1
Total geral		16

Fonte: ESTBAN
Elaboração: Autora

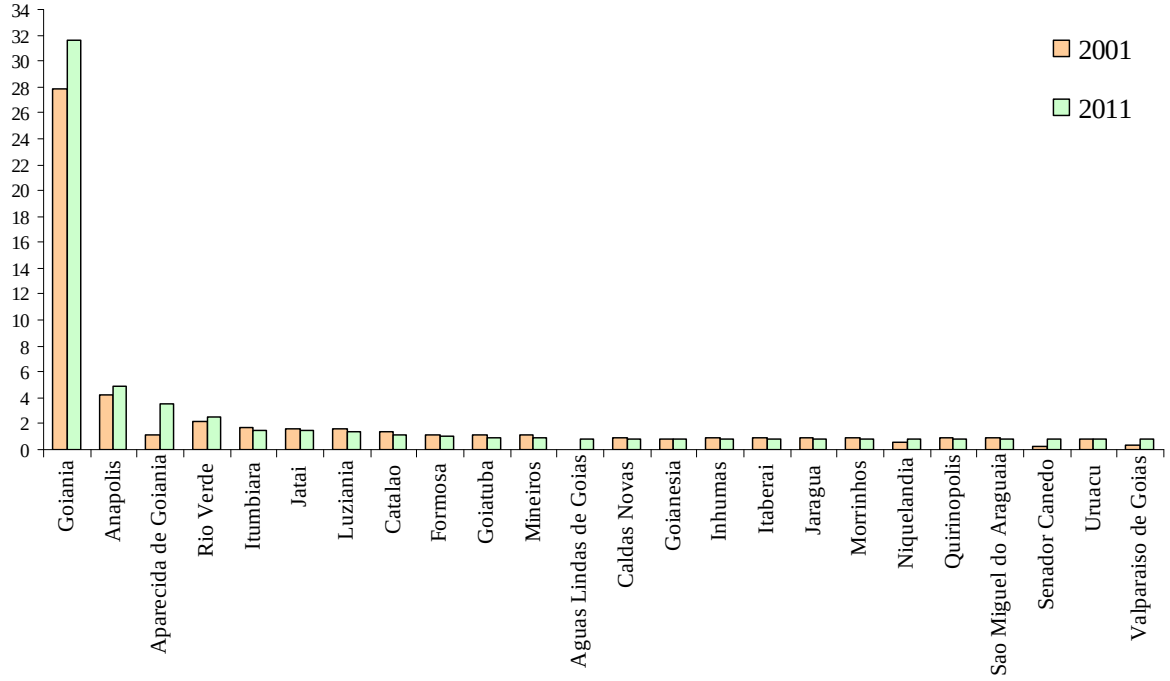
Águas de Lindas de Goiás e Novo Gama são municípios do Entorno do Distrito Federal que, no período de 2001 a 2011, apresentaram um crescimento populacional de 40% e 24%, respectivamente.

Outra análise importante de ser feita é com relação aos municípios que mais ganharam agências bancárias. Em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Senador Canedo foram instalados quatro ou mais estabelecimentos bancários, com destaque para a capital de estado que recebeu 68 novas agências no decorrer desses dez anos, seguida por Aparecida de Goiânia com 18, Anápolis com 11, Rio Verde com 6 e Senador Canedo com 4. Estes dados mostram a importância econômica de dois municípios da região Metropolitana de Goiânia e a consolidação de Rio Verde como centro econômico de destaque na região do Sudoeste Goiano.

O gráfico 4 agrupa os municípios de acordo com a participação de alguns municípios no total de agências bancárias do estado de Goiás. A comparação entre os anos de 2001 e 2011 mostra que não houve alteração na lógica de localização dos estabelecimentos bancários. Em 2001, 27,83% das agências do estado de Goiás estavam localizadas em Goiânia. Em 2011 esse percentual elevou-se para 31,65%.

A maior parte dos municípios goianos possui entre três e sete agências bancárias e, geograficamente, não há concentração, assim como não há concentração de municípios desprovidos de agências bancárias. Com exceção de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, maiores economias do estado de Goiás, os municípios com maior número de agências estão localizados regionalmente no Sudoeste, Sul e Sudeste Goiano.

Gráfico 4 - Participação de alguns municípios no total de agências bancárias do estado de Goiás (%) - 2001 e 2011



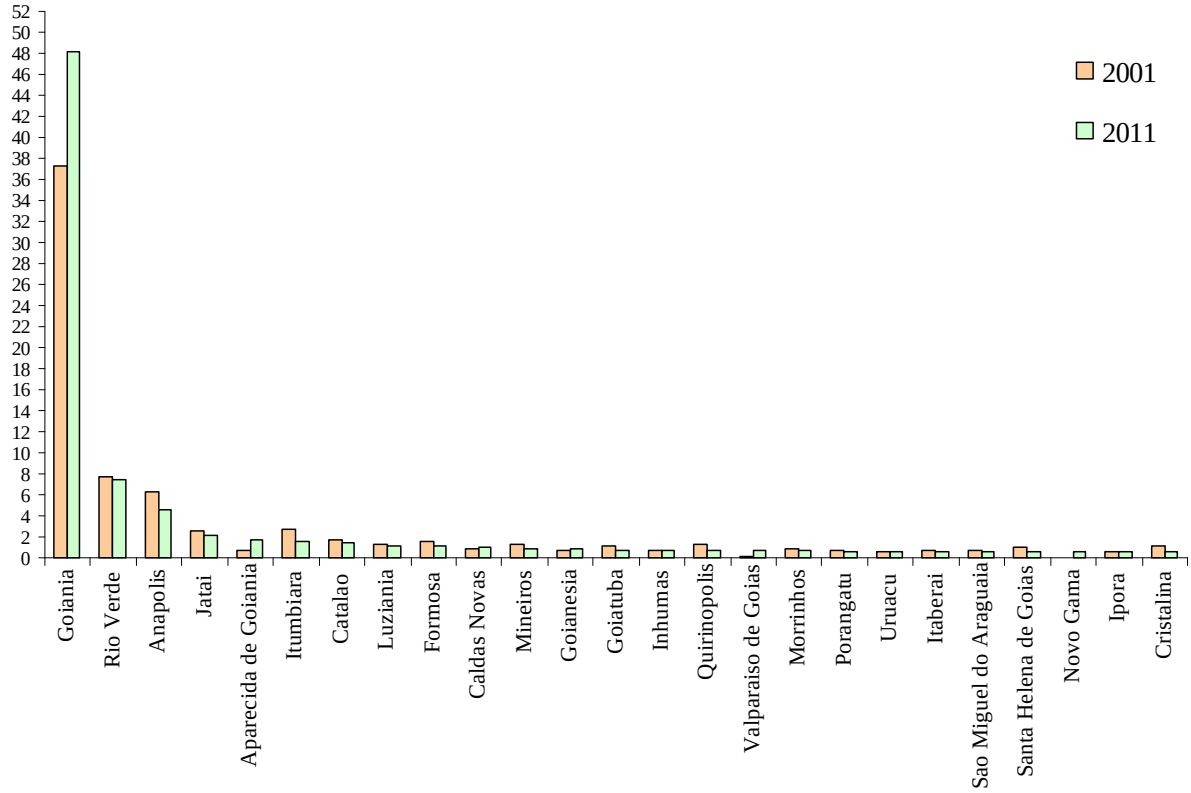
Fonte: BCB/ESTBAN
Elaboração: Autora

No gráfico 4 estão representados todos os municípios com cinco ou mais agências bancárias no ano de 2001 e/ou 2011. Desses, aqueles localizados à direita de "Mineiros" possuem participação no total de agências inferior a 1%. Em 2011, dos 246 municípios do estado de Goiás, 99 não possuíam agências bancárias.

A base de dados do Banco Central do Brasil vincula o saldo de crédito à agência bancária responsável pela contratação da operação financeira. Dessa forma, aqueles municípios desprovidos de agências bancárias também não possuem saldo em operações de crédito. No entanto, é errôneo afirmar que não circule dinheiro proveniente de crédito bancário nessas localidades, visto que os tomadores de crédito podem demandá-lo em outra localidade, assim como os bancos podem ofertar crédito para pessoas residentes em outros municípios.

O gráfico 5 representa a participação de alguns municípios no total de crédito bancário do estado de Goiás (%) - 2001 e 2011. A distribuição do crédito bancário nos municípios goianos segue a mesma lógica de concentração observada no gráfico 4. Os municípios que mais concentram crédito são Goiânia, Rio Verde e Anápolis. Em 2001, o volume de crédito dessas três entidades territoriais representava cerca de 51% do crédito total concedido no estado. Em 2011 este percentual elevou para 60%.

Gráfico 5 - Participação de alguns municípios no total de crédito bancário do estado de Goiás (%) - 2001 e 2011



Fonte: BCB/ESTBAN
Elaboração: Autora

Aparecida de Goiânia, apesar de ser um dos municípios que detém maior participação no total de agências bancárias, não se caracteriza como um dos municípios mais concentradores de operações de crédito. Apesar deste diagnóstico, cabe ressaltar, que Aparecida de Goiânia é limítrofe de Goiânia e faz parte da região metropolitana da capital do estado, portanto, há de se considerar que alguns tomadores de crédito localizados em Aparecida de Goiânia podem demandar essas operações em agências bancárias localizadas em Goiânia.

As informações sobre o saldo de operações de crédito mostram que, apesar da maioria das cidades ter tido incremento em sua carteira de crédito, muitos municípios reduziram sua participação no volume total de crédito bancário liberado no estado de Goiás, tais como: Rio Verde, Anápolis, Jataí, Itumbiara, Catalão, Formosa, Mineiros, Quirinópolis, Goiatuba, Morrinhos, Santa Helena de Goiás, entre outras não representadas no gráfico 5. O inverso acontece no município de Aparecida de Goiânia e de forma muito evidente na capital do

estado de Goiás, a qual aumentou em mais de dez pontos percentuais (de 37% para 48%)a sua participação no total de crédito bancário concedido de 2001 a 2011.

Esta constatação mostra o que, visualmente, já é possível diagnosticar nos gráficos: um aumento da concentração das agências e do crédito bancário no estado de Goiás. Este fato reforça a lógica de concentração do mercado bancário, indo ao encontro de uma estrutura de desenvolvimento desigual.

Os municípios que, em 2001 e 2011, detinham maior quantidade de agências e volume de crédito são: Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Jataí, Itumbiara, Catalão e Luziânia. Segundo o perfil dos municípios divulgado pelo Instituto Mauro Borges (2012), trata-se de economias de elevado porte. O PIB desses municípios corresponde a 50% do PIB do estado de Goiás. Em 2001, eles detinham 40% das agências bancárias do estado e 58% do volume total de crédito, percentual que em 2011 elevou para 44% e 65%, respectivamente.

Ao centrar a análise em Goiânia, Rio Verde e Anápolis o cenário de concentração econômica e do mercado bancário se agrava. Para os anos de 2001 e 2011, o PIB desses três municípios correspondia a cerca de 40% do PIB do estado de Goiás. Em 2001, eles detinham 34% do número total de agências bancárias e 51% do crédito, percentual que em 2011 elevou para 39% e 60%, respectivamente.

Goiânia não possui vocação agropecuária, no entanto se destaca no setor de comércio e serviços, na área de ensino e saúde, além de concentrar grande parte da administração pública do estado. As atividades industriais da cidade se concentram no ramo de construção civil, indústria de vestuários e acessórios, produtos alimentícios e bebidas, metalúrgicos e moveleira. Aparecida de Goiânia é um município que faz parte da região Metropolitana de Goiânia e possui vocação econômica voltada para o setor industrial. Com relação ao mercado bancário, de 2001 para 2011, o município passou a figurar entre as localidades com maior participação no número de agências e no volume de operações de crédito bancário.

Rio Verde tem forte potencial agropecuário, se destacando na produção de soja, sorgo, milho, feijão, algodão, café, laranja, melancia, criação de bovinos, vacas leiteiras, suínos, aves e na produção de leite. No ramo industrial, a cidade tem como principais atividades a indústria de ramo alimentício, sucroenergética e fabricação de celulose e papel.

Anápolis se destaca nas atividades industriais com a fabricação de medicamentos, produtos alimentícios, bebidas, fertilizantes, insumos para construção civil, metalurgia, indústria de vestuário, têxteis, construção civil, veículos automotores, entre outros. O potencial agropecuário do município está na criação de aves, suínos, produção de ovos, laranja e banana.

Nas regiões de planejamento Oeste, Noroeste, Norte e Nordeste Goiano não há municípios que estejam entre os maiores detentores de agências e crédito bancário do estado. Cabe salientar que essas regiões são as que possuem menor percentual de participação no PIB goiano. Além disso, as regiões Nordeste, Oeste e Noroeste Goiano não possuem municípios com economias de elevado porte, conforme perfis definidos pelo Instituto Mauro Borges (2012).

No que se refere ao tamanho da população, os municípios de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Jataí, Itumbiara, Catalão e Luziânia estão entre os quinze mais populosos do estado. No entanto, para o estado de Goiás, conforme os critérios utilizados nessa pesquisa, a distribuição de agências bancárias e crédito possui maior relação com o PIB do que com o tamanho da população. Este fato é percebido especialmente para cidades do Entorno do Distrito Federal. Municípios como Águas Lindas de Goiás, Valparaíso, Novo Gama e Planaltina estão entre os mais populosos de Goiás, no entanto, não fazem parte dos grupos de municípios que possuem maior número de agências e crédito bancário.

3.2.2 Localização das agências bancárias em relação ao tamanho da população

Em 2001 e 2011 os municípios de Alvorada do Norte, Damolândia, Urutaí, Jandaia, Aloândia e Itajá foram os que mais concentraram agências bancárias em relação ao tamanho da população. Desses municípios, somente Alvorada do Norte e Damolândia não apresentaram um processo de esvaziamento demográfico de 2001 para 2011. Conforme dados da tabela 51, somente uma agência faz com a cidade seja considerada concentradora de agências, visto o tamanho da população ser reduzido.

Tabela 51: Municípios mais concentradores de agências bancárias em relação a população - 2001 e 2011

Município	População 2001	População 2011	Qtde. de Agências
Aloândia	2.144	2.045	1
Damolândia	2.565	2.760	1
Urutaí	3.137	3.072	1
Itajá	5.697	5.017	2
Jandaia	6.166	6.150	2
Alvorada do Norte	7.571	8.124	3

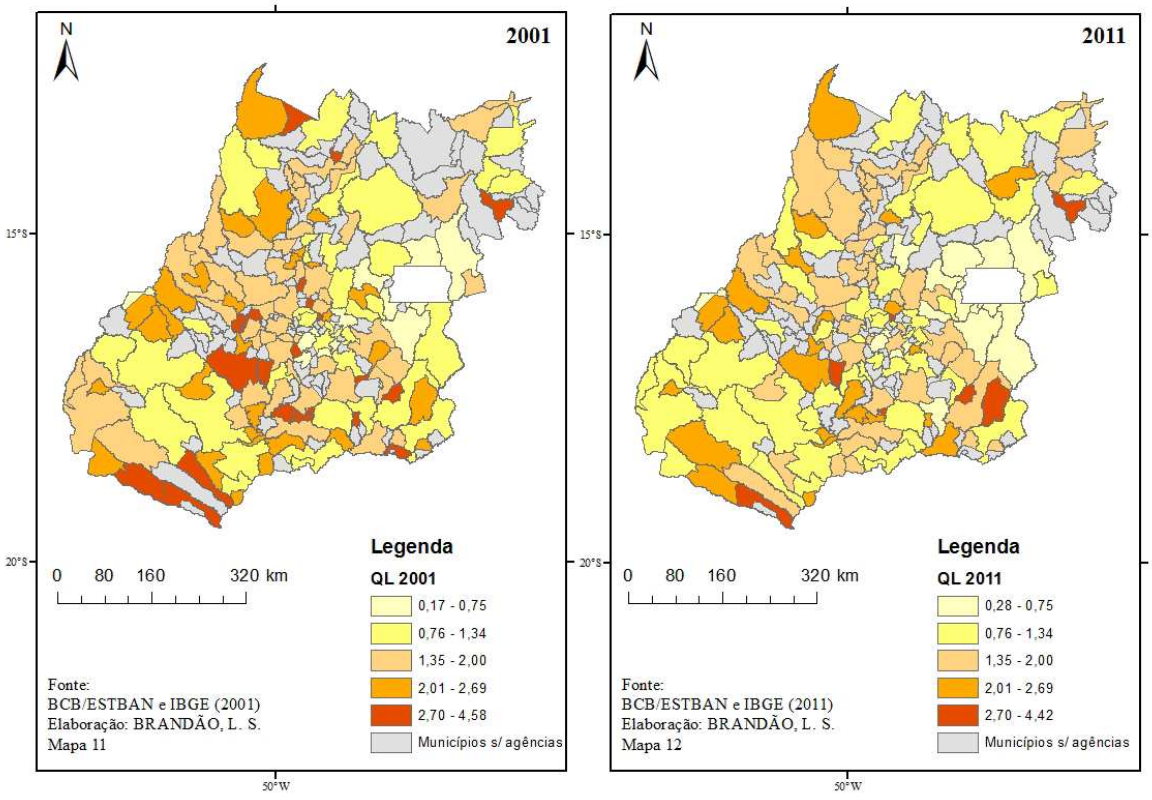
Fonte: ESTBAN e IBGE

Elaboração: Autora

Os mapas 11 e 12 mostram a localização das agências bancárias em relação ao tamanho da população. Os municípios ilustrados com cores mais escuras indicam um grau de concentração de agências bancárias maior do que a concentração observada no estado de Goiás como um todo, tendo como referência o número de habitantes.

Em números absolutos Goiânia, Rio Verde, Anápolis e Aparecida de Goiânia são os municípios com maior número de agências bancárias. No entanto, ao se analisar a quantidade de estabelecimentos bancários em relação ao tamanho da população, tem-se que Rio Verde, Anápolis e Aparecida de Goiânia possuem Quociente de Localização (QL) menor que 1, ou seja, não são concentradores se comparado com o estado de Goiás.

Mapas 11 e 12 - Quociente de localização de agências bancárias em relação a população por município - 2001 e 2011



Dessa forma, se a população fosse o único fator a ser considerado para a instalação de agências bancárias, os municípios de Rio Verde, Anápolis e Aparecida de Goiânia, assim como outras cidades que apresentaram QL inferior a 1, deveriam receber mais agências

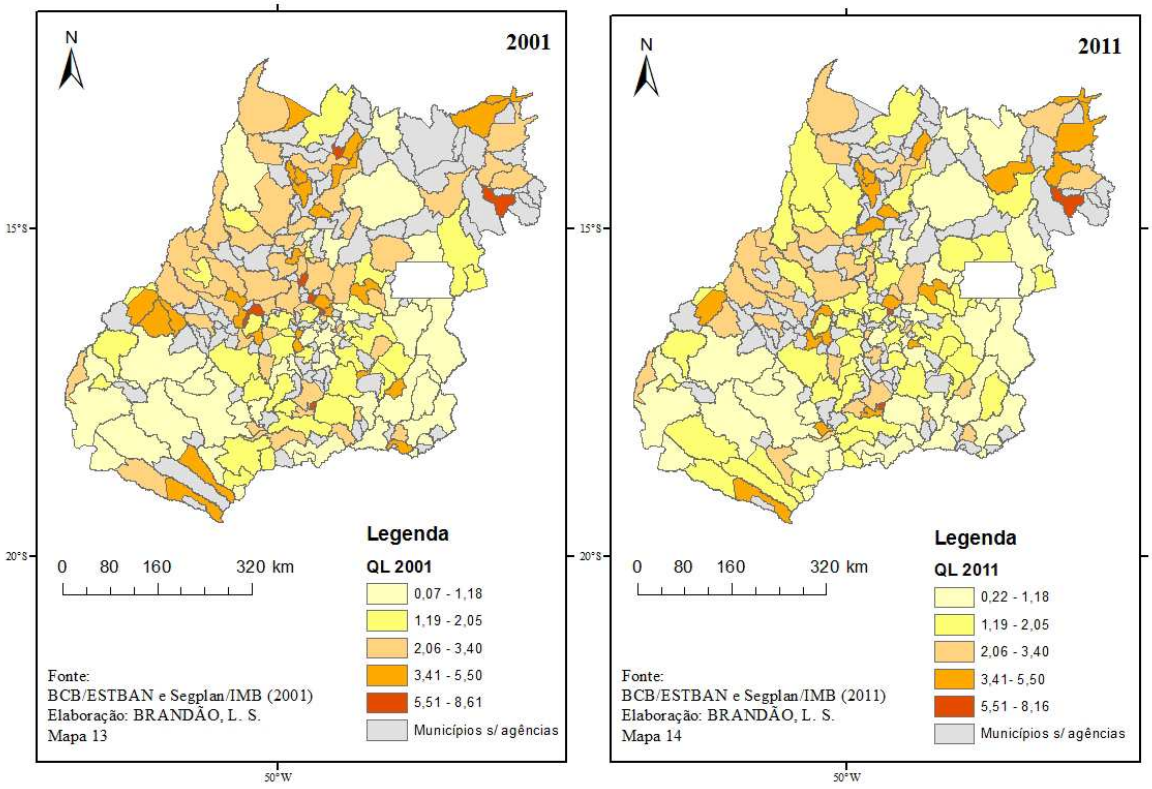
bancárias. Da mesma forma, algumas cidades com apenas um estabelecimento bancário deveriam perder essas agências, tendo em vista o número reduzidos de habitantes.

Destaque para as cidades do Entorno do Distrito Federal, como Valparaíso de Goiás, Formosa, Cidade Ocidental, Planaltina, Luziânia e Cristalina que, se comparadas ao estado de Goiás, possuem poucas agências bancárias segundo o critério do tamanho da população.

3.2.3 Localização das agências bancárias em relação ao PIB

Os mapas 13 e 14 mostram a localização das agências bancárias em relação PIB. Os municípios ilustrados com cores mais escuras indicam um grau de concentração de agências bancárias maior do que a concentração observada no estado de Goiás como um todo, tendo como referência o PIB.

Mapas 13 e 14 - Quociente de localização de agências bancárias em relação ao PIB por município - 2001 e 2011



Em 2001 os municípios Estrela do Norte, Sanclerlândia, Santa Rosa de Goiás, Itaguaru, Aloândia, Alvorada do Norte e Damolândia foram os que mais concentraram

agências bancárias, segundo o critério em questão. Desses municípios, somente Alvorada do Norte, Aloândia e Damolândia se mantiveram como municípios concentradores em 2011. Neste grupo, Aloândia, Santa Rosa de Goiás e Estrela do Norte possuem uma agência bancária, Itaguaru e Sanclerlândia possuem duas e Alvorada do Norte três.

A análise dos dados mostra que existem diversas localidades com o PIB superior ao dos municípios relacionados no parágrafo anterior que não possuem agências bancárias. Assim como no item anterior, é possível perceber que, em números absolutos, Goiânia, Rio Verde, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Jataí, Itumbiara, Catalão e Luziânia são os municípios com maior número de agências bancárias.

Esses oito municípios estão entre as nove maiores economias do estado, no entanto, ao se analisar a quantidade de estabelecimentos bancários em relação ao PIB, tem-se que essas localidades, com exceção de Goiânia, possuem Quociente de Localização (QL) menor que 1. Ou seja, não são municípios concentradores de agências bancárias se comparado com o estado de Goiás e tendo como parâmetro o PIB.

Esta análise permite concluir que o PIB influencia a decisão de localização das firmas bancárias, no entanto, não é o único fator. Caso o PIB fosse o único critério para decisão locacional dos bancos, muitos municípios com QL inferior a 1, deveriam possuir mais agências bancárias. E diversos outros municípios, em função de uma economia pouco dinâmica, não deveriam possuir agências bancárias.

3.2.4 Localização das operações crédito em relação ao PIB

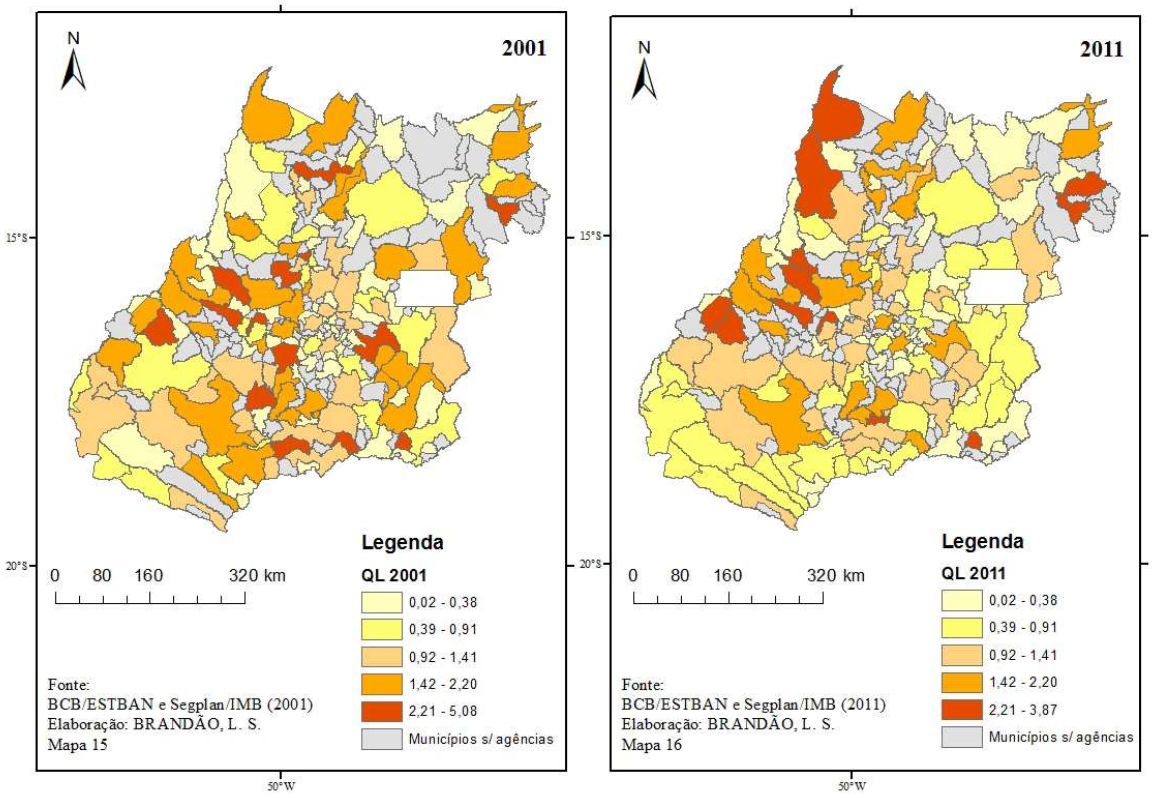
Os mapas 15 e 16 mostram a localização do crédito bancário em relação PIB. Do mesmo modo que nos itens anteriores, os municípios ilustrados com cores mais escuras indicam um grau de concentração de crédito maior do que a concentração observada no estado de Goiás como um todo, tendo como referência o PIB.

Nesta análise, Goiandira apresenta-se como o município que mais concentra crédito bancário em relação ao PIB. Em 2001, a relação crédito/PIB de Goiandira era de 0,8, valor que em 2011 elevou-se para 1,14; o único município do estado em que saldo de operações de crédito é superior ao PIB.

Em 2001, além de Goiandira, municípios como Sanclerlândia, Alvorada do Norte, Palmeiras de Goiás, Fazenda Nova, Itapirapuã, Mara Rosa, Ceres, Silvânia, Bom Jesus de Goiás, Piranhas, Acreúna, Itpapuranga e Buriti Alegre pertenciam ao grupo de com maior concentração de crédito bancário em relação ao PIB.

Em 2011, outros municípios figuraram no grupo dos maiores concentradores segundo este critério de análise: Goiandira, Joviânia, Sanclerlândia, Fazenda Nova, Alvorada do Norte, Posse, Itapirapuã, Piranhas, Matrinchã, Bom Jardim de Goiás, São Miguel do Araguaia e Nova Crixás. Todos estes municípios apresentaram, em 2011, relação crédito/PIB superior a 0,70.

Mapas 15 e 16 - Quociente das operações de crédito em relação ao PIB por município - 2001 e 2011



Em valores absolutos, os municípios de Goiânia, Rio Verde, Anápolis, Jataí, Itumbiara, Catalão, Luziânia, Formosa e Aparecida de Goiânia possuem os maiores saldos de crédito bancário. Porém, desses municípios, somente Goiânia e Rio Verde apresentam QL maior que 1. Ou seja, somente essas localidades podem ser consideradas concentradoras de crédito, se comparadas ao estado de Goiás como um todo e levando em consideração o PIB municipal.

As cidades de Itumbiara, Catalão, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Luziânia e Jataí possuem QL inferior a 1. Sendo assim, conforme o critério utilizado para análise, não são regiões concentradoras de crédito bancário, se comparadas ao estado de Goiás que é a unidade

territorial de referência. Segundo esta análise, em função da dinâmica econômica e da participação de seus respectivos PIB's na economia do estado, esses municípios deveriam deter um saldo maior de crédito bancário.

3.2.5 Algumas considerações sobre a localização do mercado bancário em Goiás

Os resultados apresentados neste capítulo apontam para a existência de dois tipos concentração que, apesar de distintos, sinalizam para a mesma lógica de localização bancária. O primeiro tipo de concentração é percebido ao se analisar a distribuição do número de agência e do crédito bancário em valores absolutos. A análise dos valores absolutos dos dados não considera a proporcionalidade com o tamanho da população ou o PIB do município investigado.

Os municípios de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Jataí, Itumbiara, Catalão e Luziânia, em 2001 e 2011, se destacam como concentradores de agências e crédito bancário. Segundo este resultado, conclui-se que existe uma predominância do mercado bancário em localidades com a economia mais dinâmica ou de elevado porte, como definido pelo IMB (2012). No ano de 2011, em conjunto, esses municípios detinham 57% do PIB do estado, 48% das agências bancárias e 68% do crédito, além de estarem entre os 15 mais populosos de Goiás.

De 2001 para 2011, 21 municípios perderam agências bancárias, desses, 11 tiveram uma redução do tamanho da população para o mesmo período. De 21 municípios, 14 perderam a única agência bancária que a cidade possuía e 50% deles encontravam-se na mesma condição de esvaziamento populacional. Foram instalados 173 novos estabelecimentos bancários, sendo 68 em Goiânia, 18 em Aparecida de Goiânia, 11 em Anápolis e 6 em Rio Verde.

A localização das agências bancárias não apresenta comportamento diferente do crédito. Em 2001, 51% do crédito bancário estava localizado em Goiânia, Rio Verde e Anápolis, percentual que em 2011 foi para 60%. Nesse sentido, a lógica de localização concentrada se mantém para os dois critérios e no decorrer da década pesquisada.

Este resultado confirma a influência dos fatores macroeconômicos na decisão locacional do mercado bancário, sobretudo do tamanho da população e do PIB, visto que não foi investigado a respeito da distribuição de renda. A análise mostra que os estabelecimentos bancários e seu principal produto, o crédito, estão localizados predominantemente nas maiores economias do estado, municípios que também estão entre os mais populosos.

Ainda neste capítulo, utilizou-se a metodologia denominada "Quociente de Localização", a qual mede a concentração relativa das agências e crédito bancário dos municípios em relação ao estado de Goiás, considerando as respectivas proporcionalidades com a população e o tamanho do PIB. Esta análise chegou a resultados que denotam concentração, porém em municípios diferentes dos apontados até então.

A localização das agências bancárias, proporcionalmente ao tamanho da população mostra que os municípios mais concentradores estão estagnados ou com decréscimo populacional. Nessas localidades, o fato de existir uma agência bancária já faz com que o município seja considerado concentrador em relação a Goiás. O mesmo acontece quando o critério de proporcionalidade é o PIB. Os resultados mostram que municípios com a economia pouco dinâmica e com pouca representatividade no PIB do estado são concentradores de agências bancárias.

A partir deste mesmo critério, é possível concluir que Anápolis, Aparecida de Goiânia e Rio Verde, diferentemente da perspectiva anterior, não são concentradores de agências. Ou seja, se o tamanho da população e o PIB fossem os únicos fatores determinantes para a instalação de agências, esses municípios deveriam possuir ainda mais estabelecimentos bancários. Este resultado pode ser explicado pelos fatores microeconômicos e políticos envolvidos na decisão de localização bancária.

Com relação aos fatores políticos, observa-se que a localização bancária pode ser influenciada por vantagens obtidas por meio de convênios de folha de pagamento e arrecadação de tarifas e/ou tributos. Além disso, possuir uma rede de atendimento extensa e que contemple diversas localidades é frequentemente utilizado pelos bancos como diferencial competitivo, sendo também um argumento de marketing para atrair clientes. Dessa forma, estes fatores podem justificar a instalação de agências bancárias em municípios com a população pequena e pouca dinâmica econômica.

Em 2011, os dados do BCB/ESTBAN mostram quais eram os bancos instalados em cada município. Essa informação motiva a verificação da hipótese levantada por Silva e Jayme Jr (2013) de que existe pressão social para que os bancos públicos abram pelo menos uma agência em regiões excluídas financeiramente. Para o estado de Goiás, no ano de 2011, dos 147 municípios com agências bancárias, 50 deles só possuía uma agência. Destes 50 municípios, 24 eram atendidos pelo Itaú, 15 pelo Banco do Brasil, nove pelo Bradesco, um pela Caixa Econômica Federal e um pelo HSBC. Em resumo, não é possível constatar a predominância de bancos públicos em localidades excluídas financeiramente, assunto que pode ser tratado em outra pesquisa.

Por fim, é possível constatar a influência dos fatores microeconômicos, relacionados ao espaço e às condições de oferta e demanda de cada localidade. Anápolis, Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Jataí, Itumbiara, Catalão e Luziânia são municípios que, em função do tamanho da população e do PIB, poderiam ter mais agências bancárias, no entanto, é provável que geograficamente estejam bem atendidas de estabelecimentos bancários. Cabe ressaltar, que as agências bancárias têm capacidades distintas de atendimento e de geração de negócios. Se, geograficamente, uma região não apresenta carência de agências, então, para os bancos, será mais vantajoso aumentar a capacidade de atendimento e negócios dos estabelecimentos já existentes do que instalar novas agências.

A localização do crédito bancário proporcionalmente ao PIB apresenta resultados semelhantes à analise da localização das agências, no entanto, destaca-se aqui influência do fator confiança no mercado. Municípios com economia pouco dinâmica e participação pequena no PIB do estado possuem QL's altos, ou seja, existência de concentração de crédito bancário. Diferentemente, economias dinâmicas como Itumbiara, Catalão, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Luziânia e Jataí não são consideradas concentradoras de crédito bancário segundo o critério de proporcionalidade com o PIB. Goiânia e Rio Verde são considerados municípios concentradores de crédito.

A análise baseada no QL do crédito bancário apresenta resultados distintos aos obtidos na investigação da distribuição do crédito em valores absolutos. A localização regional do crédito, sem considerar proporcionalidades com o PIB, é influenciada pela existência ou ausência de confiança no mercado. Os resultados mostram que o crédito está concentrado regionalmente em poucos municípios, assim como a atividade econômica, neste caso, representada pelo PIB.

Os resultados reforçam a preferência pela liquidez das instituições bancárias. Ou seja, a confiança no dinamismo da região e nos tomadores de empréstimo influencia na disposição dos bancos em ofertar crédito. Em resumo, a opção dos bancos em ofertar crédito, assim como a decisão do volume a ser emprestado e da localidade onde esses recursos serão aplicados, passa pela dinâmica econômica regional.

Por fim, conclui-se que uma estrutura produtiva e um desenvolvimento regional desigual são determinantes para que o mercado bancário apresente uma lógica de localização concentrada, como a observada no estado de Goiás.

4 CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDO DE CASO EM TRÊS SETORES INDUSTRIAIS DE GOIÁS

Os resultados da análise de dados realizada nos capítulos 2 e 3 mostram a existência de uma lógica de localização do mercado bancário concentrada e atrelada ao nível de atividade econômica dos estados do Brasil e dos municípios de Goiás. Por meio de estudos de caso, o capítulo que se segue procura verificar o papel do crédito bancário no desenvolvimento regional dos municípios de Goianésia, Itaberaí e Bela Vista de Goiás.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

4.1.1 Escolhas das empresas

Este capítulo contempla a pesquisa de campo realizada em três empresas que demandam crédito e estão sediadas no interior do estado de Goiás. A investigação analisa a influência no desenvolvimento local e regional destas empresas, sobre as quais se busca conhecer qual é o papel do crédito bancário na geração de emprego, demanda por matérias-primas, demanda por serviços, incentivo a programas sociais e demais impactos indiretos nos municípios onde estão instaladas.

A pesquisa foi realizada em municípios de pequeno e médio porte (até 100 mil habitantes) do interior de Goiás. Em municípios de grande porte ou metrópoles é difícil estabelecer a correlação entre uma empresa, o crédito bancário e o impacto no desenvolvimento municipal e regional.

A localização de uma indústria demandadora de crédito e de relevância na economia local foi preponderante na escolha dos três municípios para realização da pesquisa de campo. Sendo assim, os resultados obtidos na análise de dados do terceiro capítulo não foram considerados determinantes. Apesar disso, observa-se que Goianésia e Itaberaí possuíam, em 2001 e 2011, QL > 1, ou seja, podiam ser considerados municípios concentradores de crédito bancário se comparados ao estado de Goiás como um todo e levando em consideração o PIB. Já Bela Vista de Goiás, nos mesmos anos, possuía QL < 1, porém está localizado na região metropolitana de Goiânia, capital do estado, com expressiva dinâmica econômica e QL > 1.

Antes da realização da pesquisa de campo, foi necessário definir quais empresas e municípios seriam visitados. Para esta definição foram elencados alguns critérios:

- Empresas de médio ou grande porte que demandem crédito e estejam localizadas no interior do estado de Goiás;
- Empresas que demandem força de trabalho e matéria-prima;
- Empresas dispostas a fornecer informações sobre o possível impacto direto e indireto que exercem no município no qual estão localizadas.

Além de atender a estes critérios, optou-se, preferencialmente, por empresas de ramos de atividade distintos. A partir deste último aspecto, foi possível identificar se há diferença de resultados para setores econômicos distintos. Ressalta-se que o objetivo da pesquisa esteve em verificar o papel do crédito na instalação e consolidação dessas empresas e por sua vez no desenvolvimento local dos municípios e regiões do entorno.

Após a definição dos critérios de seleção das empresas, o gerente de mercado de pessoa jurídica e três gerentes de relacionamento pessoa jurídica de um mesmo banco foram questionados à respeito de empresas que atenderiam às condições preestabelecidas. Ao pedir indicações de empresas, as pessoas entrevistas deram as seguintes sugestões:

- Gerente de mercado pessoa jurídica:

a) COMIGO - Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano. Atualmente a COMIGO industrializa seus próprios produtos, tais como: produtos lácteos, sementes, rações, óleo de soja, farelo de soja, fertilizantes, sal mineral e sabão. A maior parte das indústrias está localizada no município de Rio Verde.

b) Goiasminas Indústria de Laticínios Ltda - Empresa conhecida comercialmente como Italac. É uma empresa do setor lácteo que tem em seu portfólio produtos como leite longa vida, achocolatado, queijos, creme de leite, leite condensado, leite em pó e manteiga. Atualmente a empresa possui unidades industriais em Corumbaíba (GO), Santa Helena (GO), Jarú (RO), Nova Mamore (RO), Xinguara (PA) Três Corações (MG) e Passo Fundo (RS). A sede administrativa está localizada em São Paulo e a indústria matriz em Corumbaíba.

c) Laticínios Bela Vista Ltda. - Conhecido comercialmente como Piracanjuba. A sede da empresa é na cidade de Bela Vista de Goiás (GO), mas também possui unidades industriais em Maravilha (SC) e Governador Valadares (MG). Trata-se de indústria de laticínios e dentre os produtos de seu portfólio, destacam-se: leite longa vida, leite em pó, iogurtes, compostos lácteos, requeijão, manteiga, queijos, leite condensado, creme de leite e leites especiais.

d) São Salvador Alimentos S/A - Empresa conhecida comercialmente como SuperFrango. Localizada em Itaberaí (GO), cidade na qual está instalada a estrutura para criação de frangos e processamento de corte de aves. Atualmente a empresa comercializa produtos divididos nas seguintes categorias: congelados, resfriados, embutidos e industrializados. Como parte da cadeia produtiva, mais especificamente da cadeia alimentar dos animais, há instalado na cidade de Itaberaí fábricas de farinhas, óleos e ração, cujo as matérias-primas são subprodutos resultantes do abate das aves.

e) Jalles Machado S/A - Empresa do setor sucroalcooleiro localizada em Goianésia (GO). Seus principais produtos são o açúcar cristal, álcool líquido e em gel de uso doméstico, etílico e absoluto de uso profissional, etanol combustível para mistura com gasolina (álcool anidro) e para uso direto em motores à álcool (hidratado). A Jalles Machado gera sua própria energia por meio do bagaço da cana e comercializa créditos de carbono. A partir do ano de 2009, a empresa passou a produzir, em escala, levedura seca, utilizada como suplemento nutritivo em formulações de ração animal.

- Gerente *upper middle*:

Foi entrevistado um gerente da carteira *upper middle*. Nesta carteira de clientes são atendidas indústrias com faturamento bruto anual de R$ 120 a R$ 400 milhões e empresas do ramo de comércio e/ou serviços com faturamento bruto anual de R$ 200 a R$ 600 milhões.

Este gerente indicou a empresa Jalles Machado S/A, a caracterizando como a única em sua carteira de clientes que atendia aos requisitos estabelecidos pela pesquisa. O entrevistado destacou que poucas empresas de sua carteira atendem ao critério de gerar impacto regional, ressaltando que quanto maior o faturamento bruto anual, maiores as possibilidades de se identificar este impacto. Relatou ainda que muitas empresas demandam crédito, gerando demanda por matéria-prima e criação de emprego, porém são poucas as que impactam regionalmente, especialmente no quesito "obras sociais".

- Gerentes *corporate*:

Foram entrevistados dois gerentes da carteira *corporate*. Nesta carteira de clientes são atendidas indústrias com faturamento bruto anual de R$ 400 a R$ 1.500 milhões e empresas do ramo de comércio e/ou serviços com faturamento bruto anual de R$ 600 a R$ 2.000 milhões.

O primeiro gerente entrevistado indicou as seguintes empresas do ramo lácteo: Goiasminas Indústria de Laticínios Ltda. e Laticínios Belos Vista Ltda. O segundo gerente

indicou a COMIGO - Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano e São Salvador Alimentos S/A.

O gerente de mercado pessoa jurídica possui um conhecimento geral a respeito das empresas que operam com o banco, isso justifica a quantidade de empresas indicadas na entrevista. Diferentemente, os gerentes de carteira (neste caso *upper middle* e *corporate*) possuem conhecimentos mais detalhados a respeito da gestão de cada empresa, especialmente sobre a disponibilidade das mesmas em fornecer informações sobre o possível impacto direto e indireto que exercem no município no qual estão localizadas. Sendo assim, cada gerente de relacionamento indicou somente clientes de sua carteira de atuação.

Diante da opção de escolher três empresas de ramos de atuação distintos, optou-se pelas seguintes:

- Jalles Machado S/A: única empresa do ramo sucroalcooleiro mencionada.
- Laticínios Belos Vista Ltda.: foram mencionadas duas empresas do setor lácteo. O laticínio em questão foi escolhido em função de possuir sua sede administrativa localizada na cidade de Bela Vista de Goiás.

Por fim, restavam duas opções de ramos de atuação distintos: a empresa São Salvador Alimentos S/A (criação e abatedouro de aves) e COMIGO (cooperativa agroindustrial). A COMIGO foi preterida em função das várias empresas vinculadas à cooperativa. Metodologicamente a pesquisa seria dificultada, tendo em vista que seria necessário escolher uma dentre as diversas indústrias que compõem a cooperativa. Poderia-se optar por pesquisar a COMIGO como um todo, contudo, não seria possível concluir quais das indústrias cooperadas e quais ramos de atividade geram impactos diretos e indiretos regionalmente.

- São Salvador Alimentos S/A: Em função da exclusão da empresa COMIGO, optou-se por realizar a pesquisa na empresa que atua na criação e abatedouro de aves.

Sendo assim, a pesquisa de campo foi realizada em três municípios: Bela Vista de Goiás, Goianésia e Itaberaí, localizados, respectivamente, nas regiões de planejamento Centro Goiano, região Metropolitana de Goiânia e Noroeste Goiano. Os três municípios pertencem a mesorregião Centro Goiano.

4.1.2 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com pessoas-chave nos municípios citados. A participação dos entrevistados foi definida criteriosamente com o objetivo se obter informações de qualidade, confiança e fidedignas à realidade econômica e social dos municípios. Em geral, procurou-se pessoas-chave de diferentes grupos de interesse. Esta escolha proporcionou à pesquisa informações mais completas e uma análise sob distintos aspectos.

A pesquisa foi realizada no mínimo com um representante da empresa, da prefeitura, do mercado bancário e da sociedade. O representante da sociedade varia de acordo com o município em questão, podendo ser um representante sindical, de cooperativas, de associações ou mesmo de alguma instituição de ensino superior local. Destaca-se que a pesquisa procurou por pessoas que conhecessem a realidade do município antes e após da instalação e consolidação da empresa, visto que a análise comparativa é relevante para os resultados do estudo.

A entrevista foi realizada por meio de um questionário contendo dez perguntas comuns a todos os entrevistados. Além das perguntas comuns, foram realizadas mais três perguntas específicas: uma para o representante da empresa, uma segunda para o representante do setor bancário e um terceiro questionamento comum ao representante da prefeitura e da sociedade.[20]

Durante a realização da pesquisa, houve a preocupação de ressaltar aos entrevistados que não existia resposta certa ou errada, que o importante era a percepção individual com relação à atuação da empresa e ao crédito bancário no município e, possivelmente, nas cidades do entorno. O questionário com perguntas abertas permitiu identificar algumas opiniões dos entrevistados que iam além do que realmente havia sido questionado.

O questionário aplicado abordou os seguintes assuntos: histórico sobre o surgimento e atuação da empresa no município; o papel do crédito para a instalação e consolidação da empresa; impactos diretos e indiretos na geração de emprego, demanda por matéria-prima, demanda por serviços, estímulo ao surgimento de outras atividades econômicas no município, projetos sociais e ambientais; mudanças percebidas no município após a instalação da empresa; atividades econômicas que mais precisam e as mais apoiadas pelo crédito bancário; a importância do crédito bancário; obstáculos para se ter acesso ao crédito e sugestões para

[20] O questionário na íntegra encontra-se no apêndice desta dissertação.

que a atuação dos bancos consiga maiores e melhores resultados no desenvolvimento regional.

A partir das entrevistas realizadas, o item a seguir trata do papel do crédito bancário em três setores industriais no estado de Goiás. A análise aborda quatro aspectos: características gerais dos municípios pesquisados; breve histórico da empresa, ressaltando sua atuação e a utilização do crédito; impactos diretos e indiretos da empresa no município e, por fim, aspectos relacionados ao crédito e demais atividades econômicas do município, incluindo os principais obstáculos e algumas sugestões para a atuação do mercado bancário.

4.2 TRÊS EMPRESAS INDUSTRIAIS E O PAPEL DO CRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E REGIONAL

4.2.1 O município de Goianésia, a empresa Jalles Machado S/A e o crédito

4.2.1.1 Características gerais de Goianésia

Goianésia está localizada na microrregião Ceres e na região de planejamento Centro Goiano, distante 168 quilômetros da capital do estado de Goiás. Segundo informações do Instituto Mauro Borges (IMB), a população censitária em 2010 era de 59.549 habitantes. Em 2013 a população estimada era de 63.938, número que elevou para 64.861 em 2014.

A tabela 52 apresenta o PIB do município de Goianésia nos anos de 2011 e 2012.

Tabela 52 - PIB - Produto Interno Bruto de Goianésia - 2011 e 2012

Indicadores	2011	2012
Produto Interno Bruto a Preços Correntes - PIB (R$ mil)	728.273,16	778.279,30
Produto Interno Bruto per Capita (R$)	12.068,09	12.734,04

Fonte: IMB
Elaboração: Autora

A tabela 53 detalha o Valor Adicionado Bruto de três setores econômicos do município de Goianésia, mostrando que o setor de serviços é o que tem maior participação na economia, seguido da atividade industrial.

Tabela 53 - Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos de Goianésia - 2011 e 2012

Atividade Econômica	2011	%	2012	%
Agropecuária (R$ mil)	77.174,10	12	92.080,08	13
Indústria (R$ mil)	178.760,46	28	173.941,54	25
Serviços (R$ mil)	391.369,64	60	429.886,48	62
Total (R$ mil)	647.304,20	100	695.908,10	100

Fonte: IMB
Elaboração: Autora

Ainda segundo informação do perfil socioeconômico dos municípios, divulgado pelo IMB, na pecuária, o rebanho bovino é o que possui maior destaque, seguido pelo rebanho de aves e pelo rebanho de vacas ordenhadas. Na produção agrícola, há o predomínio da cana-de-açúcar, com 19.300 hectares de área colhida e quase 1.600.000 toneladas de quantidade produzida nos anos de 2012 e 2013. A atividade mineral está concentrada na produção de argila para cerâmica branca, de brita e de calcário agrícola.

A tabela 54 contém informações sobre o número de empregos formais e o rendimento médio dos trabalhadores de Goianésia. O número de empregos formais corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, ou seja, é diferente do número de pessoas empregadas, já que um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência.

Tabela 54 - Empregos Formais em Goianésia - 2011 a 2013

Indicadores	2011	2012	2013
Empregos - Total (número)	10.990	11.000	11.875
Rendimento Médio (R$)	1.205,13	1.442,18	1.573,08

Fonte:IMB
Elaboração: Autora

Relativamente aos indicadores socais do município de Goianésia, observa-se uma melhora no Índice de Gini[21], Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Taxa de Alfabetização e Taxa de Mortalidade Infantil, conforme tabela 55. Os dados são dos últimos sensos do IBGE, mas divulgados pelo IMB.

[21] O índice de Gini é um coeficiente utilizado para medir a desigualdade social. O índice apresenta dados que variam de 0 a 1, em que 'zero' corresponde a uma completa igualdade e 'um' representa uma completa desigualdade entre as rendas.

Tabela 55 - Indicadores sociais de Goianésia - 1991, 2000 e 2010

Indicadores	1991	2000	2010
Índice de Gini	0,52	0,54	0,47
IDHM	0,448	0,571	0,727
IDHM - Educação	0,229	0,396	0,636
IDHM - Longevidade	0,67	0,749	0,84
IDHM - Renda	0,585	0,629	0,719
Taxa de Alfabetização (%)	80,4	86,3	90,92
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	28,21	27,1	12,6

Fonte: IMB
Elaboração: Autora

4.2.1.2 A empresa Jalles Machado S/A

A empresa surgiu a partir de incentivos do Governo Federal, por meio do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em 1980. Este programa foi lançado em 1975, durante o governo militar de Ernesto Geisel e visava buscar alternativas de combustíveis em função da crise do petróleo (NAVES, 2014).

Em entrevista concedida pelo presidente do conselho de administração da Jalles Machado S/A, o mesmo destaca que o fundador da empresa, Otávio Lage de Siqueira, participava da então Comissão Estadual de Energia e defendia a ideia de que grandes destilarias eram as melhores opções para o setor sucroalcooleiro. Ao defender esta concepção, o sócio fundador investiu em um projeto grandioso, o que considerava ser economicamente mais viável.

Em 1980 foram inauguradas duas empresas, as quais deram origem a Jalles Machado S/A. A primeira delas foi a Cooperativa dos Produtores de Cana de Goianésia Ltda. (Cooperálcool) fundada em 16 de julho de 1980. Em seguida, foi articulada a implantação da destilaria, a partir do entendimento de que seria mais viável e lucrativo se a indústria fosse de propriedade dos produtores de cana-de-açúcar. Assim, em 14 de novembro de 1980, foi criada a Destilaria Goianésia Álcool S/A, com a participação de vários sócios. Existiam associados que possuíam cotas somente na Cooperálcool, outros eram sócios somente na destilaria e alguns possuíam participação nas duas empresas (NAVES, 2014).

O presidente do conselho de administração da empresa destaca que as duas empresas deram origem, em 1993, a Jalles Machado S/A. Segundo Naves (2014), em 1990, houve uma queda no preço da cana-de-açúcar, fato que desestimulou os produtores a plantar. Em função

disso, a Cooperativa vendeu todo o canavial para a indústria. Em 1993, a destilaria passou a investir também na extração do açúcar cristal e a Goianésia Álcool S/A passou a se chamar Jalles Machado S/A.

O empresário ressalta que, atualmente, 100% da cana pertence à Jalles Machado S/A, sendo 20% desta cana plantada em terras próprias, 30% em terras dos sócios da empresa e 50% em terras arrendadas de produtores rurais da região.

Quando questionado sobre a importância e o papel do crédito para a instalação e consolidação da Jalles Machado S/A, o representante da empresa responde que "foi e continua sendo fundamental" e justifica sua resposta em dois momentos distintos da empresa.

O primeiro deles é na fase de inauguração, na qual a empresa pegou um financiamento para ser pago no prazo de dez anos, incentivado pelo Proálcool, cujo intermediário financeiro foi o Banco do Brasil S/A. O entrevistado destaca que no início não tinha *expertise* na atividade, mas que, com um incentivo do governo conseguiram quitar o financiamento.

O segundo momento foi em 2011, para a implantação da Unidade Otávio Lage (UOL) e Codora Energia Ltda, também localizadas em Goianésia. Os investimentos nestas unidades foram de aproximadamente R$ 410 milhões, sendo 20% de recursos próprios e 80% financiado. Os 80% de crédito foram provenientes de financiamento direto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e parte de financiamento realizado por um grupo de bancos composto pelo Bradesco, Itaú e CityBank. Do total dos investimentos, cerca de R$ 54 milhões foram gastos com o plantio de 18 mil hectares de cana-de-açúcar e o restante foi investido nas instalações industriais.

No que se refere ao papel do crédito para a instalação e consolidação da empresa, o empresário acrescenta que a instalação de uma indústria requer investimentos elevados e com retornos de longo prazo. Em suas palavras, "o valor imobilizado é alto para investir com recursos próprios. O crédito é essencial para estas empresas, pois os empresários não têm grandes capitais".

4.2.1.3 A empresa e o município de Goianésia

De acordo com informações da Jalles Machado S/A, em 19 de maio de 2015 a empresa possuía 3398 funcionários, no mês de abril de 2015 esse número era de 3400 e a média de funcionários no ano de 2014 foi de 3300. Este número reduz cerca de 30% no período entressafra, que normalmente acontece nos meses de novembro a março, evidenciando a existência de contratos de trabalho temporário.

Segundo informações da empresa e percepções do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianésia, 99% dos trabalhadores da Jalles Machado residem em Goianésia. O secretário da Casa Civil da prefeitura municipal de Goianésia e o presidente da Cooperativa Agropecuária de Goianésia acreditam que aproximadamente 20% dos empregados da empresa residem em Santa Rita do Novo Destino, Vila Propício e Barro Alto, especialmente nas proximidades das lavouras de cana-de-açúcar localizadas nesses municípios.

No que se refere à mão de obra qualificada empregada na Jalles Machado S/A, o presidente da Cooperativa Agropecuária de Goianésia ressalta que, segundo sua percepção, cerca de 50% são trazidos de outras regiões para trabalhar na empresa. A coordenadora pedagógica da Faculdade Evangélica de Goianésia e o presidente da Cooperativa Agropecuária de Goianésia possuem a mesma percepção da prefeitura do município e ponderam que "muitos trabalhadores qualificados vêm de fora".

O secretário da Casa Civil afirma que "muitos trabalhadores vêm de fora" em função da falta de qualificação dos moradores de Goianésia. A coordenadora pedagógica da Faculdade Evangélica de Goianésia e o presidente da Cooperativa Agropecuária destacam que os trabalhadores trazidos "de fora", na maioria dos casos, possuem uma formação acadêmica específica e/ou experiência em outras grandes empresas. Segundo o presidente da Cooperativa Agropecuária, "recentemente, a faculdade começou a qualificar os profissionais. Assim, ao mesmo tempo em que a empresa traz muitas pessoas de fora, com experiência do mercado; uma parte significativa dos empregados também é formada dentro da empresa, ou seja, são de Goianésia".

De acordo com a coordenadora pedagógica da Faculdade Evangélica de Goianésia "a empresa, apesar de familiar, se cerca de pessoas com larga experiência, sendo muito bem assessorados pelos melhores profissionais do mercado". Ainda afirma que tem conhecimento de algumas queixas da sociedade, especialmente com relação aos baixos salários pagos aos trabalhadores do "chão de fábrica" e à valorização excessiva do "saber técnico que vem de fora".

Com relação ao consumo de matéria-prima, o presidente do conselho de administração da empresa afirma que 100% da cana-de-açúcar é da região, especificamente de um raio de 15 quilômetros de distância da indústria. Segundo as demais pessoas entrevistadas, o plantio abrange limites que ultrapassam o município de Goianésia, sendo parte das lavouras de cana localizadas em Santa Rita do Novo Destino, Vila Propício e Barro Alto. As outras matérias-

primas utilizadas no processo de produção, como adubos, inseticidas e óleo diesel, não são fornecidas pelo município de Goianésia ou região do entorno.

O secretário da Casa Civil argumenta que o mercado de Goianésia não consegue abastecer ou ser fornecedor da usina: "o orçamento da prefeitura é de aproximadamente R$ 120 milhões, o da Jalles Machado deve ser três vezes superior".

Além da matéria-prima cana-de-açúcar, a Jalles Machado também demanda serviços de outras empresas locais. O representante da empresa relata que os principais serviços demandados são de transporte de carga e pessoas, manutenção de máquinas e locação de máquinas e equipamentos agrícolas. As demais pessoas entrevistas também destacam a demanda por estes serviços, citando diversas micro e pequenas empresas que surgiram a partir da instalação da Jalles Machado S/A no município.

O secretário da Casa Civil afirma que "o comércio de Goianésia vive em torno da usina". Segundo ele, o município possuía vocação para pecuária e que, atualmente, a economia é baseada principalmente na agricultura e nas atividades desenvolvidas pela usina. Além do comércio, o setor de serviços se desenvolveu, especialmente aqueles relacionados à manutenção de máquinas e equipamentos, serviços gerais, transportadoras e mecânicas.

A coordenadora pedagógica da Faculdade Evangélica de Goianésia observa que a influência da Jalles Machado S/A na economia do município pode ser comprovada no período entressafra, época em que aproximadamente 30% dos empregados são dispensados, fato que tem impacto direto do comércio, reduzindo o dinamismo se comparado a outros meses do ano.

O presidente do conselho de administração da Jalles Machado S/A afirma que para cada emprego direto, são gerados dois empregos indiretos no município de Goianésia. Os entrevistados entendem que os empregos indiretos são gerados no setor de comércio e serviços, principalmente nas atividades de restaurante, hotelaria, lavanderia, segurança, mecânica, serviços gerais e advogados.

Relativamente aos programas sociais e ambientais apoiados pela Jalles Machado, observa-se que a sociedade tem conhecimento e é beneficiada pelas ações desenvolvidas pela empresa. A empresa possui diversos programas assistenciais aos funcionários e seus dependentes como: plano de saúde, o qual oferece assistência médica e odontológica, clube recreativo, escola para os filhos dos empregados, bolsas de estudo e treinamentos, farmácia na qual os remédios são vendidos à preço de custo, programa de participação nos resultados, programa de segurança no trabalho, restaurante para os colaboradores e rádio educativa.

O representante da empresa ressalta que a Jalles Machado S/A proporcionou à Goianésia uma organização na área da agroindústria: "a estrutura da atividade sucroalcooleira é muito competitiva e fiscalizada, dando profissionalismo ao setor, inclusive com melhor assistência aos trabalhadores". O presidente do conselho de administração cita alguns dos projetos ambientais desenvolvidos pela empresa: reflorestamento das matas ciliares, exigência de que os arrendatários tenham reserva legal e área de preservação permanente, viveiro de muda, reaproveitamento de resíduos, e o projeto "Ame a Ema" para a preservação desta espécie. "A empresa foi a primeira do setor sucroalcooleiro brasileiro a ter crédito de carbono. Além disso, graças à co-geração de energia, a Jalles consegue substituir o consumo de diesel por energia própria."

As demais pessoas entrevistadas têm conhecimentos dos projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa, reconhecendo os avanços na questão da sustentabilidade e todos os projetos que garantem melhor qualidade de vida aos funcionários e familiares, especialmente na área de educação e saúde.

A coordenadora pedagógica e o secretário da Casa Civil concordam que a existência da Jalles Machado S/A foi essencial para a instalação das faculdades e demais instituições de educação presentes no município. Goianésia possui atualmente, além dos cursos profissionalizantes de qualificação técnica, uma unidade da Universidade Estadual de Goiás, Extensão da Universidade Federal de Goiás, uma instituição de ensino superior particular e uma unidade de ensino superior à distância. A educadora entrevistada ressalta que a empresa teve papel fundamental na formação de profissionais da área de agronomia, influenciando, inclusive, a abertura do curso superior, o qual, recentemente, formou a primeira turma de agrônomos no município.

A coordenadora pedagógica da Faculdade Evangélica de Goianésia observa que houve um crescimento regional após a instalação da Jalles Machado S/A. Ela opina que a economia ficou mais dinâmica e que a empresa trouxe visibilidade para o município, atraindo investimento de outros setores, tais como restaurantes, hotéis, instituições de ensino superior, grupos de educação profissional (SENAC e SENAI) e mais opções de lazer.

A senhora coordenadora acredita que "a empresa influencia e economia do município, mas que, atualmente, a cidade consegue caminhar sozinha e ser independente. A empresa foi fundamental para o início do desenvolvimento, mas hoje já possui outras atividades". Com relação à essas "outras atividades", foi destacado a atuação arrojada de alguns comerciantes e a influência da mineradora Anglo América instalada no município limítrofe de Barro Alto.

O secretário da Casa Civil do município garante que "o município já foi mais dependente da Jalles Machado S/A. A empresa chegou e desenvolveu a cidade, trouxe mais empresas para Goianésia, sendo assim, hoje o município não depende economicamente somente da Jalles". Em termos de infraestrutura, destaca que as malhas rodoviárias surgiram depois da instalação da empresa no município.

O representante da prefeitura de Goianésia ressalta um fenômeno importante que acontece no município: "na maioria das cidades do interior, as pessoas procuram ir para capital. Goianésia é o contrário, os jovens após se formarem, querem voltar para a cidade, querem trabalhar aqui." Finaliza a argumentação afirmando que "a Jalles Machado S/A representa 50% do município de Goianésia: 50% dos empregos, 50% do PIB e 50% dos impostos."

Embora os entrevistados não afirmem, categoricamente, que o município de Goianésia é dependente economicamente da empresa Jalles Machado S/A, os dados não endossam estas opiniões. Dos quase 12 mil vínculos de emprego existentes no município, a empresa é responsável por cerca de 27%, considerando somente os empregos diretos. Considerando que existam dois empregos indiretos para cada emprego direto, este percentual é superior a 80%. Aliado a estas informações, o representante da prefeitura de Goianésia afirma que a empresa é responsável por 50% do PIB e da geração de impostos, números que materializam a existência de dependência econômica com relação à Jalles Machado S/A.

4.2.1.4 O crédito bancário e o município de Goianésia

Com relação a atividade econômica que mais precisa de crédito para se desenvolver, as pessoas entrevistas apresentaram percepções diferenciadas. A coordenadora pedagógica e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais defendem a ideia de que os pequenos produtores rurais são os que mais precisam de crédito. Eles argumentam que a atividade em pequena escala proporciona baixos rendimentos, fato que acaba desestimulando a produção. O presidente do sindicato ressalta que a falta de crédito pode desencorajar investimentos na atividade produtiva que proporcionem maior valor agregado ao produto.

O presidente da Cooperativa Agropecuária entende que os micros e pequenos empreendedores são os que mais precisam de crédito, além disso, destaca que "o crédito para este público é limitado, tem um custo elevado, além da dificuldade encontrada para arrumar toda a documentação exigida pelos bancos".

O secretário da Casa Civil da prefeitura de Goianésia e o presidente do conselho de administração da empresa argumentam que todos os setores econômicos precisam de crédito, inclusive a pessoa física. O representante da Jalles Machado acrescenta que, no caso de Goianésia, o setor pecuário e sucroalcooleiro são as que mais precisam de crédito bancário para fomentar suas atividades.

Aliado aos entendimentos apresentados, os entrevistados afirmam que o crédito é fundamental para o crescimento econômico. Sobre este aspecto, o presidente do conselho de administração da empresa justifica sua opinião destacando que, normalmente, "as atividades econômicas têm pouca margem de lucro, assim, dificilmente as empresas são capitalizadas, portanto, necessitam de capital de giro e recursos para viabilizar os investimentos".

A coordenadora pedagógica ainda cita o exemplo de uma empresa do ramo de mineração recentemente instalada do município de Barro Alto, limítrofe com Goianésia. Segundo a educadora, o empreendimento é mais um exemplo da importância do crédito para o desenvolvimento econômico da região.

Relativamente aos obstáculos enfrentados para a obtenção do crédito, os entrevistados destacaram a "burocracia". A coordenadora pedagógica e o presidente da cooperativa agropecuária afirmam que a burocracia bancária ao liberar crédito se materializa na dificuldade de comprovação de renda e nas garantias solicitadas pelos agentes financeiros. Na opinião deles, essa dificuldade é maior para os pequenos produtores, para as pequenas cooperativas e para os trabalhadores informais.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais aborda uma questão não levantada pelos demais entrevistados: a inadimplência de um determinado setor. Ele explica que a atividade rural em pequena escala tem baixos retornos, o que faz com que o índice de inadimplência seja elevado. A inadimplência de uma coletividade, em termos percentuais, pode ocasionar a suspensão de algumas linhas de crédito com recursos subsidiados, situação que é um obstáculo e pode dificultar o desenvolvimento de determinada atividade em algumas regiões.

O presidente do conselho de administração da Jalles Machado S/A defende que o maior obstáculo é a dicotomia existente entre as necessidades de uma atividade produtiva dinâmica e as burocracias existentes nos financiamentos bancários com taxas de juros subsidiadas. Neste contexto, a burocracia se materializa em toda a documentação exigida para a análise de crédito da empresa e para a contratação da operação de crédito.

Os entrevistados acreditam que os bancos têm procedimentos e estratégias adequadas para apoiar o desenvolvimento regional, no entanto, os obstáculos relacionados são fatores

limitadores que poderiam ser revistos. O secretário da Casa Civil, a coordenadora pedagógica e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais destacam o papel do crédito para o desenvolvimento, especialmente com relação a concessão de crédito subsidiado para pequenos produtores agrícolas.

O secretário da Casa Civil acredita que ainda falta informação para a sociedade: "precisa estar claro as facilidades e benefícios de se utilizar o crédito". A coordenadora pedagógica concorda que "falta informação sobre as linhas de crédito e orientação para o uso responsável e consciente do crédito".

O presidente da cooperativa agrícola alega que os juros e as garantias ainda são fatores limitadores e os prazos concedidos pelos bancos deveriam ser mais adequados, em geral, mais longos. Ele argumenta que "as margens de lucros das atividades econômicas são pequenas. Os prazos devem ser mais longos, as parcelas e o período de carência dos financiamentos devem ser adequados para não gerar inadimplência". Logo em seguida, o presidente da Cooperativa complementa, como se contra-argumentasse à ideia que acabara de defender: "apesar de que as taxas de juros altas e os prazos curtos são consequência de uma situação econômica instável do país".

O presidente do conselho de administração da Jalles Machado S/A acredita que o crédito terá maiores resultados no desenvolvimento empresarial e regional quando houver menos burocracia, processos de crédito mais ágeis e juros mais baixos.

O empresário finaliza sua entrevista com um posicionamento que apresenta aspectos semelhantes aos levantados pelo presidente da cooperativa agropecuária: "a relação com o banco é saudável quando o agente financeiro entende o processo produtivo da empresa. Cada atividade tem um ciclo de produção. Existe prazo para produzir, prazo para vender e prazo para receber. O banco tem que entender isso para atender melhor. Ter mais flexibilidade nas transações e nas cláusulas contratuais. A relação tem que ser próxima e bem entendida. A atividade bancária deve acompanhar a atividade produtiva".

4.2.2 O município de Itaberaí, a empresa São Salvador Alimentos S/A e o crédito

4.2.2.1 Características gerais de Itaberaí

O município de Itaberaí está localizado a 93 quilômetros da capital do estado de Goiás, na microrregião de Anápolis e na região de planejamento Noroeste Goiano. Segundo informações obtidas no IMB, a população censitária em 2010 era de 35.371. Em 2013 a

população estimada era de 38.324 e em 2014 de 38.983. A tabela 56 mostra os valores do PIB de Itaberaí nos anos de 2011 e 2012.

Tabela 56 - PIB - Produto Interno Bruto de Itaberaí - 2011 e 2012

Indicadores	2011	2012
Produto Interno Bruto a Preços Correntes - PIB (R$ mil)	598.091,41	674.087,22
Produto Interno Bruto per Capita (R$)	16.638,15	18.466,63

Fonte: IMB

Elaboração: Autora

Conforme mostra a tabela 57, o setor industrial tem participação significativa no valor adicionado do município. No setor agropecuário merece destaque a pecuária de aves e galináceos com um efetivo, em 2013, de quase 10 milhões de cabeças. Em seguida, segundo informações do IMB, está o efetivo de rebanho bovino com aproximadamente 160 mil cabeças. Na produção agrícola, em relação à área colhida e quantidade produzida, há o predomínio de cultura de cana-de-açúcar, soja e milho.

Tabela 57 - Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos de Itaberaí - 2011 e 2012

Atividade Econômica	2011	%	2012	%
Agropecuária (R$ mil)	98.698,75	18	123.025,80	20
Indústria (R$ mil)	181.803,62	33	188.990,40	31
Serviços (R$ mil)	267.525,94	49	299.916,29	49
Total (R$ mil)	548.028,31	100	611.932,48	100

Fonte: IMB

Elaboração: Autora

O total de vínculos empregatícios informados na tabela 58 para os anos de 2011 a 2013, revela a importância da São Salvador Alimentos S/A (SSA) na economia de Itaberaí, visto que a empresa empregava 2.966 pessoas (empregos diretos) no ano de 2013.

Tabela 58 - Empregos Formais em Itaberaí - 2011 a 2013

Indicadores	2011	2012	2013
Empregos - Total (número)	7.471	7.116	7.721
Rendimento Médio (R$)	973,96	1.090,57	1.239,88

Fonte: IMB

Elaboração: Autora

Na tabela 59 são apresentados dados dos últimos sensos do IBGE, porém disponibilizados pelo IMB:

Tabela 59 - Indicadores sociais de Itaberaí - 1991, 2000 e 2010

Indicadores	1991	2000	2010
Índice de Gini	0,59	0,64	0,56
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,436	0,589	0,719
IDHM - Educação	0,218	0,399	0,61
IDHM - Longevidade	0,639	0,763	0,828
IDHM - Renda	0,593	0,67	0,735
Taxa de Alfabetização (%)	78,3	84,2	90,54
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	33,58	25,2	13,7

Fonte: IMB
Elaboração: Autora

Os indicadores sociais apresentam melhoras no decorrer de duas décadas: pequena redução das desigualdades sociais, elevação dos índices de desenvolvimento humano, elevação da taxa de alfabetização e redução da mortalidade infantil.

4.2.2.2 A empresa São Salvador Alimentos S/A

A empresa São Salvador Alimentos S/A (SSA) surgiu a partir de empreendimentos do Sr. Carlos Vieira que possuía aviários de corte em Itaberaí. Somente em 1981, José Carlos Garrote de Souza se uniu ao sogro, Carlos Vieira, e fundou a Avícola São Salvador Ltda. Em 1986, com a expansão do setor comercial da empresa, os proprietários decidem ampliar os negócios e iniciam a construção da primeira indústria, o frigorífico para abate de aves. Em 1991, o frigorífico foi inaugurado e possuía a capacidade de abater 2,5 mil aves por dia.

Conforme destaca o diretor-presidente da SSA, este primeiro investimento foi realizado com recursos próprios dos sócios que venderam imóveis para custear a instalação do primeiro abatedouro. Em 1995, a capacidade de abate da indústria atingiu 15 mil aves por dia e os sócios decidiram montar a fábrica de ração, com o objetivo de verticalizar todo o processo da cadeia produtiva. O investimento total do projeto foi de R$ 2,5 milhões, sendo 562 mil de crédito bancários, via recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Ainda segundo os relatos do diretor-presidente, em 2002, a empresa adquiriu o segundo empréstimo bancário por meio do FCO, no valor de R$ 6,7 milhões. Estes recursos

foram utilizados com o objetivo de ampliar a capacidade do abatedouro para 250 mil frangos/dia. De acordo com o Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 (ano base 2013), nesta época foram adquiridos armazéns para garantir o estoque de milho, soja e demais matérias-primas para a fabricação de ração.

Em 2006, estava em andamento um projeto de financiamento, com recursos do FCO, para a expansão da empresa. O valor do financiamento era superior a R$ 35 milhões. O diretor-presidente da SSA relembra que nesta época o setor foi abalado pela crise da gripe aviária. A conjuntura econômica, especialmente vinculada ao setor, aliado aos altos investimentos financeiros na ampliação da empresa, desencadeou, em determinado mês, atraso de alguns dias nos salários dos funcionários. O diretor-presidente relata que nesse período o comércio da cidade de Itaberaí foi significativamente afetado com as quedas no consumo da população.

O diretor financeiro e o diretor de obras e desenvolvimento industrial afirmam que, após o ano de 2006, foram contratados diversos financiamentos bancários por meio do FCO, de valores diversos, no entanto, invariavelmente, com a finalidade de ampliar a capacidade produtiva. Como consequência, a empresa passou a necessitar de mais matéria-prima, neste caso, mais frangos para o abate.

Em 2012 a empresa tornou-se Sociedade Anônima. Segundo o Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 (ano base 2013), em 2013 nasceu a marca São Salvador Alimentos com a intenção de substituir a marca SuperFrango. No entanto a decisão administrativa foi de manter a marca SuperFrango para produtos à base de frango. Atualmente a estrutura da empresa contempla o incubatório, fábrica de farinhas e óleo, fábrica de ração, galpões de integração, unidades de abatedouro, áreas de processamento dos cortes de frango, estação de tratamento de efluentes, logística de distribuição e escritórios comerciais.

A partir da maior necessidade de matérias-primas, resultado da elevação da capacidade produtiva, a empresa iniciou o processo de integração com produtores rurais parceiros. Atualmente o projeto de integração tem como finalidade o financiamento de aviários para produtores integrados, visando a engorda de frangos [22] . Os recursos são liberados gradativamente e divididos em "fases" de aplicação, denominados "modais". Segundo o diretor-presidente da SSA, o primeiro modal foi no valor de R$ 22 milhões, o segundo de R$ 32 milhões, o terceiro de R$ 42 milhões e o quarto de R$ 70 milhões. O último modal,

[22] No item 4.2.2.4 está explicado detalhadamente como funciona o programa de integração firmado entre a instituição bancária, a empresa e os produtores, neste caso específico, aviários.

aprovado em abril de 2015, irá beneficiar, aproximadamente, 44 propostas de investimentos envolvendo 124 aviários.

O diretor-presidente da empresa, afirma que o programa de integração "melhora a vida do pequeno produtor e distribui renda, sem gerar inadimplência, visto que existe um fundo de reserva que garante parte do valor das operações. O produtor, por meio deste projeto, tem acesso a conhecimento e treinamentos". Os diretores da SSA garantem que o produtor rural de Itaberaí se profissionalizou e tem auferidos maiores rendimentos em função disso.

No que se refere à importância do crédito para o desenvolvimento empresarial do município e da região do entorno, o diretor-presidente destaca que os recursos provenientes de crédito movimentam toda uma cadeia. Os demais diretores mencionam que o crédito foi utilizado pela empresa, mas que outras atividades também foram estimuladas a utilizar crédito bancário, especialmente incentivadas pelo empresário fundador da SSA. Eles afirmam que o empresário mudou a cultura da cidade e instruiu os demais empreendedores locais a demandarem crédito e a utilizem os recursos bancários para iniciar e expandirem seus negócios.

4.2.2.3 A empresa e o município de Itaberaí

De acordo com informações do Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014, em 2013 a empresa possuía 2966 funcionários. Em entrevista com os diretores da empresa, atualmente este número é de 3400, sendo cerca de 90% residentes em Itaberaí. A administração da SSA afirma que alguns colaboradores vêm de Goiânia, Brasília e Anápolis, além de pessoas de outros estados como Pará, Tocantins e Maranhão.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí e o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho relatam que grande parte dos trabalhadores reside na cidade. No entanto, ambos destacam o fato de que muitos trabalhadores vêm de regiões do entorno como Mossâmedes, Americano do Brasil, Itapuranga, Itaguari, Santa Rosa de Goiás, Goiás e Heitoraí, o qual mostra a incidência regional da empresa na geração de emprego. Além disso, ressaltam que a rotatividade da empresa é grande e que grupos de trabalhadores são trazidos dos estados do Pará e Maranhão. O gerente geral de um banco da cidade acrescenta que, em função da elevada rotatividade, a demissão de funcionários dá origem a pessoas marginalizadas em Itaberaí, especialmente daquelas que não têm condições financeiras de voltarem para o estado de origem.

Quanto à mão de obra qualificada, as pessoas entrevistas respondem que alguns funcionários vêm de outras cidades e/ou estados. Os diretores argumentam que necessitam de mão de obra especializada e que estes trabalhadores passaram a residir em Itaberaí. Alguns relatos afirmam que muitas pessoas da cidade saíram de Itaberaí para estudar e hoje trabalham na SSA.

A principal matéria-prima consumida pela empresa é o frango para corte. De acordo com as informações fornecidas pela empresa, em 2008, o processo de integração da SSA abrangia 178 integrados, sendo 437 aviários e 214 famílias empregadas, distribuídos em 19 municípios. Em 2013, este número elevou-se 197 integrados, 534 aviários e 263 famílias empregadas, em 18 municípios do entorno de Itaberaí.

As demais pessoas entrevistas, quando questionadas a respeito do consumo de matérias-primas, também direcionam suas respostas para a produção de frangos dos aviários. Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, os aviários estão distribuídos em um raio de 70 quilômetros, em cidades como: Heitoraí, Itapuranga, Itaguaru, Itaguari, Taquaral de Goiás, Americano do Brasil, Anicuns, Mossâmedes, Sanclerlândia e Goiás. De acordo com o representante da prefeitura da cidade, as demais matérias-primas utilizadas não são adquiridas em Itaberaí.

De acordo com o Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 da SSA, a empresa possui 2,7 mil fornecedores incluindo fabricantes, corretores, distribuidores, produtores primários, consultores, atacadistas, entre outros. Segundo o relatório, mais de 65% dos fornecedores da empresa são da região Centro-Oeste do país. Das contratações realizadas em 2013, 59% envolvem fornecedores do estado de Goiás, sendo 91% correspondente a compra de produtos e 9% à contratação de serviços.

Além da aquisição da matéria-prima, os entrevistados mencionam a existência de diversas empresas terceirizadas que prestam serviços à SSA. Segundo informações dos diretores da empresa, existem aproximadamente 1300 funcionários terceirizados. A maioria destes terceirizados prestam serviço com exclusividade para a SSA, principalmente nas áreas de limpeza e transportes.

Conforme informações fornecidas pelos diretores da SSA, a empresa gera mais de 20 mil empregos indiretos. O diretor-presidente afirma que para cada emprego direto criado, podem ser gerados até nove empregos indiretos[23]. Entre os subsetores mais beneficiados com

[23] A literatura econômica não estabelece precisamente quantos empregos indiretos são criados para cada emprego direto. Apesar das atividades econômicas terem potencialidades distintas, usualmente, se tem o entendimento de que cada emprego direto gera três indiretos.

a geração de empregos indiretos no município de Itaberaí estão: construção civil, terraplanagem, limpeza, montagem mecânica, eletricidade, transportes, borracharia, venda de equipamentos de uso agropecuário, postos de gasolina, supermercados, hotelaria, restaurantes, "pega frango", etc.

Relativamente ao aspecto socioambiental, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí e um avicultor integrado respondem não ter conhecimentos de projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela SSA. O gerente de uma agência bancária entrevistado informa que a empresa realiza duas campanhas no município: campanha do agasalho e distribuição de sopa no inverno. Este mesmo gerente afirma que a empresa contribuiu financeiramente para a construção da delegacia da cidade e para a estruturação do Batalhão do Corpo de Bombeiros.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho destaca contribuições sociais geradas pela SSA relacionadas à criação de infraestrutura. Referente a este aspecto, cita a contribuição para melhoria da infraestrutura de estradas e construção do aterro sanitário do município.

Segundo os diretores da SSA, a empresa apóia programas voltados para a construção e reforma de igrejas, escolas e creches municipais e recuperação de estradas e pontes rurais. Em parceria com os Governos Estadual e Municipal, a empresa auxiliou na implantação da unidade do Corpo de Bombeiros, na reestruturação da base operacional da polícia militar da região e na ampliação do presídio da cidade de Itaberaí.

Os diretores da SSA destacam que a empresa investe em práticas e projetos ambientalmente corretos que possam diminuir os impactos ambientais negativos e gerenciar melhor o uso dos recursos naturais. Como exemplo, o Relatório Anual e de Sustentabilidade traz informações sobre gestão do consumo de água o Rio das Pedras, fornecedor de água para o processo produtivo. Aliado a este aspecto, a SSA possui em suas instalações duas Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs), que funcionam com o objetivo de tratar efluentes gerados pelo abatedouro e pelo incubatório. Um dos resíduos provenientes do tratamento de efluentes é o lodo, sendo o mesmo utilizado como combustível na geração de vapor. Outro resíduo é o óleo, o qual é vendido e utilizado por terceiros como matéria-prima para a fabricação de sabão e biocombustível.

Ainda relacionado aos projetos ambientais, os diretores relatam a existência de outras ações, tais como: investimento em plantio de mudas nativas; recuperação de nascentes que cruzam terrenos de parceiros e produtores rurais da região; execução de projetos que visem garantir a proteção a Áreas de Preservação Permanente (APP) e nascentes; desenvolvimento

de projetos que minimizem a contaminação do solo, água e atmosfera e criação de projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para evitar a emissão de metano. Exemplos de MDL desenvolvido pela empresa é o tratamento físico-químico e biológico, que reduz o metano dos efluentes de produção e o projeto de fomento florestal. Este último consiste na formação de parcerias com os produtores rurais da região de Itaberaí com a finalidade de plantar eucalipto, que posteriormente é utilizado na geração de energia e vapor, suprindo a necessidade de madeira para abastecer o incubatório e as caldeiras do abatedouro.

Estas informações foram fornecidas pelos diretores da empresa e algumas obtidas no Relatório Anual e de Sustentabilidade do ano de 2014. Cabe ressaltar que, em entrevista aos outros membros da sociedade, não foi possível identificar que essas pessoas-chave possuem conhecimentos sobre os projetos desenvolvidos pela empresa. As iniciativas mais conhecidas pela população estão relacionadas à Sopa Solidária, Campanha do Agasalho e evento na Semana do Meio Ambiente.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho destaca que, após a instalação e consolidação da SSA, a economia do município passou a ser mais regular, sem sazonalidade. O representante da prefeitura afirma que a renda *per capita* cresceu, assim como as atividades de comércio, serviços e confecções. O secretário municipal acredita que o município é fortemente dependente das atividades desenvolvidas pela empresa, apesar de possuir outras atividades na região que não fazem parte da cadeia de criação e abatedouro de aves. Um segundo aspecto ressaltado, é que a cidade ainda é muito carente de áreas de lazer e instituições de ensino superior e profissionalizante.

O gerente de uma agência bancária faz relatos que vão ao encontro do que afirma o secretario municipal: "não observo muita evolução na área da educação, há poucas opções de cursos superiores e os mesmos não são voltados para a atividade desenvolvida pela empresa". Além desta afirmação, foi taxativo em acrescentar que não houve avanços em opções de entretenimento, lazer e serviços da área de saúde. O bancário observa avanços na área de educação infantil, com investimentos na criação de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).

O gerente da agência bancária considera que a cidade é economicamente dependente da SSA. Diferentemente, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí, considera a empresa tem grande influência na economia da cidade, porém sem gerar dependência, graças a existência de outras atividades no setor agrícola.

Os diretores da SSA afirmam que, com a consolidação da empresa, a prefeitura municipal teve que se capacitar e estruturar para garantir um crescimento ordenado da cidade.

Diferentemente dos outros membros da sociedade entrevistados, os representantes da SSA acreditam que a cidade passou a ter mais opções de lazer. O diretor-presidente destaca que os moradores da cidade, paulatinamente, passaram a demandar gêneros alimentícios de maior qualidade, fato que resultou no crescimento e diversificação do comércio da região.

Nas entrevistas aos diretores da SSA e no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014, as informações obtidas são que a empresa contribui para o controle do mercado de trabalho da região. Segundo os representantes da SSA, os empregos diretos e indiretos geram renda e, por sua vez, movimenta a economia, proporcionando o crescimento do comércio local.

Além da dinamização do comércio local, o diretor-presidente destaca que a expansão e consolidação das atividades da empresa contribuíram para a valorização do preço da terra, organização do mercado imobiliário, melhoria das relações de trabalho rural, profissionalização da mão de obra local, abertura de novas empresas sediadas na região e aumento da oferta de serviços na área de saúde.

4.2.2.4 O crédito bancário e o município de Itaberaí

Com relação a atividade econômica que mais precisa de crédito para se desenvolver, as pessoas entrevistas apresentaram percepções diferenciadas. Segundo o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, os grandes produtores e empresários são os mais apoiados com as concessões de crédito, especialmente com linhas subsidiadas com recursos governo, como o FCO. O representante do sindicato destaca que, no município de Itaberaí, o pequeno produtor rural não recebe o apoio bancário para a manutenção e crescimento da atividade.

De acordo com a opinião do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, em Itaberaí, o setor agropecuário é o que mais precisa e o mais apoiado pela atividade bancária, especialmente em relação à concessão de crédito. Segundo ele, as atividades mais beneficiadas são os aviários e a pecuária leiteira. Posteriormente, as atividades que merecem destaque quanto ao financiamento da produção são o cultivo de laranja, milho, soja, eucalipto e cana-de-açúcar. Para finalizar o entendimento sobre o papel do crédito para o desenvolvimento do município, o representante da prefeitura destaca que o crédito bancário é fundamental para as atividades vinculadas à cadeia do agronegócio, visto que estas possuem grande necessidade de investimentos e capital de giro.

O gerente de uma agência bancária da cidade concorda com o ponto de vista do secretário municipal. Segundo sua vivência profissional, o setor mais apoiado pelo crédito

bancário é a agropecuária, principalmente em demandas de investimento, como a construção e instalação de aviários.

O diretor-presidente da SSA considera que o crédito bancário é fundamental para a empresa: "no município de Itaberaí, o crédito movimenta, além da empresa, toda uma cadeia". O empresário argumenta que todas as atividades econômicas demandam crédito, contudo, os valores e prazos devem ser compatíveis com cada setor produtivo. O diretor-presidente da SSA destaca que o FCO concedido para a instalação e ampliação da capacidade produtiva da indústria estimulou outros empresários a demandarem recursos bancários e investirem no crescimento de suas atividades empresariais. Nesta ocasião, o empresário cita alguns nomes de empresários bem-sucedidos do município de Itaberaí, como proprietários de supermercados, clínicas de saúde, farmácias, etc.

Segundo os relatos, o próprio fundador da SSA contribuiu para a quebra de um paradigma cultural existente no município. O empresário afirma que as lideranças empresariais da região tinham resistência em demandar crédito bancário, fato que dificultava a realização de investimentos e o crescimento de algumas atividades empresariais. Sendo assim, a expansão da SSA, viabilizada por meio de recursos bancários, provenientes especialmente do FCO, estimulou outros empresários da região a demandarem capital de giro e recursos para investimento.

Além dos incentivos para que outras atividades demandem crédito, atualmente a empresa faz parte de um projeto de integração, que consiste em uma parceria formada entre a SSA, instituição financeira e produtor rural. O sistema de integração consiste na parceria com produtores rurais interessados em produzir, em suas propriedades, frangos segundo critérios de manejo e sanidade, e seguindo o Programa Nacional de Sanidade Avícola.

Segundo definição do Banco, o agente de repasse dos financiamentos, a integração rural é um regime de relações jurídicas e negociais entre integrador e integrado, em que o produtor rural (integrado), mediante contrato, assume a realização de etapa do processo produtivo, de animais ou vegetais (no caso da SSA, trata-se de criação de frangos), destinados à industrialização ou à comercialização. A empresa responsável pela comercialização e/ou industrialização (integradora) assume o compromisso de adquirir a produção desses produtores rurais.

Ainda de acordo com informações do Banco, repassadas pelo gerente de negócios agropecuários, o integrado deve atender às exigências para operar com o banco, além dos requisitos estabelecidos pela empresa SSA para atuar como integrado. As empresas integradoras assumem os seguintes compromissos: formalizar contrato de integração com

vigência igual ou superior ao vencimento dos financiamentos pleiteados; garantir a comercialização e preço de mercado aos produtos dos integrados financiados; pagar a produção dos integrados financiados via banco operador do convênio e responsabilizar-se pelo acompanhamento dos prazos para a implantação dos empreendimentos.

O Banco, agente operador do convênio de integração, é responsável por disponibilizar financiamentos de custeio e investimento a produtores rurais integrados, visando a mitigação do risco dessas operações em decorrência da garantia da entrega da produção e da sua aquisição pela integradora com preços previamente ajustados. A cobertura financeira de eventuais sobrecustos na execução dos projetos fica a cargo da integradora ou do integrado, não sendo admitidos financiamentos onerosos.

Diante da definição do sistema de integração e da necessidade de aumentar a produção de matéria-prima (aves para abate), conforme explicam os diretores da empresa, a SSA participa de um Projeto Modal[24], por meio do qual promove o relacionamento entre o banco e o produtor rural, viabilizando o financiamento para as obras e aquisição de equipamentos. É papel da empresa SSA fazer a intermediação entre os produtores rurais e o banco; aquele produtor que consegue o recurso constrói o aviário e se torna um integrado.

A ausência de garantias, muitas vezes fator impeditivo à obtenção de crédito pelos pequenos produtores, deixa de ser um entrave, visto que as empresas industriais exercem a função de garantir que os pagamentos dos créditos sejam honrados. Os produtores rurais, normalmente, possuem valores a receber das indústrias pelo fornecimento de matérias-primas. Assim, caso o pagamento do empréstimo e/ou financiamento junto ao banco não seja honrado, esses recursos são repassados pelas indústrias à instituição financeira.

Segundo informações repassadas pelos diretores da empresa, o projeto de integração da SSA está no quarto contrato de financiamento (Modal IV) e apresenta situação de total adimplência. Desde o início da parceria, o projeto viabilizou a tomada de mais de R$ 100 milhões em crédito pelos produtores rurais. Em 2008, eram 178 integrados, 437 aviários, 214 famílias empregadas, em 19 municípios. Em 2013, eram 197 integrados, 534 aviários, 263 famílias empregadas, em 18 municípios. De acordo com o Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 da SSA, a remuneração paga ao integrado é baseada na produtividade e está entre as maiores da avicultura nacional.

[24] Durante a realização das entrevistas, os diretores da empresa SSA e o gerente da agência bancária utilizam a expressão "Projeto Modal". Cabe ressaltar que esta expressão tem o mesmo significado e diretrizes do chamado "convênio de integração" definido anteriormente.

O diretor presidente da SSA garante que o convênio de integração tem conseguido êxito em melhorar a vida do pequeno produtor, visto que colabora com a distribuição de renda e facilita o acesso a conhecimento/treinamentos, oferecendo oportunidades de profissionalização ao produtor rural. Os diretores da SSA acreditam que os pequenos produtores rurais da região não teriam acesso ao crédito caso não existisse o convênio de integração.

O gerente de uma agência bancária de Itaberaí concorda que o acesso ao crédito foi facilitado e estimulado graças ao convênio de integração. Outros bancários entrevistados, e residentes de Itaberaí há alguns anos, entendem que a o convênio de integração "ajuda e ao mesmo tempo limita o produtor rural". Segundo a percepção dessas pessoas, o produtor rural tem uma margem de lucro cada vez menor, ou seja, se por um lado a empresa integradora garante a compra da produção e fornece orientações técnicas, por outro lado, os produtores ficam "limitados".

As "limitações" a que alguns entrevistados se referem, estão relacionadas ao monopsônio[25]. De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006), o poder do monopsônio está na capacidade do comprador influenciar o preço de uma mercadoria, possibilitando, inclusive, adquiri-la por um valor inferior ao preço que prevaleceria em um mercado competitivo.

Em relação aos obstáculos enfrentados para a obtenção do crédito, os entrevistados destacaram a "burocracia", especialmente aquelas relacionadas a obtenção de documentação (certidões e licenças) e garantias. O representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaberaí destaca que existe dificuldade de ter acesso ao crédito, especialmente linhas direcionadas a apoiar a agricultura familiar. Segundo seu relato, os bancos não têm interesse em liberar linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Além da burocracia relacionada à documentação e garantias, o Secretario Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho ressalta as restrições impostas aos inadimplentes. Segundo ele, algumas inadimplências se deram devido a resíduos[26] dos planos econômicos da década de 80 e início dos anos 90. Além disso, argumenta que os bancos deveriam ser mais sensíveis à inadimplência do pequeno produtor rural, visto tratar-se de atividade pouco rentável e que deveria ser mais subsidiada. Finaliza, alegando que os clientes bancários

[25] Mercado que possui um único comprador, neste caso, a empresa SSA.
[26] Neste contexto, a palavra 'resíduos' se refere a pequenos valores remanescentes das conversões de moedas, resultado dos diversos planos econômicos vigentes na economia brasileira nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Esses resíduos, com incidência de juros e correção monetária, podem se transformar em valores significativos.

enfrentam dificuldades para renegociar dívidas e retornar à situação de adimplência com as instituições financeiras[27].

Por fim, os diretores da SSA relatam que a burocracia, muitas vezes, "faz com que os bancos percam o *time* dos negócios das empresas. Os bancos privados são mais ágeis nas negociações e execução dos contratos de financiamento, porém os bancos públicos são os maiores parceiros das empresas, pois disponibilizam linhas de crédito com recursos subsidiados e taxas de juros baixas". Segundo o diretor de obras e desenvolvimento industrial da SSA, "alguns projetos de financiamento demoram anos, fazendo com que os orçamentos fiquem desatualizados e as certidões e demais documentos percam o prazo de validade. A burocracia pode gerar riscos para o banco, pois pode ocasionar atrasos na atividade produtiva e provocar inadimplência".

O gerente de uma agência bancária de Itaberaí reconhece a existência de burocracia nos procedimentos bancários. No entanto, destaca que existe uma "burocracia externa aos bancos", como a encontrada em órgãos públicos que dificultam a obtenção de certidões, licença e outorgas.

Nesse sentido, as pessoas entrevistas consideram que os bancos têm procedimentos adequados para apoiar o desenvolvimento regional, especialmente quando disponibilizam linhas de crédito subsidiadas como o FCO. Por outro lado, ressaltam que uma maior agilidade no processo de concessão do crédito é imprescindível para aferir maiores resultados para o desenvolvimento regional e empresarial.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho sugere que os bancos tenham mais linhas de crédito de apoio às atividades vinculadas à cadeia do agronegócio. O representante da prefeitura entende que o potencial do agronegócio brasileiro deveria ser mais bem aproveitado no mercado externo, para tal, os produtores deveriam ter mais acesso à linhas de financiamento à exportação.

O diretor-presidente da SSA destaca que os bancos públicos precisam de maior velocidade, além disso, cita três aspectos que precisam ser revistos: taxa de juros; volume de recursos deve ser adequado à necessidade das empresas e prazos e formas de pagamento precisam ser compatíveis com a atividade produtiva.

[27] A situação de inadimplência gera restrições no cadastro dos clientes, dessa maneira, o mesmo é considerado não apto para ter acesso a novo crédito bancário.

4.2.3 O município de Bela Vista de Goiás, a empresa Laticínio Bela Vista Ltda.[28] e o crédito

4.2.3.1 Características gerais de Bela Vista de Goiás

Bela Vista de Goiás está situado na região Metropolitana de Goiânia, distante 45 quilômetros da capital do estado de Goiás. Segundo dados do IBGE e divulgados pelo IMB, a população estimada em 2013 era de 26.642 e em 2014 de 27.112. A população censitária em 2010 era de 24.554. A partir do ano de 2010 o município vem apresentando uma taxa crescimento populacional de aproximadamente 2,5%.

A tabela 60 apresenta valores do PIB de Bela Vista de Goiás nos anos de 2011 e 2012. O PIB total apresentou crescimento de 24%. Para o PIB per capita este crescimento foi de 22%.

Tabela 60 - PIB - Produto Interno Bruto de Bela Vista de Goiás - 2011 e 2012

Indicadores	2011	2012
Produto Interno Bruto a Preços Correntes - PIB (R$ mil)	428.219,82	531.419,96
Produto Interno Bruto per Capita (R$)	17.152,81	20.954,22

Fonte: IMB
Elaboração: Autora

A tabela 61 traz informações sobre o VA do município nos anos de 2011 e 2012.

Tabela 61 - Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos de Bela Vista de Goiás - 2011 e 2012

Atividade Econômica	2011	%	2012	%
Agropecuária (R$ mil)	51.674,87	13	70.760,51	15
Indústria (R$ mil)	169.916,21	43	210.962,34	44
Serviços (R$ mil)	169.061,43	43	197.176,01	41
Total (R$ mil)	390.652,51	100	478.898,86	100

Fonte: IMB
Elaboração: Autora

[28] A razão social da empresa em questão é grafada sem o acento (na palavra laticínio) devido ao registro na Junta Comercial. No entanto, nesta dissertação optou-se por escrever com o acento gráfico, conforme as regras de acentuação da língua portuguesa.

Neste período observa-se uma variação de 23% no VA. O setor menos representativo é a agropecuária, no entanto, foi a atividade econômica que apresentou maior crescimento no período em questão, 37%. O setor industrial e o de serviços apresentam praticamente a mesma participação na economia de Bela Vista de Goiás, no entanto, a indústria obteve crescimento de 24% frente a 17% do setor de serviços.

Na pecuária, em 2013, os maiores rebanhos do município eram de aves e galináceos (cerca de um milhão de cabeças), seguidos pelo rebanho bovino com aproximadamente 145 mil cabeças e rebanho de vacas ordenhadas com quase 30 mil cabeças. Na agricultura a produção de grãos, especialmente milho e soja, é a maior em quantidade produzida. Além destas atividades, cabe ressaltar a produção de água mineral do município que em 2013 foi de quase oito milhões de litros.

A tabela 62 mostra a quantidade de vínculos empregatícios existentes em Bela Vista de Goiás. De acordo com a informação mais atual (2013), existem 4907 empregos no município. Segundo informações do Laticínio Bela Vista Ltda., a empresa empregava, no mês de agosto de 2015, 1430 pessoas, ou seja, quase 30% do total de vínculos de emprego existentes na cidade.

Tabela 62 - Empregos Formais em Bela Vista de Goiás- 2011 a 2013

Indicadores	2011	2012	2013
Empregos - Total (número)	4.158	4.319	4.907
Rendimento Médio (R$)	1.158,10	1.360,46	1.505,64

Fonte: IMB
Elaboração: Autora

De acordo com informações dos últimos Censos Demográficos, o município apresenta melhoria nos seus indicadores sociais, conforme dados divulgados pelo IMB e apresentados na tabela 63. Os indicadores sociais de Bela Vista de Goiás e a melhora observada nas últimas três décadas é semelhante aos números verificados para os municípios de Goianésia e Itaberaí. Para os três municípios houve uma piora do índice de Gini no ano 2000, seguido de um progresso observado no ano de 2010. Ressalta-se a evolução expressiva do IDHM - Educação nos três casos em análise, no período de 1991 para 2010, cerca de 200%.

Tabela 63 - Indicadores sociais de Bela Vista de Goiás - 1991, 2000 e 2010

Indicadores	1991	2000	2010
Índice de Gini	0,55	0,46	0,52
IDHM	0,446	0,56	0,716
IDHM - Educação	0,218	0,365	0,607
IDHM - Longevidade	0,679	0,774	0,837
IDHM - Renda	0,6	0,623	0,721
Taxa de Alfabetização (%)	80,3	87,7	91,35
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	26,73	23,8	12,9

Fonte: IMB
Elaboração: Autora

4.2.3.2 A empresa Laticínio Bela Vista Ltda.

A empresa Laticínio Bela Vista Ltda. surgiu em 1955 no município de Piracanjuba, na ocasião, produzindo apenas manteiga. Em 1974, a fábrica de manteiga é adquirida por Saladi Helou e em 1979 passa a produzir queijos. Durante a década de 1980, a empresa com a razão social Laticínios Skaf possuía algumas dívidas fiscais. E, em razão de maior disponibilidade de água e incentivos fiscais, no ano de 1985, teve início a construção da fábrica em Bela Vista de Goiás, com a razão social Laticínios Bela Vista. Somente em 1990, a primeira empresa foi incorporada à segunda. Antes que as obras da nova fábrica em Bela Vista de Goiás fossem concluídas, Saladi Helou, fundador das empresas, faleceu.

A partir de então, os filhos e atuais proprietários da empresa, assumiram administração dos negócios, com o desafio de regularizar a situação e dívidas fiscais da empresa. A atual unidade industrial de Bela Vista de Goiás foi inaugurada em 1986 com capacidade inicial instalada de processar cinco mil litros de leite por dia. Em 2002, se iniciou a produção de leite longa vida e em 2004 de leite em pó.

Conforme informações de material institucional comemorativo aos 60 anos da empresa, as instalações industriais da empresa, assim como o portfólio de produtos foi aumentando no decorrer dos anos e especialmente após o ano 2000. Segundo um dos sócios e diretor de relações institucionais da empresa, em 1985, quando assumiram a administração dos negócios a prioridade era pagar as dívidas fiscais, diante disso, não tinham capital para comprar os equipamentos para a inauguração da nova fábrica. O diretor ressalta que sempre utilizam recursos de Finame ou FCO para viabilizar os investimentos de instalação, ampliação ou modernização de suas unidades industriais.

O empresário explica que o ramo de laticínios possui uma margem de lucro pequena e, por este motivo, não utilizam crédito bancários com juros de mercado (em torno de 20% ao ano). No entanto, demandam crédito com recursos subsidiados, no qual as taxas de juros são mais baixas. O diretor menciona que "após o ano de 2008, com queda das taxas de juros para linhas de Finame e FCO, a empresa demandou muito dinheiro, contudo, os juros baixos aliados à inflação, faz com que o endividamento seja pequeno, em torno de 7% do faturamento bruto anual, que deve chegar a R$ 2 milhões em 2015". Conforme informações repassadas pelo sócio, a empresa demanda, além de créditos para investimento, a linha de Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor (FGPP)[29] é utilizada pelo laticínio como capital de giro, especialmente entre os dias 15 e 25 de cada mês, quando a empresa realiza o pagamento aos produtores de leite.

Atualmente a empresa possui mais de 100 produtos com a marca Piracanjuba em seu portfólio, incluindo compostos lácteos, creme de leite, leite condensado, linha de bebidas com cereais, manteigas, queijos, requeijão, produtos para o público infantil e produtos sem lactose. Os diretores da empresa afirmam que o diferencial do laticínio é investir em produtos com alto valor agregado.

O diretor de operações da empresa destaca que nas duas últimas décadas houve um aumento na produção de leite no estado de Goiás, resultado de incentivos do governo estadual por meio de programas de crédito ao produtor rural. O melhoramento genético do rebanho bovino também estimulou o crescimento da produção de leite e este cenário favorável ainda foi acompanhado por um aumento no consumo de lácteos.

O crescimento da demanda fez com que a empresa tomasse a decisão de investir em unidades fabris fora do estado de Goiás. Em 2011 foi inaugurada a fábrica no município de Maravilha, no estado de Santa Catarina. No ano de 2014 foi inaugurada a indústria no município de Governador Valadares, em Minas Gerais. Segundo os diretores da empresa, a unidade de Maravilha/SC atende demanda das regiões Sul e Sudeste do país. Já a indústria instalada em Governador Valadares/MG processa produtos destinados a atender demandas do estado de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e do Nordeste brasileiro.

Atualmente, conforme dados informados pelo diretor de política leiteira da empresa, o laticínio processa por dia: 1,2 milhões de litros de leite na indústria de Bela Vista de Goiás, 910 mil litros na unidade de Maravilha e cerca de 650 mil litros em Governador Valadares.

[29] Segundo informações do *site* do Banco do Brasil S/A, FGPP é uma linha de crédito que financia a compra de produtos agropecuários diretamente de produtores rurais, de suas associações ou de suas cooperativas de produção agropecuária. Os produtos financiáveis são aqueles integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O encargo financeiro com a utilização de recursos controlados é de 10,5% ao ano.

O diretor de operações destaca que nas ampliações dos estabelecimentos industriais e construções de novas unidades fabris da empresa sempre foi utilizado de crédito bancário. Segundo o diretor de relações institucionais e proprietário do laticínio "a empresa só cresceu por causa da disponibilidade e utilização do credito. Se tivesse dinheiro não iria trabalhar. Sem o crédito não conseguiríamos construir e, se não construímos, não geramos empregos".

4.2.3.3 A empresa e o município de Bela Vista de Goiás

De acordo com informações repassadas pelo diretor de operações do laticínio, a empresa possuía, no mês agosto de 2015, cerca de 1430 funcionários, sendo, aproximadamente, 90% residentes no município de Bela Vista de Goiás, 6% em Piracanjuba e 4% em Goiânia. Além dos 1430 funcionários, os diretores da empresa e o secretário do município acreditam que para cada emprego direto, são gerados aproximadamente três empregos indiretos, totalizando quase 4500 postos de trabalho.

O diretor de relações institucionais explica que a legislação trabalhista determina que o tempo de deslocamento até o trabalho, quando a condução é fornecida pelo empregador até o local de difícil acesso ou não servido de transporte público regular, deve ser computável na jornada de trabalho. Devido a este fato, atualmente a maioria dos funcionários da empresa são do município de Bela Vista de Goiás, sendo reduzida a quantidade de mão de obra que vem de cidades do entorno, com exceção de Goiânia, local onde reside grande parte dos empregados com mais qualificação.

Este mesmo diretor, também proprietário do laticínio, destaca que para cada emprego direto são gerados cinco empregos indiretos, conforme dados do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo (Sindleite). Além disso, ressalta a existência de aproximadamente 4000 produtores de leite cadastrados como fornecedores do Laticínio Bela Vista, sendo que cada produtor possui, em média, dois ou três funcionários, gerando um número significativo de empregos no setor agropecuário.

O diretor de operações do laticínio afirma que a empresa faz constantes investimentos para a qualificação de seus funcionários. Apesar disso, ressalta que parte da mão de obra qualificada vem de outros municípios, inclusive de outros estados, especialmente, no que se refere aos técnicos em laticínios, sendo a maioria destes da cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais.

O secretário de Indústria, Comércio e Turismo e o presidente do Sindicato Rural do de Bela Vista de Goiás compartilham da mesma percepção: segundo eles, o laticínio investe na

qualificação de seus funcionários, sendo sim, parte da mão de obra considerada qualificada é do próprio município, apesar de existir uma parte dos gerentes e diretores da empresa que residem em Goiânia.

A principal matéria-prima utilizada no processo produtivo da empresa é o leite. O secretário municipal e o presidente do sindicato destacam que o laticínio compra leite de quase todo o estado de Goiás, no entanto acreditam que cerca de 60% do leite é de Bela Vista. O diretor de política leiteira da empresa afirma que existem no estado doze postos de recebimento de leite, sendo aproximadamente quatro mil produtores de leite cadastrados como fornecedores.

A política de compra de leite do Laticínio Bela Vista e a regulamentação que envolve o setor merecem destaque nesta pesquisa, visto que, a partir destas considerações é possível compreender a atuação da empresa na região de Bela Vista de Goiás e sua relação com os produtores de leite do estado de Goiás, neste caso, fornecedores de matéria-prima. Inicialmente, é válido esclarecer que a Lei nº 12.669 de 19 de junho de 2012 dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 de cada mês.

Relativamente à aquisição de matéria-prima, o diretor de política leiteira entrevistado esclarece que para a compra e venda de leite não existe contrato de exclusividade. Segundo o especialista, devido à legislação atualmente vigente e às várias alterações de preço a qual o produto está sujeito, é praticamente inviável a formalização de contratos de exclusividade.

O diretor da empresa explica que o laticínio trabalha com regiões administrativas espalhadas em diversos municípios do estado de Goiás. Nessas regiões administrativas existem técnicos responsáveis pela logística de transporte, qualidade do produto e pela negociação do preço. Além deste técnico administrativo, existe o assistente técnico gerencial, com funções mais voltadas para a produtividade e com especialidades nas áreas de agronomia, veterinária e zootecnia.

Os técnicos administrativos fazem parte de uma estratégia de planejamento de compra da matéria-prima. De acordo com a Lei nº12. 669/2012, o laticínio deve fixar, mensalmente, um preço mínimo a ser pago para o produtor. No entanto, segundo informações do diretor de política leiteira da empresa, este preço pode variar de acordo com a qualidade[30] do produto e com a quantidade fornecida. No site do Laticínio Bela Vista é possível verificar que valores

[30] Quando o diretor de política leiteira do laticínio fala sobre a qualidade do leite, o mesmo está se referindo a algumas especificações técnicas do produto, tais como o percentual de gordura, percentual de proteína, contagem bacteriana, taxa de frio e contagem de células somáticas.

adicionais podem ser pagos de acordo com a distância da fábrica, percentual de gordura, percentual de proteína, contagem bacteriana, taxa de frio, contagem de células somáticas e adicional por escala (em litros).

Aliado a isto, o diretor de política leiteira destaca que "o leite deve ser manipulado rapidamente e que a qualidade do produto é resultado de boa genética da vaca leiteira, higiene na ordenha e segurança na captação". Sendo assim, qualidade e produtividade influenciam no preço da matéria-prima e esta prerrogativa justifica a existência da assistência técnica gerencial e do Projeto Pró-Campo lançado pelo laticínio em 2002.

O Projeto Pró-Campo consiste em um programa de apoio técnico ao produtor de leite que seja fornecedor do Laticínio Bela Vista. O programa surge em um cenário de baixa produtividade do rebanho leiteiro e altos custos de produção, em muitos casos relacionados a falta de mão de obra qualificada, o que resulta em uma atividade produtiva com baixa lucratividade e pouco atrativa. Levando em consideração estas questões a empresa, por meio do Projeto Pró-Campo disponibiliza assistência técnica gerencial, unidades demonstrativas de produção de leite e centro de apoio técnico ao produtor de leite.

O diretor de política leiteira da empresa informa que o assistente técnico gerencial é um técnico autônomo pago pelo produtor rural (40%) em parceria com o laticínio (60%). Este assistente técnico realiza visitas mensais às propriedades rurais com o objetivo de orientar e treinar o produtor de leite com relação aos seguintes aspectos: aumento da produtividade, controle dos custos de produção, melhoria genética, melhoria na alimentação e manejo, cuidados sanitários e gestão do negócio. Na prática, os assistentes técnicos orientam e capacitam o produtor e, por meio das visitas mensais, também fazem o acompanhamento, visando verificar se as instruções repassadas estão sendo implementadas.

No entanto, culturalmente, o produtor rural é resistente a mudanças em sua maneira de produzir e gerir a sua atividade. Diante desta dificuldade, existem unidades demonstrativas (fazendas modelo) que servem de referência para os produtores rurais. O diretor de políticas leiteiras destaca que o "produtor precisa ver funcionando para acreditar na mudança".

Assim, dada a importância do exemplo prático, além das unidades demonstrativas, existe o centro de apoio técnico ao produtor de leite. Trata-se de uma propriedade rural, fazenda escola, com estruturas operacionais voltadas para a produção de leite, especificamente para: difundir tecnologias, treinar e capacitar mão de obra para a atividade leiteira, orientar na produção de leite com qualidade, disponibilizar touros reprodutores de raças leiteiras e financiamentos para a compra dos mesmos e demonstrar a viabilidade econômica da atividade leiteira.

Estes financiamentos ao produtor rural são realizados por meio da Goiás Fomento[31] com intermediação do laticínio. O diretor de relações institucionais explica que a Goiás Fomento deposita o dinheiro na conta do produtor de leite, no entanto, no momento de pagar os empréstimos, o laticínio é o responsável por repassar os recursos para o agente financeiro. O diretor afirma que "nesta transação, o tomador de crédito é o laticínio. Assim, se o produtor não pagar os empréstimos, a empresa terá que fazê-lo. Porém, não existem casos de inadimplência, pois, normalmente, o produtor de leite sempre tem valores 'a receber' do laticínio".

O presidente do Sindicato Rural concorda que o Projeto Pró-Campo confere maior profissionalização ao produtor de leite, que passa a ter melhores condições para incrementar a produtividade, reduzir custos e ampliar as possibilidades de geração de renda no campo. O Presidente do Sindicato ressalta que o centro de apoio técnico ao produtor de leite funciona como uma "escola", onde existem diversas unidades, tais como: de produção de leite, de recria e venda de reprodutores, laboratório biocarrapaticidograma, de responsabilidade socioambiental, de treinamento e de inseminação artificial. Dessa maneira, o laticínio em parceria com o sindicato e SENAR-GO oferecem cursos, excursões técnicas e dias de campo.

Além do leite, outras matérias-primas são utilizadas no processo produtivo, sendo estas adquiridas de diversos locais, inclusive, de outros países. Com relação à demanda por serviços, o diretor de operações destaca os principais: transporte do leite, alimentação, manutenção da estrutura física e consultoria. O transporte do leite e os serviços de manutenção de máquinas e equipamentos são realizados por empresas terceirizadas que, atualmente, possuem instalações no município de Bela Vista de Goiás. O restaurante para atender aos funcionários também é terceirizado e a empresa prestadora de serviço é do município de Bela Vista de Goiás, assim como os responsáveis pela manutenção da estrutura física da indústria. Conforme informações da empresa o transporte de funcionários não é terceirizado.

O secretário municipal estima que existam três empregos indiretos para cada emprego direto criado pelo laticínio. Estes postos de empregos indiretos foram e são criados em empresas e segmentos econômicos estimulados após a consolidação da empresa em Bela

[31] Goiás Fomento ou Agência de Fomento do Estado de Goiás S/A é a instituição financeira do Estado de Goiás criada no ano 2000. A instituição faz financiamentos com recursos próprios e com recursos de repasses do FCO, do BNDES e do Crédito Produtivo, além de atuar como agente financeiro dos Fundos de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR, FOMENTAR E FUNMIMERAL). Os principais beneficiários do Goiás Fomento são os pequenos, médios e micro empresários e empreendedores individuais.

Vista de Goiás. O representante da prefeitura ressalta que "o município cresceu graças ao crescimento da empresa, especialmente o comércio que era inexpressivo".

De maneira direta, o laticínio exerce influência na produção de leiteira. Indiretamente o impacto econômico pode ser percebido no surgimento de estabelecimentos comerciais como supermercados, lojas de produtos agropecuários, de implementos agrícolas, de móveis, vestuário e eletrodomésticos. No setor de serviços, pode-se citar o crescimento do número de clínicas médicas e odontológicas, oficinas mecânicas e empresas de montagem e manutenção. Além desses, no setor industrial, foi estimulado a criação de fábricas de ração. Esta percepção é apresentada por todas as pessoas-chave entrevistadas.

Além de apoio a projetos voltados para a profissionalização dos produtores rurais, o secretário municipal informou que o laticínio investe em capacitação de seus funcionários, especialmente por meio de bolsas de estudos. Em parceria com a prefeitura, a empresa desenvolve projetos e ações de coleta seletiva.

Dentre os programas ambientais desenvolvidos na empresa, o diretor de operações destacou as estações de tratamento de água e de efluentes; co-geração de energia por meio do aproveitamento do biogás e uso de madeira de reflorestamento. Segundo o diretor de relações institucionais, a empresa vai inaugurar até o final de 2015, a mais moderna estação de tratamento de esgoto do país. Além disso, explicou que o investimento financeiro será recuperado com o aproveitamento do biogás, resultado do tratamento da matéria orgânica gerada no processo produtivo da indústria.

O presidente do sindicato e o representante da prefeitura demonstraram conhecimento a respeito da política de responsabilidade ambiental da empresa e elogiaram os investimentos realizados nas estações de tratamento e no aterro sanitário. No aspecto social, as pessoas-chave entrevistas destacaram a assistência a creches, igrejas, casas de apoio à dependentes químicos e asilos. Esta assistência se materializa no fornecimento dos produtos da empresa para essas instituições.

O secretário afirma que a empresa mantém parcerias com a prefeitura para apoiar a realização de diversas ações culturais do município. Nesta ocasião, ainda ressaltou que a prefeitura, com o apoio do laticínio, está com projeto de trazer uma instituição de ensino superior para Bela Vista de Goiás, visto que atualmente não existe faculdade no município.

Quando questionados sobre as mudanças no município após a instalação e consolidação do laticínio, as pessoas entrevistadas entendem que a empresa influenciou positivamente em dois aspectos: na dinamização da atividade comercial e maior profissionalização do produtor rural da região. Ademais, o secretário municipal e o presidente

do sindicato concordam que a cidade passou a ter mais opções de clínicas médicas e odontológicas; escolas particulares e cursos profissionalizantes como de secretariado e computação.

Os diretores entrevistados afirmam que o município é economicamente dependente do laticínio, argumentando que a empresa movimenta toda uma cadeia de produção e empregos em Bela Vista de Goiás. Segundo um dos proprietários da empresa, "em Bela Vista de Goiás o que gera riqueza é o setor industrial, porque o setor agropecuário arrecada poucos impostos e gera uma pequena quantidade de empregos. Já o setor de serviços é dinamizado em função dos empregos e salários pagos pela indústria".

O diretor de relações institucionais do laticínio finaliza sua explanação comparando o desenvolvimento experimentado por Bela Vista de Goiás e a estagnação do município de Piracanjuba, sendo este último o local onde a primeira unidade industrial da empresa foi instalada. Conforme informações por ele repassadas, o município de Piracanjuba não realizou investimentos em infraestrutura necessários, especialmente no que se refere ao fornecimento de água, e, por este motivo, as indústrias optaram por sair da cidade.

As demais pessoas-chave, quando questionadas sobre a existência ou não desta dependência econômica, ressaltam que a empresa exerce um papel importante, porém acreditam em uma dinâmica própria da cidade. O presidente do sindicato, explica que "se a empresa sair da cidade, outros laticínios continuarão comprando dos produtores de Bela Vista de Goiás e entorno". Em seguida, cita outras atividades rurais e industriais que existem independentemente do laticínio, tais como: produção agrícola de soja e milho, avicultura, pecuária de corte, fábrica de bebidas, fábrica de biscoitos e, por fim, ainda ressalta a proximidade com Goiânia como fator que também colabora com a dinamização da economia local.

O gerente de uma agência bancária da cidade considera a geração de empregos diretos e indiretos como o aspecto no qual a empresa mais exerce influência na economia da região. Contudo, pondera que os produtores de leite não são dependentes da empresa em questão, visto que outros laticínios, inclusive a cooperativa, podem ser compradores da produção leiteira de Bela Vista de Goiás.

Por fim, o secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, analisa que há alguns anos, praticamente todos os produtores rurais estavam vinculados a cadeia de leite e, especificamente, ao Laticínio Bela Vista. Porém, ele defende a ideia de que esta realidade se alterou: "atualmente, outras atividades econômicas exercem influência na economia do município, tais como a avicultura, fábrica de bebidas, fábrica de rações, confecções e

tecelagem." O secretário afirma que a prefeitura recebe diversas solicitações de médias e grandes empresas que desejam se instalar em Bela Vista de Goiás. Segundo ele, "hoje a prefeitura tem condições de selecionar as empresas que irão se instalar no município. A prefeitura analisa se a disponibilidade dos serviços públicos é capaz de atender, com qualidade, a nova demanda que pode ser gerada a partir da instalação de novos estabelecimentos empresariais, visto que esta situação tem um impacto direto no número de habitantes do município".

4.2.3.4 O crédito bancário e o município de Bela Vista de Goiás

As pessoas-chave entrevistas apresentam opiniões distintas quando questionadas sobre as atividades econômicas que mais precisam e são mais apoiadas com o crédito bancário.

O secretario municipal acredita que, em Bela Vista de Goiás, a pecuária leiteira é a atividade mais apoiada pelo crédito bancário, especialmente pela linha de financiamento do FCO, muito utilizada pelos produtores para a reposição de matrizes (rebanho).

O gerente de uma agência bancária compartilha da mesma opinião e ressalta que a pecuária leiteira é a maior demandante e a mais apoiada com linhas de crédito. Segundo ele, "os produtores são fornecedores de grandes laticínios e demandam crédito para custeio e investimentos, principalmente em ordenhadeiras e galpões".

O presidente do Sindicato Rural argumenta que, apesar da pecuária leiteira e de aves ter grande representatividade na economia do município, é o setor industrial o mais apoiado pelos bancos quando o debate envolve a concessão de crédito em Bela Vista de Goiás. Para ele, "o homem do campo é o que mais precisa de crédito, especialmente para o custeio da atividade agrícola". O representante do sindicato ressalta que o crédito é fundamental para o desenvolvimento do município e das regiões do entorno, destacando que "a maioria dos produtores não têm capital para fazer os investimentos necessários. Além disso, a atividade não gera lucros suficientes para que o produtor rural possa abrir mão do crédito bancário".

O representante da prefeitura explica que a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo cadastra os micro empresários individuais para que possam ter acesso aos recursos de financiamento do Governo Estadual, via Goiás Fomento). Ele argumenta sobre a importância do crédito citando que "sem os financiamentos do Governo estadual, devido à escassez de recursos, a atividade econômica do município diminui".

Os entrevistados destacam um aspecto em comum com relação ao crédito: a falta de informação. O secretário municipal entende que, nos municípios do interior, os

financiamentos bancários deveriam ser mais divulgados. Segundo ele, "o crédito ainda vem acompanhado de muita dúvida, na verdade é como se existisse um 'preconceito' em relação à demanda por crédito".

O gerente geral de uma agência bancária em Bela Vista de Goiás compartilha da mesma opinião, para ele o maior obstáculo para se obter crédito bancário é a falta de informação: "em muitos casos, a empresa ou produtor rural não sabem por onde começar a demanda por crédito". Apesar deste entendimento, o gerente afirma que esta realidade, paulatinamente, está se alterando: "as novas gerações das famílias, filhos dos produtores rurais e empresários da região, saem da cidade para estudar e, após concluírem os estudos, retornam para dar continuidade aos negócios e, aos poucos, vão mudando a cultura em relação ao crédito".

O gerente geral argumenta que os sindicatos e prefeituras municipais, em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg), além dos cursos práticos, deveriam realizar mais treinamentos voltados para a educação financeira dos produtores rurais e empresários, abordando, sobretudo, temas relacionados à utilização do crédito bancário.

O secretario municipal afirma que em Bela Vista de Goiás já foram desenvolvidos projetos de divulgação das linhas de financiamentos bancários. No entanto, ele acredita que este trabalho também deve ser reforçado pelos bancos, especialmente para os empresários do setor de comércio, serviços e indústria. Na opinião do representante da prefeitura, a maioria dos produtores rurais é assistida por consultores ou técnicos rurais que aproximam o cliente da instituição financeira.

Em resumo, o secretario municipal afirma que as estratégias e procedimentos para apoiar o empresário deveriam ser revistos: "o banco ainda está muito distante do empresário. O empresário, na maioria dos casos, não tem tempo de ir até a instituição financeira e de providenciar toda a documentação para ter acesso ao crédito. O atendimento aos empresários precisa ser facilitado e os gerentes de bancos deveriam visitar as empresas para realizar este trabalho de desmistificação e divulgação do crédito. A burocracia e demora no atendimento gera um distanciamento entre os empresários e os bancos".

O presidente do sindicato destaca a burocracia como o maior obstáculo para se obter crédito. Segundo ele, a burocracia relacionada à exigência de documentação e garantias faz com que os recursos de crédito demorem a ser liberados: "quando o crédito para custeio agropecuário atrasa, o produtor rural fica sujeito a comprar insumos mais caros, fato que

reduz ainda mais a sua margem de lucro. O produtor e empresário precisam do dinheiro na hora certa; a demora na liberação do crédito pode inviabilizar a produção ou o investimento".

O representante do sindicato ressalta que é papel da instituição financeira esclarecer o porquê da necessidade de alguns documentos, bem como "ensinar" o meio mais prático de se ter acesso às documentações solicitadas. O entrevistado finaliza "as instituições financeiras acham que estão fazendo um grande favor ao emprestarem dinheiro. No meu entendimento o dinheiro é um produto e a taxa de juros é o preço desse produto".

A situação apontada pelo Presidente do Sindicato também é percebida pelo diretor de relações institucionais do laticínio, que lamenta a existência de venda casada[32] nas instituições financeiras. "O produtor rural, no geral, é pouco instruído e de boa índole. Sente-se incomodado de ir ao banco pedir dinheiro emprestado e a venda casada gera ainda mais constrangimentos. Isso não é bom para a imagem da instituição que utiliza desta prática."

O diretor de relações institucionais do laticínio acredita que, em quantidade de operações, o setor agropecuário é o que mais demanda crédito, utilizando-o para realizar investimentos e para o custeio da produção. Com relação aos obstáculos enfrentados alguns aspectos são enumerados: o primeiro deles está relacionado à disponibilidade de recursos, especialmente existência de *funding* (recursos) para linhas de crédito com taxas de juros subsidiadas.

Apesar de não ter dificuldades em obter e organizar as documentações exigidas pelos bancos, o diretor da empresa entende que esta não é a realidade da maioria dos pequenos empresários e produtores rurais. Sendo assim, o proprietário do laticínio aponta um segundo obstáculo: "as pessoas que demandam crédito precisam provar aos bancos que são merecedoras. Os produtores rurais, normalmente são descuidados com o 'nome'[33] e possuem restrições ao crédito em função de operações de valores pequenos, as quais ficaram inadimplidas no passado. Já as empresas, grande parte com estrutura familiar, enfrentam dificuldades, pois o crescimento dos negócios não veio acompanhado de uma organização contábil".

O diretor de relações institucionais do laticínio entende que "os bancos públicos são mais interessados em promover o desenvolvimento, em função disso, os gerentes precisam ser

[32] Segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078 / 90, artigo 39º) "é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos". Conforme a Resolução do BCB nº 2878/01 (alterada pela nº 2892/01), Artº 17, "é vedada a contratação de quaisquer operações condicionadas ou vinculadas à realização de outras operações ou à aquisição de outros bens e serviços".

[33] Quando o entrevistado expressa o termo 'nome', está se referindo ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Conforme já explicado na nota de rodapé nº 27, a situação de inadimplência gera restrições no cadastro dos clientes e/ou CPF, dessa maneira, o mesmo é considerado não apto para ter acesso a novo crédito bancário.

dinâmicos e ter 'espírito social', fato que resultaria em maiores e melhores resultados para desenvolvimento econômico regional".

4.2.4 Análise comparativa e algumas considerações sobre o papel do crédito no desenvolvimento regional dos municípios de Goianésia, Itaberaí e Bela Vista de Goiás

Com relação ao crédito bancário, nota-se que as grandes empresas pesquisadas utilizam recursos subsidiados e com taxas de juros baixas, especialmente, para a instalação e ampliação de seus estabelecimentos industriais.

As empresas exercem impacto no município e regiões do entorno de maneira semelhante, porém alguns aspectos as diferenciam e merecem ser considerados. Os aspectos comuns possíveis de serem destacados são os empregos gerados, a demanda por matérias-primas, a dinamização do comércio local e preocupação com questões socioambientais.

Com relação a geração de empregos diretos, nos municípios de Goianésia e Bela Vista de Goiás, as empresas são responsáveis por cerca de 28% dos vínculos de empregos formais. Para o município de Itaberaí este número eleva-se para 38%. Este percentual aumenta, se considerados os empregos indiretos. Nos três ramos industriais pesquisados, os profissionais tecnicamente mais qualificados são trazidos de outros estados, fato que denota a carência de mão de obra especializada em alguns setores, tanto nesses municípios, como em Goiás.

A geração de empregos diretos e indiretos, assim como a demanda por serviços locais, possibilitou a dinamização do comércio, pois as economias dos municípios passaram a ser mais regulares e menos sujeitas às sazonalidades. Este aspecto foi ressaltado por todos os entrevistados, nos três municípios em questão.

Notadamente, em Goianésia, Itaberaí e Bela Vista de Goiás, a oferta de empregos atrai novos moradores para os municípios. Além disso, o poder aquisitivo proporcionado pelos salários pagos faz com que surjam demandas por serviços antes não disponíveis na cidade e/ou regiões do entorno, como exemplo: escolas regulares, escolas de idiomas, instituições de ensino profissionalizante, clínicas médicas e odontológicas. Um segundo aspecto mencionado pelos entrevistados refere-se ao incremento de opções de produtos, especialmente alimentícios e de vestuário, que passaram a ser disponibilizados no comércio local.

A existência de programas sociais e ambientais implementados pelas empresas também é um aspecto em comum. Contudo, é possível constatar que os maiores investimentos são realizados em projetos ambientais que envolvem a co-geração de energia, reflorestamento,

ETE, ETA, preservação de nascentes, coleta seletiva de lixo, etc. Em geral, a sociedade tem conhecimento das ações realizadas pelas empresas. Cabe destacar que no município de Goianésia existe uma quantidade maior de projetos sociais financiados pela indústria em questão. Nesta cidade, um dos donos da empresa pesquisada é prefeito do município, fato que pode justificar o maior interesse em investimentos em projetos socioambientais, bem como a sua divulgação para a sociedade.

Em Goianésia é possível verificar maiores avanços na educação, com a instalação de faculdades e cursos profissionalizantes. Esta realidade pode ser explicada pelo fato do município estar mais distante da capital do estado de Goiás, Goiânia, comparativamente a Itaberaí e Bela Vista de Goiás.

A pesquisa em três municípios e três ramos industriais distintos permitiu verificar que a demanda por matéria-prima é fator essencial para o desenvolvimento regional. Proporcionalmente ao tamanho dos municípios, no que se refere à geração de empregos diretos e indiretos é possível concluir que as empresas geram impactos semelhantes nas respectivas localidades de atuação. No entanto, a demanda por matérias-primas foi o aspecto que melhor permitiu que a pesquisa obtivesse resultados de maior interesse.

Cabe ressaltar que as matérias-primas em questão são aquelas consideradas como principais no processo de produção: cana-de-açúcar, aves e leite, respectivamente nos municípios de Goianésia, Itaberaí e Bela Vista de Goiás. As demais matérias-primas utilizadas no processo produtivo (consideradas secundárias), em sua maioria, não são adquiridas nos mercados locais por dois motivos principais: pela incapacidade do mercado local em produzir nas escalas demandadas pelas indústrias ou por se tratar de itens específicos, muitas vezes importados de outros países.

Com base nas entrevistas foi possível perceber três tipos de demanda por matéria-prima, as quais são determinantes para a maior ou menor dependência econômica do município em relação à indústria.

A Jalles Machado S/A utiliza como matéria-prima principal a cana-de-açúcar. Segundo dados da pesquisa, a cana-de-açúcar utilizada pela empresa vem de vários municípios localizados em um raio de cerca de 15 quilômetros de Goianésia. Porém, cabe ressaltar que 20% da matéria-prima é plantada em terras de propriedade da empresa, 30% em propriedades dos sócio-acionistas e, os outros 50% tratam-se de terras arrendadas.

Para o processo produtivo da São Salvador Alimentos S/A, as aves são adquiridas de aproximadamente 200 produtores integrados, localizados no município de Itaberaí e mais 18 municípios do entorno, abrangendo um raio de 70 quilômetros. Esses produtores possuem

contrato de exclusividade com a SSA. A empresa garante a compra da produção, fornece orientações técnicas e viabiliza o acesso ao crédito bancário para investimentos na atividade rural. Contudo, exercem grande influência no mercado ao fixar o preço de compra do produto.

Por fim, o laticínio compra leite em municípios distantes em até 300 quilômetros da cidade de Bela Vista de Goiás. São mais de 4000 produtores cadastrados e o preço da matéria-prima é fixado mensalmente. Apesar da não existência de contratos de exclusividade, o Laticínio Bela Vista oferece orientação técnica aos produtores de leite por meio do Projeto Pró-Campo. O laticínio também faz intermediação entre os produtores rurais e o agente financeiro para a obtenção de crédito, no entanto, de maneira menos expressiva, comparativamente à empresa SSA, localizada em Itaberaí.

Na cadeia produtiva do leite, o papel da concorrência é relevante para que os produtores rurais não sejam dependentes exclusivamente das relações comerciais com o Laticínio Bela Vista. Segundo as informações obtidas por meio das pesquisas, existem outros laticínios que podem absorver a oferta do leite produzido na região.

A pesquisa de campo permite concluir que, no município de Goianésia o papel do crédito é evidente na instalação, consolidação e ampliação da Jalles Machado S/A. Diferentemente, nos municípios de Itaberaí e Bela Vista de Goiás, o crédito, além de estar presente nos processos de instalação e ampliação das indústrias pesquisadas, é muito demandado pelos produtores rurais da região, especialmente aqueles que são fornecedores da SSA e do laticínio. Ademais, em Itaberaí e Bela Vista de Goiás, as pessoas-chave entrevistadas, com frequência, ressaltam positivamente sobre a profissionalização dos produtores rurais da região, visto que os mesmos tiveram necessidade de se capacitar tecnicamente para serem fornecedores das indústrias.

A análise de dados permite o entendimento sobre a lógica de localização do mercado bancário e, por fim, sua consequência para o desenvolvimento regional, levando em consideração a perspectiva espacial. Por outro lado, o estudo de caso permite compreender o papel do crédito no desenvolvimento, especialmente em dois momentos distintos da cadeia produtiva: na produção da matéria-prima e do produto final.

Assim, a pesquisa obteve informações sobre as atividades agropecuárias e industriais, o que possibilitou entendimento sobre os principais obstáculos enfrentados para se obter crédito pelos dois setores econômicos. Os principais obstáculos citados pelas pessoas entrevistas podem ser resumidos em: falta de informação, burocracia, adequação aos prazos do processo produtivo de cada atividade econômica e a existência da prática de venda casada.

Um obstáculo citado pelos entrevistados é a falta de informação. Na opinião das algumas pessoas-chave, a cultura de demandar crédito precisa ser mais difundida nos municípios do interior do estado de Goiás, visto que muitos produtores rurais e empresários possuem resistência em utilizar recursos bancários para investir na atividade produtiva. As opiniões reforçam o entendimento de que faltam orientações a respeito das linhas de financiamento e sobre o uso responsável e consciente do crédito.

Quanto a burocracia, os aspectos mais mencionados estão relacionados à exigência de documentação e garantias. Os empresários, representantes sindicais e das prefeituras ressaltam que, às vezes, o processo de concessão de crédito é moroso e algumas documentações perdem o prazo de validade, exigindo que o tomador consiga novos documentos, fato que gera custos financeiros e maiores prazos. Em geral, os empresários não consideram a exigência de garantia como obstáculo. Ao contrário, para os produtores rurais torna-se um dos principais entraves, especialmente para aqueles que produzem em propriedades arrendadas.

Alguns entrevistados afirmam a existência de uma burocracia externa aos bancos, tais como as encontradas em órgãos municipais, estatuais e federais na obtenção de certidões, alvarás, licenças, outorgas, etc.

Como consequência da burocracia, os empresários e representantes sindicais citam um terceiro obstáculo: os prazos para a concessão de empréstimos e financiamentos não são compatíveis com a dinâmica e prazos das atividades produtivas. As pessoas entrevistadas ponderam que o empresário e produtor rural precisam que a concessão do crédito ocorra no momento adequado das necessidades produtivas de cada atividade. O atraso na liberação de recursos de crédito pode inviabilizar ou gerar custos extras para o processo produtivo, seja ele rural, industrial ou no setor de comércio e serviços.

Os empresários mencionam que os bancos devem conhecer melhor o seu cliente, ou seja, os bancos devem entender os processos produtivos das empresas e/ou ciclos agropecuários. A partir desta compreensão, cabe aos bancos ter maior flexibilidade contratual, adequando os prazos de carência e pagamento das operações de crédito às particularidades de cada atividade econômica.

Por fim, grande parte dos entrevistados citou a existência da prática de venda casada pelos bancos, colocando-a como um entrave para a obtenção de crédito e desenvolvimento regional. Conforme os depoimentos dos empresários, a venda casada não está presente nas suas negociações comerciais com as instituições bancárias, no entanto, têm conhecimento de que esta conduta atinge e prejudica as relações de consumo entre os produtores rurais e os

bancos, já que aqueles possuem menor poder de barganha em relação a estes. Os representantes dos sindicatos e demais pessoas-chave concordam que a venda casada é uma conduta comum e está presente principalmente as relações de consumo com os produtores rurais.

As pessoas entrevistadas acreditam que taxas de juros mais baixas contribuiriam para maiores resultados no desenvolvimento empresarial e regional. No entanto, surpreendentemente, dão mais ênfase aos aspectos relacionados à redução de burocracia, agilidade do processo de concessão de crédito, adequação dos valores das parcelas e prazos de carência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa foram apresentadas diversas conclusões a respeito dos objetivos específicos propostos inicialmente. Os capítulos da dissertação de maneira geral procuraram investigar qual o papel do crédito no desenvolvimento regional sob diferentes aspectos: considerações teóricas; localização do crédito no Brasil; localização do crédito no estado de Goiás e estudos de caso realizados nos municípios de Goianésia, Itaberaí e Bela Vista de Goiás.

As teorias citadas neste trabalho reforçam o entendimento de que o desenvolvimento socioeconômico não acontece em todos os lugares, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Sendo assim, o desenvolvimento se dá de maneira desigual no território por motivos que podem ser históricos, econômicos, culturais, políticos e/ou sociais. As teorias que abordam sobre a localização das atividades econômicas pouco avançaram na discussão a respeito das condições sociais da população, no entanto, apresentam conclusões relevantes no que se refere a capacidade do progresso econômico de uma região impulsionar ou induzir o crescimento econômico de outras regiões.

Nos estudos de caso realizados em três municípios, foi possível observar que o potencial produtivo das regiões está relacionado à diferenciais competitivos que na prática se materializam na existência de condições naturais favoráveis, infraestrutura, lideranças empresariais, mercado consumidor e estímulos políticos ao processo produtivo. As localidades próximas podem ou não se beneficiar do progresso econômico da região vizinha, especialmente por meio do fornecimento de matéria-prima e mão de obra. Os "efeitos propulsores" ou "efeitos de dispersão" são diferentes para cada região e/ou atividade econômica, situação evidenciada nos estudos de caso.

Um segundo aspecto teórico relevante de ser ponderado está relacionado a não neutralidade da moeda e ao papel do crédito em viabilizar a antecipação da produção, já que as intermediações de recursos financeiros podem romper ou amenizar o problema da restrição orçamentária. A visão heterodoxa sobre a não neutralidade da moeda entende que a decisão de investir pode comprometer a capacidade de produção e, consequentemente, a geração de emprego e renda. Este aspecto também pode ser verificado nos estudos de caso empreendidos, nos quais alguns entrevistados relataram que a escassez de recursos de crédito reduz a produção industrial e agropecuária dos municípios.

A análise da produção no Brasil e no estado de Goiás mostrou que as desigualdades existentes entre as regiões podem ser verificadas no âmbito inter-regional (no caso do Brasil) e intra-regional (para o estado de Goiás). No Brasil, nos anos de 2001 e 2011 a atividade produtiva estava concentrada nas regiões Sudeste e Sul, sendo que quase 30% do PIB era produzido no estado de São Paulo.

No estado de Goiás, no mesmo período, a riqueza era concentrada em poucos municípios, visto que 8,5% destes eram responsáveis por mais de 70% do PIB. As regiões de planejamento Sudoeste Goiano, Centro Goiano e região Metropolitana de Goiânia concentravam cerca de 60% do PIB do estado, diferentemente, o Nordeste e Noroeste Goiano detinham percentual inferior a 2% do PIB. Nas regiões de planejamento do estado de Goiás foi possível constatar a existência de desigualdades intra-regional, devido a concentração de percentual significativa do PIB em poucos municípios, a exemplo de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Rio Verde.

Assim como a análise da produção, a análise do emprego apresentou resultados semelhantes para o Brasil e estado de Goiás: os resultados da pesquisa demonstraram uma elevação percentual dos vínculos de emprego nas faixas de remuneração de até dois salários mínimos e uma redução no percentual de empregos com faixas de remuneração superior a três salários mínimos. Conforme os dados do MTE, o setor agropecuário foi a atividade econômica na qual houve maior desigualdade salarial. Considerando que a desigualdade salarial se agravou no período de 2001 a 2011, nota-se que a política salarial não foi uma ferramenta eficaz na redução das desigualdades sociais. Além disso, é válido supor que a remuneração do trabalho está diminuindo e as condições de vida dos trabalhadores piorando.

A localização do mercado bancário no Brasil e em Goiás, sobretudo do crédito, seguiu a mesma lógica de concentração observada na análise do PIB estadual e municipal. Nos anos de 2001 e 2011, o estado de São Paulo detinha cerca de 30% das agências e 50% do crédito bancário do país. Esses percentuais são aproximadamente os que Goiânia detinha em relação ao total de agência e crédito do estado de Goiás. Em resumo, o mercado bancário brasileiro esteve concentrado no estado de São Paulo, assim como o mercado bancário goiano esteve concentrado em Goiânia.

O QL é um indicador de concentração relativa e sua análise evidenciou a existência de concentração, especialmente do crédito bancário em relação ao PIB. O estado de São Paulo e Distrito Federal foram os maiores concentradores, relativamente ao Brasil. Os municípios de Goiânia e Rio Verde foram considerados concentradores de crédito bancário, relativamente ao estado de Goiás.

Os resultados apresentados pela análise de dados permitem algumas conclusões principais. A primeira delas está relacionada à preferência pela liquidez dos agentes econômicos. Os números reforçam que o dinamismo da região influencia na disponibilidade dos bancos em ofertar crédito, bem como na disposição dos tomadores de crédito em aplicar recursos de terceiros na atividade produtiva. Dessa forma, os resultados sinalizam para a existência de um círculo vicioso envolvendo o crédito e o dinamismo econômico: tem mais crédito porque é mais dinâmico e é mais dinâmico porque tem mais crédito.

Por fim, para evitar que a atuação do mercado bancário contribua para a perpetuação de padrões desiguais de desenvolvimento, o nível de crédito precisa expandir regionalmente de maneira mais equilibrada, criando condições para que o crescimento econômico se transforme em desenvolvimento regional.

Ademais, a pesquisa voltou-se para a investigação sobre o papel do crédito no desenvolvimento regional por meio dos estudos de caso em três municípios do estado de Goiás. As principais conclusões propiciadas pela pesquisa de campo foram apresentadas de maneira comparativa, o que permite traçar um paralelo entre os três subsetores industriais. Além disso, os aspectos elencados permitem que a pesquisa proponha recomendações para a atuação dos bancos e dos demais intervenientes, estimulando que maiores resultados em termos de desenvolvimento regional sejam obtidos por meio do crédito.

O papel do crédito bancário foi evidenciado nas entrevistas realizadas. Nas três indústrias visitadas, o crédito bancário foi utilizado nos processos de instalação e ampliação. Além disso, os empresários informaram que sem o crédito bancário, os investimentos na atividade produtiva ficariam inviabilizados, pois as margens de lucros são pequenas e os industriais não são suficientemente capitalizados para imobilizar recursos próprios.

Os estudos de caso mostraram que as atividades industriais desenvolvidas nesses municípios estimularam a geração de empregos, a dinamização do setor de comércio e serviços e a profissionalização do produtor rural, gerando, também, emprego e renda nos setores primário e terciário. No entanto, notadamente, o papel do crédito esteve em viabilizar, por meio de financiamentos bancários, a instalação e ampliação dessas indústrias. Em um segundo momento, o crédito bancário possibilitou investimentos e custeio das atividades rurais fornecedoras de matérias-primas para estas indústrias.

As empresas, em relação à dinamização do comércio local por meio dos empregos gerados, produzem impactos semelhantes nas três localidades pesquisadas. E, nesse sentido, tornam os municípios economicamente dependentes das atividades desenvolvidas pela empresa.

No entanto, a demanda por matérias-primas diferencia a atuação das empresas. Nas indústrias pesquisadas, assim como na maioria das indústrias vinculadas à cadeia do agronegócio, os fornecedores de matérias-primas são produtores rurais da região ou do entorno. Os resultados obtidos com os estudos de caso sugerem que a relação entre o demandante e o fornecedor de matéria-prima pode ser determinante para o desenvolvimento regional, especialmente sob os seguintes aspectos: geração de emprego e renda no meio rural, profissionalização dos produtores, oportunidades de capacitação e estímulos à atividade rural, assistência técnica e financeira.

Além desses pontos, a existência de contratos de exclusividade e/ou arrendamento pode se configurar em requisito relevante para dimensionar o papel de grandes empresas industrias no desenvolvimento regional; em especial quando há uma relação de dependência, na qual o produtor rural, normalmente, é o agente econômico com menor poder de negociação.

Em Itaberaí e Bela Vista de Goiás, o crédito bancário viabilizou os investimentos realizados nas indústrias e nas propriedades rurais. A profissionalização e a necessidade de aumento de produtividade e rentabilidade das atividades de criação de aves e a produção de leite exigiram dos produtores rurais investimentos em estrutura física, máquinas, equipamentos e outros tipos de inovação tecnológica em suas fazendas. Em resumo, nos casos pesquisados, a demanda por crédito se deu na implementação das melhorias em infraestrutura física e tecnológica, bem como no custeio das atividades agropecuárias.

Diante da dificuldade dos produtores rurais terem acesso ao crédito necessário para desenvolverem suas atividades, em Itaberaí e Bela Vista de Goiás, observou-se que as empresas industriais atuaram como elo entre os agentes financeiros e os agropecuários fornecedores de matérias-primas, exercendo o papel de garantidores das operações de crédito.

Os resultados advindos com a pesquisa de campo complementam as conclusões obtidas por meio da análise de dados, especialmente os quocientes de localização: as intermediações financeiras, por meio do crédito bancário, podem influenciar o crescimento e o desenvolvimento econômico. Contudo, a medida que a concessão de crédito e, no limite, o financiamento do crescimento e desenvolvimento econômico acontecem de maneira concentrada no território, o modelo de atuação do mercado bancário no Brasil e no estado de Goiás pode contribuir para a perpetuação e/ou agravamento dos padrões de desenvolvimento regional desigual, conforme observado no período de 2001 a 2011.

Aliado a este entendimento, a pesquisa de campo constatou que os "efeitos propulsores" ou "efeitos de dispersão" são pequenos. Ou seja, as indústrias instaladas em

Goianésia, Itaberaí e Bela Vista de Goiás irradiam modestos impulsos de crescimento para regiões vizinhas, podendo ampliar as desigualdades regionais existentes, conforme menciona a teoria de Myrdal (1960).

Considerando que não existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento regional (LOPES, 1984); a primeira recomendação para a atuação do mercado bancário está relacionada a sua localização concentrada. Uma lógica de localização menos associada à localização da atividade econômica no território, poderia colaborar para a redução das desigualdades e ampliar o papel do crédito no desenvolvimento regional. Esta conclusão se aplica para a atuação do mercado bancário no Brasil e no estado de Goiás, a qual não deveria ser pautada somente pela preferência pela liquidez ou pela confiança no dinamismo das regiões.

As pessoas-chave entrevistadas concordam que o crédito exerce papel fundamental para o desenvolvimento empresarial e agropecuário. Assim, as recomendações para a atuação dos bancos estão relacionadas ao processo de concessão de crédito.

As pessoas entrevistadas ligadas mais diretamente à atividade produtiva, seja ela industrial ou agropecuária, ressaltaram a necessidade de readequação dos procedimentos bancários e dos prazos de concessão de crédito, aos tempos e períodos de realização dos processos, assim como dos ciclos de negócios de cada atividade. A partir daí, surge a necessidade de que os bancos tenham procedimentos adequados para atender a cada tipo de atividade produtiva. Ou seja, a relação entre banco e cliente deve ser próxima, permitindo que a instituição financeira conheça o ciclo produtivo da agropecuária, indústria e comércio. É preciso que exista o entendimento de que os setores e subsetores econômicos têm prazos distintos de produção, venda e recebimento.

Dessa maneira, os bancos devem ter maior flexibilidade contratual, definindo prazos de carência e pagamentos adequados ao ciclo produtivo e margem de lucro de cada atividade. A ausência de prazos apropriados pode inviabilizar o retorno dos investimentos e gerar situações de inadimplência. Além deste aspecto, os bancos devem primar pela agilidade na concessão de crédito. Pessoas entrevistadas, especialmente aquelas relacionadas mais diretamente à atividade industrial ou agropecuária, afirmam que muitas vezes os bancos perdem o *"time"* dos negócios em função da burocracia que envolve o processo de crédito. Em resumo, a concessão de crédito deve acontecer no momento certo, evitando que o atraso na liberação dos recursos inviabilize a produção, eleve custos ou gere prejuízos à atividade.

Relacionado à necessidade de agilidade, estão os entraves advindos da burocracia. As pessoas-chave entrevistadas reclamam do excesso de documentos necessários para se ter

acesso ao crédito, especialmente aos recursos com taxas de juros subsidiadas. Considerando que a exigência de documentação é uma condição difícil de ser alterada, recomenda-se aos bancos que justifiquem aos clientes o motivo de tais exigências e, se possível, orientando-os sobre a maneira mais prática de se ter acesso aos mesmos.

Nos municípios onde se realizou a pesquisa de campo, existe a percepção de que a atuação bancária é personalista, ou seja, que o acesso ao crédito é facilitado ou dificultado em função da vontade, pessoal, do gerente da agência bancária. Este fato causa insatisfação nos clientes e prejuízos de imagem para a instituição financeira.

Relativamente aos procedimentos que geram insatisfação e prejuízos de imagem, além de riscos legais junto a órgão de defesa do consumidor, ressalta-se a existência de venda casada, especialmente associada à concessão de crédito para pequenos produtores rurais. As pessoas-chave entrevistadas censuram esta prática e acreditam que o apoio aos produtores rurais poderia ser mais eficiente caso este procedimento não fosse usual.

A pesquisa de campo realizada em municípios do interior do estado de Goiás identificou a necessidade de desmistificar o uso do crédito bancário. As instituições financeiras, em parceria com as prefeituras municipais e entidades de classe (sindicatos e federações) poderiam realizar ações com o objetivo divulgar as linhas de crédito, orientando os pequenos produtores rurais e empresários sobre como a utilização dos recursos bancários, de forma responsável, pode contribuir para o crescimento dos negócios.

Apesar da informatização e automatização de grande parte do processo de concessão de crédito, especialmente no que se refere à utilização de metodologias de cálculos de limites e risco de crédito, ainda cabe destacar o papel dos gerentes das agências bancárias. Este profissional, normalmente, é a pessoa que representa institucionalmente o banco junto a sociedade e clientes. Sendo assim, ele deve entender, de maneira holística, a função dos bancos no financiamento das atividades produtivas e, consequentemente, no crescimento e desenvolvimento econômico do município e/ou região.

REFERÊNCIAS

AMADO, Adriana Moreira. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga (Orgs.). **Moeda e território:** uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 147-168.

ARAÚJO, Victor Leonardo de. **Preferência pela liquidez dos bancos públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil:** 2003-2010. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão IPEA, n. 1717).

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira.** São Paulo: Atlas, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatística bancária por município.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 01/10/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 01/05/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2892, de 27 de setembro de 2001**. Altera a Resolução 2878, de 2001, que dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público em geral. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 20/09/2015.

BANCO DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bb.com.br>. Acesso em: 21/09/2015.

BANCO DO BRASIL. **Introdução ao processo de crédito.** Brasília: Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/09/2015

BORGES, Barsanufo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico.** São Paulo: Thomson, 2005.

BUENO, Valmor de Fátima Ferreira. **Avaliação de risco na concessão de crédito bancário para micro e pequenas empresas.** 2003. 187 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil:** 1930 – 1970. Campinas: Global, 1985.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. A economia keynesiana e a moeda na economia moderna. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga (Orgs.). **Moeda e território:** uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 29-38.

CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga (Orgs.). **Moeda e território:** uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 295-316.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico: um estudo dos anos 1980 e 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga (Orgs.). **Moeda e território:** uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 169-210.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Mudanças fundamentais na estrutura de financiamento brasileira nos anos 90: alteração de propriedade e continuação da lógica especulativa. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v.15, n.2, p. 189-240, jul.2001.

CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga. **Moeda e território:** uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga. O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro. In: _____. **Moeda e território:** uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 11-26.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional:** Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DELGADO, A.P.; GODINHO, I.M. Medidas de localização das actividades e de especialização regional. In: COSTA, J.S. **Compêndio de economia regional**. Coimbra (Portugal): Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), 2005. p.713-732.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2. ed. Goiânia: UCG, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Sociedades de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FIGUEIRÊDO, Lízia de. As novas teorias do crescimento econômico - contribuição para a política regional. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 123-142.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços.** 17. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

FREITAS, Ana Paula Gonçalves de; PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. Concentração regional do crédito e consolidação bancária no Brasil: uma análise pós-real. **Revista Economia,** Brasília, v. 11, n. 1, p. 97-123, jan./abr. 2010.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs.). **Federalismo no Brasil**. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 157-194.

GERMER, Claus M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 179-201, abr./jun. 1994.

GOIÁS FOMENTO - AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A. **Histórico**. Disponível em: <http://www.fomento.goias.gov.br>. Acesso em: 21/09/2015 e 12/10/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de contas nacionais.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12.10.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA APLICADA. **Base de dados regionais.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 12.10.2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados. Relatório II. **Referências para a análise da dinâmica do Estado de Goiás**. Período 1998-2008. C. Áreas Estagnadas ou em processo de Estagnação Econômica ou Esvaziamento Populacional. Goiânia. 2009.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Estatísticas municipais.** Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em: 28.02.2015

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil e potencialidades dos municípios goianos.** Goiânia: Estudos do IMB, 2012.

JALLES MACHADO. Disponível em: <http://www.jallesmachado.com.br>. Acesso em: 01/05/2015.

LEMOS, Mauro Borges. Desenvolvimento econômico e a regionalização do território. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 173-193.

LOPES, A. Simões. **Desenvolvimento regional:** problemática, teoria e modelos. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa de disseminação de estatística do trabalho.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 01.07.2015.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. A relação entre moeda e valor em Marx. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 2(42), p. 40-59, abr./jun. 1991.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moeda. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 3(95), p. 323-343, jul./set. 2004.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960.

NAVES, Jales. **Otávio Lage:** empreendedor, político, inovador. Goiânia: Editora Naves, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia.** 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais:** fundamentos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PIRACANJUBA. Disponível em: <http://www.piracanjuba.com.br>. Acesso em: 07/09/2015.

PRATES, Daniela Magalhães; FREITAS, Maria Cristina Penido de. Crédito bancário corporativo no Brasil: evolução recente e perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 2(131), p. 322-340, abr./jun. 2013.

SÃO SALVADOR ALIMENTOS. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014**. Itaberaí, 2014. 200 p.

SICSÚ, João; CROCCO, Marco. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia,** Niterói, v. 4, n. 1, p. 85-112, jan./jun. 2003.

SILVA, Everton Nunes da; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva. Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 425-442, jul./set. 2006.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; JAYME JR, Frederico Gonzaga. Estratégia de localização bancária: teoria e evidência empírica aplicada ao estado de Minas Gerais. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 729-764, dez. 2013.

SIQUEIRA, Michel Chelala. **Piracanjuba 60 anos**: uma história de sucesso. São Paulo: Instituto Biográfico do Brasil - IBB, 2015.

SORGATO, Lucas André Ajala; FERREIRA JUNIOR, Reynaldo Rubem; SANTOS, Patrícia Rocha dos. Concentração bancária e desigualdade regional: o caso do Nordeste brasileiro. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 15. 2010, Fortaleza. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Crédito direcionado e direcionamento do crédito: situação atual e perspectivas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.13, n. 25, p. 35-50, jun.2006.

TROSTSKY, Leon; NOVACK, George; MORENO, Nahuel. **La ley del desarrollo desigual y combinado**. Bogotá: Editorial Pluma, 1977.

VAL, Vanessa da Costa; LINHARES, Lucas. O papel da moeda em Marx e Keynes. **Leituras de Economia Política,** Campinas, n. 14, p. 81-107, ago./dez. 2008.

VASCONCELOS, Marcos Roberto *et al*. O todo e as partes: uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com a aplicação de dados em painel. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1 (22), p. 123-149, jan./jun. 2004.

APÊNDICE A:

Participação das Unidades da Federação no PIB do país (%) - 2001 e 2011

Estado	2001	2011
Acre	0,19	0,21
Alagoas	0,65	0,69
Amapá	0,22	0,22
Amazonas	1,39	1,56
Bahia	3,92	3,86
Ceará	1,88	2,12
Distrito Federal	3,96	3,97
Espírito Santo	1,87	2,36
Goiás	2,30	2,69
Maranhão	1,03	1,26
Mato Grosso	1,25	1,72
Mato Grosso do Sul	1,01	1,19
Minas Gerais	8,55	9,32
Pará	1,71	2,13
Paraíba	0,83	0,86
Paraná	5,87	5,78
Pernambuco	2,32	2,52
Piauí	0,50	0,59
Rio de Janeiro	11,68	11,16
Rio Grande do Norte	0,79	0,87
Rio Grande do Sul	7,09	6,36
Rondônia	0,50	0,67
Roraima	0,16	0,17
Santa Catarina	3,74	4,08
São Paulo	35,59	32,57
Sergipe	0,62	0,63
Tocantins	0,37	0,44

Fonte: IBGE
Elaboração: Autora

APÊNDICE B:

Participação das Unidades da Federação no total de agência e crédito bancário no Brasil (%) - 2001 e 2011

Estado	Nº Agências		Crédito Bancário	
	2001	2011	2001	2011
Acre	0,14	0,25	0,05	0,10
Alagoas	0,66	0,82	0,32	0,32
Amapá	0,09	0,21	0,03	0,08
Amazonas	0,72	0,89	0,24	0,32
Bahia	4,30	4,46	1,87	2,01
Ceará	1,99	2,12	0,74	1,01
Distrito Federal	1,66	1,69	6,73	6,57
Espírito Santo	1,79	1,99	0,72	0,89
Goiás	3,11	3,17	1,32	1,87
Maranhão	1,47	1,50	0,44	0,48
Mato Grosso	1,25	1,43	0,91	1,06
Mato Grosso do Sul	1,31	1,30	0,64	0,76
Minas Gerais	10,99	10,02	4,76	5,76
Pará	1,48	2,00	0,53	0,76
Paraíba	0,89	1,08	0,42	0,43
Paraná	7,55	7,09	4,83	5,61
Pernambuco	2,52	2,67	1,15	1,68
Piauí	0,61	0,71	0,30	0,33
Rio de Janeiro	9,78	9,35	7,79	6,24
Rio Grande do Norte	0,77	0,90	0,34	0,46
Rio Grande do Sul	8,05	7,71	4,59	5,23
Rondônia	0,44	0,62	0,15	0,24
Roraima	0,08	0,14	0,03	0,12
Santa Catarina	4,73	4,39	1,78	2,41
São Paulo	32,35	32,08	58,94	54,69
Sergipe	0,86	0,89	0,27	0,35
Tocantins	0,41	0,54	0,12	0,25

Fonte: BCB/ESTBAN

Elaboração: Autora

APÊNDICE C:

Quociente de localização de municípios com agências bancárias por estados - 2001 e 2011

Estado	2001	2011
Acre	0,47	0,98
Alagoas	0,62	0,76
Amapá	0,32	0,87
Amazonas	0,77	1,04
Bahia	1,01	1,05
Ceará	0,80	0,94
Espírito Santo	1,45	1,54
Goiás	1,06	0,92
Maranhão	0,74	0,85
Mato Grosso	0,85	0,95
Mato Grosso do Sul	1,18	1,25
Minas Gerais	1,09	0,95
Pará	0,69	0,98
Paraíba	0,36	0,50
Paraná	1,36	1,11
Pernambuco	0,86	1,08
Piauí	0,29	0,33
Rio de Janeiro	1,64	1,54
Rio Grande do Norte	0,43	0,43
Rio Grande do Sul	0,97	1,07
Rondônia	0,63	1,07
Roraima	0,34	0,51
Santa Catarina	1,28	1,23
São Paulo	1,53	1,40
Sergipe	1,00	1,03
Tocantins	0,28	0,41

Fonte: BCB/ESTBAN e IBGE

Elaboração: Autora

APÊNDICE D:

Quociente de localização de agências bancárias em relação a população por estados - 2001 e 2011

Estado	2001	2011
Acre	0,43	0,64
Alagoas	0,40	0,50
Amapá	0,31	0,60
Amazonas	0,43	0,48
Bahia	0,56	0,61
Ceará	0,45	0,48
Distrito Federal	1,37	1,24
Espírito Santo	0,98	1,08
Goiás	1,05	1,00
Maranhão	0,44	0,44
Mato Grosso	0,84	0,89
Mato Grosso do Sul	1,07	1,01
Minas Gerais	1,05	0,98
Pará	0,40	0,50
Paraíba	0,44	0,55
Paraná	1,34	1,30
Pernambuco	0,54	0,58
Piauí	0,37	0,44
Rio de Janeiro	1,16	1,12
Rio Grande do Norte	0,47	0,54
Rio Grande do Sul	1,35	1,38
Rondônia	0,53	0,75
Roraima	0,40	0,57
Santa Catarina	1,50	1,34
São Paulo	1,48	1,48
Sergipe	0,82	0,82
Tocantins	0,59	0,74

Fonte: BCB/ESTBAN e IPEA

Elaboração: Autora

APÊNDICE E:

Quociente de localização de agências bancárias em relação ao PIB por estados - 2001 e 2011

Estado	2001	2011
Acre	0,75	1,18
Alagoas	1,02	1,19
Amapá	0,42	0,98
Amazonas	0,52	0,57
Bahia	1,10	1,16
Ceará	1,05	1,00
Distrito Federal	0,42	0,42
Espírito Santo	0,96	0,84
Goiás	1,35	1,18
Maranhão	1,43	1,19
Mato Grosso	1,00	0,83
Mato Grosso do Sul	1,29	1,09
Minas Gerais	1,29	1,08
Pará	0,87	0,94
Paraíba	1,07	1,26
Paraná	1,29	1,23
Pernambuco	1,08	1,06
Piauí	1,24	1,20
Rio de Janeiro	0,84	0,84
Rio Grande do Norte	0,98	1,03
Rio Grande do Sul	1,14	1,21
Rondônia	0,87	0,92
Roraima	0,50	0,81
Santa Catarina	1,26	1,08
São Paulo	0,91	0,98
Sergipe	1,40	1,40
Tocantins	1,09	1,24

Fonte: BCB/ESTBAN e IBGE
Elaboração: Autora

APÊNDICE F:

Quociente de localização das operações de crédito em relação ao PIB por estados - 2001 e 2011

Estado	2001	2011
Acre	0,29	0,47
Alagoas	0,49	0,47
Amapá	0,15	0,38
Amazonas	0,17	0,20
Bahia	0,48	0,52
Ceará	0,39	0,48
Distrito Federal	1,70	1,66
Espírito Santo	0,39	0,38
Goiás	0,57	0,70
Maranhão	0,43	0,38
Mato Grosso	0,73	0,61
Mato Grosso do Sul	0,63	0,64
Minas Gerais	0,56	0,62
Pará	0,31	0,36
Paraíba	0,50	0,50
Paraná	0,82	0,97
Pernambuco	0,50	0,67
Piauí	0,60	0,56
Rio de Janeiro	0,67	0,56
Rio Grande do Norte	0,42	0,52
Rio Grande do Sul	0,65	0,82
Rondônia	0,30	0,36
Roraima	0,17	0,70
Santa Catarina	0,47	0,59
São Paulo	1,66	1,68
Sergipe	0,45	0,55
Tocantins	0,32	0,57

Fonte: BCB/ESTBAN e IBGE
Elaboração: Autora

APÊNDICE G:

Participação dos municípios no PIB total de Goiás (%) - 2001 e 2011

Município	2001	2011
Abadia de Goiás	0,04	0,05
Abadiânia	0,10	0,11
Acreúna	0,47	0,36
Adelândia	0,02	0,02
Água Fria de Goiás	0,07	0,10
Água Limpa	0,03	0,03
Águas Lindas de Goiás	0,62	0,73
Alexânia	0,19	0,31
Aloândia	0,03	0,02
Alto Horizonte	0,03	0,42
Alto Paraíso de Goiás	0,06	0,06
Alvorada do Norte	0,07	0,06
Amaralina	0,03	0,03
Americano do Brasil	0,05	0,07
Amorinópolis	0,04	0,04
Anápolis	6,33	10,89
Anhanguera	0,01	0,01
Anicuns	0,30	0,29
Aparecida de Goiânia	4,00	5,66
Aparecida do Rio Doce	0,04	0,03
Aporé	0,09	0,08
Araçu	0,04	0,03
Aragarças	0,11	0,10
Aragoiânia	0,06	0,05
Araguapaz	0,07	0,06
Arenópolis	0,05	0,04
Aruanã	0,09	0,08
Aurilândia	0,06	0,04
Avelinópolis	0,03	0,04
Baliza	0,02	0,03
Barro Alto	0,07	0,16
Bela Vista de Goiás	0,32	0,38
Bom Jardim de Goiás	0,09	0,07
Bom Jesus de Goiás	0,37	0,33
Bonfinópolis	0,05	0,05
Bonópolis	0,04	0,04
Brazabrantes	0,04	0,04
Britânia	0,06	0,06
Buriti Alegre	0,12	0,16
Buriti de Goiás	0,02	0,02
Buritinópolis	0,02	0,02
Cabeceiras	0,10	0,12
Cachoeira Alta	0,35	0,11
Cachoeira de Goiás	0,02	0,02
Cachoeira Dourada	0,54	0,37
Caçu	0,15	0,22
Caiapônia	0,38	0,26
Caldas Novas	1,01	0,90
Caldazinha	0,04	0,04
Campestre de Goiás	0,04	0,03
Campinaçu	0,04	0,03
Campinorte	0,08	0,10
Campo Alegre de Goiás	0,22	0,22
Campo Limpo de Goiás	0,04	0,04
Campos Belos	0,13	0,13
Campos Verdes	0,05	0,03
Carmo do Rio Verde	0,09	0,16
Castelândia	0,07	0,06
Catalão	3,55	4,36
Caturaí	0,04	0,04
Cavalcante	0,16	0,26
Ceres	0,27	0,22
Cezarina	0,26	0,15
Chapadão do Céu	0,60	0,56
Cidade Ocidental	0,31	0,30
Cocalzinho de Goiás	0,14	0,14
Colinas do Sul	0,03	0,02
Córrego do Ouro	0,04	0,03
Corumbá de Goiás	0,08	0,07
Corumbaíba	0,27	0,30
Cristalina	0,87	0,97
Cristianópolis	0,04	0,03
Crixás	0,27	0,22
Cromínia	0,05	0,04
Cumari	0,04	0,04
Damianópolis	0,02	0,02
Damolândia	0,03	0,02
Davinópolis	0,02	0,02
Diorama	0,03	0,03
Divinópolis de Goiás	0,03	0,03
Doverlândia	0,11	0,11
Edealina	0,08	0,06
Edéia	0,32	0,24
Estrela do Norte	0,03	0,03
Faina	0,07	0,06
Fazenda Nova	0,09	0,06
Firminópolis	0,10	0,07
Flores de Goiás	0,07	0,10
Formosa	0,79	0,95
Formoso	0,05	0,03
Gameleira de Goiás	0,10	0,06
Goianápolis	0,09	0,07
Goiandira	0,06	0,06
Goianésia	0,66	0,65
Goiânia	28,41	24,87
Goianira	0,29	0,30
Goiás	0,37	0,22
Goiatuba	0,91	0,72
Gouvelândia	0,14	0,13
Guapó	0,11	0,10
Guaraíta	0,03	0,02
Guarani de Goiás	0,03	0,03
Guarinos	0,02	0,02
Heitoraí	0,03	0,03
Hidrolândia	0,33	0,23
Hidrolina	0,04	0,04
Iaciara	0,08	0,08
Inaciolândia	0,10	0,12
Indiara	0,18	0,16
Inhumas	0,58	0,49
Ipameri	0,49	0,55
Ipiranga de Goiás	0,03	0,04
Iporá	0,34	0,26
Israelândia	0,04	0,02
Itaberaí	0,42	0,54
Itaguari	0,04	0,04
Itaguaru	0,07	0,05
Itajá	0,09	0,06
Itapaci	0,13	0,17
Itapirapuã	0,12	0,09
Itapuranga	0,29	0,24
Itarumã	0,12	0,10
Itauçu	0,08	0,09
Itumbiara	2,71	2,32
Ivolândia	0,04	0,03
Jandaia	0,17	0,12
Jaraguá	0,38	0,36
Jataí	2,71	2,17
Jaupaci	0,03	0,02
Jesúpolis	0,02	0,02
Joviânia	0,14	0,08
Jussara	0,30	0,22
Lagoa Santa	0,01	0,02
Leopoldo de Bulhões	0,13	0,10
Luziânia	2,17	1,90
Mairipotaba	0,04	0,03
Mambaí	0,03	0,03
Mara Rosa	0,12	0,09
Marzagão	0,02	0,02
Matrinchã	0,06	0,06
Maurilândia	0,12	0,12
Mimoso de Goiás	0,04	0,03
Minaçu	1,63	0,78
Mineiros	1,13	1,05
Moiporá	0,02	0,02
Monte Alegre de Goiás	0,05	0,05
Montes Claros de Goiás	0,13	0,13
Montividiu	0,54	0,40
Montividiu do Norte	0,03	0,03
Morrinhos	0,75	0,74
Morro Agudo de Goiás	0,02	0,02
Mossâmedes	0,06	0,08
Mozarlândia	0,32	0,33
Mundo Novo	0,08	0,06
Mutunópolis	0,04	0,03
Nazário	0,14	0,12
Nerópolis	0,39	0,37
Niquelândia	0,83	0,73
Nova América	0,02	0,02
Nova Aurora	0,02	0,02
Nova Crixás	0,17	0,17
Nova Glória	0,16	0,08
Nova Iguaçu de Goiás	0,02	0,02
Nova Roma	0,03	0,03
Nova Veneza	0,09	0,09
Novo Brasil	0,05	0,04
Novo Gama	0,47	0,46
Novo Planalto	0,04	0,03
Orizona	0,24	0,22
Ouro Verde de Goiás	0,05	0,04
Ouvidor	0,25	0,17
Padre Bernardo	0,16	0,20
Palestina de Goiás	0,04	0,04
Palmeiras de Goiás	0,31	0,48
Palmelo	0,03	0,02
Palminópolis	0,05	0,05
Panamá	0,05	0,04
Paranaiguara	0,10	0,11
Paraúna	0,40	0,26
Perolândia	0,29	0,15
Petrolina de Goiás	0,10	0,08
Pilar de Goiás	0,03	0,03
Piracanjuba	0,40	0,34
Piranhas	0,14	0,13
Pirenópolis	0,19	0,22
Pires do Rio	0,47	0,40
Planaltina	0,47	0,46
Pontalina	0,26	0,19
Porangatu	0,47	0,39
Porteirão	0,15	0,18
Portelândia	0,14	0,12
Posse	0,19	0,21
Professor Jamil	0,03	0,03
Quirinópolis	0,65	0,82
Rialma	0,13	0,12
Rianápolis	0,08	0,07
Rio Quente	0,06	0,05
Rio Verde	4,32	4,97
Rubiataba	0,19	0,19
Sanclerlândia	0,10	0,08
Santa Bárbara de Goiás	0,05	0,06
Santa Cruz de Goiás	0,06	0,06
Santa Fé de Goiás	0,15	0,12
Santa Helena de Goiás	0,90	0,60
Santa Isabel	0,04	0,05
Santa Rita do Araguaia	0,07	0,06
Santa Rita do Novo Destino	0,04	0,04
Santa Rosa de Goiás	0,03	0,03
Santa Tereza de Goiás	0,04	0,03
Santa Terezinha de Goiás	0,09	0,07
Santo Antônio da Barra	0,06	0,11
Santo Antônio de Goiás	0,03	0,04
Santo Antônio do Descoberto	0,34	0,30
São Domingos	0,09	0,08
São Francisco de Goiás	0,06	0,05
São João da Paraúna	0,04	0,02
São João D'Aliança	0,09	0,12
São Luis de Montes Belos	0,53	0,35
São Luiz do Norte	0,05	0,05
São Miguel do Araguaia	0,31	0,24
São Miguel do Passa Quatro	0,08	0,05
São Patrício	0,03	0,02
São Simão	1,79	1,31
Senador Canedo	2,71	3,34
Serranópolis	0,19	0,18
Silvânia	0,32	0,32
Simolândia	0,04	0,04
Sítio D'Abadia	0,02	0,02
Taquaral de Goiás	0,03	0,03
Teresina de Goiás	0,02	0,02
Terezópolis de Goiás	0,04	0,06
Três Ranchos	0,03	0,03
Trindade	0,95	0,90
Trombas	0,03	0,03
Turvânia	0,06	0,07
Turvelândia	0,32	0,23
Uirapuru	0,03	0,03
Uruaçu	0,33	0,40
Uruana	0,14	0,17
Urutaí	0,04	0,05
Valparaíso de Goiás	0,76	1,04
Varjão	0,04	0,03
Vianópolis	0,20	0,17
Vicentinópolis	0,20	0,13
Vila Boa	0,03	0,09
Vila Propício	0,07	0,11

Fonte: IBGE

Elaboração: Autora

APÊNDICE H:

Participação dos municípios no total de agências bancárias de Goiás (%) - 2001 e 2011

Município	2001	2011
Abadia de Goias	0,00	0,00
Abadiania	0,19	0,15
Acreuna	0,58	0,45
Adelandia	0,00	0,00
Agua Fria de Goias	0,00	0,00
Agua Limpa	0,00	0,00
Aguas Lindas de Goias	0,00	0,74
Alexania	0,38	0,45
Aloandia	0,19	0,15
Alto Horizonte	0,00	0,00
Alto Paraiso de Goias	0,00	0,30
Alvorada do Norte	0,58	0,45
Amaralina	0,00	0,00
Americano do Brasil	0,00	0,00
Amorinopolis	0,00	0,00
Anapolis	4,22	4,90
Anhanguera	0,00	0,00
Anicuns	0,58	0,59
Aparecida de Goiania	1,15	3,57
Aparecida do Rio Doce	0,00	0,00
Apore	0,19	0,15
Aracu	0,00	0,00
Aragarcas	0,19	0,15
Aragoiania	0,00	0,00
Araguapaz	0,19	0,15
Arenopolis	0,19	0,00
Aruana	0,19	0,15
Aurilandia	0,19	0,15
Avelinopolis	0,00	0,00
Baliza	0,00	0,00
Barro Alto	0,19	0,15
Bela Vista de Goias	0,38	0,45
Bom Jardim de Goias	0,38	0,30
Bom Jesus de Goias	0,77	0,59
Bonfinopolis	0,00	0,00
Bonopolis	0,00	0,00
Brazabrantes	0,00	0,00
Britania	0,19	0,15
Buriti Alegre	0,38	0,15
Buriti de Goias	0,00	0,00
Buritinopolis	0,00	0,00
Cabeceiras	0,19	0,15
Cachoeira Alta	0,38	0,30
Cachoeira de Goias	0,00	0,00
Cachoeira Dourada	0,19	0,15
Cacu	0,58	0,30
Caiaponia	0,38	0,30
Caldas Novas	0,96	0,74
Caldazinha	0,00	0,15
Campestre de Goias	0,19	0,00
Campinacu	0,00	0,00
Campinorte	0,38	0,30
Campo Alegre de Goias	0,19	0,30
Campo Limpo de Goias	0,00	0,00
Campos Belos	0,58	0,59
Campos Verdes	0,19	0,15
Carmo do Rio Verde	0,38	0,30
Castelandia	0,19	0,15
Catalao	1,34	1,19
Caturai	0,00	0,00
Cavalcante	0,00	0,15
Ceres	0,77	0,59
Cezarina	0,19	0,15
Chapadao do Ceu	0,19	0,15
Cidade Ocidental	0,19	0,30
Cocalzinho de Goias	0,19	0,15
Colinas do Sul	0,00	0,00
Corrego do Ouro	0,19	0,00
Corumba de Goias	0,38	0,30
Corumbaiba	0,19	0,30
Cristalina	0,58	0,45
Cristianopolis	0,19	0,00
Crixas	0,58	0,45
Crominia	0,00	0,00
Cumari	0,19	0,00
Damianopolis	0,00	0,00
Damolandia	0,19	0,15
Davinopolis	0,00	0,00
Diorama	0,00	0,00
Divinopolis de Goias	0,00	0,00
Doverlandia	0,19	0,15
Edealina	0,00	0,00
Edeia	0,38	0,45
Estrela do Norte	0,19	0,00
Faina	0,00	0,00
Fazenda Nova	0,19	0,15
Firminopolis	0,38	0,30
Flores de Goias	0,00	0,00
Formosa	1,15	1,04
Formoso	0,19	0,15
Gameleira de Goias	0,00	0,00
Goianapolis	0,19	0,15
Goiandira	0,19	0,15
Goianesia	0,77	0,74
Goiania	27,83	31,65
Goianira	0,19	0,30
Goias	0,77	0,59
Goiatuba	1,15	0,89
Gouvelandia	0,19	0,15
Guapo	0,19	0,30
Guaraita	0,00	0,00
Guarani de Goias	0,00	0,00
Guarinos	0,00	0,00
Heitorai	0,00	0,00
Hidrolandia	0,38	0,30
Hidrolina	0,19	0,15
Iaciara	0,19	0,30
Inaciolandia	0,00	0,15
Indiara	0,19	0,30
Inhumas	0,96	0,74
Ipameri	0,58	0,59
Ipiranga de Goias	0,00	0,00
Ipora	0,77	0,59
Israelandia	0,00	0,00
Itaberai	0,96	0,74
Itaguari	0,00	0,00
Itaguaru	0,38	0,15
Itaja	0,38	0,30
Itapaci	0,38	0,59
Itapirapua	0,38	0,15
Itapuranga	0,77	0,59
Itaruma	0,00	0,15
Itaucu	0,19	0,15
Itumbiara	1,73	1,49
Ivolandia	0,00	0,00
Jandaia	0,38	0,30
Jaragua	0,96	0,74
Jatai	1,54	1,49
Jaupaci	0,00	0,00
Jesupolis	0,00	0,00
Joviania	0,38	0,30
Jussara	0,77	0,59
Lagoa Santa	0,00	0,00
Leopoldo de Bulhoes	0,19	0,15
Luziania	1,54	1,34
Mairipotaba	0,00	0,00
Mambai	0,00	0,00
Mara Rosa	0,38	0,30
Marzagao	0,00	0,00
Matrincha	0,00	0,15
Maurilandia	0,38	0,45
Mimoso de Goias	0,00	0,00
Minacu	0,58	0,59
Mineiros	1,15	0,89
Moipora	0,00	0,00
Monte Alegre de Goias	0,19	0,15
Montes Claros de Goias	0,38	0,30
Montividiu	0,38	0,30
Montividiu do Norte	0,00	0,00
Morrinhos	0,96	0,74
Morro Agudo de Goias	0,00	0,00
Mossamedes	0,19	0,15
Mozarlandia	0,58	0,59
Mundo Novo	0,19	0,15
Mutunopolis	0,00	0,00
Nazario	0,19	0,15
Neropolis	0,38	0,59
Niquelandia	0,58	0,74
Nova America	0,00	0,00
Nova Aurora	0,00	0,00
Nova Crixas	0,19	0,30
Nova Gloria	0,19	0,15
Nova Iguacu de Goias	0,00	0,00
Nova Roma	0,00	0,00
Nova Veneza	0,19	0,15
Novo Brasil	0,19	0,00
Novo Gama	0,00	0,59
Novo Planalto	0,19	0,00
Orizona	0,38	0,45
Ouro Verde de Goias	0,19	0,00
Ouvidor	0,19	0,15
Padre Bernardo	0,38	0,30
Palestina de Goias	0,00	0,00
Palmeiras de Goias	0,58	0,59
Palmelo	0,00	0,00
Palminopolis	0,00	0,00
Panama	0,00	0,00
Paranaiguara	0,19	0,15
Parauna	0,58	0,45
Perolandia	0,00	0,00
Petrolina de Goias	0,38	0,45
Pilar de Goias	0,00	0,00
Piracanjuba	0,77	0,59
Piranhas	0,58	0,45
Pirenopolis	0,38	0,59
Pires do Rio	0,77	0,59
Planaltina	0,38	0,59
Pontalina	0,58	0,45
Porangatu	0,77	0,59
Porteirao	0,00	0,00
Portelandia	0,19	0,15
Posse	0,58	0,59
Professor Jamil	0,00	0,00
Quirinopolis	0,96	0,74
Rialma	0,19	0,15
Rianapolis	0,19	0,00
Rio Quente	0,19	0,15
Rio Verde	2,11	2,53
Rubiataba	0,58	0,59
Sanclerlandia	0,58	0,30
Santa Barbara de Goias	0,19	0,15
Santa Cruz de Goias	0,00	0,00
Santa Fe de Goias	0,19	0,00
Santa Helena de Goias	0,96	0,59
Santa Isabel	0,00	0,00
Santa Rita do Araguaia	0,19	0,15
Santa Rita do Novo Destino	0,00	0,00
Santa Rosa de Goias	0,19	0,00
Santa Tereza de Goias	0,00	0,00
Santa Terezinha de Goias	0,38	0,30
Santo Antonio da Barra	0,00	0,00
Santo Antonio de Goias	0,00	0,00
Santo Antonio do Descoberto	0,19	0,45
Sao Domingos	0,19	0,30
Sao Francisco de Goias	0,19	0,15
Sao Joao da Parauna	0,00	0,00
Sao Joao D'Alianca	0,19	0,15
Sao Luis de Montes Belos	0,77	0,59
Sao Luiz do Norte	0,00	0,00
Sao Miguel do Araguaia	0,96	0,74
Sao Miguel do Passa Quatro	0,00	0,00
Sao Patricio	0,00	0,00
Sao Simao	0,58	0,59
Senador Canedo	0,19	0,74
Serranopolis	0,19	0,30
Silvania	0,58	0,59
Simolandia	0,00	0,00
Sitio D'Abadia	0,00	0,00
Taquaral de Goias	0,00	0,00
Teresina de Goias	0,00	0,00
Terezopolis de Goias	0,00	0,00
Tres Ranchos	0,00	0,00
Trindade	0,77	0,59
Trombas	0,00	0,00
Turvania	0,19	0,00
Turvelandia	0,19	0,00
Uirapuru	0,00	0,00
Uruacu	0,77	0,74
Uruana	0,38	0,45
Urutai	0,19	0,15
Valparaiso de Goias	0,38	0,74
Varjao	0,00	0,00
Vianopolis	0,58	0,30
Vicentinopolis	0,38	0,30
Vila Boa	0,00	0,00
Vila Propicio	0,00	0,00

Fonte: BCB/ESTBAN

Elaboração: Autora

APÊNDICE I:

Participação dos municípios no total de crédito bancário de Goiás (%) - 2001 e 2011

Município	2001	2011
Abadia de Goias	0,00	0,00
Abadiania	0,01	0,02
Acreuna	1,06	0,17
Adelandia	0,00	0,00
Agua Fria de Goias	0,00	0,00
Agua Limpa	0,00	0,00
Aguas Lindas de Goias	0,00	0,52
Alexania	0,18	0,14
Aloandia	0,05	0,02
Alto Horizonte	0,00	0,00
Alto Paraiso de Goias	0,00	0,05
Alvorada do Norte	0,20	0,18
Amaralina	0,00	0,00
Americano do Brasil	0,00	0,00
Amorinopolis	0,00	0,00
Anapolis	6,36	4,64
Anhanguera	0,00	0,00
Anicuns	0,45	0,40
Aparecida de Goiania	0,64	1,76
Aparecida do Rio Doce	0,00	0,00
Apore	0,08	0,04
Aracu	0,00	0,00
Aragarcas	0,03	0,02
Aragoiania	0,00	0,00
Araguapaz	0,05	0,01
Arenopolis	0,01	0,00
Aruana	0,01	0,01
Aurilandia	0,01	0,00
Avelinopolis	0,00	0,00
Baliza	0,00	0,00
Barro Alto	0,01	0,02
Bela Vista de Goias	0,23	0,18
Bom Jardim de Goias	0,18	0,18
Bom Jesus de Goias	0,87	0,43
Bonfinopolis	0,00	0,00
Bonopolis	0,00	0,00
Brazabrantes	0,00	0,00
Britania	0,02	0,01
Buriti Alegre	0,26	0,24
Buriti de Goias	0,00	0,00
Buritinopolis	0,00	0,00
Cabeceiras	0,01	0,01
Cachoeira Alta	0,21	0,10
Cachoeira de Goias	0,00	0,00
Cachoeira Dourada	0,03	0,01
Cacu	0,31	0,15
Caiaponia	0,32	0,26
Caldas Novas	0,89	1,00
Caldazinha	0,00	0,00
Campestre de Goias	0,01	0,00
Campinacu	0,00	0,00
Campinorte	0,12	0,10
Campo Alegre de Goias	0,00	0,12
Campo Limpo de Goias	0,00	0,00
Campos Belos	0,24	0,26
Campos Verdes	0,02	0,01
Carmo do Rio Verde	0,12	0,09
Castelandia	0,05	0,02
Catalao	1,70	1,42
Caturai	0,00	0,00
Cavalcante	0,00	0,07
Ceres	0,69	0,44
Cezarina	0,01	0,01
Chapadao do Ceu	0,50	0,40
Cidade Ocidental	0,06	0,04
Cocalzinho de Goias	0,01	0,01
Colinas do Sul	0,00	0,00
Corrego do Ouro	0,02	0,00
Corumba de Goias	0,06	0,10
Corumbaiba	0,03	0,10
Cristalina	1,16	0,57
Cristianopolis	0,01	0,00
Crixas	0,24	0,25
Crominia	0,00	0,00
Cumari	0,01	0,00
Damianopolis	0,00	0,00
Damolandia	0,01	0,00
Davinopolis	0,00	0,00
Diorama	0,00	0,00
Divinopolis de Goias	0,00	0,00
Doverlandia	0,24	0,15
Edealina	0,00	0,00
Edeia	0,54	0,38
Estrela do Norte	0,01	0,00
Faina	0,00	0,00
Fazenda Nova	0,24	0,19
Firminopolis	0,17	0,09
Flores de Goias	0,00	0,00
Formosa	1,60	1,09
Formoso	0,02	0,01
Gameleira de Goias	0,00	0,00
Goianapolis	0,01	0,01
Goiandira	0,31	0,24
Goianesia	0,78	0,86
Goiania	37,34	48,11
Goianira	0,01	0,03
Goias	0,59	0,35
Goiatuba	1,20	0,74
Gouvelandia	0,18	0,07
Guapo	0,02	0,03
Guaraita	0,00	0,00
Guarani de Goias	0,00	0,00
Guarinos	0,00	0,00
Heitorai	0,00	0,00
Hidrolandia	0,04	0,03
Hidrolina	0,01	0,01
Iaciara	0,03	0,01
Inaciolandia	0,00	0,10
Indiara	0,29	0,11
Inhumas	0,68	0,71
Ipameri	0,76	0,41
Ipiranga de Goias	0,00	0,00
Ipora	0,62	0,58
Israelandia	0,00	0,00
Itaberai	0,77	0,61
Itaguari	0,00	0,00
Itaguaru	0,10	0,10
Itaja	0,10	0,08
Itapaci	0,10	0,11
Itapirapua	0,31	0,22
Itapuranga	0,65	0,39
Itaruma	0,00	0,09
Itaucu	0,01	0,01
Itumbiara	2,68	1,51
Ivolandia	0,00	0,00
Jandaia	0,20	0,15
Jaragua	0,46	0,50
Jatai	2,53	2,13
Jaupaci	0,00	0,00
Jesupolis	0,00	0,00
Joviania	0,01	0,27
Jussara	0,65	0,47
Lagoa Santa	0,00	0,00
Leopoldo de Bulhoes	0,01	0,01
Luziania	1,26	1,12
Mairipotaba	0,00	0,00
Mambai	0,00	0,00
Mara Rosa	0,30	0,13
Marzagao	0,00	0,00
Matrincha	0,00	0,14
Maurilandia	0,12	0,10
Mimoso de Goias	0,00	0,00
Minacu	0,24	0,26
Mineiros	1,28	0,88
Moipora	0,00	0,00
Monte Alegre de Goias	0,01	0,01
Montes Claros de Goias	0,24	0,19
Montividiu	0,74	0,34
Montividiu do Norte	0,00	0,00
Morrinhos	0,92	0,68
Morro Agudo de Goias	0,00	0,00
Mossamedes	0,01	0,01
Mozarlandia	0,59	0,20
Mundo Novo	0,03	0,01
Mutunopolis	0,00	0,00
Nazario	0,01	0,01
Neropolis	0,13	0,19
Niquelandia	0,38	0,40
Nova America	0,00	0,00
Nova Aurora	0,00	0,00
Nova Crixas	0,01	0,40
Nova Gloria	0,01	0,01
Nova Iguacu de Goias	0,00	0,00
Nova Roma	0,00	0,00
Nova Veneza	0,02	0,02
Novo Brasil	0,01	0,00
Novo Gama	0,00	0,58
Novo Planalto	0,02	0,00
Orizona	0,36	0,30
Ouro Verde de Goias	0,01	0,00
Ouvidor	0,01	0,01
Padre Bernardo	0,29	0,14
Palestina de Goias	0,00	0,00
Palmeiras de Goias	0,86	0,48
Palmelo	0,00	0,00
Palminopolis	0,00	0,00
Panama	0,00	0,00
Paranaiguara	0,02	0,01
Parauna	0,56	0,27
Perolandia	0,00	0,00
Petrolina de Goias	0,11	0,09
Pilar de Goias	0,00	0,00
Piracanjuba	0,54	0,35
Piranhas	0,33	0,33
Pirenopolis	0,17	0,17
Pires do Rio	0,88	0,46
Planaltina	0,49	0,27
Pontalina	0,50	0,34
Porangatu	0,75	0,63
Porteirao	0,00	0,00
Portelandia	0,15	0,05
Posse	0,40	0,56
Professor Jamil	0,00	0,00
Quirinopolis	1,26	0,71
Rialma	0,08	0,12
Rianapolis	0,01	0,00
Rio Quente	0,01	0,01
Rio Verde	7,69	7,49
Rubiataba	0,31	0,22
Sanclerlandia	0,32	0,26
Santa Barbara de Goias	0,01	0,01
Santa Cruz de Goias	0,00	0,00
Santa Fe de Goias	0,01	0,00
Santa Helena de Goias	0,96	0,58
Santa Isabel	0,00	0,00
Santa Rita do Araguaia	0,03	0,02
Santa Rita do Novo Destino	0,00	0,00
Santa Rosa de Goias	0,01	0,00
Santa Tereza de Goias	0,00	0,00
Santa Terezinha de Goias	0,12	0,11
Santo Antonio da Barra	0,00	0,00
Santo Antonio de Goias	0,00	0,00
Santo Antonio do Descoberto	0,01	0,07
Sao Domingos	0,18	0,12
Sao Francisco de Goias	0,01	0,01
Sao Joao da Parauna	0,00	0,00
Sao Joao D'Alianca	0,02	0,02
Sao Luis de Montes Belos	0,47	0,44
Sao Luiz do Norte	0,00	0,00
Sao Miguel do Araguaia	0,67	0,59
Sao Miguel do Passa Quatro	0,00	0,00
Sao Patricio	0,00	0,00
Sao Simao	0,21	0,14
Senador Canedo	0,10	0,34
Serranopolis	0,03	0,14
Silvania	0,76	0,51
Simolandia	0,00	0,00
Sitio D'Abadia	0,00	0,00
Taquaral de Goias	0,00	0,00
Teresina de Goias	0,00	0,00
Terezopolis de Goias	0,00	0,00
Tres Ranchos	0,00	0,00
Trindade	0,44	0,55
Trombas	0,00	0,00
Turvania	0,01	0,00
Turvelandia	0,01	0,00
Uirapuru	0,00	0,00
Uruacu	0,54	0,63
Uruana	0,12	0,10
Urutai	0,01	0,01
Valparaiso de Goias	0,18	0,70
Varjao	0,00	0,00
Vianopolis	0,43	0,23
Vicentinopolis	0,38	0,20
Vila Boa	0,00	0,00
Vila Propicio	0,00	0,00

Fonte: BCB/ESTBAN

Elaboração: Autora

APÊNDICE J:

Quociente localização de agências bancárias em relação a população por município - 2001 e 2011

Município	2001	2011	Município	2001	2011	Município	2001	2011	Município	2001	2011
Abadia de Goias	0,00	0,00	Cezarina	1,49	1,19	Ivolandia	0,00	0,00	Planaltina	0,25	0,44
Abadiania	0,84	0,56	Chapadao do Ceu	2,44	1,25	Jandaia	3,19	2,94	Pontalina	1,76	1,58
Acreuna	1,57	1,33	Cidade Ocidental	0,24	0,32	Jaragua	1,45	1,06	Porangatu	0,99	0,85
Adelandia	0,00	0,00	Cocalzinho de Goias	0,65	0,51	Jatai	1,02	1,02	Porteirao	0,00	0,00
Agua Fria de Goias	0,00	0,00	Colinas do Sul	0,00	0,00	Jaupaci	0,00	0,00	Portelandia	2,60	2,35
Agua Limpa	0,00	0,00	Corrego do Ouro	3,33	0,00	Jesupolis	0,00	0,00	Posse	1,13	1,14
Aguas Lindas de Goias	0,00	0,28	Corumba de Goias	2,07	1,74	Joviania	2,82	2,53	Professor Jamil	0,00	0,00
Alexania	0,96	1,12	Corumbaiba	1,45	2,18	Jussara	1,97	1,89	Quirinopolis	1,33	1,03
Aloandia	4,58	4,42	Cristalina	0,84	0,57	Lagoa Santa	0,00	0,00	Rialma	0,95	0,86
Alto Horizonte	0,00	0,00	Cristianopolis	3,29	0,00	Leopoldo de Bulhoes	1,26	1,14	Rianapolis	2,24	0,00
Alto Paraiso de Goias	0,00	2,60	Crixas	2,09	1,71	Luziania	0,53	0,46	Rio Quente	4,36	2,65
Alvorada do Norte	3,89	3,34	Crominia	0,00	0,00	Mairipotaba	0,00	0,00	Rio Verde	0,90	0,85
Amaralina	0,00	0,00	Cumari	3,14	0,00	Mambai	0,00	0,00	Rubiataba	1,61	1,90
Americano do Brasil	0,00	0,00	Damianopolis	0,00	0,00	Mara Rosa	1,66	1,71	Sanclerlandia	3,93	2,39
Amorinopolis	0,00	0,00	Damolandia	3,83	3,27	Marzagao	0,00	0,00	Santa Barbara de Goias	1,93	1,55
Anapolis	0,75	0,88	Davinopolis	0,00	0,00	Matrincha	0,00	2,05	Santa Cruz de Goias	0,00	0,00
Anhanguera	0,00	0,00	Diorama	0,00	0,00	Maurilandia	2,14	2,31	Santa Fe de Goias	2,37	0,00
Anicuns	1,56	1,78	Divinopolis de Goias	0,00	0,00	Mimoso de Goias	0,00	0,00	Santa Helena de Goias	1,42	0,99
Aparecida de Goiania	0,17	0,47	Doverlandia	1,18	1,15	Minacu	0,87	1,17	Santa Isabel	0,00	0,00
Aparecida do Rio Doce	0,00	0,00	Edealina	0,00	0,00	Mineiros	1,48	1,00	Santa Rita do Araguaia	1,91	1,28
Apore	2,85	2,36	Edeia	1,90	2,39	Moipora	0,00	0,00	Santa Rita do Novo Destino	0,00	0,00
Aracu	0,00	0,00	Estrela do Norte	2,90	0,00	Monte Alegre de Goias	1,45	1,16	Santa Rosa de Goias	2,81	0,00
Aragarcas	0,58	0,49	Faina	0,00	0,00	Montes Claros de Goias	2,47	2,26	Santa Tereza de Goias	0,00	0,00
Aragoiania	0,00	0,00	Fazenda Nova	1,39	1,44	Montividiu	2,46	1,67	Santa Terezinha de Goias	1,72	1,78
Araguapaz	1,36	1,20	Firminopolis	1,98	1,54	Montividiu do Norte	0,00	0,00	Santo Antonio da Barra	0,00	0,00
Arenopolis	2,47	0,00	Flores de Goias	0,00	0,00	Morrinhos	1,31	1,08	Santo Antonio de Goias	0,00	0,00
Aruana	1,96	1,18	Formosa	0,73	0,62	Morro Agudo de Goias	0,00	0,00	Santo Antonio do Descoberto	0,17	0,42
Aurilandia	2,32	2,51	Formoso	1,78	1,87	Mossamedes	1,74	1,83	Sao Domingos	1,03	1,59
Avelinopolis	0,00	0,00	Gameleira de Goias	0,00	0,00	Mozarlandia	2,62	2,66	Sao Francisco de Goias	1,64	1,47
Baliza	0,00	0,00	Goianapolis	0,89	0,84	Mundo Novo	1,16	1,43	Sao Joao D'Alianca	1,38	0,86
Barro Alto	1,64	1,01	Goiandira	2,00	1,71	Mutunopolis	0,00	0,00	Sao Joao da Parauna	0,00	0,00
Bela Vista de Goias	1,00	1,09	Goianesia	0,79	0,75	Nazario	1,47	1,13	Sao Luis de Montes Belos	1,48	1,19
Bom Jardim de Goias	2,43	2,14	Goiania	1,28	1,46	Neropolis	1,02	1,47	Sao Luiz do Norte	0,00	0,00
Bom Jesus de Goias	2,37	1,72	Goianira	0,50	0,52	Niquelandia	0,77	1,06	Sao Miguel do Araguaia	2,12	2,03
Bonfinopolis	0,00	0,00	Goias	1,45	1,47	Nova America	0,00	0,00	Sao Miguel do Passa Quatro	0,00	0,00
Bonopolis	0,00	0,00	Goiatuba	1,89	1,66	Nova Aurora	0,00	0,00	Sao Patricio	0,00	0,00
Brazabrantes	0,00	0,00	Gouvelandia	2,46	1,80	Nova Crixas	0,89	1,51	Sao Simao	2,13	2,08
Britania	1,84	1,63	Guapo	0,70	1,29	Nova Gloria	1,09	1,07	Senador Canedo	0,17	0,52
Buriti Alegre	2,25	1,00	Guaraita	0,00	0,00	Nova Iguacu de Goias	0,00	0,00	Serranopolis	1,56	2,39
Buriti de Goias	0,00	0,00	Guarani de Goias	0,00	0,00	Nova Roma	0,00	0,00	Silvania	1,64	1,88
Buritinopolis	0,00	0,00	Guarinos	0,00	0,00	Nova Veneza	1,50	1,09	Simolandia	0,00	0,00
Cabeceiras	1,45	1,22	Heitorai	0,00	0,00	Novo Brasil	2,39	0,00	Sitio D'Abadia	0,00	0,00
Cachoeira Alta	2,27	1,69	Hidrolandia	1,51	1,02	Novo Gama	0,00	0,37	Taquaral de Goias	0,00	0,00
Cachoeira de Goias	0,00	0,00	Hidrolina	2,19	2,26	Novo Planalto	2,97	0,00	Teresina de Goias	0,00	0,00
Cachoeira Dourada	1,15	1,10	Iaciara	0,86	1,44	Orizona	1,50	1,88	Terezopolis de Goias	0,00	0,00
Cacu	2,81	1,34	Inaciolandia	0,00	1,58	Ouro Verde de Goias	2,26	0,00	Tres Ranchos	0,00	0,00
Caiaponia	1,33	1,07	Indiara	0,82	1,31	Ouvidor	2,27	1,63	Trindade	0,46	0,34
Caldas Novas	0,93	0,63	Inhumas	1,10	0,93	Padre Bernardo	0,89	0,64	Trombas	0,00	0,00
Caldazinha	0,00	2,69	Ipameri	1,29	1,45	Palestina de Goias	0,00	0,00	Turvania	1,93	0,00
Campestre de Goias	3,00	0,00	Ipiranga de Goias	0,00	0,00	Palmeiras de Goias	1,65	1,52	Turvelandia	2,68	0,00
Campinacu	0,00	0,00	Ipora	1,25	1,16	Palmelo	0,00	0,00	Uirapuru	0,00	0,00
Campinorte	2,00	1,61	Israelandia	0,00	0,00	Palminopolis	0,00	0,00	Uruacu	1,17	1,21
Campo Alegre de Goias	2,17	2,92	Itaberai	1,74	1,26	Panama	0,00	0,00	Uruana	1,41	1,96
Campo Limpo de Goias	0,00	0,00	Itaguari	0,00	0,00	Paranaiguara	1,19	0,99	Urutai	3,13	2,94
Campos Belos	1,70	1,95	Itaguaru	3,48	1,67	Parauna	2,70	2,49	Valparaiso de Goias	0,20	0,33
Campos Verdes	1,40	1,89	Itaja	3,45	3,60	Perolandia	0,00	0,00	Varjao	0,00	0,00
Carmo do Rio Verde	2,51	2,00	Itapaci	1,39	1,92	Petrolina de Goias	1,90	2,64	Vianopolis	2,55	1,43
Castelandia	2,47	2,50	Itapirapua	1,76	1,19	Pilar de Goias	0,00	0,00	Vicentinopolis	3,22	2,42
Catalao	1,05	0,82	Itapuranga	1,48	1,39	Piracanjuba	1,66	1,50	Vila Boa	0,00	0,00
Caturai	0,00	0,00	Itaruma	0,00	1,42	Piranhas	2,41	2,42	Vila Propicio	0,00	0,00
Cavalcante	0,00	0,96	Itaucu	1,21	1,05	Pirenopolis	0,93	1,56			
Ceres	2,04	1,74	Itumbiara	1,08	0,96	Pires do Rio	1,48	1,25			

Fonte: BCB/ESTBAN e IBGE

Elaboração: Autora

APÊNDICE K:

Quociente localização de agências bancárias em relação ao PIB por município - 2001 e 2011

Município	2001	2011	Município	2001	2011	Município	2001	2011	Município	2001	2011
Abadia de Goias	0,00	0,00	Cezarina	0,73	0,96	Ivolandia	0,00	0,00	Planaltina	0,81	1,31
Abadiania	1,96	1,38	Chapadao do Ceu	0,32	0,27	Jandaia	2,23	2,45	Pontalina	2,18	2,31
Acreuna	1,24	1,25	Cidade Ocidental	0,62	1,01	Jaragua	2,55	2,05	Porangatu	1,63	1,53
Adelandia	0,00	0,00	Cocalzinho de Goias	1,37	1,07	Jatai	0,57	0,68	Porteirao	0,00	0,00
Agua Fria de Goias	0,00	0,00	Colinas do Sul	0,00	0,00	Jaupaci	0,00	0,00	Portelandia	1,39	1,25
Agua Limpa	0,00	0,00	Corrego do Ouro	5,41	0,00	Jesupolis	0,00	0,00	Posse	3,01	2,77
Aguas Lindas de Goias	0,00	1,02	Corumba de Goias	4,64	4,13	Joviania	2,72	3,60	Professor Jamil	0,00	0,00
Alexania	2,06	1,42	Corumbaiba	0,70	1,00	Jussara	2,54	2,65	Quirinopolis	1,48	0,90
Aloandia	6,74	8,16	Cristalina	0,66	0,46	Lagoa Santa	0,00	0,00	Rialma	1,45	1,26
Alto Horizonte	0,00	0,00	Cristianopolis	4,59	0,00	Leopoldo de Bulhoes	1,48	1,49	Rianapolis	2,46	0,00
Alto Paraiso de Goias	0,00	5,40	Crixas	2,11	2,02	Luziania	0,71	0,70	Rio Quente	3,06	2,74
Alvorada do Norte	8,61	7,45	Crominia	0,00	0,00	Mairipotaba	0,00	0,00	Rio Verde	0,49	0,51
Amaralina	0,00	0,00	Cumari	4,75	0,00	Mambai	0,00	0,00	Rubiataba	2,96	3,18
Americano do Brasil	0,00	0,00	Damianopolis	0,00	0,00	Mara Rosa	3,28	3,22	Sanclerlandia	5,72	3,71
Amorinopolis	0,00	0,00	Damolandia	7,33	6,40	Marzagao	0,00	0,00	Santa Barbara de Goias	3,66	2,58
Anapolis	0,67	0,45	Davinopolis	0,00	0,00	Matrincha	0,00	2,66	Santa Cruz de Goias	0,00	0,00
Anhanguera	0,00	0,00	Diorama	0,00	0,00	Maurilandia	3,20	3,70	Santa Fe de Goias	1,31	0,00
Anicuns	1,95	2,05	Divinopolis de Goias	0,00	0,00	Mimoso de Goias	0,00	0,00	Santa Helena de Goias	1,07	1,00
Aparecida de Goiania	0,29	0,63	Doverlandia	1,72	1,39	Minacu	0,35	0,77	Santa Isabel	0,00	0,00
Aparecida do Rio Doce	0,00	0,00	Edealina	0,00	0,00	Mineiros	1,02	0,85	Santa Rita do Araguaia	2,94	2,45
Apore	2,09	1,92	Edeia	1,20	1,85	Moipora	0,00	0,00	Santa Rita do Novo Destino	0,00	0,00
Aracu	0,00	0,00	Estrela do Norte	5,57	0,00	Monte Alegre de Goias	3,76	3,15	Santa Rosa de Goias	5,77	0,00
Aragarcas	1,73	1,44	Faina	0,00	0,00	Montes Claros de Goias	2,93	2,37	Santa Tereza de Goias	0,00	0,00
Aragoiania	0,00	0,00	Fazenda Nova	2,23	2,49	Montividiu	0,71	0,74	Santa Terezinha de Goias	4,22	4,14
Araguapaz	2,68	2,46	Firminopolis	3,80	4,11	Montividiu do Norte	0,00	0,00	Santo Antonio da Barra	0,00	0,00
Arenopolis	3,82	0,00	Flores de Goias	0,00	0,00	Morrinhos	1,27	1,00	Santo Antonio de Goias	0,00	0,00
Aruana	2,14	1,88	Formosa	1,45	1,09	Morro Agudo de Goias	0,00	0,00	Santo Antonio do Descoberto	0,57	1,51
Aurilandia	3,15	4,18	Formoso	4,10	4,43	Mossamedes	3,18	1,93	Sao Domingos	2,20	3,96
Avelinopolis	0,00	0,00	Gameleira de Goias	0,00	0,00	Mozarlandia	1,78	1,82	Sao Francisco de Goias	3,29	3,23
Baliza	0,00	0,00	Goianapolis	2,13	2,18	Mundo Novo	2,56	2,54	Sao Joao D'Alianca	2,17	1,24
Barro Alto	2,63	0,92	Goiandira	3,11	2,37	Mutunopolis	0,00	0,00	Sao Joao da Parauna	0,00	0,00
Bela Vista de Goias	1,19	1,16	Goianesia	1,17	1,14	Nazario	1,40	1,26	Sao Luis de Montes Belos	1,46	1,69
Bom Jardim de Goias	4,36	4,01	Goiania	0,98	1,27	Neropolis	0,97	1,61	Sao Luiz do Norte	0,00	0,00
Bom Jesus de Goias	2,09	1,79	Goianira	0,67	0,98	Niquelandia	0,69	1,02	Sao Miguel do Araguaia	3,12	3,08
Bonfinopolis	0,00	0,00	Goias	2,08	2,68	Nova America	0,00	0,00	Sao Miguel do Passa Quatro	0,00	0,00
Bonopolis	0,00	0,00	Goiatuba	1,26	1,24	Nova Aurora	0,00	0,00	Sao Patricio	0,00	0,00
Brazabrantes	0,00	0,00	Gouvelandia	1,37	1,18	Nova Crixas	1,14	1,75	Sao Simao	0,32	0,45
Britania	2,99	2,68	Guapo	1,71	3,07	Nova Gloria	1,18	1,94	Senador Canedo	0,07	0,22
Buriti Alegre	3,22	0,93	Guaraita	0,00	0,00	Nova Iguacu de Goias	0,00	0,00	Serranopolis	1,04	1,66
Buriti de Goias	0,00	0,00	Guarani de Goias	0,00	0,00	Nova Roma	0,00	0,00	Silvania	1,81	1,83
Buritinopolis	0,00	0,00	Guarinos	0,00	0,00	Nova Veneza	2,13	1,67	Simolandia	0,00	0,00
Cabeceiras	1,94	1,23	Heitorai	0,00	0,00	Novo Brasil	4,05	0,00	Sitio D'Abadia	0,00	0,00
Cachoeira Alta	1,10	2,61	Hidrolandia	1,16	1,31	Novo Gama	0,00	1,30	Taquaral de Goias	0,00	0,00
Cachoeira de Goias	0,00	0,00	Hidrolina	5,02	4,07	Novo Planalto	4,58	0,00	Teresina de Goias	0,00	0,00
Cachoeira Dourada	0,35	0,40	Iaciara	2,33	3,76	Orizona	1,62	2,00	Terezopolis de Goias	0,00	0,00
Cacu	3,81	1,38	Inaciolandia	0,00	1,21	Ouro Verde de Goias	3,59	0,00	Tres Ranchos	0,00	0,00
Caiaponia	1,02	1,16	Indiara	1,04	1,86	Ouvidor	0,76	0,88	Trindade	0,81	0,66
Caldas Novas	0,95	0,83	Inhumas	1,65	1,51	Padre Bernardo	2,46	1,50	Trombas	0,00	0,00
Caldazinha	0,00	4,24	Ipameri	1,17	1,07	Palestina de Goias	0,00	0,00	Turvania	3,19	0,00
Campestre de Goias	5,20	0,00	Ipiranga de Goias	0,00	0,00	Palmeiras de Goias	1,84	1,25	Turvelandia	0,59	0,00
Campinacu	0,00	0,00	Ipora	2,26	2,26	Palmelo	0,00	0,00	Uirapuru	0,00	0,00
Campinorte	4,69	3,06	Israelandia	0,00	0,00	Palminopolis	0,00	0,00	Uruacu	2,32	1,87
Campo Alegre de Goias	0,88	1,33	Itaberai	2,30	1,38	Panama	0,00	0,00	Uruana	2,65	2,61
Campo Limpo de Goias	0,00	0,00	Itaguari	0,00	0,00	Paranaiguara	1,97	1,38	Urutai	4,57	3,29
Campos Belos	4,41	4,73	Itaguaru	5,87	2,72	Parauna	1,43	1,70	Valparaiso de Goias	0,51	0,72
Campos Verdes	3,97	4,97	Itaja	4,10	5,14	Perolandia	0,00	0,00	Varjao	0,00	0,00
Carmo do Rio Verde	4,07	1,90	Itapaci	2,86	3,56	Petrolina de Goias	3,88	5,50	Vianopolis	2,87	1,70
Castelandia	2,65	2,39	Itapirapua	3,22	1,71	Pilar de Goias	0,00	0,00	Vicentinopolis	1,96	2,33
Catalao	0,38	0,27	Itapuranga	2,67	2,50	Piracanjuba	1,91	1,74	Vila Boa	0,00	0,00
Caturai	0,00	0,00	Itaruma	0,00	1,42	Piranhas	4,05	3,40	Vila Propicio	0,00	0,00
Cavalcante	0,00	0,56	Itaucu	2,52	1,67	Pirenopolis	2,06	2,71			
Ceres	2,79	2,70	Itumbiara	0,64	0,64	Pires do Rio	1,63	1,50			

Fonte: BCB/ESTBAN e Segplan/IMB

Elaboração: Autora

APÊNDICE L:

Quociente localização das operações de crédito em relação ao PIB por município - 2001 e 2011

Município	2001	2011	Município	2001	2011	Município	2001	2011	Município	2001	2011
Abadia de Goias	0,00	0,00	Cezarina	0,04	0,07	Ivolandia	0,00	0,00	Planaltina	1,04	0,60
Abadiania	0,13	0,19	Chapadao do Ceu	0,84	0,72	Jandaia	1,19	1,24	Pontalina	1,90	1,74
Acreuna	2,29	0,47	Cidade Ocidental	0,20	0,14	Jaragua	1,23	1,38	Porangatu	1,60	1,63
Adelandia	0,00	0,00	Cocalzinho de Goias	0,07	0,08	Jatai	0,93	0,98	Porteirao	0,00	0,00
Agua Fria de Goias	0,00	0,00	Colinas do Sul	0,00	0,00	Jaupaci	0,00	0,00	Portelandia	1,07	0,45
Agua Limpa	0,00	0,00	Corrego do Ouro	0,52	0,00	Jesupolis	0,00	0,00	Posse	2,11	2,60
Aguas Lindas de Goias	0,00	0,72	Corumba de Goias	0,76	1,37	Joviania	0,08	3,24	Professor Jamil	0,00	0,00
Alexania	0,95	0,46	Corumbaiba	0,10	0,34	Jussara	2,14	2,08	Quirinopolis	1,94	0,86
Aloandia	1,59	1,25	Cristalina	1,33	0,59	Lagoa Santa	0,00	0,00	Rialma	0,61	1,04
Alto Horizonte	0,00	0,00	Cristianopolis	0,23	0,00	Leopoldo de Bulhoes	0,11	0,08	Rianapolis	0,10	0,00
Alto Paraiso de Goias	0,00	0,94	Crixas	0,86	1,13	Luziania	0,58	0,59	Rio Quente	0,12	0,10
Alvorada do Norte	2,97	3,02	Crominia	0,00	0,00	Mairipotaba	0,00	0,00	Rio Verde	1,78	1,51
Amaralina	0,00	0,00	Cumari	0,22	0,00	Mambai	0,00	0,00	Rubiataba	1,58	1,17
Americano do Brasil	0,00	0,00	Damianopolis	0,00	0,00	Mara Rosa	2,53	1,46	Sanclerlandia	3,19	3,23
Amorinopolis	0,00	0,00	Damolandia	0,21	0,12	Marzagao	0,00	0,00	Santa Barbara de Goias	0,19	0,15
Anapolis	1,00	0,43	Davinopolis	0,00	0,00	Matrincha	0,00	2,47	Santa Cruz de Goias	0,00	0,00
Anhanguera	0,00	0,00	Diorama	0,00	0,00	Maurilandia	0,98	0,83	Santa Fe de Goias	0,08	0,00
Anicuns	1,52	1,39	Divinopolis de Goias	0,00	0,00	Mimoso de Goias	0,00	0,00	Santa Helena de Goias	1,06	0,98
Aparecida de Goiania	0,16	0,31	Doverlandia	2,15	1,39	Minacu	0,15	0,34	Santa Isabel	0,00	0,00
Aparecida do Rio Doce	0,00	0,00	Edealina	0,00	0,00	Mineiros	1,13	0,84	Santa Rita do Araguaia	0,51	0,29
Apore	0,82	0,54	Edeia	1,70	1,60	Moipora	0,00	0,00	Santa Rita do Novo Destino	0,00	0,00
Aracu	0,00	0,00	Estrela do Norte	0,24	0,00	Monte Alegre de Goias	0,27	0,14	Santa Rosa de Goias	0,23	0,00
Aragarcas	0,23	0,20	Faina	0,00	0,00	Montes Claros de Goias	1,82	1,50	Santa Tereza de Goias	0,00	0,00
Aragoiania	0,00	0,00	Fazenda Nova	2,75	3,11	Montividiu	1,37	0,85	Santa Terezinha de Goias	1,37	1,60
Araguapaz	0,68	0,14	Firminopolis	1,70	1,24	Montividiu do Norte	0,00	0,00	Santo Antonio da Barra	0,00	0,00
Arenopolis	0,17	0,00	Flores de Goias	0,00	0,00	Morrinhos	1,23	0,91	Santo Antonio de Goias	0,00	0,00
Aruana	0,09	0,13	Formosa	2,02	1,15	Morro Agudo de Goias	0,00	0,00	Santo Antonio do Descoberto	0,03	0,24
Aurilandia	0,12	0,13	Formoso	0,44	0,38	Mossamedes	0,19	0,07	Sao Domingos	2,07	1,61
Avelinopolis	0,00	0,00	Gameleira de Goias	0,00	0,00	Mozarlandia	1,82	0,60	Sao Francisco de Goias	0,21	0,19
Baliza	0,00	0,00	Goianapolis	0,13	0,10	Mundo Novo	0,44	0,25	Sao Joao D'Alianca	0,24	0,13
Barro Alto	0,14	0,14	Goiandira	5,08	3,87	Mutunopolis	0,00	0,00	Sao Joao da Parauna	0,00	0,00
Bela Vista de Goias	0,71	0,47	Goianesia	1,19	1,31	Nazario	0,04	0,10	Sao Luis de Montes Belos	0,90	1,26
Bom Jardim de Goias	2,00	2,46	Goiania	1,31	1,93	Neropolis	0,34	0,52	Sao Luiz do Norte	0,00	0,00
Bom Jesus de Goias	2,36	1,28	Goianira	0,05	0,09	Niquelandia	0,46	0,55	Sao Miguel do Araguaia	2,17	2,43
Bonfinopolis	0,00	0,00	Goias	1,60	1,58	Nova America	0,00	0,00	Sao Miguel do Passa Quatro	0,00	0,00
Bonopolis	0,00	0,00	Goiatuba	1,31	1,03	Nova Aurora	0,00	0,00	Sao Patricio	0,00	0,00
Brazabrantes	0,00	0,00	Gouvelandia	1,25	0,56	Nova Crixas	0,05	2,37	Sao Simao	0,12	0,11
Britania	0,25	0,13	Guapo	0,20	0,34	Nova Gloria	0,08	0,14	Senador Canedo	0,04	0,10
Buriti Alegre	2,22	1,52	Guaraita	0,00	0,00	Nova Iguacu de Goias	0,00	0,00	Serranopolis	0,14	0,78
Buriti de Goias	0,00	0,00	Guarani de Goias	0,00	0,00	Nova Roma	0,00	0,00	Silvania	2,39	1,57
Buritinopolis	0,00	0,00	Guarinos	0,00	0,00	Nova Veneza	0,24	0,22	Simolandia	0,00	0,00
Cabeceiras	0,08	0,06	Heitorai	0,00	0,00	Novo Brasil	0,22	0,00	Sitio D'Abadia	0,00	0,00
Cachoeira Alta	0,61	0,83	Hidrolandia	0,13	0,14	Novo Gama	0,00	1,27	Taquaral de Goias	0,00	0,00
Cachoeira de Goias	0,00	0,00	Hidrolina	0,25	0,15	Novo Planalto	0,42	0,00	Teresina de Goias	0,00	0,00
Cachoeira Dourada	0,05	0,02	Iaciara	0,41	0,17	Orizona	1,50	1,33	Terezopolis de Goias	0,00	0,00
Cacu	2,04	0,70	Inaciolandia	0,00	0,81	Ouro Verde de Goias	0,17	0,00	Tres Ranchos	0,00	0,00
Caiaponia	0,84	1,02	Indiara	1,57	0,71	Ouvidor	0,02	0,04	Trindade	0,47	0,62
Caldas Novas	0,87	1,11	Inhumas	1,17	1,45	Padre Bernardo	1,88	0,71	Trombas	0,00	0,00
Caldazinha	0,00	0,02	Ipameri	1,54	0,74	Palestina de Goias	0,00	0,00	Turvania	0,12	0,00
Campestre de Goias	0,15	0,00	Ipiranga de Goias	0,00	0,00	Palmeiras de Goias	2,76	1,01	Turvelandia	0,02	0,00
Campinacu	0,00	0,00	Ipora	1,83	2,20	Palmelo	0,00	0,00	Uirapuru	0,00	0,00
Campinorte	1,49	1,04	Israelandia	0,00	0,00	Palminopolis	0,00	0,00	Uruacu	1,64	1,58
Campo Alegre de Goias	0,02	0,52	Itaberai	1,84	1,14	Panama	0,00	0,00	Uruana	0,82	0,60
Campo Limpo de Goias	0,00	0,00	Itaguari	0,00	0,00	Paranaiguara	0,17	0,09	Urutai	0,33	0,12
Campos Belos	1,87	2,06	Itaguaru	1,50	1,89	Parauna	1,40	1,02	Valparaiso de Goias	0,24	0,68
Campos Verdes	0,35	0,22	Itaja	1,12	1,41	Perolandia	0,00	0,00	Varjao	0,00	0,00
Carmo do Rio Verde	1,25	0,57	Itapaci	0,73	0,63	Petrolina de Goias	1,16	1,08	Vianopolis	2,14	1,32
Castelandia	0,69	0,34	Itapirapua	2,56	2,56	Pilar de Goias	0,00	0,00	Vicentinopolis	1,95	1,54
Catalao	0,48	0,33	Itapuranga	2,26	1,66	Piracanjuba	1,35	1,01	Vila Boa	0,00	0,00
Caturai	0,00	0,00	Itaruma	0,00	0,81	Piranhas	2,29	2,51	Vila Propicio	0,00	0,00
Cavalcante	0,00	0,28	Itaucu	0,18	0,11	Pirenopolis	0,94	0,78			
Ceres	2,53	1,99	Itumbiara	0,99	0,65	Pires do Rio	1,86	1,16			

Fonte: BCB/ESTBAN e Segplan/IMB

Elaboração: Autora

APÊNDICE M:

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO SOBRE O PAPEL DO CRÉDITO BANCÁRIO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS

Data e Município: _____

Grupo empresarial/Empresa: _____

Pessoa entrevistada: _____

Questionamentos iniciais:

EMPRESA:

=> Breve histórico sobre o surgimento e atuação da empresa no município e em Goiás.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

a) Qual foi e/ou continua sendo o papel do crédito na instalação e consolidação da sua empresa?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

BANCO:

=> No que se refere a este município, na sua opinião, quais setores econômicos solicitam mais crédito (agricultura, pecuária, indústria, comércio, serviços)?

_____

_____

_____

_____

_____

a) Quais atividades econômicas são as mais apoiadas pelo Banco e por quê ?

_____

_____

_____

_____

_____

b) Em quais aspectos e momentos as empresas mais demandam crédito?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

PREFEITURA E COMUNIDADE

=> Em termos econômicos e com relação à geração de empregos, na sua opinião, qual a atividade mais importante para este município? (agricultura, pecuária, indústria, comércio ou serviços)?

_____

_____

_____

a) Com relação à concessão de crédito bancário, você considera que esta (s) atividade (s) é a mais apoiada pelos bancos?

_____

_____

_____

Questionamentos comuns:

1) Qual é a sua opinião sobre o papel do crédito para o desenvolvimento empresarial deste município e da região do entorno?

2) Qual considera que é a atividade econômica que mais precisa de crédito e por quê? (agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços)

3) Na sua opinião, qual é o principal obstáculo para obter crédito?

4) Considera que os bancos têm estratégias e procedimentos corretos para apoiar o desenvolvimento empresarial e regional?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

5) Que sugestões faria para que o crédito bancário tivesse maiores resultados no desenvolvimento empresarial e regional?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

6) No que se refere à empresa _____, qual o impacto direto no desenvolvimento local?

a) Em quais municípios os trabalhadores desta empresa moram? Consegue estabelecer valores percentuais?

_____
_____
_____
_____

b) No que se refere à mão de obra qualificada, esses trabalhadores são deste município e/ou de municípios do entorno?

_____

_____

_____

c) Qual é o número de trabalhadores que a empresa possui? (Valores aproximados para aqueles que não pertencem a empresa)

_____

d) Esta empresa consome matérias-primas da região? De quais municípios do entorno?

_____

_____

_____

_____

e) Esta empresa demanda serviços de outras empresas locais? Quais?

_____

_____

_____

_____

7) No que se refere à empresa _____, qual o impacto indireto no desenvolvimento local?

a) Quais empresas surgiram como consequência da instalação desta empresa no município?

_____

_____

_____

b) Alguma atividade econômica foi estimulada pela empresa?

_____

_____

_____

c) Foram criados empregos indiretos? Em quais setores?

_____

_____

_____

_____

8) No que se refere à empresa _____, existe algum tipo de apoio à programas sociais e/ou ambientais no município? Quais?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

9) Após a instalação e consolidação da empresa na cidade, o que mudou?

_____

_____

_____

_____

a) Acredita que a população passou a ter mais opções de lazer, saúde, educação, entretenimento?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

10) Considera que a cidade é economicamente dependente das atividades desenvolvidas pela empresa?

_____

_____

_____

_____

_____